

**Relatório das Reuniões**  
**Informativas**  
**Projeto de Comunicação Social -**  
**PCS**  
**Volume 2 - Reuniões**

**Atividade de Perfuração Marítima Bloco**  
**FZA-M-59**



**Janeiro / 2023**





## ÍNDICE GERAL

I - APRESENTAÇÃO.....	6
II - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.....	7
III - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO .....	8
III.1 - EQUIPE TÉCNICA .....	9
IV - METODOLOGIA E ABRANGÊNCIA DAS REUNIÕES INFORMATIVAS ..	10
IV.1 - METODOLOGIA.....	10
IV.2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA .....	12
V - DESCRIÇÃO DAS REUNIÕES INFORMATIVAS REALIZADAS .....	14
VI - SISTEMAS DE REGISTRO .....	45
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
VIII - ANEXOS.....	57
VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	57
VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA.....	81
VIII.2.1 Abaetetuba .....	81
VIII.2.2 Barcarena .....	83
VIII.2.3 Santo Antônio do Tauá .....	84
VIII.2.4 Vigia.....	85
VIII.2.5 São Caetano de Odivelas .....	86
VIII.2.6 Colares .....	87
VIII.2.7 Curuçá .....	88
VIII.2.8 Salvaterra .....	90
VIII.2.9 Soure .....	91
VIII.2.10 Marapanim.....	92
VIII.2.11 Salinópolis .....	93
VIII.2.12 São João de Pirabas.....	95
VIII.2.13 Maracanã.....	97

VIII.2.14 Ananindeua.....	99
VIII.2.15 Belém.....	100
VIII.2.16 Oiapoque. ....	107
VIII.2.17 Magalhães Barata.....	121
VIII.2.18 Cachoeira do Arari.....	122
VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS .....	124
VIII.3.1 - Reunião Informativa Abaetetuba .....	124
VIII.3.2 - Reunião Informativa Barcarena .....	127
VIII.3.3 - Reunião Informativa Salvaterra .....	131
VIII.3.4 - Reunião Informativa Soure .....	135
VIII.3.5 - Reunião Informativa Vigia.....	140
VIII.3.6 - Reunião Informativa São Caetano de Odívetas.....	146
VIII.3.7 - Reunião Informativa Santo Antônio do Tauá .....	150
VIII.3.8 - Reunião Informativa Colares .....	165
VIII.3.9 - Reunião Informativa Curuçá .....	170
VIII.3.10 - Reunião Informativa Oiapoque .....	179
VIII.3.11 - Reunião Informativa Belém .....	236
VIII.3.12 - Reunião Informativa Marapanim.....	300
VIII.3.13 - Reunião Informativa Ananindeua.....	307
VIII.3.14 - Reunião Informativa São João de Pirabas .....	316
VIII.3.15 - Reunião Informativa Salinópolis .....	323
VIII.3.16 - Reunião Informativa Maracanã.....	331
VIII.3.17 - Reunião Informativa de Magalhães Barata.....	341
VIII.3.18 - Reunião Informativa Cachoeira do Arari.....	343
VIII.4 - BOLETIM INFORMATIVO.....	348
VIII.5 - APRESENTAÇÃO REALIZADA NAS REUNIÕES .....	348

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Registro do transporte disponibilizado para a reunião de Belém. ....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 2 - Reunião informativa de Abaetetuba. ....</i>	<i>45</i>
<i>Figura 3 - Reunião informativa de Barcarena. ....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 4 - Reunião informativa de Santo Antônio do Tauá. ....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 5 - Reunião informativa em Vigia em 03/11/2022. ....</i>	<i>47</i>
<i>Figura 6 - Reunião informativa em Vigia em 05/12/2022. ....</i>	<i>47</i>
<i>Figura 7 - Reunião informativa de São Caetano de Odivelas. ....</i>	<i>48</i>
<i>Figura 8 - Reunião informativa de Colares. ....</i>	<i>48</i>
<i>Figura 9 - Reunião informativa de Oiapoque. ....</i>	<i>49</i>
<i>Figura 10 - Reunião informativa de Belém. ....</i>	<i>49</i>
<i>Figura 11 - Reunião informativa de Curuçá. ....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 12 - Reunião informativa de Magalhães barata no dia 14/11/2022. ....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 13 - Reunião informativa de Magalhães barata no dia 08/12/2022. ....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 14 - Reunião informativa de Salvaterra. ....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 15 - Reunião informativa de Soure. ....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 16 - Reunião informativa de Marapanim em 11/11/2022. ....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 17 - Reunião informativa de Marapanim em 06/12/2022. ....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 18 - Reunião informativa de Salinópolis. ....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 19 - Reunião informativa de São João de Pirabas. ....</i>	<i>54</i>
<i>Figura 20 - Reunião informativa de Maracanã. ....</i>	<i>54</i>
<i>Figura 21 - Reunião informativa de Ananindeua. ....</i>	<i>55</i>
<i>Figura 22 – Reunião informativa de Cachoeira do Arari. ....</i>	<i>55</i>

## LISTA DE FIGURAS

<i>Quadro 1 - Disposição das rotas a serem executadas para cobrir a área de abrangência. ....</i>	<i>12</i>
---	-----------

## **I - APRESENTAÇÃO**

Em virtude da atividade de perfuração marítima no bloco exploratório FZA-M-59 a ser realizada na bacia da Foz do Amazonas, está sendo realizado o Projeto de Comunicação Social para os municípios da área de influência. Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no que se refere à execução de reuniões informativas referente à atividade exploratória da Petrobras na região.

A realização das reuniões informativas é uma das ações do Projeto de Comunicação Social, que faz parte do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), protocolado no IBAMA. As reuniões informativas foram realizadas entre 31 de outubro de 2022 e 18 de novembro de 2022. Nestas reuniões estavam presentes pessoas do poder público, instituições de ensino, Organizações Não Governamentais (ONG), representantes da pesca, mais especificamente Colônia de Pescadores, sociedade civil organizada e finalmente cidadãos moradores da localidade.

As reuniões informativas tiveram por objetivo informar às partes interessadas a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59 na bacia da Foz do Amazonas, apresentada pela Petrobras a partir de recursos audiovisuais, bem como dirimir quaisquer dúvidas sobre a atividade, por meio de rodadas de perguntas e discussões.

As reuniões tiveram sucesso e foram realizadas inicialmente em 16 municípios. Em Magalhães Barata e Cachoeira do Arari não houve reunião, por falta de quórum e indisponibilidade do transporte fluvial local, respectivamente. Sendo assim, a Petrobras optou, de forma pertinente, por realizar novamente reuniões não somente nesses dois municípios, mas também em Vigia e Marapanim, nos quais as primeiras reuniões tiveram baixo quórum. Essas reuniões foram realizadas entre 05 e 08 de dezembro de 2022.

## II - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

<b>Razão Social</b>	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
<b>CNPJ</b>	33.000.167/0001-01
<b>Endereço</b>	Av. República do Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.231-170
<b>Responsável Técnico</b>	Gustavo Limp Nascimento
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:gustavo.limp@petrobras.com.br">gustavo.limp@petrobras.com.br</a>

### **III - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

**Razão Social:** Veritas Serviços de Meio Ambiente LTDA  
**CNPJ:** 10.516.775/0001-78  
**Endereço:** Rua Pedro Fonseca Filho, n.º 8989, Ponta Negra,  
Natal/RN.  
CEP 59.090-080.

**Responsável Técnico:** Sérgio Iani Godinho  
**Cargo:** Diretor-Sócio  
**Função:** Engenheiro Ambiental especialista em Engenharia Sanitarista.  
**E-mail:** [sergio@veritasgrupo.com](mailto:sergio@veritasgrupo.com)

**Responsável Técnico:** Eduardo de Magalhães Pinto Gomes  
**Cargo:** Diretor-Sócio  
**Função:** Engenheiro Ambiental especialista em Tecnologias Ambientais  
**E-mail:** [eduardo@veritasgrupo.com](mailto:eduardo@veritasgrupo.com)

### III.1 - EQUIPE TÉCNICA

PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Eduardo Magalhães Pinto Gomes	CONFEA 140.200.220-3	Engenheiro Ambiental Esp. Tecnologias Ambientais
Sérgio Iani Godinho	CONFEA 140.220.762-0	Engenheiro Ambiental Esp. Engenharia Sanitária
Rafael Diaz	-	Oceanógrafo Doutor em Antropologia
Uriens Ravena	-	Comunicador Social Doutor em Antropologia
Larissa Maria Galvão Rodrigues Moura	CONFEA 211961639-6	Engenheira Ambiental Eng. de Segurança do Trabalho Esp. Em Gestão Ambiental

## **IV - METODOLOGIA E ABRANGÊNCIA DAS REUNIÕES INFORMATIVAS**

Esta seção descreve as atividades desenvolvidas pelas equipes para produção e execução das reuniões informativas, após a mobilização.

A realização das reuniões informativas é uma das ações do Projeto de Comunicação Social, que faz parte do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), protocolado no IBAMA. Elas foram realizadas para fins de divulgação das informações referentes à atividade. O objetivo destas reuniões foi apresentar as informações de forma clara e objetiva para todo o público interessado, assim como esclarecer e dirimir expectativas e dúvidas em relação à atividade.

### **IV.1 - METODOLOGIA**

As reuniões foram conduzidas a partir de comunicação dialógica, nas quais foram apresentadas informações sobre a atividade de perfuração, o processo de licenciamento ambiental, os aspectos ambientais da área de influência, os impactos ambientais efetivos e potenciais, as medidas ambientais aplicáveis a estes impactos, orientações sobre a navegação segura na região da rota das embarcações e do bloco e a legislação relacionada à atividade. Ao final foi aberto espaço para perguntas.

Ademais, foram disponibilizados os canais de comunicação e distribuídos os boletins informativos impressos (VIII.4 - BOLETIM INFORMATIVO).

As reuniões possibilitaram o nivelamento de expectativas em relação à operadora, à atividade de perfuração e ao processo de licenciamento ambiental.

Os locais de realização das reuniões foram acordados previamente com as lideranças locais, com exceção das que ocorreram em Belém/PA e Oiapoque/AP, cujos locais foram definidos pela Petrobras, levando em consideração as características necessárias para comportar maior público. Essas duas reuniões foram ampliadas por solicitação do IBAMA, por sediarem as bases de apoio marítima e aérea, respectivamente.



Para as reuniões ampliadas foi disponibilizado transporte, assim como para as demais reuniões, sempre que identificada a necessidade, a partir de solicitação das partes interessadas. Nas reuniões, também foi oferecido lanche aos participantes.



Figura 1 - Registro do transporte disponibilizado para a reunião de Belém.

## IV.2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

A área de influência é composta pelas áreas que poderão ser impactadas pela execução da atividade de perfuração em diferentes níveis no decorrer das fases de mobilização, operação e desmobilização. Sendo assim, a área de influência desta atividade pode ser compreendida e estabelecida na costa norte brasileira, mais especificamente na costa paraense e amapaense.

Ela compreende 18 municípios, sendo 17 no estado do Pará e um no estado do Amapá, que foram organizados segundo regiões, para melhor planejamento das reuniões informativas, como apresentado abaixo no Quadro 1.

Quadro 1 - Disposição das rotas a serem executadas para cobrir a área de abrangência.

Municípios/Regiões			
RMB* e Tocantins	Salgado paraense 01	Salgado paraense 02	Salgado paraense 03
Belém	São João de Pirabas	Magalhães Barata	São Caetano de Odivelas
Ananindeua	Salinópolis	Marapanim	Vigia
Abaetetuba	Maracanã	Curuçá	Colares
Barcarena	-	-	Santo Antônio do Tauá
<b>Amapá</b>	<b>Marajó</b>	* RMB – Região Metropolitana de Belém	
Oiapoque	Soure		
-	Salvaterra		
-	Cachoeira do Arari		

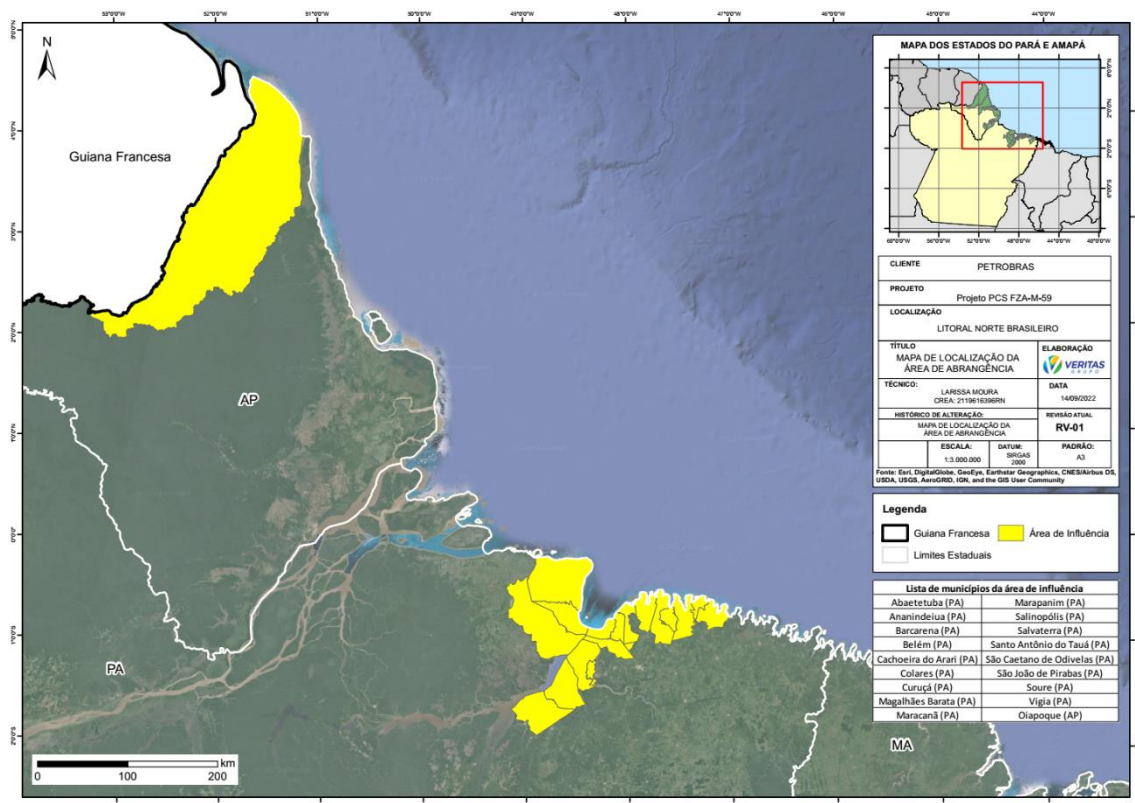


Figura 1 - Mapa de localização da área de influência.

## V - DESCRIÇÃO DAS REUNIÕES INFORMATIVAS REALIZADAS

As equipes proporcionaram infraestrutura para a execução das reuniões, assim como produziram outros produtos importantes que compõem este relatório como: registros fotográficos, atas das reuniões e lista de presença.

A seguir serão descritas as atividades desenvolvidas em cada reunião informativa para os municípios da área de influência. Cada cidade contém informações basilares que auxiliam na compreensão sistemática da reunião ocorrida. Para tanto, as descrições das atividades de cada município estão divididas nos seguintes pontos: Data da realização; Hora da realização; Local da realização; Total de participantes; Discriminação de participantes; Síntese da reunião; Destaque da reunião.

Os dados relativos aos participantes e a síntese da reunião, foram construídos a partir das percepções da equipe em campo, assim como fundamentados nas atas produzidas, inseridas na íntegra na última seção deste relatório.

### a) Abaetetuba

Data da realização: 31/10/2022

Hora de realização: 09h20 às 11h12

Local de realização: Auditório Cabanagem, Campus UFPA Abaetetuba

Total de participantes: 10

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 3

Colônia de pescadores: 1

Entidades de educação: 2

### Síntese da reunião:

No município de Abaetetuba a reunião ocorreu no dia 31 de outubro de 2022 no Campus da UFPA, no auditório Cabanagem, no horário das 9h20 às 11h12 da manhã. A reunião teve 10 participantes, sendo 2 da Petrobras e 2 da Veritas.

De público externo foram 6 participantes, contando com a coordenadora do campus da UFPA, professora Ana Áurea, um representante da colônia de pescadores, dois representantes da Emater e uma estudante graduanda de agroecologia da UFPA. A colônia de pescadores Z-14 de Abaetetuba justificou a baixa presença de pescadores, informando que nos meses de outubro e novembro a colônia está coletando assinaturas e fazendo processo de recadastramento para o recebimento do seguro defeso, que inicia a partir do dia 1 de novembro até o dia 28 de fevereiro.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

**Destaques da reunião:** Filipe Burlamarqui Bastos, pela assessoria da Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), certificando-se de que haveria registro/ata do evento, em face das referências na apresentação do evento a dispositivos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), questionou acerca da observância dos procedimentos de consulta prévia a comunidades tradicionais potencialmente influenciadas pela atividade. Outro destaque foi para Francisco Lobato, representante da Colônia de Pescadores Z-14, que ponderando os impactos previstos às comunidades pesqueiras com relação à atividade de investigação proposta pela empresa e pontuando também a existência de outros atores econômicos da pesca que possivelmente serão também interessados nas influências da atividade, questionou se a Petrobras já teria um estudo de oferta de contrapartidas a serem oferecidas por esses impactos.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

## b) Salvaterra

Data da realização: 31/10/2022.

Hora de realização: 14h30 às 17h08

Local de realização: Colônia de Pescadores Z-2

Total de participantes: 15

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 3

Colônia de pescadores: 4

Entidades de educação: 1

Sociedade civil: 3

### **Síntese da reunião:**

A reunião do município de Salvaterra ocorreu na colônia de pescadores Z-2 no dia 31 de outubro de 2022, tendo início às 14h30. Assinaram a lista de presença 12 pessoas, incluindo um representante da Petrobras e um da Veritas. Os demais 10 participantes compunham o público externo. Dentre eles, estavam presentes representantes da Universidade Federal do Pará, representantes da associação de moradores, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e participantes e representantes da colônia de pescadores Z-2 de Salvaterra.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

Arilson, presidente da Colônia Z-2, demonstrou preocupação com a possibilidade de acidentes com pescadores na rota dos navios de apoio. Questionou se existe plano para conter impactos sobre equipamentos de pesca ou acidentes com pescadores. Iersom, da Vila Jubim, questionou sobre possíveis danos econômicos aos pescadores, que podem ficar impedidos de pescar nas rotas das embarcações de apoio.



Brenda Natasha perguntou qual foi o período de execução da modelagem. Em justificativa da pergunta, disse que existem condições ambientais específicas da região do Marajó que merecem atenção e atualização constante de estudo e monitoramento; como exemplo, relatou um avanço maior do mar sobre o rio esse ano por conta do fenômeno “La Niña”, então seria possível uma entrada de óleo no Marajó por conta de alterações inesperadas no comportamento do mar, além do alerta de uma terceira ocorrência do “La Niña” para um período próximo.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

### **c) Barcarena**

Data da realização: 01/11/2022

Hora de realização: 08h50 às 10h15

Local de realização: Auditório da subprefeitura de Barcarena

Total de participantes: 16

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 10

Colônia de pescadores: 1

Sociedade civil: 1

### **Síntese da reunião:**

No município de Barcarena a reunião ocorreu no dia 01 de novembro de 2022 no horário das 8h50 às 10h15 da manhã. A reunião ocorreu no auditório da subprefeitura de Barcarena e contou com a presença de 16 participantes, dos quais 2 eram representantes da Petrobras e 2 da Veritas. Sendo assim, o público externo foi de 12 pessoas, os quais eram representantes da Colônia de Pescadores, proteção da Defesa Civil, uma pessoa da sociedade civil e representantes da Prefeitura Municipal de Barcarena e suas secretarias. A colônia de pescadores Z-13 de Barcarena justificou a baixa presença de pescadores, informando que nos meses de outubro e novembro a colônia está

coletando assinaturas e fazendo processo de recadastro para o recebimento do seguro defeso, que inicia a partir do dia 1 de novembro até o dia 28 de fevereiro.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

Sr. Alexandre Carvalho, Secretário de Portos e Energia de Barcarena, perguntou se pode ainda encaminhar e-mail com questionamento acerca da participação da cidade nos referidos royalties. Outro destaque foi por parte da Sr.<sup>a</sup> Solange Santos Araújo da Silva Vilaça, pela Secretaria de Meio Ambiente de Barcarena, que informou que o município está em uma zona de alto potencial de impacto pela sinergia de impactos no ambiente e pediu informações sobre a modelagem de risco de vazamento de óleo com referência às características específicas das correntes marítimas da costa de Barcarena.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **d) Soure**

Data da realização: 01/11/2022

Hora de realização: 09h10 às 11h46

Local de realização: Ginásio Dr. Abel Nunes Figueiredo

Total de participantes: 21

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Colônia de Pescadores: 1

Poder público: 3

Sociedade civil: 14



**Síntese da reunião:**

A reunião do município de Soure ocorreu no Ginásio Dr. Abel Nunes Figueiredo no dia 01 de novembro de 2022, tendo início às 09h. Assinaram a lista de presença 19 pessoas, faltando a equipe da Petrobras assinar a lista. Dos 19 participantes presentes: 02 colaboradores da Veritas, 14 representantes da sociedade civil organizada e 03 colaboradores do poder público.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

**Destaques da reunião:**

O sr. José Ronaldo, da AMPAC, alertou que o trajeto de Belém ao Oiapoque é longo e perguntou por que não há previsão de construção de um porto no Amapá para apoio. Perguntou ainda acerca de possíveis encalhes e função das constantes mudanças de bancos de areia na região do Marajó/Soure.

Alguns dos presentes afirmaram que o mesmo estudo da empresa BP está sendo apresentado novamente, sem nenhuma atualização.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

**e) Vigia**

Data da realização: 03/11/2022.

Hora de realização: 09h15 às 10h57

Local de realização: Sala de música da UEPA campus Vigia

Total de participantes: 8

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 2

Entidades de educação: 1

ONG: 1

### Síntese da reunião:

No município de Vigia, a reunião ocorreu no Campus da UEPA - Universidade Estadual do Pará, na sala de aula de música, em 3 de novembro de 2022, a partir das 9h15 da manhã até às 10h57. A reunião contou com 8 participantes, sendo dois representantes da Petrobras e dois da Veritas, totalizando quatro participantes externos, um da Escola Técnica Estadual 1º de maio e um da Secretaria de Administração da cidade.

A baixa participação do poder público se deu por conta de uma reunião extraordinária da administração pública, na qual muitos secretários precisaram estar presentes. A baixa participação dos pescadores se deu pelo processo de recolhimento de assinatura e recadastro para a obtenção de seguro defeso.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### Destaques da reunião:

O Sr. Ailson dos Santos Cardoso, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER Pará) da localidade, comentou o comportamento das correntes de maré na costa do Amapá, questionando se os resíduos de plástico e de alumínio trazidos de outras regiões oceânicas de outras partes do mundo para a região não indicariam para o estudo de modelagem de vazamento de óleo um comportamento diverso das conclusões indicadas. Também ponderou que a partir de relato de pescadores mais experientes em áreas afastadas mais de 100 km da terra que dizem encontrar o que chamam de “mancha de água salobra”, que atribuem à foz do Amazonas, cuja força da corrente persistiria mesmo até o oceano. Questionou sobre eventos inesperados da força da natureza na hipótese de espalhamento de óleo.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

## 2ª Reunião

Data da realização: 05/12/2022

Hora de realização: 09h às 11h30

Local de realização: Sociedade Literária “15 de Agosto”

Total de participantes: 18

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 4

Pescadores: 2

Instituições sociedade civil: 7

### Síntese da reunião:

No município de Vigia a segunda reunião foi realizada no dia 5 de dezembro de 2022, às 9h da manhã na sede da Sociedade Literária “15 de Agosto”. A reunião iniciou às 09h30 e contou com 18 participantes, dentre pescadores e representantes da Colônia de pescadores e do poder público. A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### Destaques da reunião:

O senhor Edson Ferreira, Vereador, colocou que haveria impactos socioambientais na área da pesca, então seria necessário realizar uma ampla divulgação para que houvesse maior participação de outras partes interessadas.

A senhora Andréa Lisboa argumentou sobre a necessidade de verificar o monitoramento dos peixes, assim como o impacto pesqueiro. O senhor, André

Vale, da Associação de Pescadores de Vigia, argumentou que inevitavelmente haverá impacto com os pescadores que pescam nessas rotas que as embarcações vão fazer.

O senhor Evandro complementou a fala do senhor André, falando que pode haver possível acidentes com apetrechos e barcos. Ele apresentou algumas particularidades de pescadores que não dispõe de recursos como rádio, GPS, radar e que vai haver impacto e possíveis acidentes com esses pescadores.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **f) Cachoeira do Arari**

Data da realização: 03/11/2022

Hora de realização: 09h.

Local de realização: Sede da Colônia de Pescadores Z-40 na Vila do Aranaí

Total de participantes: 0

#### **Síntese da reunião:**

No município de Cachoeira do Arari, a reunião estava marcada para o dia 3 de novembro de 2022, às 9h da manhã. Contudo, a reunião não ocorreu, pois a embarcação que possibilitaria o acesso por via fluvial ao local da reunião, na sede da colônia de pescadores Z-40 na vila de Aranaí, não funcionou no dia 2 de novembro, inviabilizando a realização da reunião informativa no referido município na data inicialmente prevista. Houve agendamento de nova reunião para o dia 08 de dezembro.

#### **2ª Reunião**

Data da realização: 08/12/2022

Hora de realização: 09h50 às 11h50

Local de realização: Sede da Colônia de Pescadores Z-40 na Vila do Aranaí

Total de participantes: 44.

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 4

Pescadores: 36

### **Síntese da reunião:**

No município de Cachoeira do Arari, a reunião foi realizada no dia 08 de dezembro de 2022, às 9h da manhã. Contudo, a reunião iniciou às 09h50 e contou com 44 participantes, dentre eles 04 representantes do poder público e 38 pescadores e representantes da Colônia de pescadores. A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

Seu Pedro Ribeiro, representante da pastoral dos pescadores, enfatizou que os pescadores fazem a rota marítima onde ficará a atividade de perfuração e demonstrou preocupação caso ocorra um incidente entre as grandes embarcações e as embarcações dos pescadores artesanais. Fez um pedido para que a equipe da Petrobras tenha um olhar de preocupação mais atento e sensível em relação à comunidade, propondo uma diversidade de ações e um canal de comunicação que atenda aos chamados.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

### **g) São Caetano de Odivelas**

Data da realização: 04/11/2022

Hora de realização: 08h53 às 11h20

Local de realização: Centro Cultural

Total de participantes: 24

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas:2

Poder público: 17

Colônia de pescadores: 1

Entidades de educação: 1

Sociedade civil: 1

### Síntese da reunião:

No município de São Caetano de Odivelas, a reunião ocorreu no Centro Cultural da prefeitura no dia 4 de novembro de 2022. A reunião iniciou às 8h53 e se estendeu até às 11h20 da manhã. A reunião contou com 20 participantes externos e 4 internos, os últimos sendo dois representantes da Petrobras e dois da Veritas. Do poder público, estiveram presentes: representantes da Prefeitura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Cultura, Secretaria de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente, Controle Interno da Prefeitura, Chefia de Gabinete da Prefeitura e um vereador da Câmara Municipal. Houve também representantes da Universidade Federal do Pará, o presidente da colônia de pescadores, o presidente dos usuários da RESEX Marinha Mocapajuba e outros presentes que preferiram não assinar a lista de presença.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### Destaques da reunião:

Como filha de pescador, professora e odivelense, a Sra. Fernanda Melo Cardoso, pela Secretaria Municipal de Educação, manifestou sua preocupação com eventuais impactos à região, requerendo mais garantias de segurança ao direito de sobrevivência dos pescadores em caso de situações de risco, considerando, na hipótese da passagem à etapa de produção na exploração do bloco da atividade, pouco provável que algum benefício do desenvolvimento seja repassado a sua localidade. Com referência à mensuração da influência das

atividades da empresa sobre o meio local, o Sr. Evandro Silva, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas, destacou a necessidade de realização do zoneamento costeiro da região para melhor dimensionamento de eventuais impactos. Em face das discussões surgidas no decorrer da apresentação, a Sra. Fernanda Farias relatou, ao ter sido convidada pela Prefeitura à participação na presente, não ter tido a devida dimensão da participação da comunidade nas potenciais influências da atividade, ao que solicitou à empresa a oportunidade de mais uma reunião, cujo apoio da prefeitura mobilizaria a devida participação de um número maior de participantes da comunidade de pesca da localidade para ouvir, discutir e debater as atividades então apresentadas.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **h) Santo Antônio do Tauá**

Data da realização: 07/11/2022

Hora de realização: 08h42 às 13h06

Local de realização: Auditório da Prefeitura de Santo Antônio do Tauá

Total de participantes: 29

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 8

Associações: 4

Entidades de educação: 2

Sociedade civil: 11

#### **Síntese da reunião:**

No município de Santo Antônio do Tauá, a reunião ocorreu no auditório da prefeitura no dia 7 de novembro de 2022 a partir das 8h42 até às 13h06. A reunião contou com 29 participantes, dos quais dois eram representantes da Petrobras e dois da Veritas. Portanto, participaram como público externo 23



peessoas. Entre estes estão incluídos a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá, Emater, representantes das secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Educação, além de representantes da Universidade Federal do Pará e representantes da sociedade civil organizada das localidades próximas como Vila do Espírito Santo, Vila do Quilômetro 12 e representantes da Igreja Católica.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

Sr. Miguel Pantoja, pelo Movimento de Pesca do Estado do Pará (MOPEPA) na localidade, questionou sobre a profundidade do poço, os resíduos produzidos pela perfuração e demonstrou preocupação com a vulnerabilidade da comunidade da pesca, requerendo elucidação sobre a previsão de ações de proteção aos pescadores dentre as contrapartidas das atividades. Outro destaque importante foi do pesquisador vinculado à Universidade Federal do Pará, o Sr. Lucas Pereira, que, em sua contribuição, destacou estar prevista na atividade de perfuração do bloco a entrada sobre importante berçário para a fauna e flora marinha de toda a região costeira, questionando à Petrobras que compensações se encontram previstas ao pescador em caso de vazamento. Houve ainda outros destaques importantes como consulta prévia, royalties, impactos pesqueiros, indenizações, entre outros.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **i) Colares**

Data da realização: 08/11/2022

Hora de realização: 10h às 11h57

Local de realização: Colônia de Pescadores Z-23

Total de participantes: 19



Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 8

Colônia de pescadores: 7

### Síntese da reunião:

No município de Colares, a reunião ocorreu na Colônia dos Pescadores de Colares Z-23, em 8 de novembro de 2022, com início às 10h e encerramento aproximadamente por volta de 12h. A reunião contou com 19 participantes. Destes, dois eram representantes da Veritas e dois da Petrobras. Portanto, o público externo foi composto por 16 pessoas. Entre os participantes havia um vereador, representantes da Secretaria de Meio Ambiente, representantes da Secretaria de Cultura, representantes da secretaria de Agricultura e Pesca, representantes da Secretaria de Administração, representantes da Secretaria de Finanças, representantes da Colônia de Pescadores e a presença de cinco pescadores.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### Destaques da reunião:

Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sr. Eranildo Almeida Nunes destacou que a pesca na localidade é artesanal, questionando, na eventual interferência da atividade, sobre os peixes, se há algum plano compensatório para o escasamento dos recursos pesqueiros.

No ensejo de uma nova atividade de comunicação com os pescadores de Colares sobre a perfuração do bloco pela Petrobras, o Sr. Presidente da Câmara Wladimir Costa sugeriu o domingo pela manhã como um momento mais adequado para a participação dos pescadores na reunião. Sr. Costa destacou que a atividade preocupa sim pela pesca ser a principal atividade da ilha, não

importando estrategicamente para o município os ganhos financeiros ou royalties a serem percebidos pelos desdobramentos da atividade, mas a segurança da ilha de eventuais impactos adversos. O Sr. Costa, na condição de Presidente da Câmara dos Vereadores, colocou à disposição o espaço da casa legislativa e seu salão para a realização das atividades posteriores de comunicação com os pescadores e com a comunidade em geral.

Em atenção à estrutura necessária ao deslocamento das embarcações da atividade e apoio aos pescadores, a Sra. Ítala Saldanha Gondim, da Comunidade São João, solicitou o apoio da empresa Petrobras na requisição de melhorias à sinalização náutica das proximidades com pedido de providências à Marinha, para manutenção do Farol do Norte com o propósito de evitar incidentes. Ao Projeto de Comunicação Social da atividade, a Sra. Secretária de Cultura Gleice Cardoso sugeriu a produção de material audiovisual dirigido aos pescadores, em qualidade acessível para redes sociais, considerando que muitos não são alfabetizados, podendo os conteúdos ser veiculados nas redes sociais da Prefeitura.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **j) Curuçá**

Data da realização: 09/11/2022

Hora de realização: das 15h26 às 17h42

Local de realização: Palacete Cel. Barbosa

Total de participantes: 32

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 16

Colônia de pescadores: 1

Sociedade civil: 10

#### **Síntese da reunião:**

No município de Curuçá, a reunião ocorreu no palacete da prefeitura, em 9 de novembro de 2022, das 15h25 às 17h42. A reunião contou com 32 participantes, sendo dois representantes da Veritas e dois da Petrobras. Sendo assim, o público externo foi de 28 participantes: representantes da Prefeitura, da Secretaria de Integração, o chefe de comunicação da prefeitura, Secretaria de pesca, Secretaria de Cultura, Emater de Curuçá, da Câmara Municipal de Curuçá, entre outros do poder público. O restante dos participantes foi da colônia de pescadores, da associação de moradores da Reserva Extrativista Marinha de Curuçá e pescadores moradores do município.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

Fernando Cruz, Conselheiro pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, destacou a importância de Curuçá e Soure como localidades dotadas de Unidades de Conservação muito sensíveis às correntes do oceano atlântico, devendo ser os primeiros atingidos no caso de um eventual vazamento de óleo, questionando os recursos disponíveis às embarcações de apoio para contenção de óleo em caso de vazamento. Jorge Luiz Macedo da Rocha, pela EMATER de Curuçá, relatou a preocupação mundial da dependência dos combustíveis fósseis na produção energética, considerando que a atividade de prospecção de petróleo estaria em contraste com os anseios de transformação da matriz energética baseada em combustíveis fósseis em todo o mundo. Acerca dos estudos de impacto e seus programas, Sr. Rocha relatou que o impacto no meio biótico altera o comportamento reprodutivo dos peixes da região, observando que os programas previstos para a atividade, entretanto, não envolvem o estudo do comportamento de nenhum dos peixes locais, restringindo-se à observação do mapeamento de influências da atividade com espécies de avifauna, que não

estão tão ligadas às necessidades e às especificidades locais, como os peixes, que constituem o principal ativo da região.

Edvan Moura da Silva, Chefe de Gabinete da Prefeitura e membro do conselho deliberativo da Resex Mãe Grande, parabenizou a iniciativa, destacando, porém, a necessidade de um marco regulatório e de um documento de referência de gerenciamento costeiro da região para que o debate pudesse ser mais qualificado. Pela FAPESPA, Sr. Silva perguntou se houve alguma alteração no EIA/RIMA de 2015 para a realização da atividade informativa ou se foi feita alguma alteração, considerando dinâmicas naturais de transformação dos fenômenos analisados com implicações para mensurações em função do tempo. O participante sugeriu melhorar o acesso ao EIA/RIMA.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **k) Oiapoque**

Data da realização: 08/11/2022

Hora de realização: 16h40 às 19h50

Local de realização: Ginásio da Escola Joaquim Nabuco

Total de participantes: 524

#### **Síntese da reunião:**

A reunião informativa do município de Oiapoque ocorreu no dia 08 de novembro de 2022 no Ginásio da Escola Joaquim Nabuco, no horário de 16h30. A reunião contou com mais de 520 participantes. Dentre os participantes, estiveram presentes representantes do IBAMA, do poder público, de instituições de ensino, de Organizações Não Governamentais (ONG), da Colônia de Pescadores, da sociedade civil organizada, bem como cidadãos moradores da localidade.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE

PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

As principais questões levantadas foram relativas a contrapartidas sociais, tais como projetos voltados para educação e apoio/patrocínio a projetos sociais desenvolvidos na localidade.

Outros pontos levantados por Pedro Ivo, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Oiapoque, e Julio Garcia, Presidente da Colônia de Pescadores do Oiapoque Z-03, foram relativos aos impactos do tráfego marítimo e ao impacto sobre os estoques pesqueiros, que não foram apresentados na reunião por nenhuma das partes. Destacaram ainda as ações de emergência para retirar óleo do mangue, já que não se conhecem tecnologia e metodologia eficazes, caso haja um acidente ambiental.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

### **I) Belém**

Data da realização: 10/11/2022.

Hora de realização: 16h às 20h14

Local de realização: Hotel Grand Mercure.

Total de participantes: 111

### **Síntese da Reunião:**

A reunião informativa do município de Belém ocorreu no dia 10 de novembro de 2022 no Grand Mercure Hotel, no horário de 16h. A reunião contou com 111 participantes, incluindo representantes da Petrobras e da Veritas como organizadores. Dentre os participantes, estiveram presentes representantes do IBAMA, do poder público, de instituições de ensino, de Organizações Não Governamentais (ONG), da pesca e da sociedade civil organizada.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES

INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

Os destaques da reunião se deram por parte dos participantes vinculados à UFPA, que mencionaram a OIT 169 no que se refere à consulta prévia aos povos tradicionais, assim como abordaram a questão da atualização dos dados das modelagens de óleo, da carência de dados de estoques pesqueiros na região e dos impactos sobre a atividade pesqueira artesanal, em caso de acidentes envolvendo vazamento de óleo.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

### **m) Ananindeua**

Data da realização: 11/11/2022

Hora de realização: 09h15 às 11h

Local de realização: Miniauditório da ESMAC

Total de participantes: 16

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 3

Veritas: 4

Colônia de pescadores: 2

Quilombo Abacatal: 6

Entidade de educação: 1

### **Síntese da reunião:**

A reunião informativa do município de Ananindeua ocorreu no dia 11 de novembro de 2022 no miniauditório da faculdade ESMAC, no horário de 8h30 até 11h30 da manhã. A reunião contou com 16 participantes, sendo 3 da Petrobras e 4 da Veritas. Dos 9 participantes do público externo, 2 eram da Colônia de Pescadores de Ananindeua, 6 da Terra Quilombola Abacatal e uma

representante da Universidade Federal do Pará. A baixa participação dos pescadores se deu pela safra do açaí e pela safra do pescado.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

Vanusa Cardoso iniciou sua fala se apresentando como liderança espiritual de quilombo do Abacatal, arguiu falando sobre o direito da comunidade e como este tinha sido violado, porque não tiveram o direito a consulta prévia, e deu continuidade a sua fala questionando sobre o gerenciamento de resíduos da atividade e sobre o motivo de terem sido convidados para a reunião, se o projeto já está em fase adiantada. Afirmou ainda que a passagem das embarcações vai acabar interferindo na pesca, afetando a rota dos cardumes.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

### **n) Marapanim**

Data da realização: 11/11/2022

Hora de realização: das 9h52 às 12h04.

Local de realização: Auditório do Marapanim Futebol Clube

Total de participantes: 8

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 1

Colônia de pescadores: 0

Sociedade civil: 3

### **Síntese da reunião:**



No município de Marapanim a reunião ocorreu na sede do Clube de Futebol Marapanim Futebol Clube, na data de 11 de novembro de 2022, a partir das 9h52 até às 12h04. A reunião contou com 8 participantes, sendo 2 representantes da Petrobras e 2 da Veritas, totalizando 4 participantes externos: 1 da Secretaria de Meio Ambiente, 1 morador do município e 2 conselheiros da Resex Marinha.

A baixa participação dos pescadores se deu pelo processo de recolhimento de assinatura e recadastro para a obtenção de seguro defeso resguardado pela Portaria Interministerial SG/MMA nº 43, de 27 de julho de 2018.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

O Sr. Arlem Sandro da Silva, pelo Conselho da Resex Mestre Lucindo, questionou quantas outras perfurações se encontram previstas para a Bacia da Foz do Amazonas e onde se encontram situadas, com o propósito de dimensionar a distância dos poços previstos das áreas de reserva extrativista, questionando também se a multinacional francesa Total permanece na atividade. Questionou ainda quanto de poluição deve ser gerado na operação desta atividade e se há levantamento sobre impactos potenciais sobre a atividade pesqueira.

Em caso de conclusão favorável à exploração comercial de reserva de óleo e gás na área da atividade, Sr. Teixeira, pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Marapanim (SEMMA), perguntou como a Petrobras tem trabalhado junto aos municípios da região sudeste do país nos locais onde se encontram as atividades de produção de petróleo, com referência à mobilização de apoio do poder público local às atividades.

Tomando por paralelo a cadeia de produção do minério, Sr. Silva disse considerar que, se fosse da decisão da população da região amazônica, esse poço não seria perfurado na região, considerando seus riscos à produção na região, o baixo retorno de royalties e a baixa participação do país – e, em



particular, da economia regional – na cadeia de beneficiamento do petróleo, cuja produção é em sua maioria exportada para o beneficiamento em outros países, sem que permaneçam divisas para a cobertura de eventuais custos sociais e ambientais relacionados à atividade da produção.

Com preocupação a eventuais impactos da atividade à pesca local, o Sr. Brito questionou como seriam reparadas as comunidades em caso de acidentes de vazamento.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

## 2ª Reunião

Data da realização: 06/12/2022

Hora de realização: 15h45 às 17h

Local de realização: Sede da Associação Esportiva Bom Intento

Total de participantes: 6

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 2.

### Síntese da reunião:

Visando ampliar a participação das partes interessadas, foi realizada uma segunda reunião no município de Marapanim. A reunião ocorreu na sede da Associação Esportiva Bom Intento, na data de 06 de dezembro de 2022, a partir das 15h45 até às 17h, e contou com 6 participantes, sendo 2 representantes da Petrobras e 2 da Veritas, totalizando 2 participantes externos: 1 do Comitê de Bacias de Curuçá e 1 da Emater.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

**Destaques da reunião:**

O senhor Cleber, titular do Comitê de Bacias do rio Curuçá, solicitou a palavra para realizar perguntas sobre recursos hídricos, a rota operacional de Belém até Oiapoque e a existência de sistema próprio de dessalinização a bordo da sonda, expondo a preocupação de que muitos navios utilizam água potável de poços subterrâneos para limpeza. Questionou ainda sobre a empresa que realizará o tratamento ao destino e tratamento sobre os cascalhos e sobre possível vazamento de óleo.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

**o) Magalhães Barata**

Data da realização: 14/11/2022

Hora de realização: 15h

Local de realização: Câmara dos Vereadores

Total de participantes: 4

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

**Síntese da reunião:**

A reunião do município de Magalhães Barata estava marcada para ocorrer no dia 14 de novembro de 2022 às 15h na Câmara Municipal de Vereadores do município. Entretanto, no dia anterior, domingo, dia 13 de novembro de 2022, ocorreu o Círio municipal, importante evento religioso do estado do Pará e para o município. Tendo em vista que na terça-feira, dia 15, seria o feriado nacional de Proclamação da República, houve decretação de ponto facultativo no município. Sendo assim, não houve participação do poder público.

Quanto à participação dos pescadores, a ausência se deu pelo processo de recolhimento de assinatura e recadastro para a obtenção de seguro defeso resguardado pela Portaria Interministerial SG/MMA nº 43, de 27 de julho de

2018. Sendo, esta reunião não ocorreu, porque não houve quórum. Foi então programada uma nova data para realização da reunião em 07 de dezembro de 2022.

**2ª Reunião:**

Data da realização: 07/12/2022

Hora de realização: das 9h35 às 11h35

Local de realização: Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor

Total de participantes: 28

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 2

Veritas: 2

Poder público: 7

Colônia de pescadores: 17

**Síntese da reunião:**

No município de Magalhães Barata a reunião ocorreu no dia 07 de dezembro de 2022 no Salão Paroquial, no horário das 9h35 às 11h35 da manhã. Nesta reunião participaram 28 pessoas, sendo 2 representantes da Petrobras e 2 da Veritas. O público externo somou 24 pessoas. Dentre elas, representantes do poder público, como 7 pessoas da Secretaria de Meio Ambiente, e 17 pescadores e representantes da Colônia de Pescadores.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

**Destaques da reunião:**

Em meio a apresentação referente ao estudo de impacto ambiental, Ivan Costa, da SEMMA, ponderou que, caso houvesse vazamento, em aproximadamente quatro a cinco dias, este resíduo estaria na costa paraense.

Além disso, chamou a atenção para a questão da água de lastro e dos impactos sobre cardumes.

O senhor Luís Otávio, pescador, questionou sobre o raio de influência dos ruídos da atividade.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **p) São João de Pirabas**

Data da realização: 16/11/2022.

Hora de realização: das 9h11 às 11h28

Local de realização: Escola de Música de São João de Pirabas

Total de participantes: 32

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 3

Veritas: 3

Poder público: 16

Colônia de pescadores: 1

Sociedade civil: 10

#### **Síntese da reunião:**

No município de São João de Pirabas a reunião ocorreu no dia 16 de novembro de 2022 na Escola Municipal de música, no horário das 9h11 às 11h28 da manhã. Nesta reunião participaram 34 pessoas, sendo três representantes da Petrobras e três da Veritas. O público externo somou 28 pessoas. Dentre elas, representantes do poder público como Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Chefe de Gabinete da Prefeitura como representante da prefeitura, assim como um vereador e servidores públicos da prefeitura. Participaram também o Sindicato de Produtores Rurais, o Sindicato de Pescadores do Estado do Pará, a Colônia de Pescadores e a Emater.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES

INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

### **Destaques da reunião:**

Sr. Cássio Tiago Dias, pela SEMMA, informou que no salgado paraense há muitos pescadores que atuam na região da área da atividade apresentada, mais especificamente nas localidades próximas dos municípios de Calçoene e do Oiapoque (AP). Nesse sentido, questionou se os ruídos da atividade de perfuração no fundo do mar não teriam um impacto sobre os recursos pesqueiros da região.

Vereador com mandato em exercício na Câmara Municipal de São João de Pirabas, Sr. Robson de Paula Costa questionou sobre se o estudo avaliou o comportamento do pescado após a desmobilização dos recursos da atividade de perfuração, considerando a caracterização da região como berçário de peixes de importante valor de sobrevivência à comunidade pesqueira da localidade. Pela EMATER, Sr. José Jorge Raposo, destacando que a comunidade pesqueira local pesca na região da atividade, perguntou que resposta a Petrobras está dando às comunidades pesqueiras das localidades e a sua Colônia de Pescadores, acrescentando que, tal como Vigia e Pirabas, Bragança não está incluída dentre as comunidades de pesca artesanal atuantes na região da atividade.

Sr. Raposo complementou que as questões acerca de compensações financeiras a danos e impactos às atividades são questões recorrentes para as comunidades, sobretudo em função dos 14 blocos de perfuração em curso. Pela SEMMA, Sra. Araújo novamente contribuiu endossando a preocupação do Sr. Raposo com a ausência de projetos na atividade voltados aos recursos pesqueiros e às comunidades pesqueiras, recomendando em registro que a Petrobras analise a possibilidade de projetos voltados ao segmento.

Com mandato eletivo pela Câmara dos Vereadores da localidade, o Sr. Wellington da Silva Cunha convidou a Equipe Técnica da Petrobras à realização de uma nova Reunião no espaço da Câmara Municipal, mobilizando a participação de donos de embarcação para que sejam informados, com o

propósito de oferecer segurança à tripulação e evitar tragédias e danos de petrechos de pesca relacionados à atividade. Sr. Vereador Robson Costa destacou como um dos aspectos críticos para a difusão das orientações relativas à atividade a ausência de importantes partes interessadas nos espaços, sugerindo complementar às estratégias de comunicação já traçadas, o recurso aos meios de rádio locais e às audiências públicas da Câmara com a transmissão ao vivo pela rede mundial de computadores.

José Marinho, advogado da Associação dos Canoeiros avaliou que as audiências públicas também poderão ter um quórum baixo, sugerindo a confecção de um pequeno panfleto com linguagem simplificada em orientações de perguntas e respostas constituídas com base nas experiências das reuniões informativas realizadas com as localidades, destacando que muitos deles estão preocupados com compensações financeiras e o que fazer em caso de acidentes com petrechos de pesca, a quem recorrer, dentre outras perguntas.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **q) Salinópolis**

Data da realização: 17/11/2022.

Hora de realização: das 8h54 às 11h39

Local de realização: Auditório do Centro Cultural Fonte Caranã – Campus UFPA Salinópolis

Total de participantes: 32

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 3

Veritas: 3

Poder público: 3

Colônia de pescadores: 2

Entidades de educação: 16

Sociedade civil: 7

#### **Síntese da reunião:**

A reunião no município de Salinópolis ocorreu na Casa de Cultura da Fonte Caranã no dia 17 de novembro de 2022, no horário de 8h30 até aproximadamente 12h. A reunião contou com a participação de 32 pessoas. Dentre elas, três representantes da Petrobras e três da Veritas. Integrando o público externo, participaram 26 pessoas. Dentre elas, representantes da Universidade Federal do Pará, Emater, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria da Pesca, Secretaria de Educação, Projeto Mineral, REDESTUR - Turismo, Colônia de Pescadores de Salinópolis entre outros participantes.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

Sr. Marwan Salman, Presidente da REDESTUR e do COMTUR, perguntou se há alguma previsão da camada geológica e de reservas de gás e óleo com outras perfurações que sejam em frente ao litoral de Salinópolis. Perguntou ainda quais os eventuais efeitos socioeconômicos positivos no caso de serem encontradas reservas de óleo e gás na atividade em foco, para o município de Salinópolis ou para as comunidades da cidade.

Sr. Everaldo Ponte, da Associação dos Canoeiros da Praça dos Pescadores (ACPT) relatou ter participado das audiências públicas precedentes à presente reunião, manifestando sua preocupação com a necessidade de apoio às cooperativas que auxiliam na limpeza e reciclagem de resíduos sólidos da localidade.

Professora da UFPA, a Sra. Inaiê Malheiros questionou à Petrobras sobre a possibilidade de participação dos estudantes de graduação em Engenharia Oceânica em estágio nas embarcações e navio sonda mobilizados para a atividade apresentada. Em continuidade a sua fala, Sra. Malheiros questionou, acerca da modelagem de óleo no que tange à validação empírica dos dados e à modelagem hidrodinâmica. Professor da UFPA, o Sr. Eduardo Queiroz, relatou acerca da modelagem de óleo do estudo, cujo modelo matemático é perfeito,



mas com problemas nos dados primários, com referência à batimetria da área estudada da plataforma continental, e, em função disso, questionou se há previsão de obtenção de dados primários. Sr. Queiroz perguntou ainda acerca da estrutura logística de apoio em terra às atividades da Petrobras na região amazônica, considerando que na região a maioria das áreas nos arredores são de unidades de conservação. Também Professor da UFPA, o Sr. Camilo Guerreiro perguntou sobre eventuais doações de equipamentos da empresa à universidade e se haveria contrapartidas para o apoio à formação e incorporação de mão-de-obra qualificada, saídas de campo, programa de trainee e estágios, com o intuito de promoção de benefícios às comunidades e universidades no âmbito local.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

#### **r) Maracanã**

Data da realização: 18/11/2022

Hora de realização: das 8h35 às 11h37

Local de realização: RT Eventos

Total de participantes: 47

Discriminação dos participantes:

Petrobras: 3

Veritas: 3

Poder público: 8

Entidades de educação: 2

Sociedade civil: 31

#### **Síntese da reunião:**

A reunião no município de Maracanã ocorreu no Espaço RT Eventos no dia 18 de novembro de 2022, no horário de 8h30 até aproximadamente 12h. A reunião contou com a participação de 47 pessoas. Dentre elas, três representantes da Petrobras e três da Veritas. Integrando o público externo, participaram 39 pessoas. Dentre elas, representantes da Associação de

Usuários da Reserva Extrativista de Maracanã (AUREMAR); da Universidade Federal do Pará (UFPA); da Prefeitura e Secretarias do Município de Maracanã (PA); do Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Pará (SINPESCA); de Secretarias do Município de Ponta de Pedras (PA) entre outros participantes.

A reunião ocorreu de forma regular de acordo com os documentos em anexo, os quais são: a ATA (VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS), a lista de presença (VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA) e imagens feitas no local da reunião (VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO).

#### **Destaques da reunião:**

Sr. Laércio de Sousa, Presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Maracanã (AUREMAR), relatou ter participado da audiência pública da atividade em Salinópolis em 2017 e ter mobilizado ampla participação dos usuários da Resex na oportunidade, tal como fizeram para a presente Reunião Informativa. Solicitando registro em ata, o Sr. Presidente requereu a realização de ata do presente evento e o repasse dela para a associação.

Sr. Afonso Ferro, Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Pará (SINPESCA), questionou se existe a probabilidade de impacto de vazamento de óleo sobre a localidade de Maracanã e Região em função das correntes marinhas. Representante de Sindicato de Pescadores Artesanais e Secretário de Meio Ambiente de Ponta de Pedras, Sr. Manoel Justino de Jesus Júnior, perguntou onde é possível encontrar o EIA/RIMA da atividade, solicitando também uma explicação mais aprofundada sobre a inteligência da lavra do petróleo, questionando os resultados da modelagem de óleo apresentada e requerendo estratégias de apoio à comunidade de pesca em caso de incidentes.

Cidadão da localidade, Sr. Duylyo Aleixo avaliou como baixa a participação da comunidade mais ampla, ressaltando a necessidade de discutir os impactos sociais decorrentes das expectativas geradas para o projeto. Secretário Municipal de Administração de Maracanã, o Sr. Djohnny Raiol agradeceu a participação de todos e questionou de que forma a localidade Maracanã atua como um ator com poder de veto na obtenção da licença da atividade junto ao

IBAMA, questionando se a participação é efetivamente substancial ou algo meramente formal.

Engenheira ambiental, pesquisadora do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), Sra. Márcia Santos avaliou que as compensações da atividade apresentadas não demonstram preocupação com eventuais impactos à reprodução social e histórica das comunidades da região. Em face disso, recomendou o aprofundamento nas ações sobre os aspectos históricos e sociais e questionou qual o recurso de transparência no acesso aos dados primários relativos à socioeconomia local e qual o protagonismo das populações tradicionais locais na obtenção dessa licença.

Professor de geografia da UFPA, vinculado ao Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA) do NUMA/UFPA, Sr. Glauco de Araújo avaliou que as posições apresentadas pela empresa se encaminham para uma avaliação isolada dos impactos da atividade, considerando a necessidade de uma compreensão sistêmica da cadeia de petróleo, em especial sobre a pesca tradicional. Nesse sentido, propôs que outras tentativas de compensação ocorram previamente às atividades, oferecendo, por exemplo, aos municípios suporte técnico para a qualificação em serviços e infraestrutura, logística e turismo. Em face das demandas por maior participação, o Sr. Ferro sugeriu a criação de um Comitê de Representantes dos Municípios com o propósito de estabelecer uma relação de transparência antes e pós-licenciamento com a sociedade, considerando que a licença concedida à operação não prevê a participação e oitiva posterior da comunidade.

A Petrobras prestou os esclarecimentos necessários aos comentários e questionamentos feitos. Os destaques podem ser consultados em detalhes na ATA da reunião.

## VI - SISTEMAS DE REGISTRO

O sistema de registros realizados para as reuniões informativas contemplou fotografias e listas de presença, nas quais constam contatos telefônicos, e-mails e vínculo institucional. Os dados colhidos por meio das listas de presença contribuíram para a atualização da lista de partes interessadas na atividade.

A seguir são apresentadas as evidências fotográficas de cada reunião informativa realizada e descrita no **item V** do presente relatório.

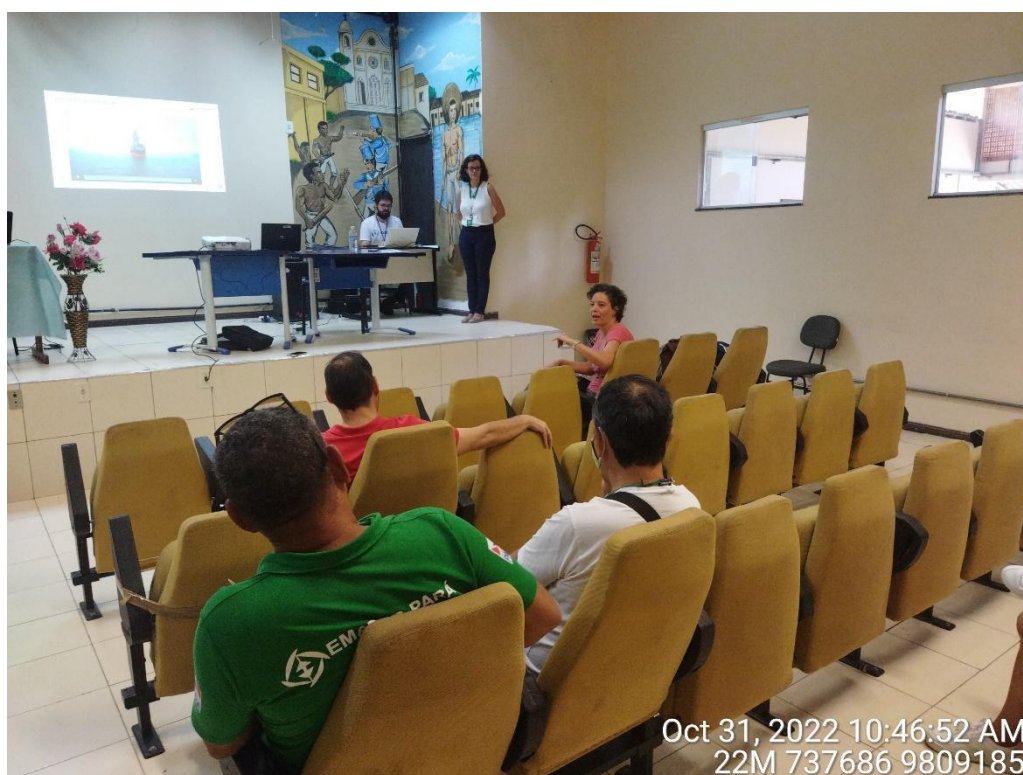


Figura 2 - Reunião informativa de Abaetetuba.





Figura 3 - Reunião informativa de Barcarena.



Figura 4 - Reunião informativa de Santo Antônio do Tauá.



Figura 5 - Reunião informativa em Vigia em 03/11/2022.



Figura 6 - Reunião informativa em Vigia em 05/12/2022.





Figura 7 - Reunião informativa de São Caetano de Odivelas.



Figura 8 - Reunião informativa de Colares.





Figura 9 - Reunião informativa de Oiapoque.



Figura 10 - Reunião informativa de Belém.





Figura 11 - Reunião informativa de Curuçá.



Figura 12 - Reunião informativa de Magalhães barata no dia 14/11/2022.





Figura 13 - Reunião informativa de Magalhães barata no dia 08/12/2022.



Figura 14 - Reunião informativa de Salvaterra





Figura 15 - Reunião informativa de Soure.



Figura 16 - Reunião informativa de Marapanim em 11/11/2022.



Figura 17 - Reunião informativa de Marapanim em 06/12/2022.



Figura 18 - Reunião informativa de Salinópolis.





Figura 19 - Reunião informativa de São João de Pirabas.



Figura 20 - Reunião informativa de Maracaná.





Figura 21 - Reunião informativa de Ananindeua.



Figura 22 – Reunião informativa de Cachoeira do Arari.



## VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório teve por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no que se refere à execução de reuniões informativas relativas à atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59 a ser realizada pela Petrobras na bacia da Foz do Amazonas.

Para tanto, apresentou-se neste relatório a descrição das atividades, a metodologia utilizada e as evidências da realização das reuniões nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022.

Nas reuniões estiveram presentes representantes do poder público municipal e estadual, de instituições de ensino, de organizações não governamentais (ONG), das colônias e associações de pescadores, da sociedade civil organizada, bem como cidadãos moradores das localidades contempladas pelas reuniões.

As reuniões informativas contemplaram todos os 18 municípios da área de influência da atividade. Ao todo foram realizadas 20 reuniões, considerando duas reuniões adicionais nos municípios de Vigia e Marapanim, visando ampliar a participação das partes interessadas. Em Oiapoque/AP e Belém/PA, foram realizadas reuniões ampliadas, com maior participação das partes interessadas.

Por fim, os encontros alcançaram mais de 900 interessados e buscaram prover informações atualizadas sobre a atividade de perfuração e respectivo processo de licenciamento ambiental, bem como dirimir dúvidas sobre o projeto exploratório. Com isso, considera-se que o objetivo das reuniões informativas previstas no Projeto de Comunicação Social foi atendido.

## VIII - ANEXOS

### VIII.1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO

Imagem 01: Reunião informativa de Abaetetuba.



Imagem 02: Reunião informativa de Barcarena.





Imagem 03: Reunião informativa de Santo Antônio do Tauá.



Imagem 04: Reunião informativa de Vigia.

Reunião 1:





## Reunião 2:



Imagem 05: Reunião informativa de São Caetano de Odivelas.





Imagem 06: Reunião informativa de Colares.



Imagem 07: Reunião informativa de Curuçá.





Imagem 08: Reunião informativa de Magalhães barata.

Reunião 1



Reunião 2



Imagem 09: Reunião informativa de Salvaterra.

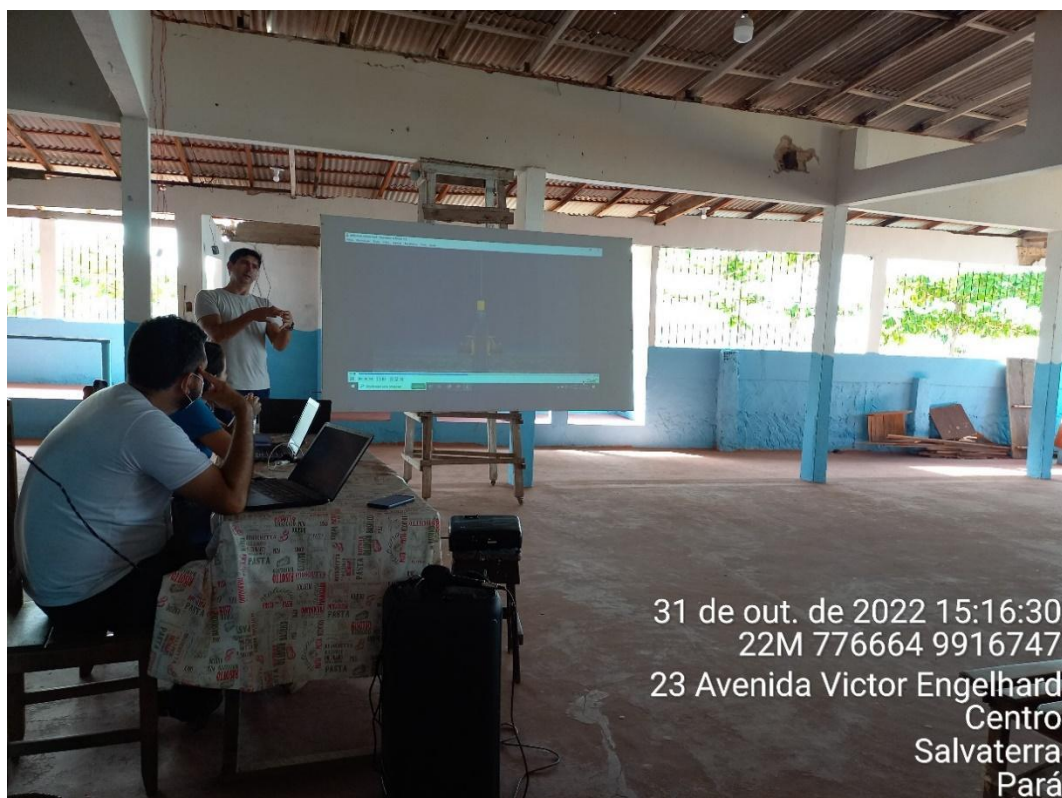






Imagem 10: Reunião informativa de Soure.

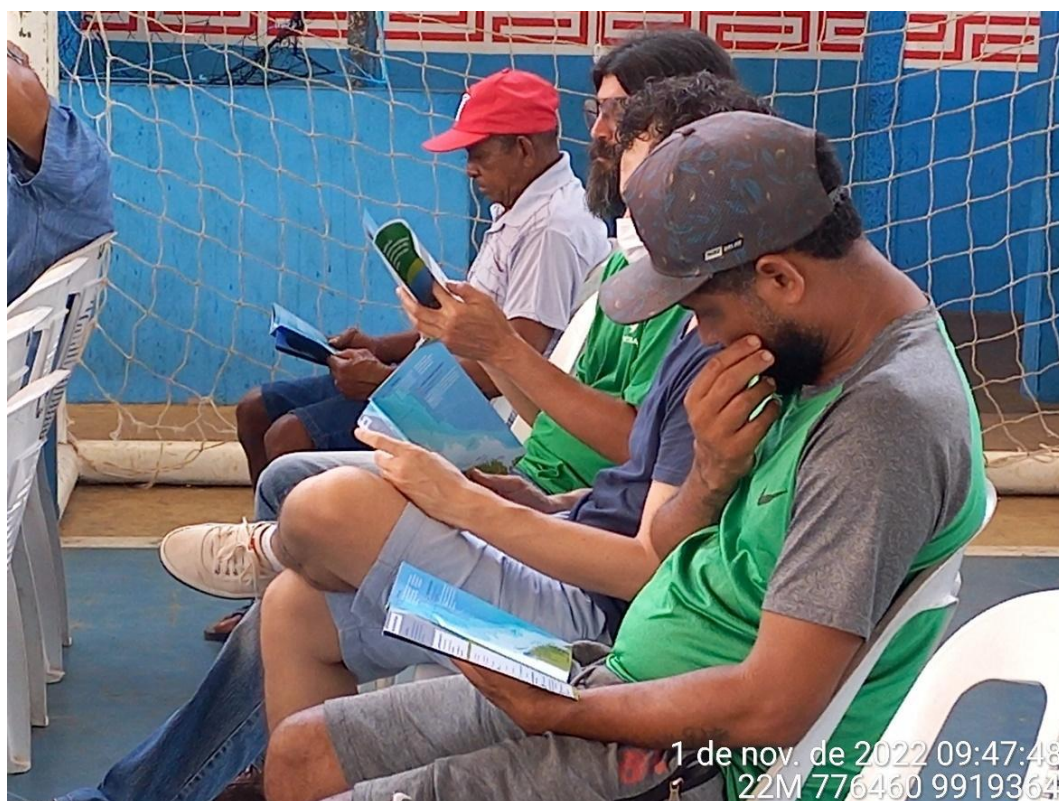








Imagem 11: Reunião informativa de Marapanim.

Reunião 1



Reunião 2



Imagem 12: Reunião informativa de Salinópolis.







Imagem 13: Reunião informativa de São João de Pirabas.









Imagem 14: Reunião informativa de Maracanã.







Imagem 15: Reunião informativa de Ananindeua.





Imagem 16: Reunião informativa de Belém.





Imagem 17: Reunião informativa de Oiapoque.





Imagem 18: Reunião informativa de Cachoeira do Arari.



## VIII.2 - REGISTRO DA LISTA DE PRESENÇA

Este documento foi passado no momento das reuniões para que os participantes pudessem assinar o seu nome, o seu vínculo ou não com alguma instituição, assim como colocar os seus contatos de e-mail e telefone.

## VIII.2.1 Abaetetuba



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Abaetetuba  
Localidade: Campus IBSA - Abaetetuba  
Data: 31/10/2022 Hora: 9:20 / 11:42

ibama:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>Elisa Diniz Reis Vieira</u>	Telefone:	E-mail: <u>elisa.vieira@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Edson da Silva</u>	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>Dirce Lúcia Diniz Reis Vieira</u> Comunidade <u>Coord. de Campus</u>	Telefone:	E-mail:
2. Nome: <u>Filipe Ruelandson Reis</u> Comunidade <u>CDH/Alpa</u>	Telefone: <u>932829644</u>	E-mail: <u>CDHAlpa@gmail.com</u>
3. Nome: <u>Maria da Graça Pereira</u> Comunidade <u>Sacramento Bonaparte</u>	Telefone: <u>9198335-820</u>	E-mail: <u>maria.vilanova@gmail.com</u>
4. Nome: <u>Fernando Colares</u> Comunidade <u>Colônia 2-14</u>	Telefone: <u>992028886</u>	E-mail:
5. Nome: <u>Donato C. Costa</u> Comunidade <u>EMATER ABATEETUBA</u>	Telefone: <u>988332041</u>	E-mail: <u>tecnicocomple@gmail.com</u>
6. Nome: <u>FLAVIO WEBER</u> Comunidade <u>EMATER - ABATEETUBA</u>	Telefone: <u>99166-4951</u>	E-mail: <u>flw20</u>
7. Nome: <u>JULIANE A.C ALVES</u> Comunidade <u>PETROBRAS</u>	Telefone: <u>(21) 9115-3637</u>	E-mail:
8. Nome: <u>Regina Pereira</u> Comunidade <u>PETROBRAS</u>	Telefone: <u>(21) 98823-101</u>	E-mail:

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>SJO VINICIUS MABQUES</u>	Comunidade <u>VERITAS</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
10. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
11. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
12. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
13. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
14. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
15. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
16. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
17. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
18. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
19. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
20. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
21. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
22. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
23. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
24. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
25. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
26. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____
27. Nome: _____	Comunidade _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



## VIII.2.2 Barcarena



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESEÇA

Município: Barcarena / PA  
Localidade: Subsistema de Barcarena  
Data: 01/11 Hora: 08:30 / 10:15

Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Petrobras: <u>ELISA DINIZ REIS VIEIRA</u>			<u>elisa.v@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Edson de Souza</u>			
Representante social: _____			
Representante social: _____			
Representante social: _____			
1. Nome: <u>Silange Silva A. Silva</u>	Comunidade: <u>Prefeitura de Barcarena</u>	Telefone: <u>91-98134115</u>	E-mail: <u>silange.silva@petrobras.com.br</u>
2. Nome: <u>Ronaldo Teixeira Silva</u>	Comunidade: <u>Associação de Barcarena</u>	Telefone: <u>91-991917977</u>	E-mail: <u>rtexeira@barcarena.org.br</u>
3. Nome: <u>José Carlos da Silva</u>	Comunidade: <u>Associação de Barcarena</u>	Telefone: <u>91-950469651</u>	E-mail: <u>carlos@barcarena.org.br</u>
4. Nome: <u>Luciana Gutierrez</u>	Comunidade: <u>Sociedade Civil</u>	Telefone: <u>91-98027-7052</u>	E-mail: <u>mail@scivil.com.br</u>
5. Nome: <u>MARCO MENDES</u>	Comunidade: <u>INDUSTRIA</u>	Telefone: <u>992601211</u>	E-mail: <u>LM.MARCO@INDUSTRIAL.COM</u>
6. Nome: <u>AMARÍLIO GUEDES</u>	Comunidade: <u>ASCOM PMB</u>	Telefone: <u>91-9856-7096</u>	E-mail: <u>amarilio.guedes@pmba.com.br</u>
7. Nome: <u>EDMILSON RICHARD</u>	Comunidade: <u>SEPLE - PREFEITURA</u>	Telefone: <u>1399781301</u>	E-mail: _____
8. Nome: <u>Juliana Pinheiro</u>	Comunidade: <u>Petrobras ITES</u>	Telefone: <u>(21) 98883-999</u>	E-mail: <u>juliana.pinheiro@petrobras.com</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Luiz Henrique Uliana</u>	Comunidade: <u>Prefeitura</u>	Telefone: <u>993605568</u>	E-mail: <u>luizhenrique@pmba.com.br</u>
10. Nome: <u>Alexandre Chaves</u>	Comunidade: <u>Prefeitura de Barcarena</u>	Telefone: <u>(91) 98129-2310</u>	E-mail: <u>alexandre@barcarena.org.br</u>
11. Nome: <u>Edson de Souza</u>	Comunidade: <u>Prefeitura de Barcarena</u>	Telefone: <u>(91) 9181-3783</u>	E-mail: <u>edson@barcarena.org.br</u>
12. Nome: <u>João de Deus</u>	Comunidade: <u>Colônia Z-13</u>	Telefone: <u>(91) 9926-4184</u>	E-mail: <u>joao@coloniaz13.com.br</u>
13. Nome: <u>Juliano A. C. Alves</u>	Comunidade: <u>Petrobras</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
14. Nome: <u>João Vinícius Uliana</u>	Comunidade: <u>Veritas</u>	Telefone: <u>(91) 9883-7125</u>	E-mail: <u>vinicius@veritas.com.br</u>
15. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
16. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
17. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
18. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
19. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
20. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
21. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
22. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
23. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
24. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
25. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
26. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
27. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

## VIII.2.3 Santo Antônio do Tauá



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Santo Antônio do Tauá  
Localidade: Arquiteto da Prefeitura  
Data: 07/11/2018 Hora: 8:42 - 13:06

Idade:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>ELSA D'AVIZ REIS VIEIRA</u>	Telefone:	E-mail: <u>elsa@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Edson Faria da Silva</u>	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>Ana Maria Carlos</u> Comunidade: <u>Guardião do Tauá</u> Telefone: <u>99571968</u> E-mail: <u>anailmarcos@gmail</u>		
2. Nome: <u>José Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>99279486</u> E-mail: <u>joselcarlos@gmail.com</u>		
3. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>98404-8088</u> E-mail: <u>luizcarlos@arquiteto.com.br</u>		
4. Nome: <u>Manoel F. Lima</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>9565-568</u> E-mail: <u>manuelflima@gmail.com</u>		
5. Nome: <u>Armando Junior</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>993635574</u> E-mail: <u>armandojunior@gmail.com</u>		
6. Nome: <u>João Sousa</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>992333415</u> E-mail: <u>joao.sousa@arquiteto.com.br</u>		
7. Nome: <u>Luiz Carlos</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>96939404</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>		
8. Nome: <u>Edson Faria da Silva</u> Comunidade: <u>Guardião do Tauá</u> Telefone: <u>99540523</u> E-mail: <u>edsonfaria@gmail.com</u>		

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Adriana Santana</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>993396131</u> E-mail:	
10. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail:	
11. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail:	
12. Nome: <u>Edson Faria da Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>edsonfaria@gmail.com</u>	
13. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
14. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
15. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
16. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
17. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
18. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
19. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
20. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
21. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
22. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
23. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
24. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
25. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	
26. Nome: <u>Paulo A. Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>pauloasilva@gmail.com</u>	
27. Nome: <u>Luiz Carlos Silva</u> Comunidade: <u>Arquiteto</u> Telefone: <u>991393040</u> E-mail: <u>luizcarlos@gmail.com</u>	

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).



## VIII.2.4 Vigia

## Reunião 1



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Vigia de Ananias  
Localidade: Campina VERPA XXI  
Data: 03/11/2012 Hora: 9:15/10:57

Nome:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>ELISA DINIZ REIS VIEIRA</u>	Telefone:	E-mail: <u>elisa.diniz@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Edson Roberto da Silva</u>	Telefone:	E-mail: <u>edson.roberto@gmail.com</u>
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>Paula Carla C.M. Barbosa</u> Comunidade <u>EETEPA</u>	Telefone: <u>(91) 98168-5113</u>	E-mail: <u>albuquerque@gmail.com</u>
2. Nome: <u>ALISON DOS SANTOS OLIVEIRA</u> Comunidade <u>EMATER-PI</u>	Telefone: <u>98165533</u>	E-mail: <u>alison.oliveira@gmail.com</u>
3. Nome: <u>João Paulo da Silva</u> Comunidade <u>SABE ATAPU</u>	Telefone: <u>988413594</u>	E-mail: <u>joao.paulo.silva@gmail.com</u>
4. Nome: <u>Wenderson</u> Comunidade <u>SEMAD</u>	Telefone: <u>980240249</u>	E-mail: <u>wenderson.menezes@hotmail.com</u>
5. Nome: <u>Juliana Barbosa</u> Comunidade <u>Amorim</u>	Telefone: <u>(21) 98833-1001</u>	E-mail: <u>juliana.barbosa@petrobras.com</u>
6. Nome: <u>João Vinícius Marques</u> Comunidade <u>Veritas</u>	Telefone: <u>(91) 98935-7125</u>	E-mail: <u>marques.jvinicius@gmail.com</u>
7. Nome:	Telefone:	E-mail:
8. Nome:	Telefone:	E-mail:

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

## Reunião 2

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

Logo: VERITAS GRUPO, BR PETROBRAS, IBAMA MMA

**Lista de Presença**

Localidade: Vigia de Ananias - (Linha 1) - Comunidade Literária 15 de Agosto  
Município: Vigia de Ananias  
Data da reunião: 03/11/2012

Nome	Organização	Atividade	Telefone	E-mail
0. <u>Wenderson</u>	<u>Veritas</u>	<u>Desenvolvimento</u>	<u>98811-7546</u>	<u>wendersonm@gmail.com</u>
1. <u>Elisa Diniz Reis Vieira</u>	<u>Veritas</u>	<u>Divulgação</u>	<u>981006821</u>	<u>elisa.diniz@petrobras.com.br</u>
2. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>JUST. RENOVAR</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>9698424367</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
3. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983102061</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
4. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>ASPAVI</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
5. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
6. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
7. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
8. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
9. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
10. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
11. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
12. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
13. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
14. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
15. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
16. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
17. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
18. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>
19. <u>Edson Roberto da Silva</u>	<u>COMUNICA</u>	<u>COORDENADOR</u>	<u>983641466</u>	<u>edson.roberto@gmail.com</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



## VIII.2.5 São Caetano de Odivelas

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

## LISTA DE PRESEÇA

Município: São Caetano de Odivelas  
Localidade: Ponto Cultural da Prefeitura  
Data: 04/11/2022 Hora: 8h30 - 11h30

Ibama: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Petrobras: EUSA DINIZ REIS NTEIRA Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: e.usa@petrobras.com.br  
Veritas: Edson Portoj da Silva Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: edsonportoj00@gmail.com  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
1. Nome: Glenda dos Santos Pereira Comunidade Sec. Mun. Assistência Social Telefone: (92)991902991 E-mail: glendaperreira2@gmail.com  
2. Nome: Nayma A. Oliveira Comunidade Sec. de Cultura Secult Telefone: (91)99119366 E-mail: oliveira.nayma@secult.com  
3. Nome: Hamilton J. Costa Comunidade Sec. Proteção e Def. Civil Telefone: 991986114 E-mail: hamiltoncosta29@gmail.com  
4. Nome: Dona Priscila Comunidade Sec. de Cultura Telefone: 991939522 E-mail: \_\_\_\_\_  
5. Nome: Orlando Dalton P. Moraes Comunidade Sec. de Cultura Telefone: 99371-3035 E-mail: \_\_\_\_\_  
6. Nome: Rosângela de Sá Comunidade Colônia de Pescadores Telefone: 9815150602 E-mail: \_\_\_\_\_  
7. Nome: Fernando M. Melo Cardoso Comunidade SEMED Telefone: 993601107 E-mail: fernandomeloapp@gmail.com  
8. Nome: Luciana Pereira Comunidade Petrobras Telefone: (21)2622340 E-mail: \_\_\_\_\_  
O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

9. Nome: Adrielly de A. Mendes Comunidade SEMMA Telefone: 99273-3056 E-mail: adrielly@gmail.com  
10. Nome: Saio Favalha Comunidade SECULT Telefone: 991365116 E-mail: saiofavalha@gmail.com  
11. Nome: Edson Rodrigues Ferreira Comunidade SEMMA/SCO Telefone: 993571327 E-mail: edsonrodrigues09@gmail.com  
12. Nome: Ailton Neto Comunidade SECULT/SCO Telefone: 99233-4897 E-mail: aitonneto06@gmail.com  
13. Nome: Adrielly de A. Mendes Comunidade SECULT/SCO Telefone: 994518972 E-mail: \_\_\_\_\_  
14. Nome: Gabriel dos Anjos Comunidade SECULT/Sec. Caetano Telefone: 99265-1652 E-mail: gabrielda23@gmail.com  
15. Nome: Priscila Passos Comunidade SECULT/São Caetano Telefone: 9980763957 E-mail: priscila.passos@gmail.com  
16. Nome: Paulo Roberto Comunidade SECULT/São Caetano Telefone: 99160-3842 E-mail: roberto2022@gmail.com  
17. Nome: Guilherme Silva Comunidade SEMMA/SCO Telefone: 992195448 E-mail: guilhermesilva@hotmail.com  
18. Nome: Fernando S. O. Soares Comunidade Controladoria Interna/SCO Telefone: 985956951 E-mail: fernando.soares036@gmail.com  
19. Nome: Renata da Silva Comunidade Chica de Gelado/SCO Telefone: 989213441 E-mail: renatada Silva@gmail.com  
20. Nome: Yanir Pereira Cavali Comunidade NEAP/UPPA Telefone: 9962-7546 E-mail: yanir.cavali@uppa.br  
21. Nome: Fernando Soares Comunidade Condomínio Numa/UPPA Telefone: 9918436776 E-mail: fernando.soares@uppa.br  
22. Nome: JOÃO VINÍCIUS MAREQUES Comunidade VERITAS Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: marques.vinicius@gmail.com  
23. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
24. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
25. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
26. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
27. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

## VIII.2.6 Colares



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Colares / PA  
Localidade: Colônia dos Pescadores 2-23  
Data: 08/11/2012 Hora: 10:00 / 11:57

Nome:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>ELISA DINIZ REIS UVERTA</u>		<u>elisa.v@petrobras.com.br</u>
Verites: <u>Edson Pereira da Silva</u>		
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>Wladimir Pontes da Silva</u> Comunidade <u>Varadouro (Presidente)</u>	Telefone: <u>981938089</u>	E-mail: <u>Wladimir@guilherme.com</u>
2. Nome: <u>Enildo A. Nunes</u> Comunidade <u>MEIO AMBIENTE</u>	Telefone: <u>980882836</u>	E-mail: <u>almidamuniz1971@gmail.com</u>
3. Nome: <u>Adriano C. Monteiro</u> Comunidade <u>MEIO AMBIENTE</u>	Telefone:	E-mail:
4. Nome: <u>Cleone da Gama</u> Comunidade <u>Pescadoura</u>	Telefone: <u>98273733</u>	E-mail:
5. Nome: <u>Marilene Barreto</u> Comunidade <u>Pescadoura</u>	Telefone:	E-mail:
6. Nome: <u>Marilene B. Nóbrega</u> Comunidade <u>Pescadoura</u>	Telefone: <u>985211287</u>	E-mail:
7. Nome: <u>Rildo Lopes Barão</u> Comunidade <u>Colônia dos Pescadores</u>	Telefone: <u>984553875</u>	E-mail: <u>rildolopesbarao00@gmail.com</u>
8. Nome: <u>Glúcia Garaiua Cardoso</u> Comunidade <u>SEC. CULTURA</u>	Telefone: <u>985664344</u>	E-mail:

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Fernando Cruz</u> Comunidade <u>STTR (Sítio dos Três Irmãos)</u>	Telefone: <u>91-97261784</u>	E-mail: <u>fernandocruz@funda.com</u>
10. Nome: <u>Leandro Bezerra</u> Comunidade <u>Pescadoura - Colares</u>	Telefone: <u>91-98333321</u>	E-mail: <u>leandrobezerra@guilherme.com</u>
11. Nome: <u>Maria de Jesus</u> Comunidade <u>Pescadoura</u>	Telefone: <u>64-9653055</u>	E-mail:
12. Nome: <u>Emilly T. de Souza</u> Comunidade <u>Secretaria de Pesca</u>	Telefone: <u>94631177</u>	E-mail: <u>emillytarsena23@hotmail.com</u>
13. Nome: <u>Giovane C. de Souza</u> Comunidade <u>Pescadoura - Secretário</u>	Telefone: <u>91-98523910</u>	E-mail: <u>giovane.costa@pescadoura.com.br</u>
14. Nome: <u>Luiz Nóbrega Cabral</u> Comunidade <u>Associação Veritas</u>	Telefone: <u>993279379</u>	E-mail:
15. Nome: <u>Silvia Helena O. Reis</u> Comunidade <u>Sessão Municipal Pesca</u>	Telefone:	E-mail: <u>silviareis@bolmail.com</u>
16. Nome: <u>Gláucia M. Reis</u> Comunidade <u>SEC. DE CULTURA</u>	Telefone: <u>992058517</u>	E-mail:
17. Nome: <u>Jefferson F. Miranda</u> Comunidade <u>PREFEITO</u>	Telefone: <u>984527857</u>	E-mail: <u>tanaka.45123@40mail.com</u>
18. Nome: <u>Marcelo D. Silva</u> Comunidade <u>São de Antônio</u>	Telefone: <u>99107-1500</u>	E-mail: <u>marcelo@guilherme.com</u>
19. Nome: <u>Marcelo D. Silva</u> Comunidade <u>EMATER-PARA</u>	Telefone: <u>91-99177-444</u>	E-mail: <u>marcelo@guilherme.com</u>
20. Nome: <u>Guilherme S. S.</u> Comunidade <u>FAPESCA PARA</u>	Telefone: <u>91-9960043</u>	E-mail:
21. Nome: <u>Leandro D. Silva</u> Comunidade <u>Pescadoura - Pescador</u>	Telefone: <u>91-93108-7021</u>	E-mail: <u>leandro@guilherme.com</u>
22. Nome: <u>Yara J. B. da Silva</u> Comunidade <u>Pescadoura - Pescador</u>	Telefone: <u>91-99211524</u>	E-mail: <u>yara.j.b.da.silva@gmail.com</u>
23. Nome: <u>João Luiz Monteiro</u> Comunidade <u>Emater - Colares</u>	Telefone: <u>91-85438597</u>	E-mail: <u>joaoluizmonteiro@gmail.com</u>
24. Nome: <u>Marcelo D. Silva</u> Comunidade <u>Câmara Municipal</u>	Telefone:	E-mail:
25. Nome: <u>Yara J. B. da Silva</u> Comunidade <u>PREMAG</u>	Telefone: <u>99202785</u>	E-mail:
26. Nome: <u>Luiz Nóbrega</u> Comunidade <u>SEC. DE CULTURA</u>	Telefone: <u>9157718</u>	E-mail: <u>luiznobrega@guilherme.com</u>
27. Nome: <u>Imaculada Batista</u> Comunidade <u>AMPA - As. dos Músicos</u>	Telefone: <u>982984272</u>	E-mail: <u>imaculada@guilherme.com</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



## VIII.2.7 Curuçá



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Curuçá PA  
Localidade: Parque da Indústrias  
Data: 09/11/2022 Hora: 15:25 - 17:42

Nome:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>LUIS VINIZ REIS VIEIRA</u>	Telefone:	E-mail: <u>elisev@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Roberto Augusto da Silva</u>	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>JOEL LIMA</u> Comunidade: <u>SECRETARIA INTERMUNICIPAL</u> Telefone: <u>991732029</u> E-mail: <u>joellima100@gmail.com</u>		
2. Nome: <u>MOISE MCBAK</u> Comunidade: <u>ACIC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA</u> Telefone: <u>99201-9505</u> E-mail: <u>moisebak@mininodo.com</u>		
3. Nome: <u>Buriane Ramos</u> Comunidade: <u>SEMPAGA</u> Telefone: <u>88230-6518</u> E-mail: <u>buriane@sempaga.com</u>		
4. Nome: <u>Antônio Marinho Bui</u> Comunidade: <u>Calábua F-5</u> Telefone: <u>93441460</u> E-mail:		
5. Nome: <u>Julio Cesar</u> Comunidade: <u>CHEFE DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA</u> Telefone: <u>993368989</u> E-mail: <u>TEGUSMAO@HOTMAIL.COM</u>		
6. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>PNE ORP/PA</u> Telefone: <u>995426599</u> E-mail: <u>antonio@comunicadocurucá.com</u>		
7. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>PNE SEC. FUNDAMENTAL</u> Telefone: <u>991330870</u> E-mail: <u>JOSE.ANTONIO.SILVA@GMAIL.COM</u>		
8. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Curuçá</u> Telefone: <u>91156452</u> E-mail: <u>antonio@curucá.com</u>		

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>FERNANDO CRUZ</u> Comunidade: <u>STTR (Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos)</u> Telefone: <u>91-97261984</u> E-mail: <u>fernandocruz@sttr.com</u>		
10. Nome: <u>CLAUDIO BASSO</u> Comunidade: <u>Prefeitura - Curuçá</u> Telefone: <u>919833331</u> E-mail: <u>claudio@prefeitura.curucá.pa</u>		
11. Nome: <u>Maria da Graça</u> Comunidade: <u>Pescadoura</u> Telefone: <u>649653055</u> E-mail:		
12. Nome: <u>Emily T. de Souza</u> Comunidade: <u>Secretaria de Pesca</u> Telefone: <u>94611031</u> E-mail: <u>emilytse@sepepa.com</u>		
13. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Prefeitura - Secretário</u> Telefone: <u>91-98523910</u> E-mail: <u>joaoantonio@curucá.pa</u>		
14. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Associação Municipal</u> Telefone: <u>993279379</u> E-mail:		
15. Nome: <u>Silvia Velma D. Reis</u> Comunidade: <u>Sistema Municipal Pesca</u> Telefone: E-mail: <u>silvia@sepepa.com</u>		
16. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>SEC. DE CULTURA</u> Telefone: <u>992058512</u> E-mail:		
17. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>PRECITO</u> Telefone: <u>984527857</u> E-mail: <u>joaoantonio@precito.com</u>		
18. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Sec. de Administração</u> Telefone: <u>99103-1542</u> E-mail: <u>joaoantonio@seadcurucá.com</u>		
19. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>EMATER-PARA</u> Telefone: <u>9199177-9444</u> E-mail: <u>joaoantonio@emater.pa</u>		
20. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>FAPECA PARA</u> Telefone: <u>91-9960643</u> E-mail:		
21. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Prefeitura - Coordenador</u> Telefone: <u>91-93108-7021</u> E-mail: <u>joaoantonio@prefeitura.curucá.pa</u>		
22. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Prefeitura - Coordenador</u> Telefone: <u>91-992115224</u> E-mail: <u>joaoantonio@prefeitura.curucá.pa</u>		
23. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Emater - Curuçá</u> Telefone: <u>91-85438597</u> E-mail: <u>joaoantonio@emater.pa</u>		
24. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>Câmara Municipal</u> Telefone: E-mail:		
25. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>BUREMAG</u> Telefone: <u>99202-7882</u> E-mail:		
26. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>SECEC</u> Telefone: <u>991572119</u> E-mail: <u>joaoantonio@secec.com</u>		
27. Nome: <u>JOSE ANTONIO SILVA</u> Comunidade: <u>AMPA - Ass. dos Municípios da Paraguaná</u> Telefone: <u>992484222</u> E-mail: <u>joaoantonio@ampa.com</u>		

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).






Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

28. Nome: GRACIELA SOARES VASQUES Comunidade: RIOCOVA PERCEBO (gabinete do prefeito) Telefone: 992368818 E-mail: gracielav@rioconvapetropolis.com.br
29. Nome: Alfonso Paulo Duarte Costa Comunidade: IRATIUNA ASSOCIAÇÃO AMMA Telefone: 992209334 E-mail:
30. Nome: Paulo Henrique dos Santos Faria Comunidade: Palmeira do Rio de Janeiro Telefone: 999179742 E-mail: comentadorpaulo@petrobras.com
31. Nome: PATRICIA GORDINE Comunidade: PETROBRAS Telefone:  E-mail:
32. Nome: JORD VINCINS MACHES Comunidade: VERITAS Telefone:  E-mail:
33. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
34. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
35. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
36. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
37. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
38. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
39. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
40. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
41. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
42. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
43. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
44. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
45. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:
46. Nome:  Comunidade:  Telefone:  E-mail:

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).

## VIII.2.8 Salvaterra

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59


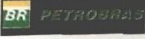

LISTA DE PRESENÇA

Município: Salvaterra  
Localidade: colônia de pescadores Z-2  
Data: 31/10/22 Hora: 14h30m.

Ibama: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Petrobras: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Veritas: Quene J. K. D.@hotmail.com Telefone: (91) 98443-9351 E-mail: quene.j.k.d@hotmail.com  
 Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Representante social: F. P. N. C. S. 80 Telefone: 99 819 36 3 E-mail: \_\_\_\_\_

- Nome: Leone Almeida Comunidade: Salvaterra Z 2 Telefone: 99 144 14 02 E-mail: leonecarlos@gmail.com
- Nome: Lincoln Freitas Costa Comunidade: Salvaterra Z 2 Telefone: 98 051 89 89 E-mail: lincolnfreitas@gmail.com
- Nome: Robson dos Santos Silva Comunidade: Salvaterra Z 2 Telefone: 98 510 59 89 E-mail: robsonfreitas@hotmail.com
- Nome: Robson dos Santos Silva Comunidade: Salvaterra Z 2 Telefone: 98 557 89 22 E-mail: robsonfreitas@hotmail.com
- Nome: Priscila Natália Souza Costa Comunidade: Salvaterra Z 2 / SEMMA Telefone: 99 481 22 03 E-mail: priscilacosta@gmail.com
- Nome: Priscila do S. Furtado Comunidade: Salvaterra SEMMA Telefone: 98 494 49 62 E-mail: priscila\_santos@gmail.com
- Nome: Robson Q. Brito Comunidade: Salvaterra (ASPA JUB) Telefone: 98 347 54 61 E-mail: robsonqbrito@gmail.com
- Nome: Robson Q. Brito Comunidade: UFPA (PPGAA/JUB) Telefone: 99 346 27 23 E-mail: robsonqbrito@gmail.com

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental da Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

9. Nome: Robson Q. Brito Comunidade: Salvaterra (ASPA JUB) Telefone: 98 662 33 25 E-mail: robsonqbrito@gmail.com

10. Nome: Robson Q. Brito Comunidade: SEMMA Telefone: 98 557 36 04 E-mail: robsonqbrito@gmail.com

11. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

12. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

13. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

14. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

15. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

16. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

17. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

18. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

19. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

20. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

21. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

22. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

23. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

24. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

25. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

26. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

27. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental da Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA).



## VIII.2.9 Soure

**VERITAS GRUPO** Projeto de Comunicação Social (PCS) Reunião Informativa Bloco FZA-M-59 **BR PETROBRAS** **IBAMA MMA**

**LISTA DE PRESEÇA**

Município: Soure  
Localidade: Quilombo de Abel - nome fugurado  
Data: 01/04/2022 Hora: 09h00

Ibama: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Petrobras: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Veritas: Dayse Bandeira, Manoel Tebarez Telefone: (41) 98943-9351 E-mail: axione.flores@hotmail.com  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

- Nome: Ana Rosa Macedo Braga Comunidade: Soc. de Turunimo (Soure) Telefone: (91) 98605-4200 E-mail: anarosaoficial92@gmail.com
- Nome: Yas Raulino Guedes Santos Comunidade: Soure, Páscua (AMPAC) Telefone: (91) 988420-1426 E-mail: YasRaulino@hotmail.com
- Nome: Elaine O. Andrade Comunidade: Associação do Páscua Telefone: (91) 98058-5952 E-mail: elaine.marajo@gmail.com
- Nome: Tomara Braga de Souza Comunidade: Associação Bom de Deus Telefone: (41) 98404-4354 E-mail: abonadeus@outlook.com
- Nome: Desirée Carlos Souza Comunidade: Associação dos Homens Telefone: (91) 993953305 E-mail: desireebraga@hotmail.com
- Nome: José Roberto Marques Comunidade: " " " Telefone: 91-98016-9006 E-mail: joseroberto@outlook.com
- Nome: Paulo Carlos Lourenço Comunidade: ASSOCIAÇÃO Telefone: 91-93143387 E-mail: PauloCarlosLourenco@outlook.com
- Nome: Patrícia F. de Jesus Comunidade: Comunidade dos Homens Telefone: (91) 996318291 E-mail: patriciafdejesus@gmail.com

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

**VERITAS GRUPO** Projeto de Comunicação Social (PCS) Reunião Informativa Bloco FZA-M-59 **BR PETROBRAS** **IBAMA MMA**

- Nome: Jorge Gabriel das Neves Comunidade: Saciedade 71 Telefone: 987344952 E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: Ana Beatriz Machado Comunidade: Páscua Telefone: 9142-9439 E-mail: beatrizmacedo@outlook.com
- Nome: Isabella Gomes de Jesus Comunidade: ICMBIO/RESEX MIA SOURE Telefone: 91-988759223 E-mail: isabella.gomes@outlook.com
- Nome: Luiz Carlos Alves Pereira Comunidade: Soc. Civil Telefone: 33 971228870 E-mail: carvalhos@qualicou.com
- Nome: Roberto Silva Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: Sandro José Lopes Pereira Comunidade: EMATER-PA SOURE Telefone: (91) 989032742 E-mail: emater.soure@yahoo.com.br
- Nome: Alz. Michel F. Pinheiro Comunidade: MATINHÁ Telefone: (91) 99344843 E-mail: almazmichel@outlook.com
- Nome: LEONARDO Comunidade: SOURCE - CENTRO Telefone: 91-99144402 E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: Jerônimo Barbosa Brito Comunidade: ATM - SOURE Telefone: 91-99347734 E-mail: jeromobrito@gmail.com
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



## VIII.2.10 Marapanim

## Reunião 1



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESEÇA

Município: Marapanim PA  
Localidade: Sede do Marapanim Export Club  
Data: 11/01/2022 Hora: 9:52 - 12:04

Ibama: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Petrobras: EDISA DINIZ DEIS VIEIRA Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: edisa@petrobras.com.br  
 Veritas: Edilson Roberto de Souza Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 1. Nome: Adriano Comunidade: MIRADOL Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 2. Nome: PLEISON GONTO Comunidade: CONSELHEIRO JACOBINO Telefone: 988-191260 E-mail: bcl@ibon 89909 mobil.com  
 3. Nome: ARLEM SANDRO G. DASILVA Comunidade: CONSELHEIRO RESENDA Telefone: 983718624 E-mail: ARLEM SANDRO PT@GMAIL.COM  
 4. Nome: JENN TEIXEIRA Comunidade: SEMMA Telefone: 39340-4453 E-mail: SEMMA.MARAPANIM@GMAIL.COM  
 5. Nome: DARIELA GONDI Comunidade: PETROBRAS Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 6. Nome: JORGE VINICIUS MACHES Comunidade: VERITAS Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 7. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 8. Nome: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXP/IBAMA).

## Reunião 2



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## Lista de Presença

Localidade: <u>Associação Exportadora Com Intento</u>				
Município: <u>Marapanim - PA</u>				
Data da reunião: <u>10/01/2022</u>				
Nome	Organização	Atividade	Telefone	E-mail
0 <u>Wesley Pereira</u>	<u>Veritas</u>	<u>Comunicação</u>	<u>91 988117546</u>	<u>wesley.pereira@gmail.com</u>
1 <u>JULIANA PEREIRA</u>	<u>PETROBRAS</u>	<u>Eng. Amb.</u>	<u>21 98820-1401</u>	<u>juliana.pereira@petrobras.com.br</u>
2 <u>FRANCISCO LAERCIO</u>	<u>EMATER PARA</u>	<u>TEC. COOP. EM AGROPECUARIA</u>	<u>91 99222 1946</u>	<u>emater.para@emater.com.br</u>
3 <u>Cleber Barata</u>	<u>Prefeitura - Curuçá</u>	<u>Gestor</u>	<u>91 9788-9345</u>	<u>CEBARATA@GMAIL.COM</u>
4 <u>FILIPPE AUGUSTO R. GONÇALVES</u>	<u>VERITAS</u>	<u>Comunicação</u>	<u>191 981008921</u>	<u>Filipe.goncalves@veritas.com.br</u>
5 <u>KAMEN KANDEN</u>	<u>PETROBRAS</u>	<u>ENG. AGRONOMO</u>	<u>11 976159902</u>	<u>kamen.kanden@petrobras.com.br</u>
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXP/IBAMA).

1

## VIII.2.11 Salinópolis



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Salinópolis  
Localidade: Casa de Cultura Norte do Caranã  
Data: 17/11/2012 Hora: \_\_\_\_\_

Ibama: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Petrobras: <u>Gabriel Rizzardi Arndt</u>	Telefone: <u>21 971239232</u>	E-mail: <u>gabriel.arndt@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Marcelo Bandeira</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
1. Nome: <u>Claudia O de Araujo</u> Comunidade <u>Petrolinas</u>	Telefone: _____	E-mail: <u>claudia.araujo@petrobras.com.br</u>
2. Nome: <u>Cristiano M. Silveira</u> Comunidade <u>Petrobras</u>	Telefone: _____	E-mail: <u>cristiano.silveira@petrobras.com.br</u>
3. Nome: <u>Edson Pereira de Silva</u> Comunidade <u>União</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
4. Nome: <u>Hernandes Henriques</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 9831690515</u>	E-mail: <u>henriques@ufpa.br</u>
5. Nome: <u>Camilo Guimaraes</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: _____	E-mail: <u>camiloguimaraes@ufpa.br</u>
6. Nome: <u>Anderson Almeida</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 9831690515</u>	E-mail: <u>anderson@ufpa.br</u>
7. Nome: <u>Cláudia de F. Silva</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 9831690515</u>	E-mail: <u>claudia@ufpa.br</u>
8. Nome: <u>Alana Suelma Rodrigues</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 9831690515</u>	E-mail: <u>alana@ufpa.br</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA)



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Tamires Batista H. Amorim</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 98013-032</u>	E-mail: <u>batistatamires@gmail.com</u>
10. Nome: <u>Paulo de Souza Guimarães</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 99615-766</u>	E-mail: <u>paolosouza@gmail.com</u>
11. Nome: <u>Paulo Sérgio S. Nunes</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 99111110</u>	E-mail: <u>paolosergio@gmail.com</u>
12. Nome: <u>Paulo Roberto S. Nunes</u> Comunidade <u>EMATER - PA/PAUNÓRIS</u>	Telefone: <u>91 98998-5106</u>	E-mail: <u>PAUNORIS@HOTMAIL.COM</u>
13. Nome: <u>Evandro Leal de Souza</u> Comunidade <u>Soc. Agrícola União Salinópolis</u>	Telefone: <u>91 989494677</u>	E-mail: <u>evandro@uniao-salinopolis.org.br</u>
14. Nome: <u>Jessica Almeida de S. Silva</u> Comunidade <u>Soc. Mun. de Administração</u>	Telefone: <u>91 981144236</u>	E-mail: <u>jessica@prefeitura-salinopolis.org.br</u>
15. Nome: <u>Flávio de S. Almeida</u> Comunidade _____	Telefone: <u>91 834660</u>	E-mail: _____
16. Nome: <u>Wenderson de S. Silva</u> Comunidade <u>CIARANT</u>	Telefone: <u>989065663</u>	E-mail: _____
17. Nome: <u>Marcelo da Silva</u> Comunidade <u>colônia de pescadores</u>	Telefone: <u>986262528</u>	E-mail: <u>presidente2013msa@gmail.com</u>
18. Nome: <u>MARWAN K. SALTAN</u> Comunidade <u>REDESTUR.COMTUP</u>	Telefone: <u>981862890</u>	E-mail: <u>marwan@redestur.comtup.com</u>
19. Nome: <u>Julio César de Almeida</u> Comunidade <u>PONTA D'ASOFIA</u>	Telefone: <u>973097111</u>	E-mail: _____
20. Nome: <u>Paulo Sérgio S. Nunes</u> Comunidade <u>Sociedade de Salinópolis</u>	Telefone: <u>91 983033807</u>	E-mail: <u>PAUNORIS@HOTMAIL.COM</u>
21. Nome: <u>EDMILSON REIS</u> Comunidade <u>CIARANT</u>	Telefone: <u>9890526</u>	E-mail: _____
22. Nome: <u>Roberto Fagundes Borborema</u> Comunidade <u>MINERAL</u>	Telefone: <u>984064557</u>	E-mail: <u>borborema@mineral.org.br</u>
23. Nome: <u>Guarany de S. Dias</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>983774899</u>	E-mail: <u>guarany@ufpa.br</u>
24. Nome: <u>Renato Reis Sacramento</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>99122-5419</u>	E-mail: <u>renato@ufpa.br</u>
25. Nome: <u>Esther Thomaz C. Pontes</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>98600-556</u>	E-mail: <u>estherthomaz@ufpa.br</u>
26. Nome: <u>Fernando de S. Silva</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>91 981862890</u>	E-mail: <u>fernando@ufpa.br</u>
27. Nome: <u>Jonas Moisés de S. Silva</u> Comunidade <u>UFPA</u>	Telefone: <u>48 991566112</u>	E-mail: <u>jonas@ufpa.br</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA)



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



28. Nome: <u>Ednaide Viana de Sousa</u>	Comunidade: <u>UPPA</u>	Telefone: <u>(21) 337840</u>	E-mail: <u>QUELOZ@GMAIL.COM</u>
29. Nome: <u>Carolina Loureiro Benne</u>	Comunidade: <u>UPPA</u>	Telefone: <u>(21) 33301616</u>	E-mail: <u>BENNE@UPPA-BR</u>
30. Nome: <u>Henrique Kennedy</u>	Comunidade: <u>UPPA</u>	Telefone: <u>(21) 33301616</u>	E-mail: <u>HENRIQUEKENNEDY.HUGO@GMAIL.COM</u>
31. Nome: <u>Ednaide Viana de Sousa</u>	Comunidade: <u>UPPA</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
32. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
33. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
34. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
35. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
36. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
37. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
38. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
39. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
40. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
41. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
42. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
43. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
44. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
45. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
46. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEX/IBAMA).



## VIII.2.12 São João de Pirabas



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESEÇA

Município: São João de PirabasLocalidade: Escola Municipal de MúsicaData: 16/11/2022 Hora: 9h11 / 11h23

IBAMA:	Telefone:	E-mail:
Petrobras: <u>Gabriel Rizzardi Azevedo</u>	Telefone: <u>21 97133 2237</u>	E-mail: <u>gabriel.azevedo@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Clayton Pereira</u>	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
Representante social:	Telefone:	E-mail:
1. Nome: <u>Clayton Pereira</u> Comunidade: <u>Pirabas</u>	Telefone:	E-mail: <u>clayton.pereira@petrobras.com.br</u>
2. Nome: <u>CRISTIANO M. SILVA</u> Comunidade: <u>Petrobras</u>	Telefone:	E-mail: <u>crisilveira@petrobras.com.br</u>
3. Nome: <u>Chayton Costa da Faria</u> Comunidade: <u>SEMED</u>	Telefone: <u>985280765</u>	E-mail: <u>chayton.compasso@gmail.com</u>
4. Nome: <u>Allyson dos Santos Araújo</u> Comunidade: <u>SEMMA</u>	Telefone: <u>98502-1140</u>	E-mail: <u>allysonaraujo@gmail.com</u>
5. Nome: <u>Ademir Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>993033640</u>	E-mail:
6. Nome: <u>Ademir S. Lourenço</u> Comunidade: <u>SEMED</u>	Telefone: <u>987201963</u>	E-mail:
7. Nome: <u>Walcir dos Santos</u> Comunidade:	Telefone: <u>993374851</u>	E-mail:
8. Nome: <u>Walcir dos Santos</u> Comunidade:	Telefone: <u>985730687</u>	E-mail: <u>walcir.costa@gmail.com</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Rita de Cassia Farias</u> Comunidade: <u>CAPOA FARIAS</u>	Telefone: <u>984956009</u>	E-mail:
10. Nome: <u>Dionizete S. Soares</u> Comunidade: <u>Secretaria de Administração</u>	Telefone: <u>984649563</u>	E-mail:
11. Nome: <u>Chayton Costa da Faria</u> Comunidade: <u>Sanderson de Faria</u>	Telefone: <u>98511-3574</u>	E-mail: <u>chayton.compasso@gmail.com</u>
12. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>988698614</u>	E-mail: <u>ademir.pirabas@gmail.com</u>
13. Nome: <u>Walcir dos Santos</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984089017</u>	E-mail:
14. Nome: <u>Edson Valério de Souza</u> Comunidade: <u>Secretaria de Administração</u>	Telefone: <u>984973477</u>	E-mail:
15. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>chelo de gabinete</u>	Telefone: <u>98556430</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
16. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
17. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
18. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
19. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
20. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
21. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
22. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
23. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
24. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
25. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
26. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>
27. Nome: <u>Ademir dos Santos Lourenço</u> Comunidade: <u>Sindicato Rural</u>	Telefone: <u>984914029</u>	E-mail: <u>ademir.compasso@gmail.com</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



28. Nome: <u>Raimundo de Jesus Brito</u>	Comunidade: <u>Canara municipal</u>	Telefone: <u>984323738</u>	E-mail: _____
29. Nome: <u>LISE LORGE F. Raposo</u>	Comunidade: <u>Emater - PA</u>	Telefone: <u>9862-2551</u>	E-mail: <u>GRT.Piratas@Gmail.com</u>
30. Nome: <u>SOMILINO LOMOU</u>	Comunidade: <u>Piratas</u>	Telefone: <u>9822-6786</u>	E-mail: _____
31. Nome: <u>Jon Ruiz Alencar</u>	Comunidade: <u>KM 42 - Limoeiras</u>	Telefone: <u>9964600</u>	E-mail: _____
32. Nome: <u>JOAO VINICIUS MABQUES</u>	Comunidade: <u>VERITAS</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
33. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
34. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
35. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
36. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
37. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
38. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
39. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
40. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
41. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
42. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
43. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
44. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
45. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
46. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

## VIII.2.13 Maracanã



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



## LISTA DE PRESENÇA

Município: Maracanã  
Localidade: Rt Eventos  
Data: 18/11/22 Hora: 08h35 - 11h37

Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Petrobras: <u>Gabriel Rizzardi Arcand</u>		Telefone: <u>21 97123 8232</u>	E-mail: <u>gabriel.rizzardi@petrobras.com.br</u>
Veritas: <u>Edson de Souza</u>		Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____		Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____		Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____		Telefone: _____	E-mail: _____
1. Nome: <u>Carla O. Gomes</u>	Comunidade: <u>Pavão</u>	Telefone: _____	E-mail: <u>carla.gomes@petrobras.com.br</u>
2. Nome: <u>Jedene do Rosário Santa</u>	Comunidade: <u>Secret. Municipal Meio Amb.</u>	Telefone: <u>985660577</u>	E-mail: <u>jedene.junior@yahoo.com.br</u>
3. Nome: <u>Carla O. Gomes</u>	Comunidade: <u>Sec. Pesca</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>carla.gomes@petrobras.com.br</u>
4. Nome: <u>Edilvino Castalício</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984989414</u>	E-mail: <u>edilvino.castalicio@petrobras.com.br</u>
5. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>11 98464-5315</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
6. Nome: <u>Afonso Ferraz</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>91 987575718</u>	E-mail: <u>afonso.ferraz@petrobras.com.br</u>
7. Nome: <u>Elizora Malato</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>91 986666684</u>	E-mail: <u>elizora.malato@petrobras.com.br</u>
8. Nome: <u>Solange Souza</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59



9. Nome: <u>Elia de Cassia Farias</u>	Comunidade: <u>SECRETARIA DE ASSINTEC</u>	Telefone: <u>984856009</u>	E-mail: _____
10. Nome: <u>Domingos F. Soares de Souza</u>	Comunidade: <u>Secretaria de Administração</u>	Telefone: <u>984449503</u>	E-mail: _____
11. Nome: <u>Elizora Malato</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>elizora.malato@petrobras.com.br</u>
12. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
13. Nome: <u>Carla O. Gomes</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>carla.gomes@petrobras.com.br</u>
14. Nome: <u>Edson de Souza</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>edson.de.souza@petrobras.com.br</u>
15. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
16. Nome: <u>Elizora Malato</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>elizora.malato@petrobras.com.br</u>
17. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
18. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
19. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
20. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
21. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
22. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
23. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
24. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
25. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
26. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>
27. Nome: <u>Manoel Justino Junior</u>	Comunidade: <u>SINPISA (MARACANÁ)</u>	Telefone: <u>984439217</u>	E-mail: <u>manoel.justinojunior@petrobras.com.br</u>

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).



Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

28. Nome: <u>Raimundo de Jesus Costa</u>	Comunidade: <u>Comunidade Municipal</u>	Telefone: <u>984323738</u>	E-mail: _____
29. Nome: <u>JOSE VARGAS F. RIBEIRO</u>	Comunidade: <u>EMATER. PA</u>	Telefone: <u>9962-2551</u>	E-mail: <u>GRT.PINARIS@Gmail.com</u>
30. Nome: <u>SANTINO LOMOU</u>	Comunidade: <u>P. MABAS</u>	Telefone: <u>9822-6736</u>	E-mail: _____
31. Nome: <u>JOAO BUIZ ALMEIDA</u>	Comunidade: <u>KM 42 - EMATER</u>	Telefone: <u>99164600</u>	E-mail: _____
32. Nome: <u>JOAO VINICIUS MACHES</u>	Comunidade: <u>VERITAS</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
33. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
34. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
35. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
36. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
37. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
38. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
39. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
40. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
41. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
42. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
43. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
44. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
45. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
46. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

## VIII.2.14 Ananindeua

**LISTA DE PRESENÇA**

Município: Ananindeua  
Localidade: Esmae  
Data: 11/11/22 Hora: 08h30

Ibama: (Fulipe) Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Petrobras: Francisco, Patricia Rosa, Lucila Maydlauer. Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Veritas: Filipe Rodrigues, Marcelo dos Santos, Dapça e Terens Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante social: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

1. Nome: Yao MAKINI (Juia da Conceição Cardoso) Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: yuandacardoscardoso@gmail.com  
2. Nome: Edimilson de Abreu Cardoso Telefone: 985385773 E-mail: edimilsoncardoso@gmail.com  
3. Nome: Kathelina C. Cardoso dos Santos Telefone: 984456826 E-mail: KathelinaCardoso@gmail.com  
4. Nome: Vanuzza da Conceição (Mabeiru Inyko) Telefone: 98510-3574 E-mail: \_\_\_\_\_  
5. Nome: Dr. X. Silva (Mabeiru Inyko) Telefone: 982355056 E-mail: \_\_\_\_\_  
6. Nome: Eriska Silva da Conceição Telefone: 985742335 E-mail: erikasilva1983@gmail.com  
7. Nome: Marina Victoria Cardoso Santos Telefone: 985967354 E-mail: marinavictoria467@gmail.com  
8. Nome: Yagrer Raulina Cayula Telefone: 9362-7546 E-mail: yagrercaiyula@gmail.com  
9. Nome: Diogo dos Santos Falcão Telefone: 982011697 E-mail: diogofalcao22@gmail.com  
10. Nome: Henrique Raulina Cayula Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
11. Nome: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
12. Nome: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
13. Nome: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

### VIII.2.15 Belém

[illegible][illegible]



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59

Hotel Grand Mercure - Belém-PA - 10/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Drygas Costa Cardoso	Colônia dos Pescadores 25	91-986366693	Drygas Costa
Amanda Cristiane Almeida	Colônia dos Pescadores 29	91-9106294936	Amanda Almeida
José Alvaro B. Lebedel	Margem BRZ do S	(184) 44-14-15	José Alvaro
Anilane Aguiar	Petrobras		Anilane
Federico Augusto	COPINAR	986113748	Federico
DARIO MARQUES	NCP	(91) 99252-2221	Dario
ANTONIO NOBES	GURU GDIAS	6298138781	Antonio Nobes
Lewson Barros	Semas	91-991066674	Lewson
Fabiano R. Stefano	Rancho	11-994373654	Fabiano

PÚBLICA

[illegible][illegible]

[illegible][illegible]



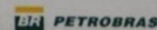
## Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59

Hotel Grand Mercure - Belém-PA - 10/11/2022

[illegible]

## Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59

Hotel Grand Mercure - Belém-PA - 10/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Wagner (Sociedade) Jhon Bandeira	Vertical.	91989443-4351	[Assinatura]
Eric Farias Berto ROS	Petropolis	(21) 97980-0888	[Assinatura]
Rita Figueiredo Pinheiro	Mineral	91 984064557	[Assinatura]
Alfredo CARVALHO SILVA	Colônia 2-09 de Maravilha	91-985901927	Alfredo CS Silva
Guimarda do S. Silva Moraes	Colônia 2-09 de Jaborico	91-984923507	Mineral
Marcos R. Ribeiro	Colônia - 9.	9180360735	Marcos R.
ANA BEATRIZ FERREIRA	Petropolis	(21) 971637391	Ana
SUELI MARTINS MIRANDA	CPP NORTE	(19) 98016-9796	Sueli Martins Miranda
Antônio Dias de Oliveira	Petropolis	(21) 982061506	[Assinatura]
Israel Gonçalves F. Ario	Rio Serrinha	(19) 987153447	[Assinatura]
Paula Almeida	Petropolis	(21) 988442079	[Assinatura]
Luiz Otávio Soares de Souza	Bela Vista	(11) 988288346	[Assinatura]
Ricardo Silva Moraes	Petropolis	(21) 98374-0353	[Assinatura]
Paula Maria de Almeida	SCAS	(91) 982359305	[Assinatura]
Michelle Mian	Petropolis	(21) 971244853	[Assinatura]
Gabriel Ricardo Araujo	Petropolis	21 571238757	[Assinatura]
Lucas B. P. da Silva	UFPA	91 985329904	[Assinatura]
7000 M-21 VA	AMAM.	71 91185141	[Assinatura]
Gregório C. B. R.	SEMAS	(91) 994375-3256	[Assinatura]
Roberto Luis Pereira	Petropolis	(21) 9948103221	[Assinatura]

PÚBLICA

[illegible][illegible]

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Hotel Grand Mercure - Belém-PA - 10/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Flávia H. Costa Respieto Salazar	Petrobras	(21) 98027-4023	
Germano Valente M. Pires	Boleiros Boia do Sol	984708304	
Ruth de A. Landeiro	ONG O Sol brilha na Bahia	985990459	
Marcos Vinícius Lima e Aguiar	Petrobras	(84) 98183-6240	
Gabriel Vieira de Carvalho	Proceeno	(21) 98871-4381	
ALEX SAMP	PETROBRAS	712 99987 9193	
DANIELE LONDA & PULZKE	PETROBRAS	(31) 96220392	
RAFAEL TEIXEIRA	NORATO	91-99206 2252	
RAFAEL DÍAZ	VERITAS	91 98187774	
RICARDO FRANCA ROVERI	ABIN	(61) 93622-9500	
Mônica Nunes	Gestor Consultoria	(91) 99230-5081	
Paulo Roberto Rio Colares	Petrobras	(91) 99988-8947	

PÚBLICA



*VIII.2.16 Oiapoque.*

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Nelson Ribeiro de Azevedo	E.E. Proibido No Barro	96 984072230	[assinatura]
Carla Rosalinda Sousa Lima	Cm. praeviden	96 984041265	[assinatura]
Vitor O. Lopes	Gereb	984033538	[assinatura]
Rafael dos Santos	Povo	9 -	-
Maria José Pereira Soares	município	96 984042222	[assinatura]
Silvana Rêgo	SEMES	96 99833379	[assinatura]
Marcelo Leão A. Z. Almeida	PETROBRAS	(61) 956220392	[assinatura]
Uirapuru C. Torres	SE MES	981163518	[assinatura]
Paulo Francisco P. Gomes	CELOZUMPERIO	96 99911-0612	[assinatura]
Alexandre Ribeiro Landim	serviço - direção da Pesca	981332474	[assinatura]
Cláudia Flávia do Carmo	Luzia	98	[assinatura]
Elenora Silveira	pessoas	981095689	[assinatura]
Fabio de A. Costa	Povo		[assinatura]
Amélia Siqueira dos Santos	Tê. Emprego	98308-2910	[assinatura]
Wagner de Souza Brasil Neto	SEMED	988137004	[assinatura]
Paulo Sérgio Lima Teles	Colégio Agrícola	988117213	[assinatura]
Adriana Antônia Silva Lima	Colégio Agrícola	981149270	[assinatura]
Edson Roberto Gomes	F.M. Vici LHO	98 98407265	[assinatura]
Leandro de S. Ribeiro	Valleardata	984064273	[assinatura]
Antônio de Jesus Mattos	Universidade	98416-5351	[assinatura]

NOME:	INSTITUIÇÃO/CLASSE/OUTRO DIF.	CONTATO/EMAIL	ASSINATURA
Paulina 2.º ano do S.C.B.	Ardenção	09699909-9255	<i>[Assinatura]</i>
Priscila Hageybauer	Petrobras	(21) 99562-9804	<i>[Assinatura]</i>
Simone Maciel	Unilever	(09) 8103-2809	Simone Maciel
Kelly 6.º Média	Adrogado	99954-0186	<i>[Assinatura]</i>
Valmaira da Silva	Polémica	981280764	<i>[Assinatura]</i>
Marcelo Dias	SEMSA	96-981203384	<i>[Assinatura]</i>
Marcelo Dias	Fumeiro	99690000	<i>[Assinatura]</i>
oppo 1.º ano do Santo	SEMSA	36.98132-5494	<i>[Assinatura]</i>
Leandro Nascimento de Souza	Tecnic Telecomunicações	999114030	<i>[Assinatura]</i>
Geck Oliveira de Almeida	Petrobras		<i>[Assinatura]</i>
UNIVERSO DE FREITAS PORTO	Petrobras	(21) 99264-5537	<i>[Assinatura]</i>
Rafael de Souza Paes	Petrobras	21 99265 5650	<i>[Assinatura]</i>
Paula Beatriz de Almeida	Unilever	21 991653371	<i>[Assinatura]</i>
Edson Elias Lima	Ardenção	21 98586212	<i>[Assinatura]</i>
Marcelo Maciel Amorim	Petrobras - EXP	21 98268-2835	<i>[Assinatura]</i>

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Antônio José F. da Silva	Porteira	(91) 95535-7800	
Antônio de Jesus Vagner de Castro	Prefeitura Municipal de Olapoque	96 98119 0984	Antônio Castro
Antonio de S. Barros	Vila Santo Antônio	0694931647	
Leidimar Araújo da Silva	PPFVU	96 983 032618	
Thay (Luzia) Brito	Colúmbia Presalvor	(96) 99909-1610	
Paulo Sérgio Silva Santos	Centzo	96 98121-2382	
Luiz Siqueira	LEITUE RECAPTA	96) 92000 9402	
Thaís de Paiva Pinheiro	COMERCIAL	96 99618529	
Leoni Pinheiro Alves	marrecine	(96) 984030308	
Ednair da Silva Góes	taurata	96 98805 2995	
Edmundo C. Pinheiro	R.H.	9698424864	
Alcides de S. Brito	Infinita	96. 98135-2126	
Alina de Paula Brito	unio penulador	999630905	
ASSIS plênica	maquiagem	99903 5408	ASSIS
Quemil Freitas da Silva	AGENTE DE TRANSITO	(96) 98119-9886	
Adailton Silva Lima	Autismo	98903-4392	Adailton
Simone M. de S.	Impressaria	(91) 99625-2243	Simone
Maria de Lourdes Neves	Parapsicologia	(96) 98119-7891	maria neves
Patrícia de S. Sampaio	Professora	96) 98115 7013	Patrícia
Lucy S. de S. Silva	Maternidade	96) 98115 0334	Lucy

NOME	INSTITUIÇÃO (CAS, NÃO FAZ PARTE)	CONTATO (e-mail)	ASSINATURA
Nellya Borges de Souza	SEMSA	NellyaBorges2021@gmail.com	Nellya
Juliana Moraes	SEMSA	julianamoraes@gmail.com	Juliana
Luiz Manoel S. de S.	CN PRODUÇÕES	Luiz Manoel S. de S.@gmail.com	Luiz Manoel S. de S.
Renato Batista	CN PRODUÇÕES	renato@cnproducoes.com	Renato
Clara F. de S.	CN PRODUÇÕES	clara@cnproducoes.com	Clara
Thaís de S. de S.	CN PRODUÇÕES	thais@cnproducoes.com	Thaís
Antonio de S. de S.	CN PRODUÇÕES	antonio@cnproducoes.com	Antonio
Renato de S. de S.	CN PRODUÇÕES	renato@cnproducoes.com	Renato
Marcelo de S. de S.	SEMSA	99962-2244	Marcelo
Lucy de S. de S.	SEMSA	981278958	Lucy



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
IVAN WERBICK S. BASSOES	IBAMA	ivan.basso@petrobras.com.br	
Thomaz de Silva Severina	IBAMA	thomazseverina@gmail.com	
Gabriel Carvalho	IBAMA	gabriel.carvalho@petrobras.com.br	
Lucy D. Silva	Colégio Unifap	939129867	
Ana Lucia B. Lima	Alpina	983358351	
Edson de Almeida Sampaio	Nazareth e Turmas	284190668	
Wagner A. Silva	Eletrônica	949006632	
Maria Rosalia R. Almeida	Campanha	96 99912 mlo	
Wagner A. Silva	Entomologia	96 99911934	
Wagner A. Silva	Servidores Públicos	96 981110935	
Leandro de S. Rêgo	MECÂNICO NÁUTICO	96 981021661	
Francisco Diego B. Costa	Técnico UNIFAP	96 991695576	
Raimundo Abreu Costa	MOTORISTA	96198111-4729	
Paulina Nogueira	Paulina Bastardel	96 999010892	
Marta L. F. Silva	COLETEIRA	96 981028559	
Herone de S. Silva	Colégio	96 988117938	
Diogo Costa Lima	Colégio GCM	96 981164449	
Felipe de Jesus M. Costa	DORMITÓRIO	96 999158882	
MALTON WARE	PROCURADOR	96 999473-7244	
Marcelo M. de S. Silva	CONVENIÊNCIA PMD	43122-4651	

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
1. Eduardo F. Castanheira	Petrobras	21-99002-8193	
2. Regina Marcel de Souza	Colégio Unifap	999643939	
3. Dorian T. de S. Silva	Colégio Unifap	988031005	
4. Apollônio de S. Silva	TAPARABU	9895-0403	
5. Rosalino Silveira	Taparabá		
6. Givani dos Santos da Silva	Taparabá	981163939	
7. Cláudio de S. Silva	Taparabá	998155446	
8. Edson de S. Silva	Taparabá	99681223750	
9. Sandra Eliza V. Monteiro	Taparabá		
10. Mariana de S. Silva	Taparabá	96 989250202	
11. Raimundo de S. Silva	Taparabá	939279891	
12. ANTONIO N. de S. Silva	Taparabá	981305080	
13. Raimundo de S. Silva	Taparabá		
14. Apol. Amador de S. Silva	TAPARABU	978859960	
15. Marcelo de S. Silva	Taparabá	96 93013848	
16. Juliana de S. Silva	Taparabá	96 999138242	
17. Rafael de S. Silva	Taparabá	96 93313354	
18. Salomão de S. Silva	Taparabá	96 93409-6782	
19. Maria R. de S. Silva	Taparabá	96 98113-8646	
20. Cláudio de S. Silva	Taparabá	96 964188664	

PÚBLICA



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Fabiana B. De Silva	Petrobras	(11) 984323654	
DE UNBERTO AIRCES	PETROBRAS	(11) 99858-2563	
WILLIAM SANTOS FILHO	SEMA - AP	(16) 99110-3630	
Antonio Sergio da Silva	Pescador	961219769	
Cláudio de Freitas	Uniter	36989130773	
Lucas Rodrigues Gomes	Pes. Udo	3688067676	
João Carlos de Almeida	Pescador	961947110073	
João Carlos de Almeida	Pescador		
Wanderson S. Barreto	Pescador	96-9901-2180	
João Carlos de Almeida	Bateria dos Pescadores	98626293	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	13699708333	
Wagner Vazquez de	Uniter	36989111221	
João Carlos de Almeida	Pescador	96-84345467	
João Carlos de Almeida	Agricultor	96-988089957	
Matheus Pereira Amorim	Mobilizador	36-984223396	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	06120025556	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	981001234	
CHAPMAN'S Alain	Retiro	914-004459176	
Carlos José Silva			
CARLOS JOSÉ SILVA	12º BPM	(16) 99423324	

PÚBLICA


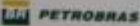
Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

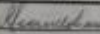

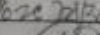






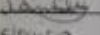
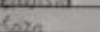
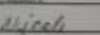





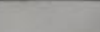

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
David S. Martins	Presidente do B. Uniter	904339191	
Marcelo Santos Rodrigues	Uniter		
Blair S. G. Silva	Pescador	998114602	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	9149048934	
Wagner Vazquez de	Uniter	9124-2255	
Wagner Vazquez de	Uniter	229311	
Wagner Vazquez de	Uniter		
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	9972-1528	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque		
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	92283105	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	369417415	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	984018523	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	91-999311040	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	961991139012	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	98-999084433	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	96-999084433	
RICARDO VOTTA PIRES	ICARIO PARVA DO CARO FRANGE	(11) 99928271	
Wagner Vazquez de	Uniter	(16) 99423324	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	99035505	
Wagner Vazquez de	Uniter - Olapoque	981164559	
















PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59

Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022.

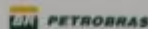
Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Charmelaine Ferreira de Aguiar	CDP-73	961999139758	
Franco Maria Helena de Aguiar	UNIFAP	(96)988068913	
Roberto DIFAMA P. OLIVEIRA	Perfador	96 9912 9334	
Tina Cardozo de Aguiar	Sr. Informatica	96 99914 0350	
Marcelo Soares	Sr. Financeiro/CRM	9699917721	
Alcides de Aguiar	PESCADEIRO	959 44682	
Lucas	Tec. Engenharia	911983453741	
OLIVIA OLIVEIRA DE AGUIAR	PERFADORA	999221353	
Beatriz B. Aguiar	FLSCADEX		
Henrique Aguiar Costa	Estudante	924354451	
Jandir Mendes Barbosa	Estudante		
Elvino G. Aguiar	Estudante		
Leandro Aguiar de Aguiar	Estudante	96903779	
Miguel Aguiar de Aguiar	Estudante	968032160	
Aguiar	Sr. Operador		
Aguiar de Aguiar	Sr. Operador	981459828	
Aguiar de Aguiar	Operador	999 116882	
ALAN OLIVEIRA DE AGUIAR	PESCADEIRO	96813229574	
Aguiar de Aguiar	Operador	988124331	
Aguiar de Aguiar	Operador	989099261	

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
ALY SANDS	PETROBRAS	(71) 99877193	
Julio Zangel	SESI / SENAI	(21) 999411919	
CLAYES SANTOS	AGEAMIA	(35) 981126688	
JEAN FONSECA	UNIFAP, <sup>Geografia</sup> CAMPUS DE ZONA	(46) 981161056	
Adriano Andrade Bezerra	AGU FUL TORA	963911511626	
Antonio - Cristiano e Paulo	Dono de casa	9664-3939	
Yndira Antonini	Dono de casa	211/6113	
Cláudio R. Lulo	Dono de casa		
Francisco DA LUZ SANTOS			
Imaculada de Oliveira Barbosa	Escritora	999141304	
Residência: Maricéa Almeida	Dono de Casa	231192726	
Francislem Almeida Silva	professor		
Julio Silva Nunes	professor	96381058329	
João Montiano Freitas	professor	99091406	
Quirino Nandi Gomes	Professor	999136566	
Ilma de Almeida (Seminário)	professor	988028486	
Edna C. Almeida de Aguiar	Matrícula	999632068	
Jose Vitorino Aguiar	C.V.O	77962414	
Roberto Aguiar	carreirista 100, 984	9637143881	
Francisco Silva Silva	Cantor	99203598	

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Wendson Amorim de Barros	Colônia de Pescadores Vitorino	986066462	Wendson A. B.
Elenez, Carlos S. Rodrigues	Colônia de Pescadores	81970731	
Guarilindo Duarte	Colônia de Pescadores	96988445645	Guarilindo Duarte
Valdeir S. G. de Jesus	Pescadores	999000077	Valdeir S. G. de Jesus
Carlos Antônio Farias Sobrinho	Colônia de Pescadores	99965-0803	Carlos Antônio Farias Sobrinho
José Roberto de Jesus Brito	Colônia de Pescadores	999053328	José Roberto de Jesus Brito
João Vitor M. Brito	Colônia de Pescadores	999555317	João Vitor M. Brito
Wendson Almeida de Jesus	Colônia de Pescadores	K	Wendson Almeida de Jesus
Alcides B. F. Ferreira	Pescadores	988030561	Alcides B. F. Ferreira
Wendson de Jesus Brito	Pescadores	X	Wendson de Jesus Brito
Guarilindo Duarte	Colônia de Pescadores	339995045	Guarilindo Duarte
Roberto Rodrigues de Jesus	Pescadores	96-998036979	Roberto Rodrigues de Jesus
Deivid de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	991070000	Deivid de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus	Colônia de Pescadores	63999909500	Wendson de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Pescadores	96-998118-3686	Wendson de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	96-998045018	Wendson de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	96-99802-5245	Wendson de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	99907-44501	Wendson de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	9699932-9472	Wendson de Jesus de Jesus
Wendson de Jesus de Jesus	Colônia de Pescadores	9699902-9480	Wendson de Jesus de Jesus

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Amândio F. Góes	Proseccano	21 480891151	Amândio F. Góes
Galvão Silva Carneiro	PISCADOR	96 984348603	Galvão Silva
Dirlei da Silva Menezes	PISCADOR	999 123 891	Dirlei da Silva
Roberto Carlos de Jesus	PISCADOR	76 99079993	Roberto Carlos
Marcelo Gomes de Jesus	Metalina	9 999 363-7002	Marcelo Gomes
Leandro Gomes de Jesus	Estudante	984342522	Leandro Gomes
Roberto Gomes	Estudante	95123 7883	Roberto Gomes
Marcelo Gomes de Jesus	Piscador	987111981	Marcelo Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Secretaria Social	981074014	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Comunidade	96 98103 7002	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	06 98103 7002	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Administrativo	96 998089227	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Aldeia - HCO	71 787733083	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Pupilar Municipal	96 98100065	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	96 981442877	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	988038869	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	P.M.O.	96 99909-5624	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	9899670749	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	9899670749	Roberto Gomes
Roberto Gomes de Jesus	Piscador	9840060432	Roberto Gomes



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Cláudio Rocha da Silva	TRABALHO POR CONTA	96 9964 3939	
Colandrea Costa da Costa	Pescador	9 84066809	Colandrea
Adenilson Silva	DESCENDENTE	99 0499 51	Adenilson
Marcia da S. Barbosa	Pescadora	98 2240724	Marcia
Carlos Alvarado Moura	PESCADOR	99 15-1238	Carlos
JOSÉ RIBEIRO	ACOT - EMPRESARIA	99 030659	José
Edna da Costa	Pescador	9 82127266	Edna
Raimundo	Grande O. O. O. O.	96 9616-1149	Raimundo
JOSE MARIO SILVA	PESCADOR	98 203028	JOSE MARIO SILVA
João Amílcar de Almeida	Pescador	99 0499 82	João Amílcar
JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA	Pescador	99 23 55 54	JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA
Valmir da Silva Mendes	PESCADOR	99 03 08-37	Valmir
ADRIANA RAMOS DA SILVA	MOTORAISTA	9 9905-0543	Adriana
(Alex) S. S. R. S.			
Tom da Silva - S. S.	MOTORAISTA	(86) 984035989	Tom
Renato			Renato
Guia Moreira da S. Fátima	UNIFAP - Aluno	96 98145000	Guia
José Maria Correia	Placalite - Aluno	98 133-0282	José
Eng. Roberto Alexandre de Silva	Aluno	11 03-1845	Eng.
João RIBEIRO SILVA	Bairro Olapoque	938626804	João

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
1. Ronaldo Lima	Pescador	(84) 98171-8527	Ronaldo
2. Sérgio Corrêa	PNO	96 98909910	Sérgio
3. Jhonny Aires da Costa	Colônia de Pescadores		
4. Raimundo			
5. Ronaldo Ferreira Lima	Pescador	96 999915552	Ronaldo
6. Raimundo da Silva	Pescador		
7. José Manoel Barbosa	UNIFAP	145799755391	José Manoel
8. José Roberto da Silva Junior	J. J. RIBEIRO LTDA	(96) 3521-1261	José Roberto
9. Juliana Brito P. de Almeida	RETIROS	(11) 44241-9399	Juliana
10. William F. M. Faria	MARINHA DO BRASIL	(11) 3521-1301	William
11. JOVANNI CAROSTA VIANA	PESCADOR	96 984302655	Jovanni
12. MARCOS ALVARADO DA SILVA	Pescador	96 984302655	Marcos
13. Carlos Teixeira	PES. IRAPORA	96 99061523	Carlos
14. Paulo Lourenço Martins	CEGATO PANGUEIRO	96 99168-9820	Paulo
15. Francisco Sade Viana	Pescador	99 9735556	Francisco
16. Manoel Augusto Costa	Hotel Fluminense	9 88025352	Manoel
17. Susane Rodrigues da Silva	Japungui	99 0333746	Susane
18. Carlos P. A. Costa	Parque Aquático	96 9842-5512	Carlos
19. Gabriel Viana de Almeida	Pescador	(11) 5881-1138	Gabriel
20. Nivaldo Santos de Almeida	Ribeirão	(96) 983453741	Nivaldo

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
21	Saunders Dielma de S. Brito	Corpo de Bombeiros	96 98122125	
22	Raimunda Figueiredo	Pescadora	889098466	
23	Kamillyze Miranda	Estudante	999030030	
24	Maria Eduarda Trindade	Estudante		
25	Jucelma Zaqueiro Noronha	Estudante		
26	Isabel Cristina da Silva	Estudante	984227249	
27	Geisi Edinara	Agente	994 306656	
28	Wim Carlos Santos	Empresário	96128.8529	
29	Deleide B. Cunha	Pescadora	999.727724	
30	Marlon R. de Melo	Pt. 2	96 9841034467	
31	Raimunda Figueiredo	Amadora		
32	Adilson H. dos Santos	P.M.O	96 99339851	
33	Roberto Antonio N. Costa	Petrol	98807-1186	
34	Marcelo de S. Oliveira	Amadora	96 99907-2704	
35	Adilson H. dos Santos	Amadora	96 9811.6660	
36	Wim Carlos Santos	E.E. Joaquim Nabuco	96 98163.6564	
37	Guilherme S. Sousa	Rio Norte Empreendimentos	96 91458647	
38	Marcelo Figueiredo	Pescador	98408.3753	
39	Guilherme S. Sousa			
40	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	

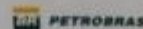
PUBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
1	Kamillyze Miranda	Estudante		
2	Geisi Edinara	Estudante	98140.6507	
3	Adilson H. dos Santos	Estudante	3521-1157	
4	Roberto Antonio N. Costa	Estudante	98807-1186	
5	Marcelo de S. Oliveira	Estudante	96 9811.6660	
6	Wim Carlos Santos	Estudante	96 98163.6564	
7	Guilherme S. Sousa	Estudante	96 91458647	
8	Marcelo Figueiredo	Estudante	98408.3753	
9	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
10	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
11	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
12	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
13	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
14	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
15	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
16	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
17	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
18	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
19	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	
20	Guilherme S. Sousa	Estudante	981016060	

PUBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Francisco Roberto da Silva	TAXISTA	99314-0548	FR
Conceição Carlos Mario Fial	Emprego Indefinido	99902-1850	Conceição
Luiz Carlos	Advogado - (Camara)	98118-1250	Luiz
Marcos Mendes de Silva	Pescador	9841231885	Marcos
Wagner Silva Filho	Autônomo	999134009	Wagner
Guilherme (Gugu) Pereira	Plumbeiro	96984056063	Gugu
Adriano Lima	Estudante aut	96 491 01-0189	Adriano Lima
Daniel Gonçalves Silva	Autônomo		Daniel
Luiz Carlos (Mário José) Araújo	Autônomo		Luiz
Wagner Silva Filho	Autônomo	96999-10172	Wagner
Samir, Manoel Aguiar	Autônomo	927475097	Samir
Paulo Roberto	Tecnologia	999-8-1325	Paulo
Daniel Wellington	Tecnologia	9-5916-6331	Daniel
Raimundo de Almeida	Autônomo	989084825	Raimundo
Luiz Carlos	Autônomo	75213202	Luiz
Osvaldo de Sousa Araújo	Pescador	989000015	Osvaldo
Wagner Silva	Pescador	021 97883-432	Wagner
Guilherme Silva	Defesa Civil Municipal	98809-7718	Guilherme
Wagner Silva	Corpinheiro	99913-7706	Wagner

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Edson de Sousa	Autônomo	999672094	Edson
Jonas Silva	Colônia de Pescadores	9698113906	Jonas
Antonio Ferreira Silva	Colônia de Pescadores	9699932146	Antonio
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	981171710	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	999039654	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	999094977	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	989030464	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	989045063	Wagner
CARLOS BORGES	PF	981400186	Carlos
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	988065567	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	989463490245	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	81131022	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	96984056063	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	96989156379	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	96988051596	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	96999045312	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	9698152-0137	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	9698110555	Wagner
Wagner Silva de Sousa	Colônia de Pescadores	9690197064	Wagner

PÚBLICA



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
01	DANIEL NETO	PETROBRAS	danieleto@petrobras.com	[Assinatura]
02	ROBERTO Lins Cavalcante	Pescadores	roberto@pescadores.com	[Assinatura]
03	Paulo R R Colares	Pescadores	PauloColares@pescadores.com	[Assinatura]
04	Shirley Idarte	Unifap	984041-8209	[Assinatura]
05	Georgina Rêgo da Silva	Pescado	999626877	-
06	Allyson Carlos Silva	NOVA ESPERANÇA	-	-
07	Marina Carolina C de Costa	NOVA ESPERANÇA	999145879	-
08	Vicente F. F. F. F. F.	NOVA ESPERANÇA	988010782	-
09	Leandro Soares Silva	CELALIN	9991410404	[Assinatura]
10	Leandro Carlos N	CELALIN	-	[Assinatura]
11	Roberto Carlos dos Santos	Residência Rua, aeroporto	982421650	[Assinatura]
12	Roberto Carlos dos Santos	TAXA	999428209	[Assinatura]
13	Roberto Carlos dos Santos	Vila, Taparica	-	[Assinatura]
14	Roberto Carlos dos Santos	Rua de Taparica	9699788586	[Assinatura]
15	Roberto Carlos dos Santos	PESCA	98144179	[Assinatura]
16	Roberto Carlos dos Santos	PESCA	9690808404	[Assinatura]
17	Roberto Carlos dos Santos	Pesca	9997733045	[Assinatura]
18	Roberto Carlos dos Santos	PESCA	984147903	[Assinatura]
19	Roberto Carlos dos Santos	Pesca	999010239	[Assinatura]
20	Roberto Carlos dos Santos	Unifap	96982007242	[Assinatura]

PÚBLICA


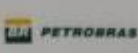
Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
1	MARCELO GOMES SILVA	PETROBRAS	219832-2597	[Assinatura]
2	João Paulo de Jesus Fagundes	Pescadores	21997497519	[Assinatura]
3	Roberto Carlos dos Santos	Pescadores	7177124683	[Assinatura]
4	ADRIANA MONTEIRO BARREIRO	UNIFAP	969801-0405	[Assinatura]
5	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	9699908-6061	[Assinatura]
6	Roberto Carlos dos Santos	INÍCIO	981981365996	[Assinatura]
7	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	983066662	[Assinatura]
8	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	-	[Assinatura]
9	MARCELO NATAZINA DEBTI MARTIN	COLÔNIA DO PESCA	981321045	[Assinatura]
10	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DO PESCA	98102-4714	[Assinatura]
11	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	988095411	[Assinatura]
12	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	984111971	[Assinatura]
13	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	-	[Assinatura]
14	Roberto Carlos dos Santos	COLÔNIA DOS PESCADORES	98808-8957	[Assinatura]
15	Roberto Carlos dos Santos	Polícia Federal	9699921-0028	[Assinatura]
16	Roberto Carlos dos Santos	NOVA ESPERANÇA	9698803-9321	[Assinatura]
17	Roberto Carlos dos Santos	NOVA ESPERANÇA	9699911-1112	[Assinatura]
18	Roberto Carlos dos Santos	NOVA ESPERANÇA	999339674	[Assinatura]
19	Roberto Carlos dos Santos	NOVA ESPERANÇA	98116-9941	[Assinatura]
20	Roberto Carlos dos Santos	SEMED	98134-4712	[Assinatura]


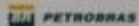
PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59

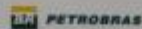
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Diaoque-AP - 8/11/2022

Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
1. <i>Francisco de Silva</i>	<i>Escola Brasileira</i>	<i>984 773462</i>	<i>Charles</i>
2. <i>Alto do Silo</i>	<i>Pescador</i>	-	<i>WILSON ALFONSO</i>
3. <i>M. C. S. de S. Costa</i>	<i>Pescador</i>	<i>984443254</i>	<i>CEZAR</i>
4. <i>R. Gomes de S. Costa</i>	<i>Pescador</i>	<i>983054235</i>	<i>R. Gomes</i>
5. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>IBAMA</i>	<i>21 995677016</i>	<i>Barra</i>
6. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Estudante</i>	<i>9698133520</i>	<i>Barra</i>
7. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Estudante</i>	-	<i>DAVI</i>
8. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Estudante</i>	<i>98409 9204</i>	<i>Barra</i>
9. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Estudante</i>	-	<i>Barra</i>
10. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Estudante</i>	-	<i>Kenneth</i>
11. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>OMC CONSTRUÇÕES</i>	<i>98400 3946</i>	<i>Barra</i>
12. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>COLÔNIA DOS PESCADORES</i>	<i>984 018523</i>	<i>Barra</i>
13. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>IBAMA</i>	<i>88053340</i>	<i>Barra</i>
14. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>Chocolate Company</i>	<i>96 988049830</i>	<i>Barra</i>
15. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>DESI/4MP/CASAT</i>	<i>96 98400 0165</i>	<i>Barra</i>
16. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>DESI/4MP/CASAT</i>	<i>31 90183 0965</i>	<i>Barra</i>
17. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>DESI/4MP/CASAT</i>	<i>31 98266 4506</i>	<i>Barra</i>
18. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>MEI</i>	<i>96 998 073883</i>	<i>Barra</i>
19. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>PMO / Associação de Leitura</i>	<i>96 98228361</i>	<i>Barra</i>
20. <i>Barra da Ilha do Est.</i>	<i>E. E. Duque de Caxias</i>	<i>96 98145824</i>	<i>Barra</i>

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59			
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022			
		 	
	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)
			Assinatura
01	Caio Vinícius de Medeiros	Estudante	—
02	Guilherme Viegas	Estudante	—
03	André Augusto Caporali	Estudante	—
04	Rafaela Almeida	Estudante	—
05	Yanira de A. Mendes	Estudante	994018173
06	Ygorson Martins de Aguiar	Estudante	998999995
07	Leandro Lopes de Aguiar	Estudante	997621827
08	João Luiz de S.	Estudante	969840893
09	Roberto Carlos Mendes	Estudante	98128-6859
10	João Américo de Aguiar	Estudante	991140604
11	João Roberto de Aguiar	Estudante	981039461
12	João Roberto de Aguiar	Estudante	99904-3234
13	João Roberto de Aguiar	Estudante	981398247
14	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698113595
15	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698429-7885
16	João Roberto de Aguiar	Estudante	991140604
17	João Roberto de Aguiar	Estudante	981039461
18	João Roberto de Aguiar	Estudante	99904-3234
19	João Roberto de Aguiar	Estudante	981398247
20	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698113595
21	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698429-7885
22	João Roberto de Aguiar	Estudante	991140604
23	João Roberto de Aguiar	Estudante	981039461
24	João Roberto de Aguiar	Estudante	99904-3234
25	João Roberto de Aguiar	Estudante	981398247
26	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698113595
27	João Roberto de Aguiar	Estudante	9698429-7885
28	João Roberto de Aguiar	Estudante	991140604
29	João Roberto de Aguiar	Estudante	981039461
30	João Roberto de Aguiar	Estudante	99904-3234

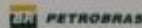
Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
01. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 98107822	Wagner
02. Sônia Carneiro	Estudante A.C.M.O	96 99113539	Sônia
03. Lúcia Paiva	Idade - CORP	96 99113539	Lúcia
04. Patrícia Vitoria Souza Leal	Estudante	96 99113539	Patrícia
05. Edson Carlos Silva Malague	Estudante	96 99113539	Edson
06. Cláudio Vitoria R. da Silva	Estudante	96 99113539	Cláudio
07. Ana Carolina da Silva	Estudante	96 99113539	Ana
08. Patrícia Silva Cordeiro	Idade	96 99113539	Patrícia
09. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
10. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
11. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
12. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
13. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
14. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
15. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
16. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
17. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
18. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
19. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner
20. Wagner Romão P. da Silva	Idade	96 99113539	Wagner

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022




Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
01. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
02. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
03. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
04. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
05. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
06. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
07. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
08. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
09. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
10. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
11. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
12. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
13. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
14. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
15. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
16. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
17. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
18. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
19. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner
20. Wagner Romão P. da Silva	Pescador	96 99113539	Wagner

PÚBLICA




Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Isaías Antonio C. Barros	Senador Góes	196198418-1777	Isaías Antonio C. Barros
Christiane N. de Souza	CEZAR	136193311-9670	Christiane N. de Souza
Maridene P. da Silva	Paradense	961988032965	Maridene P. da Silva
Thaís da Silva Viana	Professora	983016969	Thaís da Silva Viana
Antônio Vitor de Silva	SEHAB	9813954	Antônio Vitor de Silva
Heitor Bruno F. Costa	BA AVIATION	719979948	Heitor Bruno F. Costa
Francisco A. Silva	IND	9698402083	Francisco A. Silva
Stela Santa Amaraque Aguiar	Aguiar	98163219	Stela Santa Amaraque Aguiar
Juliana Carmo de Carvalho	Industria	96994034395	Juliana Carmo de Carvalho
Marcelo Gomes P. do Rio	BA	9698805-2152	Marcelo Gomes P. do Rio
Luiz Paulo	Centro	9698369171	Luiz Paulo
Julio Pinheiro	Centro	982031505	Julio Pinheiro
Antônio B. Almeida	João Pereira	99998444481	Antônio B. Almeida
Patricia de Sousa Silva	União de São	96999691299	Patricia de Sousa Silva
Rogério Sérgio Silva	Manicore	96984258474	Rogério Sérgio Silva
Adriane	Pró-Medico	96981313491	Adriane
Katall Gomes da Silva	Vigilante	984251832	Katall Gomes da Silva
Luís da Penha de Sousa	Armazenagem de Pesca	999733496	Luís da Penha de Sousa
Tristramy Alves de Sousa	UNIFAP	98406-3996	Tristramy Alves de Sousa
Joel Roberto Silva	Aracaju	989125174	Joel Roberto Silva

PÚBLICA



Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022



Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
Antônio Antônio Gomes Fidalgo	Professora / Planalto / Parque	9698124-4835	Antônio Antônio Gomes Fidalgo
Paulo R. de A.	Não quis ser identificado		
Antônio de A. Nodice	União de São	9698124-4835	Antônio de A. Nodice
Diogo de A. Paula Lima	PMO - Sec. de Cultura	9698124-4835	Diogo de A. Paula Lima
Elas de A. Lima	Vigilante	9698124-4835	Elas de A. Lima
Alcides Viegas de A. Silva	Professora	9698124-4835	Alcides Viegas de A. Silva
Luiz da Silva de A. Silva	Professora - Unifap	9698124-4835	Luiz da Silva de A. Silva
Antônio de A. Silva	Bom Bom	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	BA TCS	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Planta	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Rogério de A. Silva	Cozinha	9698124-4835	Rogério de A. Silva
Antônio de A. Silva	Professora	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Nova Esperança	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Cozinha / PARISO	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Cozinha / Geração	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	União de São	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Capitão	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Industria	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Industria	9698124-4835	Antônio de A. Silva
Antônio de A. Silva	Industria	9698124-4835	Antônio de A. Silva

PÚBLICA

Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59  
Escola Estadual Joaquim Nabuco - Olapoque-AP - 8/11/2022

	Nome	Instituição (caso não faça parte, indicar bairro)	Contato (telefone ou e-mail)	Assinatura
42	Marcelino B. N. F. de Azevedo	Bairro Nova União	96.98.10.423.90	Marcelino B. N. F. de Azevedo
42	Albino Nascimento de Azevedo	PARAUÍTO	98.16.02.54	Albino
43	Vicente José de Azevedo	Centro	98.13.53.15	Vicente
44	Alfonso de Azevedo	S.M.	99.90.97.276	Alfonso
45	Marcelino de Azevedo	Unifap	99.98.11.3201	Marcelino
46	Marcelino de Azevedo		99.96.72.24	Marcelino
47	Albino de Azevedo	OPAC Fronteira	98.10.08.40	Albino
48	Maria Vitor Bastos	Agrestina	98.11.34.102	Maria
49	Artur Harold S. de Azevedo	S. M. de Azevedo	98.11.34.102	Artur
50	Elizabete de Azevedo	Assim. S. M.	99.90.9	Elizabete
51	Elizabete de Azevedo	E. Maria de Azevedo	99.98.77.92	Elizabete
52	Ulysses de Azevedo	Bairro de Azevedo	98.18.69.20	Ulysses
53	Ulysses de Azevedo	Ulysses de Azevedo		Ulysses
54	Ulysses de Azevedo	Clara de Azevedo	98.11.4.3234	Ulysses
55	Ulysses de Azevedo	SESC	99.90.9.6895	Ulysses
56	Adatto Partida Silva	PROF. DE JUDÔ.	99.91.1.4776	Adatto
57	Mauro de Azevedo	TAXISTA	96.98.44.623	Mauro
58	Ulysses de Azevedo	SESAZ	98.98.30.21179	Ulysses
59	Roberto de Azevedo	Assim. S. M.	98.9.20.02.85.03	Roberto
60	Ulysses de Azevedo	Jur. Educacional	99.97.2.3239	Ulysses

PÚBLICA

Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59


1	5	ELIAS PAULO OLIVEIRA	Pescador			
1	6	Saionara da Silva	Pescador			
1	7	Edson Oliveira	Pescador			
1	8	José Carlos Martins	Pescador			
1	9	Alina				
2	0	Valquiria Mendes	Membro do Club de Marisqueira			
1	1	Hyamildo C. Pereira	Pie da Colônia de P.		985386332	
2	2	Paulo S. Pinto	Ind. Colônia - 2. 95. M. B.		98092.3040	
2	3	Edvaldo do S.	Palestra Toca da			
2	4	Dulma Ubalino Moraes	Agricultor / Pescador		98440-4773	
2	5	Sukany Silve	Moradia (P. 100)			
2	6	Esquemas	M. K. S. S. Pescador			
2	7	Uaima Raveira	Vociferos	Comunidade ENG. AMB	91 988117546	www.max@gmail.com
2	8	JULIANA PEREIRA	PETROBRAS		2198823-101	-

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEX/IBAMA).

2




### VIII.2.18 Cachoeira do Arari



**VERITAS**  
GRUPO

**Projeto de Comunicação Social (PCS)**  
**Reunião Informativa**  
**Bloco FZA-M-59**



**IBAMA**  
MMA

**LISTA DE PRESEÇA**

Município: Cachoeira de Arari


Localidade: Colônia do Povo Z-40 - Comunidade de Arari

Data: 08/12/22 Hora: 09:50h


Ibama: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Petrobras: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Veritas: <u>Equipe Projeto de SCS</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
Representante social: _____	Telefone: _____	E-mail: _____


1. Nome: Bruna Serra Comunidade: Colônia Z-40 Telefone: 991956333 E-mail: \_\_\_\_\_
2. Nome: Mo de Socorro Serra Comunidade: Colônia Z-40 Telefone: 991956333 E-mail: \_\_\_\_\_
3. Nome: André Luiz ABLO SIM Comunidade: C. do Arari Z-40 Telefone: 98466 2736 E-mail: Andresablosim@maec.com.br
4. Nome: Juliete Paes Comunidade: Soc. Municipal de Iracema Telefone: 98414.4463 E-mail: Juliete.miranda25176@gmail.com
5. Nome: André Luiz Serra Comunidade: Serra do Arari Telefone: 98433708 E-mail: andreserra1206@gmail.com
6. Nome: André Luiz Serra Comunidade: Colônia de Pescadores Z-40 Telefone: 98981460 E-mail: \_\_\_\_\_
7. Nome: André Luiz Serra Comunidade: Colônia Z-40 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
8. Nome: André Luiz Serra Comunidade: Sociedade de Educação Telefone: 98519399 E-mail: andreserra@maec.com

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEP/IBAMA).


**VERITAS**  
GRUPO

**Projeto de Comunicação Social (PCS)**  
**Reunião Informativa**  
**Bloco FZA-M-59**


**MMA**


**MMA**

9. Nome: Matheus Vilhena Silva Comunidade: Bacado 40 Telefone: 016 90367 E-mail: \_\_\_\_\_
10. Nome: Alexandre Kibris Comunidade: Bacado 40 Telefone: 016 90367 E-mail: \_\_\_\_\_
11. Nome: Maria das Graças Comunidade: Bacado 40 Telefone: 984955362 E-mail: \_\_\_\_\_
12. Nome: Amílcar de J. B. Leite Comunidade: Baixo Jacaré 240 Telefone: 985-761351 E-mail: amylcar.mozes@hotmail.com
13. Nome: Eriscia C. Silva Comunidade: Baixo Jacaré 240 Telefone: 985040655 E-mail: \_\_\_\_\_
14. Nome: Paula Maria Benício Comunidade: Chipará 240 Telefone: 985246547 E-mail: \_\_\_\_\_
15. Nome: Marcilene dos Santos Comunidade: Chipará 240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
16. Nome: Almeida Silva Comunidade: Camara-240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
17. Nome: Tatiane R. Gomes Comunidade: Camara-240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
18. Nome: Mª do Socorro C. Comunidade: Camara-240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
19. Nome: Lucivaldo Marinho Comunidade: Camara 240 Telefone: 99100428 E-mail: \_\_\_\_\_
20. Nome: Lucivaldo F. Silva Dias Comunidade: Secretaria de Meio Ambiente Telefone: 984191815 E-mail: lucivaldo96@gmail.com
21. Nome: Quirino dos Santos Comunidade: Aracá 240 Telefone: 99134362 E-mail: \_\_\_\_\_
22. Nome: Venilton V. L. Silva Comunidade: Bacuri 240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
23. Nome: Amílcar V. S. dos Anjos Comunidade: Chipará 240 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_
24. Nome: Marcel Antonio B. Lima Comunidade: Bacuri 240 Telefone: 991919269 E-mail: \_\_\_\_\_
25. Nome: Marina de Oliveira Comunidade: Chipará 240 Telefone: 933214765 E-mail: \_\_\_\_\_
26. Nome: Charles da Luz Santos Comunidade: Aracá 240 Telefone: 935072833 E-mail: charlesluzsantos@gmail.com
27. Nome: Ediane da Costa Lima Comunidade: Chipará 240 Telefone: 964245681 E-mail: \_\_\_\_\_

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPIBAMA)

**VERITAS GRUPO** Projeto de Comunicação Social (PCS)  
Reunião Informativa  
Bloco FZA-M-59

**BR** **MMA**

28. Nome: <u>Paulo Paulo Rodrigues</u>	Comunidade: <u>Alto Araguaia Z: 40</u>	Telefone: <u>986.238588</u>	E-mail: _____
29. Nome: <u>André G da Silva</u>	Comunidade: <u>CHIPAIA</u>	Telefone: <u>985707351</u>	E-mail: _____
30. Nome: <u>Regiane da Silva Moreira</u>	Comunidade: <u>Alto Araguaia Z: 40</u>	Telefone: <u>9898.0455</u>	E-mail: _____
31. Nome: <u>Lucimário de S. dos Reis</u>	Comunidade: <u>Araraia Z: 40</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
32. Nome: <u>Helio Silva de Silva</u>	Comunidade: <u>CHIPAIA Z: 40</u>	Telefone: <u>985379947</u>	E-mail: <u>silva@bol.com.br</u>
33. Nome: <u>Francine F. dos Santos</u>	Comunidade: <u>C. do Arari Z: 40</u>	Telefone: <u>985452976</u>	E-mail: <u>FrancineSantos@bol.com.br</u>
34. Nome: <u>Robson Roberto</u>	Comunidade: <u>Araraia Z: 40</u>	Telefone: <u>919100.4232</u>	E-mail: _____
35. Nome: <u>ARTHUR M. COSTA</u>	Comunidade: <u>COM. BOM JESUS</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
36. Nome: <u>MOICIELMA H. O. SAUVES</u>	Comunidade: <u>C. BOM JESUS Z: 26</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
37. Nome: <u>Arnaldo da S. M.</u>	Comunidade: <u>Bom Jesus Z: 26</u>	Telefone: <u>91-00.42.32</u>	E-mail: _____
38. Nome: <u>Isabel Burelli</u>	Comunidade: <u>Araraia CIP</u>	Telefone: <u>91-91338138</u>	E-mail: <u>isabelburelli@bol.com.br</u>
39. Nome: <u>Walter Ortega Mendes Jr.</u>	Comunidade: <u>Araraia</u>	Telefone: <u>98624415</u>	E-mail: _____
40. Nome: <u>Zaida Maria das Antas</u>	Comunidade: <u>Araraia C. do Arari</u>	Telefone: <u>9830.44661</u>	E-mail: _____
41. Nome: <u>MARCELO WILKES</u>	Comunidade: <u>Araraia C. do Arari</u>	Telefone: <u>91-91338138</u>	E-mail: _____
42. Nome: <u>Silvino da S. Silva</u>	Comunidade: <u>Bacuri</u>	Telefone: <u>985.78.5888</u>	E-mail: <u>silvino@bol.com.br</u>
43. Nome: <u>Paulina Senna</u>	Comunidade: <u>Cobua Z: 110</u>	Telefone: _____	E-mail: _____
44. Nome: <u>ASSIS DOS S. M.</u>	Comunidade: <u>ARARAIA</u>	Telefone: <u>9898.0455</u>	E-mail: _____
45. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____
46. Nome: _____	Comunidade: _____	Telefone: _____	E-mail: _____

O Projeto de Comunicação Social é uma medida mitigadora exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pela Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (COEXPI/IBAMA).

### **VIII.3 - ATAS DAS REUNIÕES INFORMATIVAS**

A seguir serão apresentadas as atas das reuniões informativas. Para as reuniões ampliadas de Oiapoque/AP e Belém/PA, são apresentadas as atas transcritas.

#### *VIII.3.1 - Reunião Informativa Abaetetuba*

Local: Auditório da Cabanagem

Data: segunda-feira, 31/10/2022

A reunião foi iniciada às 9 horas e 20 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e situando a realização do evento no histórico de licenciamento ambiental da atividade em foco e suas normativas pertinentes.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa



formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

Com um novo círculo de apresentações entre todas as pessoas participantes da reunião, o evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da associação de pesca, da universidade, do Poder Legislativo e de órgão público.

Nesta oportunidade, Filipe Burlamarqui Bastos, pela assessoria da Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), certificando-se de que haveria registro/ata do evento, em face das referências na apresentação do evento a dispositivos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), questionou acerca da observância dos procedimentos de consulta prévia a comunidades tradicionais potencialmente influenciadas pela atividade. Em sua fala, sr. Bastos solicita maiores informações sobre o diálogo da empresa com comunidades na extensão das Bacias do Pará-Maranhão e Foz do Amazonas face aos impactos das atividades de investigação e os riscos sob gerenciamento da empresa, destacando em suas considerações o exemplo de povos com protocolo de consulta prévia já estipulados, como a comunidade quilombola de Pirocaba.

Em resposta às questões levantadas, as representantes da Petrobras Elisa Vieira e Juliane Alves salientaram que a presente Reunião Informativa se refere especificamente à atividade de perfuração no Bloco Exploratório FZA-M-59, aprofundando detalhamentos sobre a estratégia de gerenciamento de risco de vazamentos de óleo na atividade. Com referência a outros diálogos articulados com comunidades interessadas no histórico do processo de licenciamento da presente atividade, iniciado em 2014, as representantes da Petrobras citaram atividades de participação de comunidades na realização de consulta pública aberta às comunidades entre os anos de 2016 e 2017, à época sob condução da antiga operadora da concessão, a BP Energy do Brasil, destacando também a presente Reunião Informativa estar articulada a uma série de outras reuniões em curso por várias localidades do Nordeste paraense e da região do Marajó,

além de dois outros encontros em Belém (PA) e no Oiapoque (AP), destinados à comunicação com outros segmentos interessados em informações sobre a atividade em questão.

Pela Colônia de Pescadores Z-14, Francisco Lobato parabenizou a apresentação da equipe técnica da Petrobras, ponderando os impactos previstos às comunidades pesqueiras com relação à atividade de investigação proposta pela empresa, pontuando também a existência de outros atores econômicos da pesca que possivelmente serão também interessados nas influências da atividade, questionando, então, se a Petrobras teria já um estudo de oferta de contrapartidas a serem oferecidas por esses impactos.

Em resposta, Elisa Vieira, pela Petrobras, respondeu que na área do bloco não houve atividade pesqueira identificada, não havendo no momento contrapartida prevista, e que os *royalties* ao município, contrapartida comum relacionada às reservas comerciais de óleo e gás, estão previstos para etapa diversa, a de produção de óleo e gás, não se aplicando à etapa de exploração em que se insere a atividade de perfuração exploratória foco do licenciamento atual.

Pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) da cidade de Abaetetuba, Janair Campelo Costa parabenizou a explanação, sugerindo uma maior mobilização de atores do poder público para estarem presentes na importante reunião informativa, ao que João Vinicius Marques, pela Veritas, relatou ter sido feita atividade preparatória de mobilização, atribuindo a participação reduzida possivelmente ao dia e horário agendado no contexto posterior ao segundo turno das eleições no país.

Posteriormente, o Sr. Filippe Bastos considerou não se aplicar tratar o presente evento como procedimento de consulta embasado na Convenção OIT 169, destacando que os procedimentos de consulta sob a convenção requerem uma busca ativa das comunidades, algo diverso e demanda de articulação mais ampla que a estrita realização de audiências públicas.

Em observância a essas ponderações, Juliana Peroba complementou em relato a realização de outras reuniões prévias com populações indígenas e com reuniões setoriais com as comunidades em 2016 e as audiências públicas em 2017, endossando que as ações de comunicação presentes da empresa

articulam-se aos compromissos firmados com a transferência da titularidade da gestão da atividade de perfuração anteriormente capitaneados pela BP Energy do Brasil.

Graduanda em Agroecologia e pelo Laboratório de Cartografia Social da UFPA, Maria da Graça Vilhena destacou considerar insuficiente o número de pessoas na reunião, argumentando pela necessidade de informar mais pessoas, para que estejam bem cientes do que pode ocorrer, pois Abaetetuba é uma cidade dependente da pesca e sob incidência de impacto da atividade de muitos outros empreendimentos, demandando, nesse sentido, uma nova data de mobilização. Pela Veritas, Sr. Marques endossou a preocupação da participante pedindo apoio da Sra. Vilhena na divulgação do calendário das Reuniões Informativas que deverão ocorrer nas datas subsequentes, se comprometendo, para tanto, em solicitar à equipe de mobilização o compartilhamento com a pesquisadora do calendário.

Em face das ponderações feitas, Elisa Vieira, pela Petrobras, reconheceu como pertinente a sugestão de realização da mobilização para uma nova reunião na cidade para informar sobre a atividade.

Em face disso, o Sr. Lobato sugeriu uma quinta ou sexta-feira para uma eventual nova data de reunião informativa, enfatizando que a Colônia de Pesca Z-14 está para ajudar e que acredita no desenvolvimento da região, se dispondo a auxiliar na interlocução com a região de pescadores do Soure até as proximidades de Abaetetuba, avaliando a incidência de influência da atividade de perfuração sobre essas comunidades em função do tamanho das embarcações previstas para a realização da atividade de perfuração.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 11 horas e 42 minutos.

### *VIII.3.2 - Reunião Informativa Barcarena*

Local: Auditório Francisco Xavier da Subprefeitura de Barcarena

Data: terça-feira, 01/11/2022



A reunião foi iniciada às 8 horas e 50 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

Após a apresentação da Petrobras, o evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais de associações da sociedade civil, da universidade, do Poder Legislativo e de órgão público.

Alexandre Carvalho, Secretário de Portos e Energia de Barcarena, em nome também de Marcos Mendes, Secretário de Indústria, Comércio Ciência e Tecnologia da Prefeitura, parabenizou a apresentação com orgulho da Petrobras, pelo cuidado na condução dos projetos contemplados na exposição da equipe técnica de empresa, colocando a Secretaria de Portos à disposição de eventuais demandas e estratégias do projeto, solicitando uma breve retomada da exposição dos propósitos da atividade.

Em reexposição da atividade objeto da reunião, a Elisa Vieira salientou tratar-se de atividade de exploração, cabendo outro processo de licenciamento e de comunicação para a etapa de produção de óleo e gás, caso a perfuração conclua a presença de reservas de óleo e gás de interesse comercial. Questionada pelo Sr. secretário se Barcarena participaria dos *royalties* da atividade de produção no bloco, a representante da empresa respondeu que a participação nos royalties é definida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apenas na etapa de produção de óleo e gás, considerando critérios técnicos relacionados à área de influência do projeto de produção.

Sr. Alexandre Carvalho questionou se poderia ainda encaminhar e-mail com questionamento acerca da participação da cidade nos referidos *royalties*. Pela Equipe Técnica da Petrobras, Juliana Peroba informou que a comunicação poderia sim ser encaminhada para uma resposta da empresa, mas reforçou que a definição dos *royalties* ocorre considerando o detalhamento do projeto de produção, que não foi elaborado ainda, pois a etapa atual é de avaliação da existência de reservas comerciais no bloco.

Em questionamento à Veritas sobre a quem teria remetido na Prefeitura de Barcarena o convite para participação na Reunião Informativa, o Sr. Secretário Alexandre recomendou remeter convites e comunicações relacionadas à atividade ao Gabinete do Prefeito chefiado por Paulo César Ribeiro, destacando o interesse do poder público local e de suas articulações sociais em participar das atividades do PCS da atividade, a exemplo do Grupo de Trabalho Barcarena Resiliente.

Solange Santos Araújo da Silva Vilaça, pela Secretaria de Meio Ambiente de Barcarena, informou que Barcarena está em uma zona de alto potencial de

impacto pela sinergia de impactos no ambiente, pedindo informações sobre a modelagem de vazamento de óleo com referência às características específicas das correntes marítimas da costa de Barcarena. Em resposta pela Petrobras, Elisa Vieira destacou que a região onde haverá a perfuração localiza-se a cerca de 170km da costa do município de Oiapoque. Em complemento, Juliana Peroba informou, pela Petrobras, que o detalhamento da metodologia e do modelo matemático utilizado nas modelagens de vazamento de óleo estão no Estudo de Impacto Ambiental contido no processo de licenciamento ambiental.

Sr. Marcos Mendes, Secretário de Barcarena de Tecnologia, perguntou se há alguma perspectiva de utilização da estrutura do Distrito Industrial de Barcarena sobre eventuais interesses estratégicos da empresa no recurso à logística de portos da cidade para a mobilização do projeto. Em resposta, pela Petrobras, Elisa Vieira informou que para atividade em foco a estrutura de porto de apoio é a da cidade de Belém, mas que a etapa de produção, se ocorrer, poderia demandar o aporte logístico da estrutura portuária de outras cidades.

Pela Colônia de Pescadores Z-13 de Barcarena, o Senhor Irasme Ferreira manifestou interesse na compreensão da atividade informada, destacando sua percepção das influências do projeto sobre a atividade dos pescadores da Colônia, justificando a ausência da Sra. Presidenta Malu no evento por ele considerado como de grande importância dentre os assuntos da Colônia.

Com referência à Lei federal de Proteção Civil nº12.608 de 2012, Ronaldo Teixeira Silva, Coordenador da Defesa Civil do município, perguntou se na atividade informada a Petrobras prevê com os atores da Defesa Civil da prefeitura algum tipo de parceria na proteção de riscos, emergências e desastres relacionados à atividade. Juliane Alves e Elisa Vieira, pela Petrobras, responderam considerar importante a contribuição da Defesa Civil local para a atividade, ficando, no entanto, pendente verificar outras linhas de atuação e parceria com a pasta local.

Pela ONG VITAL – Associação de Preservação Ambiental e Cultural de Barcarena, Edicleia Gutierrez solicitou informações sobre os projetos sociais que estão relacionados à atividade, além de requerer a retomada de informações do cronograma do projeto, destacando também integrar o GT Barcarena Resiliente e o interesse de colaboração deste com os objetivos do PCS. Repassado por



Elisa Vieira o cronograma, Juliane Alves deu informações sobre o cronograma previsto para realização do edital de Projetos Socioambientais da Petrobras para o presente ano, destacando a expectativa da empresa pela aprovação de iniciativas locais que possam contribuir para a sustentabilidade do negócio na região.

Na conclusão da reunião, o Sr. Secretário Marcos Mendes gentilmente convidou a Equipe Técnica da Petrobras e da Veritas para prestigiar o 40º Festival do Abacaxi de Barcarena, com calendário de realização nos próximos dias.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 10 horas e 15 minutos.

### *VIII.3.3 - Reunião Informativa Salvaterra*

Local: Colônia de Pescadores Z-2 – Salvaterra

Data: segunda feira 31/10/2022

Em 31 de outubro de 2022, às 14:53, teve início a reunião informativa na sede da Colônia de pescadores Z-2 em Salvaterra-PA, com a presença de representantes do poder público municipal, da Secretaria de Meio Ambiente de Salvaterra, do Presidente da Colônia de Pescadores Z-2 e de associações de pescadores e moradores da Vila Jubim. Não houve presença de representantes das comunidades quilombolas do município.

Após a abertura da reunião pelos representantes do Grupo Veritas, Humberto Prates e Bruna Nascimento iniciaram sua apresentação com um histórico de atuação da empresa Petrobras, demonstrando a evolução da tecnologia de exploração de petróleo da empresa até atingir águas profundas. Em seguida, explicou o processo de licenciamento e fases da atividade desde o leilão dos blocos até a produção efetiva, num total de cinco fases, sendo a perfuração a fase três. Foi informado que a Petrobras tem interesse em explorar a chamada região margem equatorial brasileira, que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte. A apresentação seguiu com uma explicação de como ocorre a atividade de perfuração.

Durante a exposição do mapa da área de influência da atividade, o presidente da Colônia Z-2, Arilson dos Santos, questionou o motivo de Belém ser escolhida como base de apoio, ao que Humberto respondeu que a cidade é o local com mais recursos e infraestrutura disponíveis para a atividade de perfuração. Dando sequência à apresentação, foi informado que a atividade de perfuração está prevista para ocorrer do final de 2022 até meados de 2023. Humberto apresentou também as fases do licenciamento ambiental da atividade, ressaltando que em dezembro de 2022 existe a previsão de ocorrer a Avaliação Pré-Operacional (teste de segurança com simulação de acidente/vazamento), anterior à atividade de perfuração propriamente dita.

Foi realizada também uma breve explanação sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, com a enumeração de possíveis alterações físicas e bióticas no ambiente, assim como no meio socioeconômico das regiões da área de influência. A área de influência da perfuração também foi apresentada em um mapa, bem como os projetos de mitigação de impactos ambientais, dentre eles, o Projeto de Comunicação Social (PCS), do qual esta reunião informativa faz parte. Ao final, a empresa apresentou projetos que já estão em execução para monitoramento de animais e sobre como é feita a chamada “modelagem de óleo”, para entender as possíveis direções que o óleo seguiria em caso de vazamento, bem como informações sobre o que é o Plano de Emergência Individual (PEI) para resposta a eventos acidentais envolvendo vazamentos de óleo.

Encerrada a apresentação da Petrobras, foi aberto espaço para perguntas. Arilson, Presidente da Colônia Z-2, perguntou se a área de exclusão ocorrerá ao longo de toda a rota de Belém ao Oiapoque, Bruna respondeu que a área de exclusão só ocorre no raio de 500 metros no entorno do navio sonda, que ficará fixo na localidade da perfuração. Ressaltou ainda que o fluxo de embarcações ocorrerá somente três vezes por semana, com quatro embarcações alternando-se no trajeto Belém/navio sonda.

Arilson demonstrou preocupação com a possibilidade de acidentes com pescadores na rota das embarcações de apoio. Questionou se existe plano para evitar impactos sobre equipamentos de pesca ou acidentes com pescadores. Bruna respondeu que os canais de contato da Petrobras podem receber alertas

e os danos comprovados serão ressarcidos. Iersom, da Vila Jubim, questionou sobre possíveis danos econômicos aos pescadores, que podem ficar impedidos de pescar nas rotas das embarcações de apoio. Humberto respondeu que somente ocorrerão três viagens semanais e que não será proibido pescar na rota. A rota utilizada será a mesma por onde outros navios de grande porte já trafegam pela região da Baía do Marajó.

Iersom questionou novamente se em caso de vazamento as famílias da região de Salvaterra poderão receber indenizações financeiras. Em resposta Humberto afirmou que, caso ocorra um vazamento, não há previsão de toque de óleo na costa brasileira, como mostrou o estudo de modelagem, além de existirem planos e projetos robustos de mitigação de impactos.

Sobre a modelagem de óleo, Brenda Natasha perguntou qual foi o período de execução da modelagem, e, em justificativa da pergunta, disse que existem condições ambientais específicas da região do Marajó que merecem atenção e atualização constante de estudo e monitoramento, como exemplo relatou um avanço maior do mar sobre o rio esse ano por conta do fenômeno “La Niña”, então seria possível uma entrada de óleo no Marajó por conta de alterações inesperadas no comportamento do mar, além do alerta de uma terceira ocorrência do “La Niña” para um período próximo. Humberto afirmou que o estudo de modelagem foi executado por uma empresa científica respeitada mundialmente e que buscou especificar os testes em dois períodos, verão e inverno.

Brenda Natasha voltou a ressaltar que um avanço do mar mais intenso foi percebido esse ano e que o estudo de modelagem pode não representar possíveis impactos. Humberto respondeu que a Petrobras está preparada para conter quaisquer impactos, independentemente dos resultados do estudo. Em uma terceira fala, Brenda perguntou se os relatórios dos projetos e estudos de impactos estão disponíveis publicamente. Humberto disse que os documentos estão disponíveis publicamente no IBAMA.

Nelson, da Vila Jubim, perguntou como as comunidades pesqueiras serão assistidas pelos planos mitigadores e relacionou a atividade de perfuração com a empresa BP (responsável pela atividade antes da Petrobras). Humberto ressaltou que a BP não está mais relacionada ao projeto, ele é hoje totalmente



responsabilidade da Petrobras. Afirmou também que a atividade terá 150 dias de duração aproximadamente e que a empresa estará durante todo o período atenta a conter danos e impactos potenciais da atividade.

Arilson perguntou como será a reposta aos impactos sobre pescadores que viajam justamente para a região do Oiapoque e às vezes passam 20 dias em alto mar, justamente onde ocorrerá a perfuração. Demonstrou também preocupação com alterações ambientais inesperadas alertadas por Brenda Natasha. Humberto reafirmou que os planos de mitigação e controle de impactos vão estar disponíveis prontamente para mitigar inclusive impactos inesperados.

Nelson abordou o assunto da distribuição de *royalties*, e afirmou que eles nunca chegam nos pescadores, os maiores impactados por projetos do gênero. Humberto esclareceu que pagamentos de *royalties* fazem parte somente a partir da fase de produção. A perfuração em questão é uma fase de pesquisa e a exploração pode não ser rentável/viável, sendo assim encerrada. Bruna afirmou que a Petrobras assumiu esse processo de licenciamento da BP. As audiências públicas de 2017 fazem parte do mesmo licenciamento.

Gustavo, da associação da Vila Jubim, perguntou sobre como as comunidades serão beneficiadas com os conhecimentos produzidos no projeto. Humberto respondeu que existe a possibilidade de implantação de projetos socioambientais, econômicos e artísticos em formatos de editais para financiamento de iniciativas locais. A geração de empregos nessa fase de perfuração não será de grande impacto, mas o processo de avanço da atividade pode fomentar a economia local, a depender da organização e iniciativa dos grupos e organizações sociais dos municípios.

Leila Lobato, Secretária Municipal de Meio Ambiente, procurou saber se o município de Salvaterra poderia participar/contribuir com o projeto de monitoramento de tartarugas. Humberto afirmou que o projeto já está em andamento e poderá informar sobre a expansão para áreas indicadas pela comunidade local. Em nova pergunta, Leila procurou saber quanto tempo demora entre a fase de perfuração e produção efetiva. Humberto respondeu que podem transcorrer alguns anos, a depender da viabilidade verificada durante a perfuração.

Sem mais questionamentos, a reunião foi encerrada às 17 horas e 08 minutos.

#### *VIII.3.4 - Reunião Informativa Soure*

Local: Ginásio Abel Figueiredo

Data: terça-feira, 01/11/2022

Em 01 de novembro de 2022 às 9 horas e 10 minutos, teve início a reunião informativa no Ginásio Abel Figueiredo/Centro comunitário em Soure/PA. Estiveram presentes representantes das seguintes instituições: Colônia de pescadores Z-1; Secretaria de Turismo de Soure; Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS); Associação de Moradores do Bairro Pacoval (AMPAC); Associação das Mulheres do Pesqueiro (AMUPESQ); Associação Comunitária do Bairro do Umirizal (ACBU); UFPA/Soure; RARE/Soure; EMATER/Soure; ICMBio/Soure e sociedade civil.

Após apresentação dos presentes pelos representantes do grupo Veritas, bem como orientações e pedidos de autorização para registro de imagens e contatos, Humberto Prates e Bruna Nascimento iniciaram a apresentação da Petrobras. Foi apresentado o histórico da empresa, a explicação de como ocorre a atividade de perfuração, o estudo de impacto ambiental, os projetos e programas de monitoramento, mitigação e controle de impactos. A apresentação de slides ficou prejudicada por conta do espaço com muita luz e de variações no sistema de energia elétrica local.

Humberto, encarregado da apresentação geral, destacou em sua fala que em dezembro de 2022 está previsto para ocorrer a chamada “Avaliação Pré-Operacional” (APO), simulação de acidente de vazamento para avaliação da capacidade de resposta da Petrobras pelo IBAMA. A perfuração efetiva ocorrerá somente após essa fase.

O sr. Jorge Gabriel, associado da ASSUREMAS, questionou sobre o risco de afundamento de embarcações de apoio da Petrobras na região. Humberto respondeu que existem planos emergenciais prévios, elaborados como exigência do licenciamento, para ação rápida em caso de danos e acidentes.

Novamente o sr. Jorge Gabriel perguntou sobre os projetos para as pessoas que podem ter suas atividades prejudicadas. Humberto informou que existem projetos mitigadores socioeconômicos, mas a perfuração não prevê impacto direto na atividade de pesca ou extrativista.

O sr. José Ronaldo, da AMPAC, alertou que o trajeto de Belém ao Oiapoque é longo, e em seguida perguntou por que não há previsão de construção de um porto no Amapá para apoio. Afirmando que a região do Marajó/Soure tem constantes mudanças de bancos de areia, questionou o que acontecerá, caso ocorra um encalhe das embarcações de apoio. Humberto respondeu que, para a escolha de Belém, a equipe técnica em logística da Petrobras analisou o acesso a estruturas prévias, inexistentes no Amapá. Em seguida afirmou que toda atividade possui risco, mas a probabilidade de ocorrência é muito pequena, por conta das medidas de segurança da Petrobras. Como a atividade é temporária não seria viável construir um porto no Amapá.

Samara, da RARE Brasil questionou a que distância a rota passaria da costa do Marajó. Ela mostrou-se preocupada com as áreas de mangue, fonte de conhecimento e renda da população tradicional local. Humberto não soube afirmar exatamente a área onde a rota passa, comprometeu-se a trazer a informação em uma outra oportunidade de reunião e levar os indicativos de problemas relacionados as atividades extrativistas tradicionais relacionadas as rotas, bem como alertar a empresa para o risco de encalhe com mudanças de bancos de areia.

Lisângela, do ICMBio, perguntou, em caso de efetivada a exploração, onde seria descarregado e escoado o material produzido. Humberto disse que não há previsão, já que a fase de produção não está definida, somente depois de passada a fase da perfuração.

Os presentes reclamaram das condições do espaço e solicitaram uma segunda reunião em Soure, em um espaço mais confortável e com uma divulgação mais ampliada. Cilene Andrade, da AMPAC, afirmou que o material impresso precisa melhorar, ser mais didático. Afirmou também que a comunicação nos municípios do Marajó ocorre muito ainda por rádio e que a divulgação precisa chegar mais em pescadores, pois o assunto é de extrema importância.



Ana Beatriz, da AMPAC, reiterou que o material não está claro o suficiente para comunicar aos pescadores os riscos da atividade sobre a pesca e que faltou maior divulgação para ampliar o acesso aos maiores atingidos, os pescadores. Pela Petrobras, Bruna afirmou que as rotas já são usadas por outros navios e da Petrobras serão quatro embarcações circulando alternadamente três vezes por semana. Elas levam resíduos, equipamentos e alimentos. Cilene voltou a declarar que é necessário melhorar a mobilização e divulgação de reuniões sobre a atividade. A utilização de Bike Som, garantia de transporte para trazer moradores de localidades mais distantes até a reunião, como do Cajuuna.

Lisângela, do ICMBio, declarou que é necessário convidar comunidades que podem estar na rota de colisão do projeto. A maioria das pessoas presentes estão ligadas ao conselho da RESEX, mas existem outros interessados que precisam estar informados sobre a atividade da Petrobras. Existem questões que não podem ser esclarecidas somente em uma reunião, relacionadas a outros monitoramentos de espécies não incluídas, como o peixe-boi, por exemplo, que é encontrado na região e poucos sabem. Humberto explicou que existem diversos projetos mitigadores, a reunião informativa está inclusa no Programa de Comunicação Social (PCS), mas em outros âmbitos serão aplicados programas mitigadores conforme o andamento do licenciamento.

Alguns dos presentes afirmaram que o mesmo estudo da empresa BP está sendo apresentado novamente, sem nenhuma atualização. Humberto afirmou que a Petrobras assumiu o licenciamento iniciado pela BP, contudo o estudo foi atualizado, apesar da base do EIA/RIMA seguir sendo o mesmo, foram feitas atualizações pontuais solicitadas pelo IBAMA. Seguindo a apresentação após algumas interrupções, Humberto apresentou informações sobre a Modelagem de Óleo.

Samara, da RARE Brasil, perguntou qual seria o método de detecção de um vazamento. Humberto disse que a perfuração será toda monitorada, local e remotamente. Existem equipamentos que verificam todas as partes da estrutura de perfuração. José Ronaldo indagou se existe também a possibilidade de ter um vazamento e ele não ser detectado. Humberto afirmou que os riscos existem, mas são muito pequenos. Humberto encerrou sua apresentação com o Plano de Emergência individual (PEI) e declarou que o principal risco associado a

atividade é o vazamento de óleo. Baseado nos dados obtidos na modelagem a Petrobras definiu os recursos e respostas necessárias para ações emergenciais.

Álvaro Carrara (sociedade civil) pediu fala e afirmou que o estudo não foi atualizado; passados oito anos do estudo, desde o início do licenciamento, os dados precisam ser atualizados. Patrícia, da AMUPESQ, reiterou que o PEI não está adequado, informou que o IBAMA foi autuado a suspender o licenciamento até que haja atualização do PEI apresentado pela Petrobras. Álvaro manifestou preocupação e recomendou que os presentes buscassem a manifestação do MPF, devido ao risco envolvendo a atividade. Sugeriu que todos buscassem informações sobre a atividade com o MPF, assim como sobre o andamento do licenciamento.

Humberto afirmou que a reunião não é deliberativa. Para a atividade de perfuração não está prevista emissão de licença prévia. O que está previsto para ocorrer em dezembro de 2022 é uma avaliação da Petrobras pelo IBAMA, para analisar as respostas de emergências da empresa em caso de vazamento, essa é a chamada Avaliação Pré-Operacional (APO). O cronograma vai de dezembro de 2022 até junho de 2023, com as fases de mobilização, APO e a perfuração efetiva no período de dezembro de 2022 até maio de 2023. Em complemento, Bruna declarou que apesar de o estudo ter sido elaborado em 2014, o IBAMA questionou alguns pontos em Pareceres Técnicos que foram respondidos e atualizados.

Álvaro replicou dizendo que a Petrobras não respondeu aos questionamentos do IBAMA especificamente sobre o PEI. Humberto, em seguida, disse que a aprovação do PEI precisa da execução da APO. Bruna, em complementação, disse que recentemente o IBAMA requereu da Petrobras informações sobre o PEI em um Parecer Técnico e a Petrobras respondeu os questionamentos conforme solicitação do órgão. Afirmou ainda que o IBAMA irá avaliar na prática a capacidade de resposta de vazamentos durante a APO.

Ana Beatriz questionou quando a Petrobras iria nas comunidades conversar diretamente com os pescadores. Humberto respondeu que esta atividade já faz parte de uma abertura de diálogo com as comunidades em geral. O Programa de Comunicação Social (PCS) é o canal de comunicação entre as comunidades da área de influência e a empresa, com a previsão de uma série de atividades

informativas ao longo do período de atuação. Álvaro alertou a todos que com a APO aprovada a perfuração irá ocorrer e não haverá tempo para informar melhor os pescadores e outras pessoas atingidas. Bruna reafirmou que a Petrobras possui capacidade de executar um PEI robusto e seguro.

Álvaro, em réplica, disse que as associações locais e ONG's ambientais afirmam o contrário, que a Petrobras não elaborou um plano capaz de conter emergências de vazamento. Existem modelagens alternativas que contradizem a modelagem da Petrobras. Ana Rosa, Secretaria de Turismo, perguntou se existe a possibilidade de o IBAMA participar na reunião local em Soure. Bruna e Humberto responderam que só há a previsão de participação do IBAMA nas reuniões em Belém e Oiapoque. Cilene perguntou se não há previsão para deslocamento de representantes dos outros municípios da área de influência para a reunião de Belém. Bruna respondeu que as reuniões de Belém e Oiapoque são locais, assim como de Soure, por isso não há convite para representantes de outros municípios.

José Ronaldo afirmou que é dever da Petrobras ampliar esse diálogo, já que o alcance do projeto e seus impactos são amplos. Disse que enquanto moradores nessa terra, merecem estar melhor informados, afirmando que existem alertas internacionais sobre a atividade que não sabiam e que são alertas importantes. Sandro, da EMATER, afirmou que os municípios não sabiam que outra empresa estava assumindo esse empreendimento.

Ana Beatriz perguntou se não há previsão de atividade/oficina para alertar pescadores diretamente nas comunidades: "Ir nas comunidades é importante", ela disse. Humberto afirmou que os projetos mitigadores serão executados durante toda operação, conforme as exigências do licenciamento e os respectivos impactos identificados.

O público declarou que era preciso fechar uma nova data de reunião informativa, com maior divulgação e em um espaço mais adequado. Todos concordaram que a data logo após as eleições não foi uma data boa para reunir.

Ao final da reunião o sr. José Carlos, da ACBU, perguntou se o local do poço vai ser beneficiado economicamente, se outros lugares da rota serão beneficiados também. Humberto respondeu que somente através de projetos



mitigadores e editais de promoção de iniciativas socioeconômicas diversas, tudo implementado conforme o andamento do licenciamento.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 11 horas e 46 minutos.

#### *VIII.3.5 - Reunião Informativa Vigia*

Local: Sala de Música (Sala I da UEPA de Vigia)

Data: quinta-feira, 03/11/2022

A reunião foi iniciada às 9 horas e 15 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa

formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

Após a apresentação o evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais de associações da sociedade civil, da universidade, do Poder Legislativo e de órgão público.

Antes, em comentários feitos durante a apresentação da Petrobras acerca do Programa de Monitoramento de Desovas de Tartarugas Marinhas (PMDTM), o Sr. Ailson dos Santos Cardoso, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER Pará) da localidade, contribuiu destacando ser mais escassa a desova das tartarugas marinhas na região em comparação à região sul do país, mas que se sabe que tem, a exemplo de Salinópolis e na Praia de Goiabal. A representante da Petrobras Elisa Vieira informou que há equipe PMDTM em 6 localidades no litoral do Pará. O Sr Ailton acrescentou haver tartarugas que encalham. Pela Associação dos Trabalhadores na Pesca de Vigia de Nazaré (ATAPAV) e pela Secretaria de Pesca e Desenvolvimento Rural (SEMDRU), José Antônio “Bindoba” comentou que não é rara a identificação de tartarugas por pescadores de sua região encalhadas em circunstâncias variadas.

Nesta oportunidade, o Sr. Cardoso comentou o comportamento das correntes de maré na costa do Amapá, questionando se os resíduos de plástico e de alumínio trazidos de regiões oceânicas de outras partes do mundo para a região não indicariam para o estudo de modelagem de vazamento de óleo um comportamento diverso das conclusões indicadas. Elisa Vieira respondeu que é necessário ponderar a distância em que o ponto da perfuração se encontra da costa de Oiapoque, a cerca de 170 km, e que a ocorrência de resíduos de plástico e alumínio vem de outras regiões do mar.

A respeito, o Sr. Ailson comentou o relato de pescadores mais experientes em áreas afastadas mais de 100 km da terra que dizem encontrar o que chamam de “mancha de água salobra”, que atribuem à foz do Rio Amazonas, cuja força da corrente persistiria mesmo até o oceano. Questionou sobre eventuais

inesperados da força da natureza na hipótese de espalhamento de óleo, considerando casos da força da corrente marítima sobre o deslocamento de peixe da região, como o gurijuba e a intercorrência do desaparecimento de grandes áreas de terra em ilhas – como a faixa de terra subterrânea à ilha de maracá que teria sido engolida, conforme citou o Sr. Bindoba – e a menção de uma corrente marítima muito forte conhecida por pescadores que margeia a ilha de Maracá e que adentra por Calçoene e por outros municípios vizinhos da costa do Amapá.

Após a apresentação, foi questionado quanto tempo essa etapa de pesquisa leva para gerar algum tipo de retorno econômico às regiões sob influência da atividade.

Em resposta pela Equipe Técnica da Petrobras, Elisa Vieira informou que, após a perfuração de aproximadamente 5 meses, é feita a avaliação para verificar se a descoberta é comercial e a etapa de produção leva de 5 a 10 anos para iniciar na hipótese da constatação comercial das reservas, considerando todos os ritos e requisitos de estudos e licenciamento para tal etapa, e que somente a partir dela se seguiriam os retornos econômicos questionados.

Em comentários à apresentação, Sr. José Antônio informou haver de 15 a 20 mil pescadores, dentre homens e mulheres que participam da cadeia produtiva da pesca só na região de Vigia, contando também em torno de 3 mil embarcações de portes variados. Afirmou que essa rota de embarcações é muito utilizada por uma parcela significativa desses pescadores e não apenas por estes, como também por muitas outras embarcações. Afirmou ainda que os pescadores artesanais lançam muitas redes de 7 a 8 braças, distribuídas por uma área suficientemente abrangente para perda nas rotas de deslocamento das embarcações da atividade.

Pela Petrobras, Elisa Vieira assentiu às questões levantadas como incidências sobrepostas ao problema do tráfego de embarcações já existentes na rota, informando haver a previsão de indenizações por perda das redes de pesca e outros petrechos de pescadores da região pelas embarcações da empresa.

Pela Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPa), Paula Carla Barbosa perguntou se, com o aporte de investimentos para a prospecção



apresentada, a Petrobras estima ser de boa qualidade as reservas de óleo da área perfurada. Em resposta, Elisa Vieira respondeu que a Petrobras estima ter resultado positivo na perfuração, com reserva comercial de óleo. Também ressaltou que a empresa já fez outras perfurações na margem equatorial, em áreas mais próximas do litoral, sem conclusões favoráveis, mas que a perfuração em águas ultra profundas do Amapá acena a perspectiva de qualidade de óleo semelhante ao das reservas das proximidades de águas internacionais como da Guiana.

Em adendo, o Sr. José Antonio destacou ter duas preocupações: uma é com os pequenos pescadores de embarcações de até 1,5 tonelada, que pescam na rota de embarcação pela baía, e que não possuem rádio, ou outros mecanismos de sinal e comunicação e que muitas vezes desconhecem a sinalização do tráfego das grandes embarcações; e a outra é com os piratas, cuja preferência é por esse tipo de pequenas embarcações.

Em diálogo com tais preocupações, Sra. Barbosa sugeriu fazer uma notificação para todos os pescadores pequenos para que sejam informados acerca das atividades apresentadas pela empresa. Com referência ao Projeto de Comunicação Social da atividade de perfuração apresentada, Juliana Peroba, pela Equipe Técnica da Petrobras, destacou as atividades de comunicação com a comunidade pesqueira local em jornais e rádios para informação e difusão de orientações preventivas de danos e acidentes ao segmento, tendo suas observações complementadas pelo destaque de João Vinicius, pelo Grupo Veritas, de que o estreitamento do diálogo com as organizações locais de comunidades, associações e instituições interessadas na atividade se fazia necessário exatamente em face das necessidades apresentadas pelos participantes.

Com referência ao Sr. Ailson, o Sr. Bindoba mencionou a parceria estratégica da EMATER da localidade com os pescadores e com a SEMDRU para o apoio e desenvolvimento social das comunidades pesqueiras da região, colocando-se à disposição para ajudar nos projetos traçados pela empresa.

Pela Secretaria de Administração da Prefeitura de Vigia (SEMAD), Kassio David Oliveira de Brito, apresentou-se ressaltando a importância de parcerias para o sucesso na condução da atividade, requerendo informações sobre o

cronograma, eventuais demandas pela participação do município nos resultados da atividade e seu espaço para colaboração.

Em resposta, Elisa Vieira informou que as embarcações da atividade já se encontram agora em novembro na etapa de mobilização e que devem ser iniciadas as atividades de perfuração após aprovação do IBAMA de um exercício simulado de emergência e que, caso aprovado, a empresa deverá iniciar a atividade de perfuração na segunda quinzena de dezembro, ressaltando-se a importância da participação do poder público local no apoio às orientações e na comunicação com as comunidades da pesca e sob a área de influência da atividade de modo geral.

Em complemento às informações requeridas acerca da participação dos municípios na atividade, pela Petrobras, Juliane Alves explicou que os *royalties* envolvem um cálculo deduzido das etapas de produção de óleo e gás, fixado mediante critérios previamente estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e BNDES, dentre os quais contemplam a área de influência, as coordenadas geográficas do campo produtor, dentre outros.

Em questionamento do Sr. Secretário Kássio acerca de algum outro projeto em vista na região. Elisa Vieira informou que na região a ANP já leiloou blocos, alguns com concessão exclusiva da Petrobras; outros em que os mesmos são da Petrobras com parceiros, dos quais a operadora é a própria Petrobras, outros cuja operação é de outra empresa à qual a Petrobras está associada; e, por fim, outros blocos de exploração nos quais a Petrobras não tem participação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 10 horas e 57 minutos.

2ª Reunião Informativa do Município de Vigia

Local: Sociedade Literária “05 de Agosto”

Data: 05/12/2022

A reunião foi iniciada às 9 horas e 30 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentação do Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59.

Kamel Kanafani, engenheiro agrônomo e biólogo da Petrobras, se apresentou e explanou a estrutura da reunião. Apresentou o objetivo da reunião e as etapas do projeto, que ainda se encontra em processo de pesquisa. Apresentou ainda a expertise da Petrobras em exploração de petróleo.

Como nas demais reuniões, a apresentação da Petrobras foi dividida em oito pontos. “Quem somos?”; “O processo de exploração e produção”; “A atividade de perfuração”; “Onde e quando será a perfuração do poço?”; “O licenciamento ambiental”; “Estudo de impacto ambiental”; “Impactos ambientais operacionais e projetos ambientais” e “Impactos ambientais potenciais e plano de emergência individual”.

Sra. Andréa Lisboa da Emater solicitou maior detalhamento sobre os projetos ambientais. Kamel anunciou que havia uma parte da apresentação mais adiante específica sobre este tema.

Sr Edson Ferreira, Vereador, colocou que haveria impactos socioambientais na área da pesca, então seria necessário realizar uma ampla divulgação para que houvesse maior participação das partes interessadas, fazendo menção ao uso de carro de som como opção para divulgação.

Sra. Andréa Lisboa se manifestou sobre a necessidade de verificar o monitoramento dos peixes, assim como o impacto da atividade na pesca artesanal. Kamel informou que na área do bloco em que se pretende realizar a perfuração não se verificou pesca artesanal.

Sr. André Vale da Associação de Pescadores de Vigia argumentou que inevitavelmente haverá impacto sobre os pescadores que pescam nessas rotas que os navios de apoio vão fazer.

Sr. Evandro complementou a fala do senhor André Vale falando que podem ocorrer acidentes entre os barcos dos pescadores e as embarcações de apoio da atividade. Ele apresentou algumas particularidades sobre os pescadores do município como: alguns não dispõem de recursos como rádio, GPS, radar de forma que estes ficariam mais suscetíveis à possibilidade de acidentes envolvendo as embarcações da atividade. Kamel explicou que a Petrobras irá anunciar previamente as localidades e rotas das embarcações e que, em caso de incorrências com petrechos de pesca, os pescadores serão indenizados.



Kamel finalizou a apresentação com agradecimento e a reunião ficou aberta para dúvidas.

Sra. Andréa novamente tomou a palavra argumentando que o local da atividade de fato não irá afetar a pesca artesanal, mas que apenas a rota das embarcações de apoio irá impactar.

Sr. José Antônio, Diretor de Pesca tomou a palavra para saber como será feito o escoamento dessa produção, caso haja a produção de óleo ou gás em uma etapa futura. Kamel, da Petrobras, explicou sobre o processo de exploração e produção de óleo e gás.

Novamente Sr. José Antônio tomou a palavra e perguntou sobre os *royalties*, como eles seriam distribuídos. Kamel, da Petrobras, esclareceu que, caso haja a descoberta de petróleo em volume comercial, haverá novo processo para obtenção de licença ambiental para a etapa de produção; neste caso, os *royalties* são distribuídos pela União.

Sr. Evandro, pescador local, solicitou uma explanação referente ao mapa da área de influência que foi apresentado. Kamel retomou a explicação sobre o mapa, detalhando os pontos e as legendas que estavam disponíveis tanto na apresentação como no boletim informativo distribuído.

Não havendo mais questionamentos, a reunião foi encerrada às 11 horas e 30 minutos, sendo oferecido lanche aos participantes.

#### *VIII.3.6 - Reunião Informativa São Caetano de Odivelas*

Local: Centro Cultural da Prefeitura de São Caetano de Odivelas

Data: sexta-feira, 04/11/2022

A reunião foi iniciada às 8 horas e 53 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

Ao longo da apresentação, dentre representações locais de pescadores, da universidade, do Poder Legislativo e de órgãos públicos de São Caetano de Odivelas, os participantes da reunião contribuíram com comentários, observações, dúvidas e destaques aos assuntos abordados pela Equipe Técnica da Petrobras.

Assim, Fernanda Farias, advogada da Área de Controle Interno da Prefeitura de São Caetano de Odivelas, com referência a eventuais políticas de apoio aos pescadores da localidade no decorrer da atividade e preocupações sobre formas de demonstração de impacto da atividade sobre a pesca local, solicitou informações sobre caso de eventuais danos a petrechos de pesca pelas embarcações da Petrobras. Pela Equipe Técnica, Elisa Vieira informou que a

empresa prevê indenizações a eventuais danos de petrechos de pesca, mediante manifestação com evidências nos canais de comunicação disponibilizados na apresentação.

Acerca de eventuais riscos aos pescadores da região, o Presidente da Colônia de Pescadores Z-4, Raimundo Nonato da Silva, comentou considerar difíceis as chances de incidentes com a comunidade pesqueira relacionada à atividade de perfuração, considerando a altura do oceano a que se situa a atividade de perfuração, ao oceano em mais de 2800 metros de profundidade.

Em momento posterior, pela Equipe Técnica da Petrobras, Elisa Vieira destacou a observância necessária da Zona de Exclusão de Segurança, na qual a navegação dos pescadores a 500 metros das proximidades do navio sonda fica proibida como proteção, bem como nas ocasiões de deslocamento da embarcação. Na ocasião, a Sra. Farias destacou a necessidade de uma divulgação de efetivo alcance aos pescadores, ao que Elisa Vieira, pela Petrobras, mencionou previstas, dentro do Projeto de Comunicação Social da atividade, estratégias de comunicação em rádio e jornal para serem divulgadas à comunidade.

Durante a apresentação pela Petrobras dos estudos e ações sobre os chamados impactos potenciais, isto é, relacionados às medidas de prevenção e contingenciamento de risco de vazamento de óleo no decorrer da atividade, a Sra. Voyner Ravena Cañete, pelo Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (NEAP/UFGPA) pontuou que, em havendo vazamento de óleo, a atividade envolveria inevitavelmente impactos irreversíveis e não esperados da atividade, a exemplo de outros impactos sobre a pesca na região que afetaram ecologia e a autorregulação do sistema ambiental, alterando o deslocamento e os hábitos de reprodução e desova dos recursos pesqueiros.

Em atenção às problematizações levantadas, Elisa Vieira, pela Petrobras, informou que o Plano de Emergência da empresa considera o vazamento em seu cenário mais drástico para a construção das linhas de estratégia mais eficazes na prevenção de riscos e na atuação para o caso de um eventual vazamento.



No decorrer da reunião, a sra. Cañete pontuou ainda que os impactos previstos não estão ligados apenas ao risco de vazamento, havendo impactos relacionados ao transporte de espécies exóticas na água de lastro despejada das embarcações, em possibilidades de vazamento em transporte de embarcação, mencionando o caso de vazamento de óleo na região Nordeste do País de que não se descobriu a proveniência. Na condição de pesquisadora da comunidade há muitos anos, a participante afirma sentir-se comprometida em dizer por verdade que a localidade será afetada de modo negativo pela atividade sim, que a comunidade paga com seu modo de vida os impactos e riscos sob gerenciamento da empresa, não havendo à comunidade o direito de intervir sob o processo em curso no espaço da presente reunião, uma vez que a mesma é estritamente informativa, sugerindo às comunidades acionarem o Ministério Público Federal para a proteção de seus direitos à medida que desejem seu local como ele se encontra e sem os impactos previstos pela atividade.

Pela Petrobras, Elisa Vieira reconheceu a legitimidade plena de manifestação da participante, ressaltando o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e o respeito às comunidades, apresentando as ações de contingência de riscos e mitigação de impactos da atividade e o histórico de atuação da empresa no apoio à proteção ambiental e à segurança de comunidades, tendo realizado diversas ações de recolhimento de óleo e destinação de resíduos durante o vazamento de óleo de origem não identificada em 2019 no Nordeste – mesmo confirmado que o óleo vazado não era da Petrobras – e às indenizações conferidas à comunidade que vive da pesca sempre que, pelo país, as atividades da empresa comprovadamente impediram o desempenho temporário das atividades de pescadores.

Sra. Fernanda Farias, com referência a sua atuação profissional pregressa na Petrobras, pontuou saber que a empresa atua de forma competente e preventiva, reiterando, entretanto, saber também que, em havendo prejuízos, é a comunidade de pesca que será impactada em suas vidas.

Como filha de pescador, professora e odivelense, a Sra. Fernanda Melo Cardoso, pela Secretaria Municipal de Educação, manifestou sua preocupação com eventuais impactos à região, requerendo mais garantias de segurança ao direito de sobrevivência dos pescadores em caso de situações de risco,

considerando, na hipótese da passagem à etapa de produção na exploração do bloco da atividade, pouco provável que algum benefício do desenvolvimento seja repassado a sua localidade.

Com referência à mensuração da influência das atividades da empresa sobre o meio local, o Sr. Evandro Silva, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas, destacou a necessidade de realização do zoneamento costeiro da região para melhor dimensionamento de eventuais impactos.

Em face das discussões surgidas no decorrer da apresentação, a Sra. Fernanda Farias relatou, ao ter sido convidada pela Prefeitura à participação na presente, não ter tido a devida dimensão da participação da comunidade nas potenciais influências da atividade, ao que solicitou à empresa a oportunidade de mais uma reunião, cujo apoio da prefeitura mobilizaria a devida participação de um número maior de participantes da comunidade de pesca da localidade para ouvir, discutir e debater as atividades então apresentadas, ao que a Elisa Vieira aquiesceu à boa oportunidade da proposição.

Ainda antes do término da apresentação, pelo Grupo Veritas, João Vinicius Marques solicitou a palavra para corresponder aos anseios por maior diálogo acerca da atividade, ressaltando tratar-se a Reunião Informativa de um primeiro espaço de mútua identificação entre o Projeto de Comunicação Social (PCS) da atividade e os atores sociais locais com interesse e participação nas potenciais influências do projeto, sendo fundamental o espaço da Reunião Informativa como um momento inicial de qualificação do debate, inclusive para que a comunidade e suas organizações possam internamente se articularem para diálogo e um alcance substancial da comunidade pesqueira com orientações sobre o projeto. Em requerimento de participantes do evento, informou-se também nesta oportunidade que a Reunião Informativa estava sendo registrada mediante ata e gravação em som ambiente.

Nada mais havendo a tratar, ao término da apresentação da Equipe Técnica da Petrobras, a reunião deu-se por concluída às 11 horas e 6 minutos.

### *VIII.3.7 - Reunião Informativa Santo Antônio do Tauá*

Local: Auditório Prefeitura de Santo Antônio do Tauá

Data: segunda-feira, 07/11/2022

A reunião foi iniciada às 8 horas e 42 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.



Com um novo círculo de apresentações entre todas as pessoas participantes da reunião, o evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais de associações, da universidade, do Poder Legislativo e de órgãos públicos.

Durante a apresentação, o Sr. Miguel Pantoja, pelo Movimento de Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA) na localidade, ao ser perguntado ao público quanto se supõe ser a profundidade do poço, respondeu ter uma ideia por ter já sido apresentado ao tamanho de um poço, de fato grande, manifestando, entretanto, preocupação de que o poço seja fechado, considerando que posteriormente a região, em havendo óleo, será explorada. À manifestação, Elisa Vieira salientou que o fechamento do poço é uma medida de segurança, uma vez que a etapa de produção – constatando-se a presença de reserva de relevância ao interesse comercial – seria iniciada apenas após um novo processo de licenciamento.

Após a apresentação, o Sr. Pantoja tornou a contribuir com a reunião, solicitando informações acerca da existência de local em terra já designado para o depósito de resíduos da atividade, uma vez que o descarte dos mesmos no mar poderia afetar a atividade pesqueira das comunidades. A respeito, Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, informou que a destinação está prevista, a partir de empresas devidamente licenciadas para executar devidamente a destinação correta dos resíduos, não havendo assim nenhum tipo de irregularidade quanto ao destino final dos resíduos.

O Sr. Miguel Pantoja prosseguiu suas considerações manifestando preocupação com a vulnerabilidade da comunidade da pesca, requerendo elucidação sobre a previsão de ações de proteção aos pescadores dentre as contrapartidas das atividades. Pela Petrobras, Elisa Vieira prestou informações acerca da presente etapa de perfuração e sua duração relativamente curta (5 meses), destacando a ponderação de estudos para compensações e *royalties* aos municípios das localidades da área de influência na etapa de produção, fase esta posterior à confirmação da presença de reservas comerciais de óleo e gás.

Pesquisador vinculado à Universidade Federal do Pará, o Sr. Lucas Pereira, em sua contribuição, destacou estar prevista na atividade de perfuração do bloco a entrada sobre importante berçário para a fauna e flora marinha de toda a região

costeira, questionando à Petrobras que compensações se encontram previstas ao pescador em caso de vazamento, ao que Elisa Vieira informou haver um processo de indenização pela empresa aos pescadores na hipótese de um vazamento de óleo, mencionando também a existência de previsão de indenizações para danos de petrechos de pesca relacionados ao tráfego das embarcações da Petrobras, mediante apresentação de evidências dos danos sofridos.

Acerca da zona de exclusão prevista para a segurança dos pescadores no raio de proximidade do navio sonda em suas atividades, o Sr. Miguel Pantoja salientou ainda considerar os 500 metros uma distância pequena, partindo de sua experiência manifesta como pescador da região, já que pela corrente marítima se é facilmente levado para as proximidades da área de exclusão, ratificando, que a comunidade de pesca da região desempenha suas atividades na região da atividade, a cerca de 170 km da costa, alcançando águas internacionais.

Pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Sr. Arlindo Júnior endossou que a região de atividade da sonda é uma área de pesca ativa e manifestou preocupação não tanto em relação à atividade de perfuração prevista, mas sobretudo na hipótese de uma etapa posterior de produção, supondo impactos que seriam em sua avaliação de grandes proporções. O Sr. Alindo Junior também destacou que o projeto da empresa nada diz sobre o estudo e acompanhamento de eventuais impactos sobre as espécies de relevância econômica para a comunidade de pesca da região, a exemplo da gurijuba e da piramutaba.

A respeito, Sr. Miguel Pantoja destacou que, atualmente, em função dos impactos de atividades de larga escala já existentes – dentre elas a pesca comercial – não se encontram mais grandes exemplares das espécies pescadas, citando que nos dias de hoje os pescadores se surpreendem com a captura de um exemplar de 2 a 3 kg, quando diz recordar-se da captura corriqueira no passado de espécimes à pesagem de 5 kg ou mais, e que essa transformação dos recursos pesqueiros vem sendo notada pela comunidade de pesca sem o devido apoio e políticas de proteção a quem vive da pesca.

Pelo Instituto Socioambiental Progresso de Santo Antônio do Tauá, a Sra. Gilvanda Pantoja Teles manifestou sua preocupação com eventuais riscos na atividade de perfuração que possam gerar impactos aos recursos pesqueiros da região em médio e longo prazo, quando o aparato da atividade de perfuração já tiver se afastado. Pela Equipe Técnica da Petrobras, Elisa Vieira respondeu que, após a perfuração, o poço é devidamente fechado, não havendo histórico de acidentes de vazamento de perfuração após o fechamento do poço; e que grande parte do escaqueamento dos recursos pesqueiros está relacionado à pesca industrial, e não estritamente aos impactos das atividades de exploração do petróleo.

Em pedido de informação à empresa, pela Igreja Sagrada Família, Sra. Luciete Serra questionou se a rota das embarcações pode prejudicar o deslocamento de canoas e pequenos transportes da comunidade ribeirinha às ilhas, situadas nas áreas mais rasas entre os igarapés e na área estuarina. A Equipe Técnica concluiu no diálogo com o público que o percurso desses transportes não será influenciado pela rota das embarcações da atividade, dado que a rota a ser utilizada já é uma rota usada normalmente para a navegação até o Porto de Belém, que o número de viagens das embarcações da atividade será pequeno e que, saindo do porto, as embarcações se deslocarão para águas mais profundas.

Pelo Conselho Tutelar, o Sr. Danielson da Silva questionou acerca da regulação pertinente ao recebimento dos *royalties* das reservas comerciais de óleo e gás, requerendo saber se o mesmo é regido pela lei do pré-sal ou se por outra regulação. Pela Petrobras, Elisa Vieira informou que a estipulação dos *royalties* por localidades é definida mediante regulação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a partir da etapa de produção.

Da Vila do Espírito Santo do Tauá, Sra. Rosicleia Soares Pantoja contribuiu ressaltando sua preocupação com relação aos impactos da atividade, considerando o histórico de projetos anteriores na região amazônica, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que a sustentação por parte de especialistas da ausência de impactos em tais projetos foi sucedida por graves impactos, cujas populações afetadas nunca foram devidamente compensadas. Em função disso, a participante destacou a importância das atividades de óleo e



do desenvolvimento que são necessários à sociedade e à população local, mas requerem maior atenção e cuidado com a população humana, que não recebe atenção alguma.

Sr. Lucas Pereira requereu ainda informações sobre a modelagem de vazamento de óleo no mar apresentada pela Equipe Técnica da Petrobras na Reunião Informativa, com detalhamentos acerca da série temporal utilizada, justificando que o período da série pode causar vieses de interpretação da dinâmica do oceano e da ecologia marinha, com influências para a comunidade pesqueira de toda a região. Elisa Vieira informou como se dá o processo de realização da modelagem, que contou com a realização de um total de 600 simulações matemáticas do comportamento da mancha de óleo na região, distribuídas em períodos diferentes do ano, com maiores especificações do modelo utilizado disponíveis no Estudo de Impacto Ambiental.

Egresso do curso de Etnodesenvolvimento do Campus da UFPA da cidade de Altamira e pela Vila Núcleo Ambiental, o Sr. Ronaldo Barbosa relatou o histórico negativo dos grandes projetos na região, destacando sua avaliação da ausência de benefícios, a exemplo de operadores e trabalhadores de tais projetos que vem de fora, alijando os trabalhadores locais das possibilidades de inserção produtiva prometidas por tais projetos; e agregando à região problemas sociais não previstos dentre os impactos relacionados, com alto custo à população local, à exemplo do aumento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes. O participante mencionou ainda outros impactos não previstos do desenvolvimento à população pesqueira, citando caso que pescadores passaram a ter que pagar por água e energia na qualidade de insumos para o desempenho de sua atividade e manutenção de seus modos de vida, que foram, em função disso, profundamente alterados. Requerendo maiores detalhamentos acerca do que a empresa pretende fazer em face de eventuais problemas aos pescadores em perdas de petrechos de pesca, Elisa Vieira informou que as indenizações estariam relacionadas à identificação da responsabilidade da empresa mediante evidências como fotos e localização geográfica durante a ocorrência do dano.

Sr. Barbosa mencionou ainda que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é muito importante como mediadora das demandas da comunidade da pesca,

mas que não se encontra presente no diálogo e na atenção à necessidade do segmento por proteção, segurança e monitoramento dos impactos, afirmando à Petrobras que muitos dos requisitos previstos pela empresa para a indenização de danos a petrechos de pesca estão fora da realidade da grande maioria da comunidade de pescadores.

Veronica Ataíde de Sousa, pela Paróquia Matriz, solicitou a palavra na reunião para leitura da Recomendação do Ministério Público Federal (MPF) dos Estados do Amapá e do Pará acerca da atividade de perfuração marítima na região, com notificação conjunta ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à Petrobras, com manifestação pela suspensão da atividade, com considerações acerca da escala de influência e repercussão sobre o meio ambiente da região e sobre a necessidade de observância de procedimentos de consulta a comunidades afetadas pelo projeto. Feita a leitura do documento, a participante pediu informações acerca do que teria a empresa a manifestar em face da recomendação emitida pelo MPF.

Pela Petrobras, Elisa Vieira agradeceu manifestação e leitura, informando o histórico da mobilização das atividades de comunicação com comunidades sob a área de influência do projeto desde a época da operação do Bloco pela BP Energy na realização de reuniões setoriais em 2016, audiências públicas em 2017, na mobilização dos relatórios e estudos requeridos ao processo de obtenção de licença no âmbito dos quais foram construídas ações de controle e mitigação de impactos, sustentando a viabilidade da atividade de perfuração sem alterações substanciais ao modo de vida humana e biótica e às características físicas da área de influência da atividade. Elisa Vieira acrescentou ainda ter a empresa já emitido resposta ao posicionamento do MPF.

Lico Souza, Secretário de Meio Ambiente da localidade, solicitou a palavra para registro de sua presença na atividade, agradecendo o convite e a realização do evento, convidando a comunidade a construção de uma agenda para o tratamento das questões e demandas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). O sr. Secretário justificou a necessidade de retirar-se da reunião em face de outro compromisso do calendário de festividades do agro-empregoamento local.

Em cumprimento ao Sr. Secretário, o Sr. Marques, pelo Grupo Veritas, reiterou a importância do Projeto de Comunicação Social da atividade, para manter contato com o poder público local e outros atores sociais interessados nos projetos relacionados à região.

Sra. Adenilse Borralho e Sr. Ronaldo Barbosa manifestaram desagravo à saída do Sr. Secretário de Meio Ambiente, avaliando necessária a participação da SEMMA na defesa dos interesses das populações ribeirinhas e demais cidadãos da localidade. Em função disso, o Sr. Secretário de Agricultura Thiago Soeiro pediu a continuidade no repasse das informações relativas à atividade, prevendo, por parte da Petrobras, indenização imediata em face de eventuais danos a petrechos e a recursos pesqueiros da região, em favor dos pescadores da localidade que, segundo o Sr. Secretário, não podem ficar parados na obtenção dos meios de sustento de suas famílias. Sr. Soeiro solicitou ainda uma comunicação mais acessível, sugerindo a realização de uma nova reunião informativa.

Nesta oportunidade, Sr. Jonas Pantoja, pelo Instituto Progresso da Vila do Espírito Santo, solicitou aos Secretários municipais ali presentes uma reunião com a população de Tauá para discutir a incidência de outros projetos não relacionados à atividade em foco.

Subsequentemente, Sra. Borralho registrou seu descontentamento com a postura dos Secretários da Prefeitura de Tauá presentes na reunião, uma vez que, em sua avaliação, não há interesse das organizações comunitárias da localidade no dinheiro da Petrobras, e sim na preservação de seu meio ambiente e de seus modos de vida, manifestando que seu desejo é que a atividade apresentada pela Petrobras não aconteça. Ressaltou considerar a Reunião Informativa como um evento diverso de um estudo de consulta às comunidades, pela ausência de escuta, e pela caracterização do que considera uma invasão do território, destacando a preocupação das comunidades com a preservação da vida não-humana por parte da empresa.

Em observância às considerações das participações de representantes das comunidades, o Sr. Soeiro convidou os comunitários ao agendamento de uma reunião com a Prefeitura. Pela Vila Núcleo Ambiental, Sr. Barbosa reforçou o pedido à Prefeitura por mais diálogo do poder público local com as comunidades



no apoio a discussões conjuntas sobre projetos como o objeto da Reunião Informativa.

Voltando-se à atividade de perfuração marítima ao Bloco FZA-M 59, o Sr. Jonas manifestou preocupação com relação ao andamento das atividades, solicitando a consolidação de um projeto que não afete suas vidas, a de seus filhos e bisnetos, manifestando sua preocupação e descrença com relação à preservação do Cabo Orange dos impactos da atividade, ressaltando que o parque o maior berçário de reprodução de recursos pesqueiros em mar aberto na região.

Elisa Vieira, pela Petrobras, manifestou respeito às preocupações do Sr. Jonas, sustentando as informações de que as modelagens de óleo não preveem impactos à região, ressaltando que a região é uma Unidade de Conservação - Parque Nacional do Cabo Orange - sendo objeto de proteção permanente.

Sr. Jonas manifestou preocupações também sobre oportunidades de trabalho futuras aos netos da comunidade, em cursos profissionalizantes. Em consideração às preocupações apresentadas, Elisa Vieira destacou que o projeto de perfuração tem mão-de-obra prevista de 150 profissionais para trabalharem durante os 5 meses da atividade, não havendo perspectivas de demanda de mais trabalhadores locais diretamente relacionados à atividade de perfuração, relatando experiências anteriores da Petrobras de mobilização de cursos profissionalizantes com capacitação de mão-de-obra local para atuação profissional em locais de atividade da empresa, porém, na etapa de produção.

João Damasceno, da Comunidade Baiano de Santo Antônio do Tauá, avaliou pertinente a reunião, registrando reconhecimento à disposição dos Secretários municipais que, em face das colocações dos demais presentes, permaneceram na reunião para diálogo e acompanhamento das demandas da comunidade. Em sequência a sua contribuição, considerando sua avaliação de haver uma insatisfação generalizada das pessoas presentes na reunião com referência à continuidade da atividade de perfuração marítima, questionou como a empresa recebe essas manifestações contrárias ao projeto, se as mesmas interferem em algo ou não.

Pela Petrobras, Elisa Vieira sustentou considerar a pertinência de todas as colocações, destacando que a empresa tenta minimizar ao máximo os impactos,

reduzindo a velocidade das embarcações, produzindo estudos prévios, utilizando rotas de embarcações já existentes e gerenciando projetos de monitoramento, controle e mitigação de impactos. Ressaltou a preocupação da Petrobras com o fomento a atividades da área socioambiental, a exemplo de um edital público da Petrobras para o patrocínio de projetos locais de Organizações Não-Governamentais em todo o país, ressaltando que as proposições provenientes de áreas de influência de projetos da empresa são critério de atribuição de mais pontos dentre as propostas analisadas. Projetos de contrapartida direta, em cursos de profissionalização como aqui requeridos na reunião, não estão previstos para a fase de exploração, apenas para a etapa de produção.

Em observância a queixas apresentadas à atuação da Prefeitura no apoio a atividades e pautas das comunidades organizadas locais em favor da agroecologia, do meio ambiente e da agricultura familiar, o Sr. Secretário de Educação Thiago deu informações sobre a estruturação do currículo educacional do município, que segue legislação que prevê estrita observância à Base Nacional de Diretrizes Curriculares, onde se encontra relacionada a temática do meio ambiente e também da cultura afro-brasileira, com referência às habilidades desenvolvidas na educação pública em âmbito local, sugerindo às comunidades o debate e a participação no fórum nacional para a atualização de tais bases às necessidades reivindicadas pelos presentes à Secretaria Municipal de Educação. O Secretário destacou também a existência de bases sólidas de atividade da Educação no Campo em Santo Antônio do Tauá, com respeito à diversidade de atividades existentes no município, a exemplo do extrativismo, da pesca, da agricultura familiar, dentre outras. Acerca da atividade objeto da reunião informativa, o Sr. secretário afirmou crer que se trata de uma política federal, devendo acontecer de uma forma ou de outra, cabendo às localidades, em suas organizações comunitárias e poderes públicos, preparar-se para o que vai acontecer acolhendo o que caracteriza como sinais inevitáveis do desenvolvimento.

Retomando a palavra, Elisa Vieira informou o histórico das participações de partes interessadas no decorrer do processo de licenciamento da atividade, tendo ocorrido a participação das comunidades no estudo de impacto ambiental

em 2015, realizado pela empresa AECOM, e nas audiências públicas e reuniões setoriais realizadas em 2016-2017, e que a retomada do diálogo após esses momentos não pôde acontecer antes em função: da transferência de operação da exploração do Bloco da BP Energy para a Petrobras; do período de pandemia da Covid-19; e do tempo demandado à mobilização pela Petrobras das contratações necessárias à continuidade do projeto, com observância aos requisitos de licitação aplicados à Petrobras na condição de uma empresa pública.

Com a palavra o Sr. Gustavo Moreira, Professor Adjunto do curso de Oceanografia da UFPA, destacou lamentar os posicionamentos sustentados pelos políticos locais presentes no evento. Sr. Moreira ressaltou também que povos e comunidades tradicionais dentre os presentes na reunião devem ser previamente consultados para que fossem gravados na reunião mediante autorização, com críticas à relatoria da reunião pela ausência do pedido de consentimento.

Em resposta às ponderações acerca da gravação da reunião, João Vinicius Marques, pelo Grupo Veritas, ressaltou o uso estrito dos registros para a qualificação dos relatos a serem consolidados em ata, dispondo-se a descartar o registro do mesmo se assim se manifestassem os presentes. O público presente não solicitou o descarte do registro da reunião.

Seguindo a suas contribuições na reunião, Sr. Gustavo Moreira requereu à Equipe Técnica da Petrobras várias informações relativas à atividade em foco. Dentre elas, o porquê da persistência do licenciamento da atividade, uma vez que, iniciado em 2015, o processo não deveria se estender para além de 5 anos, e que, entretanto, está em andamento há 7 anos.

Acerca do Plano de Emergência Individual (PEI), Sr. Moreira solicitou resposta da Equipe Técnica da Petrobras considerando parecer do IBAMA, então recém inserido na página do IBAMA na internet, sobre o licenciamento da atividade, com observância à avaliação de insuficiência das estratégias da empresa em caso de vazamento de óleo face à prevenção de espalhamento da mancha para águas internacionais e ao recurso do uso da dispersão química, cujos impactos potenciais, segundo o participante, seriam ecologicamente comparáveis à bombas de Napalm para a existência de corais.



Sr. Gustavo Moreira destacou ainda, em sua avaliação do EIA/RIMA da atividade, que as peças do licenciamento produzidas em 2015 teriam subestimado a presença de povos e comunidades tradicionais presentes no território, com inobservância de dispositivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Decreto Presidencial 6.040 de 2007, com referência à garantia de participação desses povos na condição de partes interessadas na atividade em licenciamento.

Sr. Gustavo Moreira questionou ainda a ausência de mensuração de impactos potenciais e estratégias previstas para a proteção dos recursos pesqueiros em toda a área de estudo em caso de vazamento de óleo, opinando pela qualificação dos programas da atividade em licenciamento mediante a atualização com os elementos por ele caracterizados como ausentes ou insubsistentes.

Às questões apresentadas pelo professor, Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, destacou que o processo de licenciamento vem correndo o seu rito, com discussões e análises técnicas do IBAMA e observância aos requisitos do processo de consulta e audiência de partes interessadas na atividade, bem como conforme as condições e circunstâncias anteriormente detalhadas no histórico da atividade. Acerca da duração do processo corrente de licenciamento da atividade, Elisa Vieira informou a atividade estar em seu curso regular, de tal sorte que o processo não estaria mais disponível no sistema na hipótese de vício de prazo como aventado pelos participantes na audiência da reunião.

Com observância às adequações ao PEI, Elisa Vieira destacou que o plano foi reapresentado, prevendo 4 embarcações de apoio ao navio sonda e mais uma reserva, todas equipadas para prestar atendimento em caso de vazamento, sendo o projeto apresentado durante as Reuniões Informativas o projeto atual apresentado ao Ibama. Com referência a impactos das estratégias de contenção de vazamento a corais, Elisa Vieira informou que o Estudo de Impacto Ambiental não identificou a presença de recifes de corais na área de perfuração do bloco. Em adendo, o Sr. Pereira informou que, por volta das 11 horas do mesmo dia, o IBAMA teria atualizado resposta à Petrobras reiterando a necessidade de readequações ao plano. Elisa Vieira informou que, em não tendo conhecimento

da atualização – em função de sua apresentação na agenda da corrente reunião –, buscaria o teor do parecer, com o propósito de colaborar nas readequações requeridas para o saneamento de todas as pendências até que a licença possa ser concedida pela autoridade competente.

Reiterando o teor das ponderações críticas às peças técnicas submetidas à licença da atividade, Sr. Gustavo Moreira diz que o estudo não dispõe de uma mensuração da amplitude da influência da exploração no bloco sobre as comunidades de pesca em caso de vazamento de óleo.

Em resposta pela Equipe Técnica da Petrobras, Patrícia Golodne informou ter havido sim visita às comunidades de pesca da área técnica delimitada para estudo. Sr. Gustavo Moreira replicou, entretanto, que esse estudo se encontra defasado, em relação às práticas das comunidades pesqueiras e de seus deslocamentos no tempo, e que os resultados dessas visitas não se encontram no estudo de impacto ambiental. Com referência aos impactos potenciais aos recursos pesqueiros, Patrícia Golodne afirmou haver evidências repetidas de estudos sobre ictioplâncton de que os recursos pesqueiros se recuperam em face de eventuais acidentes de vazamento de óleo e que na área do bloco não foi identificada a presença de nenhum pesqueiro, sendo a ocorrência de peixes esporádica. Sr. Gustavo questionou o que, entretanto, farão os pescadores enquanto os peixes se recuperam na hipótese de um acidente desse tipo. Elisa Vieira informou haver um processo de indenização previsto para a população pesqueira em caso de acidentes – dentre os quais, o de vazamento. Elisa Vieira mencionou relatos de comunidades de pesca da região já testemunhados pela Equipe Técnica da empresa, cujos recursos pesqueiros já vem diminuindo há muitos anos, não podendo, por isso, serem atribuídos à atividade de exploração de petróleo.

Em sua avaliação, Sr. Gustavo Moreira afirmou que a atividade pesqueira das comunidades dificilmente será indenizada sem um mapeamento devidamente dimensionado do segmento no EIA-RIMA do licenciamento da atividade. Em adendo, Sr. Moreira relatou ter constatado ainda a ausência do estudo da sinergia de impacto ambiental no EIA-RIMA das embarcações da atividade com o trânsito das embarcações já existentes. Pela Equipe Técnica da Petrobras, Elisa Vieira replicou que a conclusão dos impactos de sinergia é de

que os mesmos são baixos, visto a baixa frequência das embarcações de apoio na rota, prescindindo de aprofundamento. Carecendo a Equipe Técnica da Petrobras de maiores informações sobre o fluxo atual do porto de Belém para a mensuração de impactos do fluxo de embarcações, manifestando-se preocupado, o participante requereu registro de que a Petrobras não dispunha de resposta para o questionamento apresentado acerca da sinergia desses impactos.

Em registro de retificação, a Equipe Técnica da Petrobras destacou que as observações do IBAMA apontadas pelo Sr. Pereira são na verdade de setembro, com referência à data de assinatura do parecer mencionado, cujas solicitações teriam sido já regularmente respondidas pela Petrobras e, conforme o caso, saneadas. O órgão competente não teria, entretanto, disponibilizado o posicionamento da empresa acerca do parecer em sua página na internet.

Em complemento a ponderações anteriormente formuladas, o Sr. Lucas Pereira criticou a sustentação da empresa no recurso à queima controlada, que teria, assim como a dispersão química, sido descartada pelo IBAMA como medida apropriada para o controle de vazamento na região do bloco.

Elisa Vieira informou que a Petrobras está tentando negociar a utilização dessas medidas para a contenção de mancha em óleo em área oceânica considerando as especificidades da região e a necessidade estratégica de dispor de todos os recursos plausíveis para ação emergencial, considerando que todas as medidas preventivas serão adotadas pela empresa para que nenhum vazamento ocorra e que ambos os recursos criticados pelo participante só serão utilizados mediante autorização prévia do IBAMA sobre a área requerida no momento em que forem cogitadas, mantendo estrita regulação sobre a utilização de tais recursos pelo órgão competente, de modo a evitar impactos à ecologia da região e sua utilização indiscriminada.

Sr. Lucas Pereira seguiu com contribuições críticas ao estudo da atividade com referência a outros aspectos do parecer do IBAMA, com objeções às características das embarcações, ao modelo do estudo das correntes e a série temporal utilizada, desconsiderando as características hidrodinâmicas da bacia da foz do Amazonas e as características específicas dos dados meteorológicos cujos dados são pelo participante avaliados como inconsistentes.



Acerca de pontuações do Sr. Pereira sobre a estrutura local disponível para o plano de atendimento à fauna oleada, Elisa Vieira informou que a estratégia inicial da Petrobras era a celebração de um convênio com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para que a instituição suprisse a demanda técnica do programa, entretanto, apesar de ter recebido recursos à época da BP Energy para estruturação de seu centro de atendimento veterinário, a universidade não deu continuidade às tratativas de convênio com a Petrobras. Dessa forma, foi necessário a Petrobras buscar no mercado a contratação de empresa para a efetivação do plano, devendo submeter ao IBAMA quando a estrutura de reabilitação de fauna em Icoaraci estiver pronta.

Sra. Borralho destacou a necessidade de que a resposta da Petrobras ao parecer esteja disponível, ao que Sr. Ronaldo Barbosa acrescentou ser necessária a utilização de uma linguagem mais acessível. Em complemento, Sra. Adenilse Borralho solicitou a participação das comunidades com contribuições de seus etnoconhecimentos para os estudos construídos.

Com referência à ponderação de Elisa Vieira de que a atividade se passa em águas profundas, ao largo dos territórios das comunidades interessadas e presentes na área de estudo, Sra. Adenilse Borralho diz passar em seus quintais as rotas e a atividade de perfuração apresentada, destacando serem regiões, em sua avaliação, pertencentes à territorialidade, à identificação das comunidades pesqueiras com o meio ambiente e com os seres não humanos com quem convivem. Em prosseguimento, Sra. Adenilse requereu à Equipe Técnica da Petrobras outros momentos de reunião e de participação das partes interessadas no licenciamento da atividade, para que participem contribuindo com conhecimentos sobre seus locais, suas atividades, seu modo de vida e os aspectos sagrados de suas referências de território, criticando os impactos negativos do desenvolvimento sobre suas vidas.

Retomando o posicionamento do Sr. Secretário de Educação, Sr. Ronaldo Barbosa manifestou insatisfação com o posicionamento acerca da inevitável obtenção da licença para a atividade da empresa. Relacionando a sua avaliação de abandono da população à atividade dos grandes projetos na região amazônica, com deficiências nas políticas de saúde, de educação, de meio ambiente, o participante afirmou ser comum uma variedade de projetos, cujo

poderio econômico impõe a sua chegada por meio de preparações como a de reuniões informativas como a do presente evento, cuja linguagem não estabelece uma comunicação eficaz e acessível com a comunidade, que não entendem a linguagem utilizada na reunião e nas cartilhas circuladas. Ponderando como inexistentes os benefícios dos grandes projetos do setor produtivo e energético do país na Amazônia – a exemplo das usinas hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí que não se converteram em redução no custo da energia elétrica da população – o participante avalia que o projeto de investigação de óleo e gás na região, apesar da larga utilização de seus derivados por todos, não é de proveito das comunidades e dos povos tradicionais da região.

Por fim, o Sr. Miguel Pantoja agradeceu à Equipe Técnica da Petrobras na presente Reunião Informativa pelas informações prestadas no que se favoreceu a organização e o debate interno das comunidades e partes interessadas na atividade em outras esferas de atuação. Em sua contribuição, o participante mencionou confusões da linguagem dos órgãos burocráticos, a exemplo das licenças de pesca, em que benefícios ao pescador provavelmente não são acessados pela falta de uma política regulatória mais eficiente, carecendo da manifestação das secretarias. Sr. Pantoja disse acreditar que as prefeituras, não apenas do Tauá, se mobilizaram em favor dos empreendimentos pela expectativa dos *royalties*.

Em resposta às últimas falas dos participantes, Elisa Vieira endossou a legitimidade da organização coletiva e da participação de todos os presentes na reunião e no acompanhamento do processo de licenciamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 13 horas e 6 minutos.

#### *VIII.3.8 - Reunião Informativa Colares*

Local: Auditório da Cabanagem

Data: segunda-feira, 31/10/2022

A reunião foi iniciada às 10 horas com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

A Petrobras apresentou os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando dimensões relacionadas à execução da atividade, com seus respectivos projetos de monitoramento, controle, mitigação e compensação dos impactos previstos. Apresentou também os planos e projetos da empresa formulados para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, a representante da Petrobras Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da Colônia de Pescadores Z-23 da localidade, das Secretarias Municipais de Colares e da Câmara de Vereadores da Localidade.



O Presidente da Câmara, Sr. Wladimir Conceição Costa manifestou sua preocupação com referência à rota de embarcações de apoio do projeto e que podem prejudicar os pescadores da localidade. Elisa Vieira informou que as embarcações da Petrobras são efetivamente grandes, utilizando, entretanto, a rota de navegação já existente para grandes embarcações, acrescentando ainda que, em havendo danos de petrechos de pesca, a empresa prevê processos de indenização aos pescadores.

Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sr. Eranildo Almeida Nunes destacou que a pesca na localidade é caracterizada artesanal, questionando, na eventual interferência da atividade sobre os peixes, se há algum plano compensatório para o escaqueamento dos recursos pesqueiros. Elisa Vieira informou que não esperam que isso aconteça considerando a distância da atividade, a 175 km da costa do município de Oiapoque (AP) e a duração da atividade, de cinco meses, que é considerada curta. Sr. Nunes insistiu na possibilidade de afugentamento dos peixes em função da atividade, questionando o que pode fazer a Petrobras em termos de contrapartida. A representante da Petrobras informou não haver previsão desse tipo de impacto, considerando a utilização pela Petrobras de rotas já utilizadas em larga escala por outras embarcações e que a região do poço Morpho, na área de perfuração do bloco FZA-M-59 é bastante afastada da costa e do município de Colares, não sendo por isso previsto esse tipo de impacto. Para a etapa de produção de óleo e gás, há a previsão de projeto de compensação à atividade pesqueira. Sr. Nunes salientou esperar que esses impactos não ocorram.

O técnico ambiental, o Sr. Guilherme de Almeida salientou que acompanha esse processo desde 2017, quando participou das audiências públicas acerca da atividade, e que esse risco de impacto ao afugentamento de recursos pesqueiros deveria ao menos ser considerado, questionando o que a localidade deve receber com essa atividade. Elisa Vieira informou que esta etapa de perfuração não tem previsão de contrapartidas para os municípios, apenas para a etapa de produção, mediante royalties repartidos conforme critérios da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em complemento a questionamentos relativos a contrapartidas, Elisa Vieira mencionou que a Petrobras dispõe de um edital público de patrocínio a iniciativas locais de Organizações Não-Governamentais em temáticas específicas relativas a desenvolvimento socioambiental. Propostas de projetos em localidades inseridas em áreas de influência dos projetos da empresa pontuam mais nos critérios seletivos do edital.

Com referência ao Projeto de Monitoramento de Desovas de Tartarugas Marinhas (PMDTM), o Sr. Nunes menciona ainda desenvolver pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente um trabalho de educação ambiental relacionada a maus tratos e saques de tartaruga, e, em função da extensão da demanda local, pede apoio do PMDTM, incluindo Colares dentre as áreas de desova acompanhadas. Sra. Elisa Vieira informou que efetivamente a região não foi incluída no projeto PMDTM, prontificando-se a levar adiante a solicitação de Colares para a realização de uma parceria a respeito.

A Secretária de Cultura, Sra. Gleice Saraiva Cardoso pede informações sobre o processo de tratamento de resíduos da atividade de perfuração, tendo Sra. Vieira informado que os resíduos serão devidamente tratados por empresas devidamente licenciadas pela SEMMA. Os resíduos oleados devem ter destinação em Belém. A Sra. Cardoso questionou, considerando a centralidade da atividade de pesca na localidade, se essa atividade poderá prejudicar a atividade do pescado de Colares. Elisa Vieira informou que o tráfego das embarcações deverá ser visto a partir da costa pelos moradores de Colares, mas de longe, porque as mesmas não chegarão perto das margens de Colares, em água rasa. A representante da Petrobras ressaltou que, em havendo incidentes com petrechos de pesca ou com embarcações dos pescadores causados pela empresa, a Petrobras irá indenizar.

Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sr. Antônio José Monteiro pergunta se há horários fixos de deslocamento das embarcações envolvidas na atividade, ao que a Sra. Elisa Vieira informou não dispor dessas informações, no momento em que as embarcações se encontram ainda em processo de mobilização para a região, mas que se trata de 4 embarcações de apoio, além do navio-sonda, com uma sempre situada a não mais que duas horas de distância da área de perfuração.

No ensejo de uma nova atividade de comunicação com os pescadores de Colares sobre a perfuração no bloco pela Petrobras, o Sr. Presidente da Câmara Wladimir Costa sugeriu o domingo pela manhã como um momento mais adequado para a participação dos pescadores na reunião. Sr. Costa destaca que a atividade preocupa sim pela pesca ser a principal atividade da ilha, não importando estrategicamente para o município os ganhos financeiros ou royalties a serem percebidos pelos desdobramentos da atividade, mas a segurança da ilha de eventuais impactos adversos.

Sr. Secretário Municipal de Administração Ronaldo Miranda, propõe que não é possível colocar todo mundo em uma sala com os Pescadores em função do número dos mesmos, sua dispersão e as características da atividade da pesca, que prejudica a reunião de todos, oportunidade em que o Sr. Costa na condição de Presidente da Câmara dos Vereadores colocou à disposição o espaço da casa legislativa e seu salão para a realização das atividades posteriores de comunicação com os pescadores e com a comunidade em geral, que o Sr. João Vinicius Marques, pelo Grupo Veritas ressaltou tratar-se a reunião informativa de uma primeira aproximação cujo apoio oferecido pelos atores locais é de fundamental importância.

Em atenção à estrutura necessária ao deslocamento das embarcações da atividade e apoio aos pescadores, a Sra. Ítala Saldanha Gondim, da Comunidade São João, solicitou o apoio da empresa Petrobras na requisição de melhorias à sinalização náutica das proximidades com pedido de providências à Marinha, para manutenção do Farol do Norte com o propósito de evitar incidentes.

Ao Projeto de Comunicação Social da atividade, Sra. Secretária de Cultura Gleice Cardoso sugere a produção de material audiovisual dirigido aos pescadores, em qualidade acessível para redes sociais, considerando que muitos não são alfabetizados, podendo os conteúdos serem veiculados nas redes sociais da Prefeitura, ao que a Sra. Elisa Vieira agradeceu todas as proposições, informando que todas serão encaminhadas para o planejamento e gestão da atividade.

Subsequentemente, Sr. Nunes questionou sobre a construção de um Porto Multimodal em Colares, se a empresa sabia notícias do andamento desse projeto. Sra. Elisa Vieira informou não dispor de informações a respeito por se



tratar de um outro projeto não relacionado. Acerca da atividade de perfuração em foco, destaca que a etapa de produção poderia levar de 5 a 10 anos para início, após novo processo de licenciamento, uma vez detectadas, na fase de perfuração, a presença de reservas de óleo ou gás de interesse comercial.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 11 horas e 57 minutos.

#### *VIII.3.9 - Reunião Informativa Curuçá*

Local: Palacete Cel. Barbosa

Data: quarta-feira, 09/11/2022

A reunião foi iniciada às 15 horas e 26 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental.

Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

Na exposição da Petrobras, foram apresentados os resultados dos estudos de impactos ambientais da atividade sob aspectos físicos, bióticos e

socioeconômicos, contemplando as dimensões relacionadas à atividade com seus respectivos projetos de mitigação, monitoramento e controle aos impactos operacionais previstos, tal como de pagamento de indenização em caso de danos a petrechos de pesca, bem como dos planos e projetos da empresa para ação em caso de vazamento de óleo no mar, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa com as comunidades para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões relacionadas.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da Colônia de Pesca Z-5 de Curuçá; da Reserva Extrativista (Resex) Mãe Grande de Curuçá; da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA); da Confederação Nacional de Associações de Moradia (CONAM); do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER); da Prefeitura Municipal de Curuçá, dentre outros.

Após a apresentação da Equipe Técnica da Petrobras, Fernando Cruz, Conselheiro pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, destacou a importância de Curuçá e Soure (Reserva Extrativista Marinha de Soure) como localidades dotadas de Unidades de Conservação muito sensíveis às correntes do oceano Atlântico, devendo ser os primeiros locais atingidos no caso de um eventual vazamento de óleo, questionando ainda os recursos disponíveis às embarcações de apoio para contenção de óleo em caso de vazamento. Em resposta, Elisa Vieira destacou haver previsão no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de que as embarcações tenham o aparato para a contenção e o recolhimento de óleo vazado, informando também a localização das quatro embarcações, tendo sempre uma posicionada a não mais que duas horas de distância da sonda, tendo três saídas semanais e três retornos, dispondo todas elas de todos os equipamentos necessários à contenção de óleo. Em complementação às informações prestadas, Elisa Vieira destacou que os *royalties* aos municípios, decorrentes da exploração de reservas de óleo e gás, não se encontram

previstos para esta etapa de perfuração exploratória, restringindo-se à etapa subsequente, condicionada ao sucesso na identificação de reservas comerciais e obtenção de uma nova licença ao final de um novo processo de licenciamento, podendo levar, para tanto, de 5 a 10 anos, com observância de critérios pré-estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Jorge Luiz Macedo da Rocha, pela EMATER de Curuçá, relatou a preocupação mundial da dependência dos combustíveis fósseis na produção energética, mencionando a COP-27 em curso, na qual a Amazônia se encontra em foco, para avaliar as condições em que a atividade de perfuração objeto da reunião informativa estaria em contraste com os anseios de transformação da matriz energética atualmente baseada em combustíveis fósseis em todo o mundo. Acerca de aspectos relacionados aos resultados do estudo de impacto e seus programas, Sr. Rocha relatou que o impacto no meio biótico altera o comportamento reprodutivo dos peixes da região, a exemplo do gurijuba, da pescada amarela, do camurim, dentre outros, observando que os programas previstos para a atividade, entretanto, não envolvem o estudo do comportamento de nenhum dos peixes locais nem do monitoramento dos mesmos, restringindo-se à observação do mapeamento de influências da atividade com espécies de avifauna que não estão tão ligadas às necessidades e às especificidades locais como os peixes, que constituem o principal ativo da região, juntamente com o vai e vem das marés e com seus manguezais, reiterando a ausência de estudos sobre potenciais consequências aos cardumes em deslocamento pela região em face dos impactos possíveis.

Elisa Vieira agradeceu a pertinência das contribuições de Sr. Rocha, ressaltando a importância da transição energética, destacando ainda a necessidade de pesquisa em reservas de óleo e gás no desenvolvimento de outros produtos derivados do petróleo que não são estritamente ligados à produção de energia, muito embora a empresa estimule e valorize a necessidade da transição energética, para a qual a contribuição da Petrobras com a pesquisa em energia eólica, solar, dentre outras, é muito promissora. Não se vislumbra, entretanto, uma mudança nos investimentos em prospecção de petróleo nos próximos 30 ou 50 anos. Afirmou que a discussão é muito pertinente, e que, em função disso, a Petrobras pauta-se na prática de uma política ambientalmente



sustentável e com a consciência e ponderação de suas atividades pautadas na mitigação de seus impactos.

Sobre os estudos dos peixes locais, Elisa Vieira destacou as rotas das embarcações utilizadas sustentando a avaliação de que a utilização de rotas já existentes não causará impactos às atividades de pesca existentes na região, o mesmo aplicando-se ao ponto de perfuração do bloco, cuja duração de cinco meses não causaria impactos substanciais sobre as atividades de pesca.

Em complementação, Sr. Emerson Silva, pela FAPESPA, pediu informações sobre eventuais danos a redes e outros petrechos de pesca de pescadores da região, considerando que os mesmos costumam pescar na região da atividade e rotas de embarcação. Em resposta, Elisa Vieira informou que o estudo apontou que os pescadores pescam em áreas mais rasas, longe, portanto, da área da atividade, havendo ainda assim a previsão de processo de indenização a eventuais danos aos petrechos de pesca pela Petrobras associados à atividade de perfuração.

Edvan Moura da Silva, Chefe de Gabinete da Prefeitura e membro do conselho deliberativo da Resex Mãe Grande, parabenizou a iniciativa, destacando, porém, a necessidade de um marco regulatório e de que houvesse em Curuçá um documento de referência de gerenciamento costeiro da região para que o debate pudesse ser mais produtivo, reforçando aos demais participantes da localidade que ainda há tempo para que um amplo debate local ocorra para que se desenvolva um plano de gerenciamento costeiro para subsidiar a discussão dos atores locais em face de atividades na região, reforçando que nenhuma compensação financeira seria capaz de sanar a demanda por informação acerca dos recursos da região, considerando que a comunidade está entrando às cegas acerca da proposição da atividade que está sendo apresentada.

Sr. Rocha retomou a palavra destacando a importância do debate em torno da criação de informações técnicas sobre os recursos bióticos e naturais locais para que se pudesse ir além da argumentação, por ele considerada insubsistente, de que atividades como apresentada na reunião informativa geraria empregos e desenvolvimento para a região, avaliando o participante que não, e que a melhor alternativa para assegurar ganho e garantias às

comunidades seria o aprofundamento na discussão mediante o desenvolvimento do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) e do ZEEC (Zoneamento Ecológico- Econômico Costeiro) para chegar a um Plano de Manejo.

Prefeito do Município, Sr. Jefferson Miranda “Tarrafa”, relatou ter acompanhado os desdobramentos da atividade de licenciamento desde o início, tendo participado da audiência pública em 2017 em Salinas, e manifestando sua preocupação com os impactos da atividade junto com um bloco de municípios da região situados na área de influência do projeto<sup>1</sup>. O Sr. Prefeito manifestou torcida para que deem certo os resultados da pesquisa da Petrobras e que também passem à etapa de produção, mas que também os municípios paraenses sejam vistos e tratados com o cuidado e prevenção a acidentes de que necessitam.

Pelo Conselho Municipal das Cidades e pela CONAM, Ailton José Favacho destacou a ausência do espaço do controle social no projeto para que haja o assento da sociedade em conselhos, sem referências a respeito no projeto. Elisa Vieira informou que houve um espaço de consultas e audiências públicas em 2017 e as atividades do presente ano são uma continuidade que foi atravessada por sucessivas mudanças, a exemplo da troca de operação do bloco da BP Energy para a Petrobras, a pandemia e do tempo demandado à mobilização pela Petrobras das contratações necessárias à continuidade do projeto, com observância aos requisitos de licitação aplicados à Petrobras na condição de uma empresa pública. Elisa Vieira informou ainda que, em havendo reservas comerciais de óleo e gás, um novo processo de consultas às partes interessadas será mobilizado, e que a presente Reunião Informativa era apenas o início de uma série de ações do Projeto de Comunicação Social da atividade, que pretende com o presente evento apenas uma primeira aproximação com os atores locais.

Com referência ao Projeto de Comunicação Social da atividade, Sr. Rocha sugeriu melhorar a comunicação com a sociedade, com referência à baixa participação de pescadores na reunião informativa. Pelo Grupo Veritas e pelo

<sup>1</sup> Para elucidar de forma correta e devida os acontecimentos, no município de Salinópolis ocorreu reunião setorial relativa à atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59 em 2016. Não houve audiência pública sobre a atividade no município em 2016.

Projeto de Comunicação Social da atividade, Sr. Marques acolheu as sugestões reforçando a presente reunião como um primeiro momento de contato e sensibilização voltado ao apoio e qualificação do debate, informando as ações anteriormente realizadas em campo, a exemplo de mobilizações realizadas em Curuçá e nas outras localidades nas quais vem sendo feitas as Reuniões Informativas, mobilizando a participação da comunidade da Pesca, de Unidades de Conservação, poder público, universidades, EMATER e outros.

Pela FAPESPA, Sr. Silva perguntou se houve alguma alteração no EIA/RIMA de 2015 para a realização da atividade de perfuração, considerando dinâmicas naturais de transformação dos fenômenos analisados com implicações para mensurações em função do tempo, a exemplo do que o participante relatou se passar com a análise dos ventos. Elisa Vieira respondeu que a modelagem teve uma atualização em 2017-18; que o EIA teve uma versão 2015; e que o diagnóstico teve uma complementação em 2017-8, tendo a modelagem de óleo passado por outra atualização em 2022. O participante sugeriu melhorar o acesso ao EIA/RIMA. Em face da sugestão, Elisa Vieira informou que pedirá a incorporação do link do estudo na apresentação utilizada pela Petrobras nas Reuniões Informativas. Com referência ao estudo, Elisa Vieira informou não ter encontrado no levantamento realizado espécies de peixes raras, em extinção ou exóticas na área do estudo da atividade.

Pela Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura da Prefeitura de Curuçá (SEMPAQ), Sra. Silvia Helena Reis perguntou se há um repositório de informações sobre o que está acontecendo na atividade. Elisa Vieira informou que hoje essas informações se encontram na página do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mas reconheceu pertinente a necessidade de melhores estratégias de comunicação do andamento das atividades e projetos relacionados para que essas informações possam ser difundidas de forma mais acessível e didática. Pela Petrobras, Patrícia Golodne reforçou a pertinência da questão da Sra. Reis considerando problemas na atualização dos documentos expedidos na página do IBAMA.

Sr. Francisco Botelho, da Associação das Bacias de Recreio, avaliou que as informações prestadas na apresentação pela Petrobras não são novidade para as organizações da sociedade civil e para os atores do poder público da cidade



de Curuçá, até pelo acúmulo de discussão na localidade acerca de outros projetos debatidos, a exemplo do Porto do Espadarte. Em complemento, Sr. Botelho informou que sua associação provocou a discussão de um Fórum Econômico Ecológico Social da região com enfoque no debate do projeto do referido porto com a Ilha de Fora, informando que irá retomar a organização do Fórum e que isso será novamente realizado em junho do ano que vem, e que a atividade da Petrobras será sim debatida com os pescadores. Ressaltou que os pescadores estão a par dos acontecimentos e que partilham das preocupações ambientais sobre o projeto, destacando não abrirem mão da preocupação ecológica e da promoção de inclusão social no âmbito desses projetos. Nesse sentido, o participante destacou que desejam tomar parte no debate dos acontecimentos e também nos bônus – e não apenas nos custos sociais – dos grandes projetos, dado o compromisso que tem com os dotes naturais proporcionados à região, endossando, por fim, a partilha da avaliação de que é necessário melhorias no projeto de comunicação da atividade, buscando melhorar a aproximação da empresa com as partes interessadas no projeto.

Em nova contribuição à reunião, Sr. Emerson Silva sugeriu à atividade da Petrobras a incorporação de alguns outros projetos baseados em experiências pré-existentes na localidade, como: o incentivo à pesquisa para a criação de peixes nativos e de caranguejos nativos como o caranguejo-uçá da região; e o trabalho de habilitação e qualificação dos pescadores, buscando formações que possam oferecer orientações por meio do apoio à regularização da atividade dos pescadores. Elisa Vieira, pela Petrobras, mencionou que a empresa patrocina alguns projetos similares aos propostos pelo participante, havendo espaço para a proposição de projetos em Edital Público pela Petrobras em que as áreas de influência das atividades da empresa são favorecidas nos critérios da chamada. Não obstante, a Elisa Vieira se prontificou em encaminhar as propostas feitas para apreciação da gestão e planejamento dos projetos da atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59.

Com referência ao Projeto de Comunicação Social da atividade, Sra. Luciene Ramos, pela SEMPAQ, sugeriu a realização de um banco de dados de contato para que sejam acionados com melhor eficácia nas próximas oportunidades de comunicação, com a possibilidade de criação de um grupo de

contatos em aplicativo de mensagens. Em complemento às proposições de projeto feitas pelo Sr. Silva, Sra. Ramos mencionou ainda o projeto de Reflorestamento de Manguezal desenvolvido pela Organização Rare Brasil na região.

Solicitando registro em ata, o Sr. Rocha solicitou devolutiva do relato da presente reunião para os contatos relacionados dos participantes da reunião. Sr. Marques pela Veritas se prontificou em repassar o relato conforme solicitado por meio do repasse do presente registro.

Pela SEMPAQ, Sra. Emily de Souza questionou quais são os benefícios previstos para a comunidade de Curuçá na atividade de perfuração, se a mesma previa a geração de algum tipo de benefício direto à localidade, como a geração de empregos. Em resposta, Elisa Vieira deu ciência de que tais benefícios não se encontram previstos para a etapa de perfuração, apenas para a de produção, uma vez identificada a presença de reservas de gás ou óleo de relevância comercial. Em complemento, informou que para a atual etapa há a previsão de 150 empregos relacionados diretamente à atividade, sem que se estimem para o momento geração de demandas de mão-de-obra na localidade para esta atividade.

Pela SEMPAQ, Sra. Reis questionou se esta reunião informativa será o último momento de comunicação com a comunidade. Elisa Vieira informa que não, prevendo a comunicação com as localidades da área de influência na obtenção da licença, na divulgação de orientações e no retorno da desmobilização da perfuração e devolutiva sobre resultados da pesquisa – esta última, alguns meses depois da desmobilização da estrutura de perfuração e fechamento do poço.

Em havendo óleo comercial, Sr. Rocha perguntou se haveria uma refinaria na região, Elisa Vieira informou que, no momento, não há perspectiva de construção de nenhuma nova refinaria, nem na região, nem no país, com perspectivas para a exportação do óleo ou refino em refinarias já existentes.

Sr. Paulo Henrique Ferreira, pelo Palacete do Centro Cultural Coronel Barbosa de Lima, solicitou que Relatórios dos Projetos Ambientais da Petrobras desenvolvidos na região de Curuçá e também da região amazônica, bem como

publicações que a Petrobras patrocina, sejam disponibilizados em formato impresso para a biblioteca do Centro Cultural de Curuçá.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 17 horas e 42 minutos.

### VIII.3.10 - Reunião Informativa Oiapoque

#### **ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA BLOCO FZA-M-59**

#### **PROJETO AMAPÁ ÁGUAS PROFUNDAS**

**Proc. Nº 02022.000336/2014-53 - NOV/22**

#### **REUNIÃO INFORMATIVA (Oiapoque-Ap)**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Senhoras e Senhores, boa tarde!

Pedimos que tomem seus lugares para darmos início à nossa reunião.

Sejam todos e todas bem-vindos à Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, localizado na região Amapá Águas Profundas e operado pela Petrobrás. A presente reunião é uma exigência do processo de licenciamento ambiental e está estabelecida no Projeto de Comunicação Social da atividade.

Antes de darmos prosseguimento à composição do palco, gostaria de chamar o Sr. Eduardo Castanheira, para apresentar os procedimentos de segurança durante a realização do nosso encontro, apresentando o briefing de segurança. Saídas de emergência, rotas de fuga, brigadistas à disposição equipados com extintores. Equipe médica à disposição na sala ao lado. Caso tenha alguma necessidade, dirigir-se à organização do evento.

Senhor Eduardo Castanheira, seja bem-vindo.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA** – Boa tarde a todos e todas. É uma grande satisfação estar aqui com a presença de todos aqui no Oiapoque.

Antes do início do evento gostaríamos de transmitir algumas informações de segurança deste ambiente.

Na situação de alguma anormalidade a principal orientação é que todos saiam deste recinto de maneira ordeira utilizando a saída principal por onde todos entraram sendo que temos outra saída do lado oposto mais próximo ao palco, que é a saída alternativa de emergência, mas membros do Corpo de Bombeiros farão essa orientação na hora de alguma eventual necessidade de evacuação do recinto.

Também temos extintores de incêndio ao longo das paredes deste ginásio que poderão ser acionados quando necessário.

Também temos equipe de paramédicos, caso alguém venha a passar mal entre em contato com os membros da organização do evento que eles direcionarão à equipe de paramédicos.



Tenhamos todos um excelente evento e muito obrigado pela atenção.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigado, Senhor Eduardo.

Dando continuidade ao nosso evento, gostaria de convidar os apresentadores para subirem ao palco. Primeiramente, chamamos Mayara Martins, representante do Ativo Exploratório da Gerência Executiva de Exploração da Petrobras.

Gostaria de chamar agora Patrícia Rosa, representante da área de licenciamento ambiental da Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras.

Por fim, convido Ivan Bassères, Coordenador de Exploração da Diretoria de Licenciamento do IBAMA.

Antes de iniciar as apresentações, vou passar algumas informações importantes para o decorrer do evento.

O evento começa com as apresentações dos representantes do IBAMA e da Petrobras. Após as apresentações, faremos um momento para inscrição das pessoas que quiserem encaminhar perguntas orais ou escritas, que devem ser feitas de maneira identificada. Ao fim das inscrições iniciaremos a sessão de perguntas e respostas.

Neste momento, para dar início às apresentações, convidamos o Sr. Ivan Basseres, Coordenador de Exploração da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, para falar sobre o processo de licenciamento ambiental.

**O SR. IVAN BASSERES** – Boa tarde a todos e a todas, sejam, bem-vindos.

Meu nome é Ivan Basseres, obrigada pela apresentação, sou Analista Ambiental do IBAMA desde 2013 e desde o ano passado, a pouco mais de um ano, estou à frente da Coordenação de Petróleo e Gás, que é responsável pela condução do licenciamento ambiental desse empreendimento que estamos tratando aqui hoje, que é a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia do Foz do Amazonas.

A ideia é fazer uma apresentação breve do porquê estamos aqui, qual o papel do IBAMA e qual o papel do licenciamento ambiental nesse encontro hoje e depois passar a palavra à Petrobrás para explicar os detalhes do empreendimento.

Falar um pouco do IBAMA, do licenciamento ambiental, dos marcos legais e do processo em si, detalhes e marcos temporais desse processo.

Falando um pouco do papel do IBAMA: É uma autarquia federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem a missão de proteger o meio ambiente e é dividido em cinco diretorias, uma delas é a de Licenciamento Ambiental, além disso, temos diretorias responsáveis pela fiscalização, pela proteção da biodiversidade e pela qualidade ambiental. Hoje estamos aqui como Diretoria de Licenciamento Ambiental.

Esse é um organograma rápido só para explicar que somos basicamente três coordenações gerais dentro da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, que são responsáveis pela condução de processos específicos de licenciamento ambiental que são considerados de relevância nacional.

Empreendimentos lineares, por exemplo, existe uma Coordenação Geral dedicada a eles, porque é competência do IBAMA licenciar empreendimentos situados, por exemplo, em dois ou mais estados.

A mesma coisa com empreendimentos fluviais. Existe uma Coordenação Geral dedicada a empreendimentos fluviais pela mesma razão, por serem empreendimentos lineares de grande porte.

O IBAMA também é responsável pelo licenciamento ambiental de toda e qualquer atividade de possível impacto ambiental realizado no mar territorial e nas águas jurisdicionais brasileiras.

Então, há uma coordenação, que é a Coordenação Geral de Empreendimentos Marinhos e Costeiros, que é dividida na COMAR, com a Coordenação de Exploração de Petróleo e Gás, que é coordenada por mim, e a Coordenação de Produção de Petróleo. Todas essas coordenações são sediadas em Brasília, com exceção das coordenações dedicadas à petróleo e gás.

A Petrobrás falará ainda em detalhe da diferença dessas duas tipologias, mas eu vou passar rápido para mostrar a vocês um pouco da atuação da COEXP. A Coordenação de Exploração é dedicada à atividade de caráter exploratório, então, antes de uma etapa de produção de petróleo ou de outro combustível fóssil temos a fase de pesquisa, que é a avaliação das jazidas, a avaliação do potencial de petróleo de uma determinada região, para isso fazemos atividade sísmicas com navios que fazem disparos no mar para entendermos a geologia local e a perfuração de poços propriamente dita, que aí sim, é a entrada no reservatório para conhecer o potencial petrolífero dele.

Tudo acontece no mar com estruturas marítimas como navios sísmicos, sondas de perfuração e ali adiante havendo a confirmação das jazidas de petróleo e a sua comercialidade aí, sim, segue a fase de produção.

Ainda não estamos nessa fase, estamos na fase de perfuração que tem um tempo diferente. Cada poço leva em torno de cinco meses ou menos. E é nessa fase que nos encontramos.

Como falei, estamos aqui dentro de um processo de licenciamento ambiental que é a ferramenta que o IBAMA tem para avaliar os impactos, as implicações sócio-ambientais, na verdade, de empreendimentos de potencial impacto ambiental.

Isso tem previsão na Constituição Federal e na política nacional de meio ambiente, isso é feito, vis de regra, com estudos prévios de impacto ambiental, os EIAs, e cito ali também as resoluções do CONAMA e portarias do Ministério do Meio Ambiente que regem esse procedimento aqui conduzido pelo IBAMA.

O licenciamento ambiental é conduzido por todos os entes federativos: municípios, estados e União. Comete ao IBAMA, como comentei, empreendimentos de grande porte situados no ambiente marítimo entre outras características.

No processo de licenciamento ambiental solicitamos estudo de impacto ambiental que trará informações sobre o meio ambiente da região onde se pretende instalar o empreendimento nos seus aspectos físicos, geológicos e também sócio-econômicos e bióticos. O EIA apresenta uma previsão de impactos e riscos associados àquela atividade e medidas de monitoramento, de redução de impactos e de compensação também.

Tudo isso será detalhado pela Petrobrás quando for explicar em detalhe o estudo que foi submetido para esse processo, mas só para lembrar também que o licenciamento ambiental conta com etapas de participação social e contribuição de partes interessadas. Esse caso, inclusive, já passou por uma audiência pública e agora estamos numa etapa que é de informação à sociedade dentro de um processo de análise de viabilidade ambiental, que é o que nos dirá se o empreendimento é ou não viável e sendo viável o IBAMA, então, emite uma licença de operação.

Por fim, só para contextualizar para vocês a linha do tempo desse processo, a Petrobrás deve fazer o mesmo, mas só para lembrar que esse processo começa, antes do IBAMA, na verdade, em 2013, quando a ANP – Agência nacional de Petróleo, leiloa blocos aqui na Foz do Amazonas para diversas empresas,

inclusive, na época, a Petrobrás não foi uma das empresas que adquiriu blocos aqui, mas sim a Total, a BP e a Queiroz Galvão. E no ano seguinte, em 2014, essas empresas entraram com licenciamento no IBAMA e esses processos foram tendo seu rito natural, um histórico longo; em 2015, foram apresentados os estudos de impacto ambiental e em 2016, que foi quando fizemos as reuniões setoriais do projeto de comunicação social que culminaram no ano seguinte com audiências públicas em Belém, aqui no Oiapoque e em Macapá. Inclusive, ocorreram em novembro e estão completando agora cinco anos. Na época, ressaltando, a audiência pública foi com a BP, a empresa concessionária dos blocos há época.

O IBAMA emitiu uma série de pareceres sobre esse estudo, tanto antes, quanto depois da audiência pública, mas em 2020 houve uma solicitação de transferência da titularidade do processo para a Petrobrás que junto à ANP firmou um contrato para se tornar a operadora do bloco 59 e, enfim, no ano seguinte foram submetidas atualizações dentro do processo essas atualizações foram analisadas pelo IBAMA em setembro de 2022 e é por isso que estamos aqui hoje porque nesse processo de atualização, além da transferência de titularidade verificamos questões do projeto, portanto, questões do plano de emergência individual que foi submetido, projetos de mitigação, monitoramento, redução de impactos e tudo isso solicitamos alguns ajustes da empresa, assim como também a questão da modelagem hidrodinâmica, a modelagem já tinha sido apresentada pela BP em 2015, e isso é uma das partes do estudo, também dentro desse parecer de análise de setembro solicitamos alguma atualização da Petrobrás e também solicitamos por fim a realização de reuniões informativas, seja pelo longo tempo desde o início desse processo, seja por termos vindo ao Oiapoque em 2017, então, de certa maneira fazer uma prestação de contas, uma devolutiva, que seja principalmente para informar essa transferência de titularidade. Então, hoje estamos aqui para isso, para passar essa informação para a sociedade civil, para as partes interessadas.

Agora passo a palavra para Petrobrás colocando o IBAMA sempre à disposição. Nós, como disse, somos situados no Rio de Janeiro.

Esse é o nosso telefone e nosso e-mail.

A Petrobrás também no final da apresentação dela trará essas informações.

Minha apresentação acaba aqui e passo agora para a Petrobrás.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigado pela apresentação.



Gostaríamos agora de convidar a Sra. Mayara Martins e a Sra. Patrícia Rosa para realizar a apresentação da Petrobras sobre a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Boa tarde a todas e todos.

Sou Mayara, sou Geofísica da Petrobrás e estou muito feliz com essa oportunidade incrível de estar aqui falando com vocês hoje.

Mostrarei um pouco da atividade de perfuração marítima e posteriormente a Patrícia segue falando principalmente do licenciamento ambiental seguindo esse roteiro aqui.

Primeiro começamos falando quem somos nós, quem é a Petrobrás, seguimos por esse processo de exploração e produção, foi bem legal o que o IBAMA trouxe, então, perpassamos um pouco por todo o processo. Em seguida, vimos falando onde e quando será a perfuração, onde de fato será de fato essa atividade que viemos falar aqui, que é a perfuração do poço, falamos a atividade de perfuração em si e depois vem a Patrícia com a parte do licenciamento ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental, que foi mencionado pelo Ivan, os impactos ambientais operacionais e os projetos ambientais e os impactos ambientais potenciais e o Plano de Emergência Individual que chamamos de PEI.

Quem somos nós? Somos a Petrobrás, uma empresa brasileira de quase setenta anos, com uma experiência tremenda de atuação no Brasil e que atuamos com foco em óleo e gás.

Reconhecemos, enquanto empresa que estamos em constante transformação, mas uma coisa que não muda é o nosso respeito às pessoas e ao meio ambiente e o nosso valor mor que é a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Colocamos esse respeito em prática usando muita tecnologia avançada, tecnologia de ponta. Temos também como valor a exigência e a qualidade quando operamos os nossos projetos.

Somos focados em exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultra profundas.

Para mostrar um pouco dessa região em que vamos atuar e focar logo mais são as bacias da margem equatorial brasileira, que é o contexto que nos inserimos aqui e vamos falar um pouco do processo de exploração de etapa investigativa aqui

na bacia do Foz do Amazonas, no estado do Amapá, o nosso bloco está ali nas águas ultra profundas do Amapá.

Para mostrar um pouco da experiência que temos, enquanto empresa que opera nacionalmente, mostramos um pouco dessa evolução, começamos explorando e produzindo petróleo em terra e como exemplo trazemos alguns exemplos da Bacia de Campos, em Santos, no Sudeste do Brasil, principalmente dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Então, vamos avançando para exploração

Podemos mostrar aqui o nosso avanço começando pelo Campo de Garoupa, na Bacia de Campos, vamos avançando para o Campo de Marlim, seguindo por águas mais profundas, cada vez mais profundas, lâminas d'água maiores e projetos de poços mais profundos. Vamos avançando ainda na Bacia de Campos, ali para Marlim Sul, no Campo de Roncador, e vocês vão observando e os dois últimos exemplos são os campos do pré-sal que temos na Bacia de Santos, que temos os dois mais profundos conhecidos Campos de Tupi e Iracema Sul que são campos do pré-sal da Bacia de Santos, no que conhecemos como pré-sal no Brasil. Então, isso mostra nossa liderança mundial em operação de produção e exploração de petróleo.

Mas o que é esse processo de exploração e produção, agradeço de novo ao IBAMA, por já ter trazido, isso facilita bastante a comunicação com vocês.

Como o Ivan já bem mencionou, a ANP, que é a Agência Nacional do Petróleo, nossa reguladora da atividade de exploração e produção do petróleo oferta blocos a leilão e as companhias de petróleo participam desse leilão e adquirem as áreas e desde esse momento já temos interação para contribuições do IBAMA para contribuições técnicas para essas licitações e aí partindo do 1 para 2, adquirido o bloco a empresa, o consórcio ou o grupo de empresas que adquire, que compra o direito de explorar ou produzir esse bloco vai para a fase de pesquisa da bacia e aí é legal que o Ivan já trouxe a parte da atuação do IBAMA na licença operacional para a parte de pesquisa sísmica, que usa um método geofísico, que seria tipo uma fotografia na terra e pegamos essas imagens e estudamos para buscar petróleo, verifica o potencial de cada área dessa própria área que adquirimos e daí partimos para a parte de perfuração e é justamente nessa etapa em que nos encontramos.

Então, para conseguirmos perfurar nessa etapa de exploração, porque aí preciso que tenham em mente que exploração estamos falando de investigação, de descobrir, de analisar uma área de forma pioneira, para fazermos essa descoberta, essa investigação uma das etapas é a perfuração e para conseguirmos perfurar

precisamos da licença de operação do IBAMA. Então, é nesse processo que nos encontramos agora e essa reunião é parte desse processo de licença dessa operação.

Então, ok, descobrimos petróleo. Então, vamos para a parte do plano de avaliação que é aquele item 4 ali, e fazemos mais estudos e analisamos a área e estudamos todos os dados que coletamos nessa etapa de perfuração para avaliar a área, para ver a extensão da jazida para conseguir delimitar adequadamente, se ela for comercialmente favorável, se for uma acumulação comercial partimos para a declaração de comercialidade e aí vem uma nova etapa de interação com o IBAMA para a licença de operação e aí começamos a chamar de campo. Começamos a etapa de produção que é efetivamente tirarmos o petróleo da sub superfície. Então, a produção é essa parte de extrair o petróleo lá de baixo.

Estamos falando aqui da atividade de perfuração ou pré atividade de perfuração. Aí, por que perfurar? Por que a Petrobrás quer perfurar? Porque o negócio dela é buscar acumulações comerciais de óleo e gás. Esse é o nosso negócio. E também para suprir a demanda energética da sociedade brasileira. Nós somos uma empresa brasileira de energia. Por que a margem equatorial? Porque ela é uma fronteira exploratória, nós estamos investigando essa fronteira e quando se abre uma fronteira você abre uma frente de descobertas.

Então, enxergamos um potencial importante aqui e viemos investigar e isso pode favorecer a evolução sócio-econômica regional.

Aonde e quando será a perfuração desse poço? Vamos perfurar nas águas ultra profundas do Amapá, é para essa atividade que estamos trabalhando e nos empenhando. Estamos falando daquele bloco ali FZA-M-59. A nossa base de apoio aéreo é o aeródromo de Oiapoque.

A distância mínima da Costa ao bloco é por volta de 160 km e se falamos especificamente do ponto que queremos perfurar está por volta de 175 km de distância, seria como daqui de Oiapoque à Calçoene numa linha reta, mais ou menos isso.

A profundidade da lâmina d'água, ou seja, da superfície do mar até o fundo do mar chega a quase 3km, então, uma operação distante, desafiadora por conta desse caráter de distância e de profundidade, mas temos experiência a aplicamos nesse tipo de atividade.

Temos três poços com contingentes previstos ali naquele plano, em descobrindo partimos para o plano de avaliação, mas falando especificamente de

tentar descobrir, então, para esse apoio das atividades será utilizada essa infraestrutura aqui no Amapá, o aeródromo aqui de Oiapoque, importante contribuição, fundamental base de apoio e em termos de apoio marítimo usamos o porto de Belém.

Continuando, vamos falar um pouco da logística operacional e pegando o gancho na parte do aeródromo.

O aeródromo já tinha licença, operava normalmente em voos diários, mas a Petrobrás precisou para essa logística, para essa atuação nessas condições de alto mar fazer algumas adequações de infraestrutura aeroportuárias e uma delas possibilita, por exemplo, que tenhamos voos noturnos saindo.

Esse tipo de processo também foi uma importante adequação que precisamos promover aqui para utilizar em termos noturnos, principalmente, o aeródromo de Oiapoque.

Quando será essa perfuração do poço? Vou falar só um pouco do processo como um todo e depois o situamos no tempo.

A atividade de perfuração em si vem dessa etapa, primeiro, de mobilização, estamos nessa etapa, identificamos o local do poço, temos filmagens, a Patrícia irá mostrar imagens de sub superfície no local, no raio de abrangência do furo que pretendemos fazer.

A unidade de perfuração, que chamamos de navio sonda, a NS42 vem navegando do Sudeste até aqui e temos toda a preparação dos recursos de apoio para isso. Daí, quando estiver tudo aqui partimos para um importante exercício que é fundamental que é a avaliação pré-operacional, que é rito desse processo de licenciamento ambiental. Então, o IBAMA lança um exercício para nós, uma simulação de vazamento e daí lançamos mão do nosso plano de emergência individual e é esse o exercício que fazemos, chamamos de avaliação pré-operacional – APO, vocês ainda ouvirão falar nesse termo daqui para frente, estamos prevendo isso agora por volta de dezembro.

Então, em passando por esse processo o IBAMA, em caso de sucesso, consente para nós a licença de operação e partimos efetivamente para a operação.

Vamos para a perfuração do poço, vamos coletar os dados durante essa perfuração por meio de diversos métodos e aí coletamos rochas, líquidos, e depois terminamos essa parte de coleta de dados e informações, concluímos essa operação ali, faz o tamponamento, fecha o poço, deixa ele íntegro, seguro, para podermos partir



para a etapa de desmobilização, preparar para a navegação, para ir para outra locação, desmobiliza a unidade de perfuração enquanto estudamos esses dados que acabamos de coletar.

Em termos de tempo estamos aqui justamente nessa etapa de mobilização por volta de novembro, início de dezembro, a avaliação pré-operacional estamos empenhando todos os esforços para ela acontecer por volta da primeira quinzena de dezembro e obtendo a licença ali na sequência já começamos a atividade de perfuração, indo ali por volta de maio, estimamos, tem ali uma janela de por volta de cinco meses de operação e partimos para a etapa de desmobilização na sequência.

O Ivan também mencionou que, na verdade, o processo de licenciamento ambiental começou ali atrás com a BP e nós demos continuidade, esse consórcio, esse grupo de operadoras adquiriu o bloco em 2013, no leilão da ANP e nós éramos parte do consórcio e em 2020 houve a transferência da operação.

A operadora é aquela companhia que está responsável por todos os processos daquela cadeia toda que explicitamos, então, é a gente que vai conduzir o licenciamento, a perfuração. A Petrobrás agora é responsável por isso desde meados de 2020, 2021, e naturalmente, vamos dar e já estamos dando continuidade aos compromissos que foram assumidos ali dentro do rito do processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Vamos partir para aparte da atividade operacional em si.

Ali, aquela primeira foto, é o navio sonda, NS42, uma operação monumental, uma coisa gigante. Na foto do meio, só para ter noção de um equipamento, que é um equipamento de segurança, importantíssimo, que chama BOP - Blowout Preventer. O vídeo mostrará um pouco mais dele. Ele é justamente um equipamento de segurança que em caso de qualquer suspeita de um evento de incidente, de alguma pressão maior de alguma ascensão de fluido que não seja esperada ele fecha, ele tem diversas gavetas, diversas válvulas e ele é testado rotineiramente, é avaliado, tem inspeções preventivas e rotineiras para garantir que esteja sempre em pleno funcionamento. É realmente um equipamento bem grande.

Ali na direita temos a broca que vai descer e perfurar o solo marinho.

#### **(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)**

Então, essa é efetivamente a operação de perfuração.

Vamos falar um pouco dos sistemas operacionais que são de segurança e de relação com o meio ambiente.

A sonda é extremamente bem equipada e temos, por exemplo, sistemas de detecção de gás, sistemas de parada de emergência, sistemas de tratamento de esgoto, de separação de água e óleo, o óleo que por ventura a gente tire de lá precisará ser separado da água adequadamente e temos separação dos resíduos gerados. Eles são separados no navio sonda e são adequadamente descartado, segundo sua origem e suas peculiaridades.

Continuando a parte de segurança operacional precisamos reforçar com vocês que em todas as nossas operações primamos por um monitoramento 24 horas por dia local e remoto. Temos uma estrutura no edifício sede importantíssima e atenta a todo momento da perfuração.

Já falei com vocês que temos uso intensivo de tecnologia avançada nos nossos equipamentos, são recursos de última geração. Temos manutenções que são preventivas e rotineiras para garantir e prevenir qualquer tipo de incidente e acidente.

Temos inspeções que são periódicas e temos uma equipe que precisa ter uma capacitação específica, especializada da complexidade que temos inerente a essa operação que vocês viram no vídeo.

Então, essa equipe dessa fase que estamos de investigação precisa ter uma capacitação técnica especializada porque é muito importante primarmos por todas as condições de segurança às pessoas e ao meio ambiente.

Temos realização de vistorias e auditorias, sejam externas ou internas à companhia.

Qualquer registro, investigação de acidentes ou incidentes com ações corretivas e que se tornam lições aprendidas para continuarmos avançando na nossa experiência e aplicar o nosso conhecimento nas operações futuras.

Com isso, chamo a colega Patrícia para avançar na apresentação nessa parte ambiental.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA – Boa tarde.**

Obrigada Mayara.

Meu nome é Patrícia, sou Engenheira Ambiental de formação e vou conversar com vocês sobre o processo de licenciamento ambiental, o estudo de impacto ambiental e os impactos ambientais que foram identificados relativos à nossa atividade e vamos falar também sobre quais são os projetos ambientais para mitigar, controlar e monitorar esses impactos e como está estruturado o nosso plano de emergência.

Falando, então, sobre o processo de licenciamento, o Ivan já comentou um pouco, então, vou passar detalhando um pouco mais as informações.

Em 2014 houve o início desse processo de licenciamento ambiental, a atividade foi enquadrada em classe 1, que é a classe mais restritiva do processo de licenciamento e houve, então, a emissão de um termo de referência. Esse termo definiu alguns requisitos e exigência para elaboração de um estudo de impacto ambiental que foi, então, elaborado e submetido à análise do IBAMA.

Em 2017, como o Ivan pontuou, foram realizadas as audiências públicas, então, essa etapa de consulta pública aconteceu depois até de uma série de reuniões setoriais que também foram realizadas.

Na sequência, tivemos uma série de pareceres técnicos em que foram feitas algumas considerações, algumas solicitações e essas foram atendidas, até que em 2020 houve a passagem de operação do bloco da antiga operadora para a Petrobrás e aí assumimos o processo de licenciamento, como a Mayara comentou, demos continuidade ao processo de licenciamento e aos compromissos que haviam sido estabelecidos durante o processo.

Diante dessa transferência de operação precisamos atualizar as informações no processo de licenciamento relativas ao operador e fizemos isso nesse período de 2020 a 2021.

O que falta agora, o que vem em seguida? O que estamos para fazer agora é justamente a avaliação pré-operacional, como a Mayara comentou, essa avaliação se refere a um exercício simulado de emergência em que precisamos comprovar a nossa capacidade de responder um evento acidental e essa comprovação precisa ser confirmada, atestada pelo IBAMA, que é o órgão licenciador dessa atividade. Após aprovação dessa APO é que é emitida a licença e podemos iniciar a perfuração.

A nossa expectativa, como a Mayara falou, e estamos trabalhando para isso enquanto Petrobrás, é que essa avaliação possa acontecer ainda em 2022 e nós obtenhamos na sequência a licença ambiental.

Agora falando um pouco sobre o estudo ambiental que subsidiou esse processo. O estudo ambiental é um requisito do processo, ele foi, como falei, exigido como classe 1, essa classe mais restritiva do licenciamento e envolveu uma série de etapas para que ele pudesse ser elaborado e subsidiar o processo.

Primeiro, então, ele compreendeu um diagnóstico ambiental que foi realizado para conhecer a região aonde pretendemos operar, em todos os seus

aspectos, vamos falar um pouco mais sobre isso, nesse estudo ambiental foi apresentada também uma descrição detalhada da atividade. Então, tudo isso que a Mayara apresentou aqui para vocês, tudo isso consta no estudo ambiental e serve para que possamos fazer as avaliações na sequência.

Foi apresentada também uma modelagem de derrame de óleo no mar, vamos falar um pouco mais sobre isso, mas é um instrumento que temos para subsidiar as avaliações de impacto e risco ambiental e com isso podemos fazer justamente essa avaliação e a proposição de medidas, projetos e estratégias para mitigar, controlar e monitorar esses impactos ambientais.

Como uma etapa conclusiva do estudo é apresentado também um plano de emergência individual que tem por objetivo tratar das questões que envolvem eventos acidentais com vazamento de óleo.

O que foi considerado como área de abrangência desse estudo? O que precisamos e aonde precisamos estudar?

Para isso foi considerada uma área de abrangência bastante grande que compreendeu além da região oceânica onde está localizado o bloco, por onde as embarcações vão transitar a região costeira, a região em terra, que são os municípios costeiros, tanto do estado do Pará, quanto do estado do Amapá.

Então, essa foi a área de abrangência considerada no nosso estudo de impacto ambiental. Como vocês podem ver, é uma área bastante significativa.

Com base, então, nessa área, foi realizado esse diagnóstico ambiental, que compreende a análise, estudo de diferentes compartimentos.

Falamos compartimentos, mas no fundo acontece tudo junto, então, precisamos também trabalhar na integração disso.

Pensando no meio físico, foram analisadas as correntes, as marés, o clima, as ondas, os ventos, analisamos também o fundo marinho, como a Mayara comentou, pretendemos construir um poço lá no fundo. Então, como é esse fundo marinho, isso foi considerado também. Como é a qualidade da água naquela região, como são os sedimentos, tudo isso foi considerado no que chamamos de meio físico.

Além do meio físico estudamos também nesse diagnóstico o que chamamos de meio biótico, que é olhar para os seres vivos, então, nesse conjunto consideramos os grupos biológicos que são, nesse caso, os animais, os recursos pesqueiros que ocorrem nessa região, os ecossistemas. Então, o que tem nessa



região costeira, nessa região oceânica, as áreas sensíveis e as unidades de conservação.

Por fim, para terminar esse conjunto de meios que são contemplados pelo diagnóstico estudamos também o meio sócio-econômico e isso foi contemplado no estudo de impacto ambiental.

Então, o que isso significa? O meio sócio-econômico olha para as pessoas, olha para as populações que habitam esse território, o que elas fazem, onde moram, quais as atividades econômicas que são desenvolvidas e nesse sentido, em função da nossa atividade marítima, oceânica sempre temos um olhar cuidadoso para a atividade pesqueira, para a questão do lazer na área da Costa, do turismo, e isso foi considerado no estudo de impacto ambiental também.

Já conhecemos a atividade e já conhecemos que ela se desenvolverá em uma determinada região que foi estudada também.

O que precisamos fazer agora quando pensamos nesse instrumento que é o estudo de impacto ambiental, no instrumento que é o licenciamento ambiental? Precisamos ver como essas coisas interagem. Então, como essa atividade de perfuração interage com esse meio ambiente onde pretendemos realizar essa perfuração.

Fazendo isso identificamos os impactos ambientais e eles podem ser operacionais ou potenciais. Falaremos mais detalhadamente sobre isso.

Os impactos operacionais são aqueles que estão relacionados com o funcionamento típico da atividade, aquilo que faremos nas condições normais de operação.

Como a Mayara apresentou, o vídeo também mostrou isso, todo aquele procedimento de perfuração, de construção do poço. Essas são as atividades rotineiras.

Então, os impactos operacionais estão relacionados a essas atividades, e quais são eles? Quando vamos avaliar e identificar aqueles meios que comentamos: meio físico, meio biótico e meio sócio-econômico.

No meio físico o que foi identificado no estudo de impacto ambiental é que tenhamos a possibilidade de alteração da qualidade da água e do sedimento em função de descarte de efluentes e cascalhos. E o que isso significa? Durante a perfuração a medida em que vai perfurando a rocha através de uma broca essa rocha é triturada e é gerado um cascalho, um fluido associado para fazer a mobilização

desse cascalho e isso precisa ser adequadamente gerenciado e tratado, em seguida é descartado. Então, o que foi identificado é que pode haver uma alteração da qualidade da água e do sedimento em função desse descarte.

Além disso, temos alteração na qualidade do ar e a contribuição para o efeito estufa em função da emissão de gases.

O navio utiliza combustível para o seu funcionamento e há emissão gases durante o funcionamento rotineiro da sonda, da embarcação.

Foi mapeado no estudo de impacto ambiental a possibilidade de haver uma alteração da qualidade do ar e uma contribuição para o efeito estufa em função desse descarte, dessa emissão. Agora, é importante lembrarmos, recuperarmos a informação que a Mayara trouxe que essa perfuração tem uma duração estimada de cinco meses. Então, estamos falando de uma atividade que durante a sua execução é temporária. Esses impactos são, de modo geral, temporários, associados àquela curta duração em que a atividade está acontecendo.

No meio biótico temos alguns outros impactos que foram mapeados, um deles diz respeito à interferência com a ave fauna, que são as aves, então, em função da presença da unidade emite luz, emite ruídos, tem um descarte ali associado, pode haver uma atração ou mesmo um afugentamento dessas aves, uma exposição a esses elementos, então, esse impacto foi mapeado também como impacto possível da atividade.

Além disso, podemos ter em função da presença da atividade e do deslocamento das embarcações que darão apoio a essa atividade de perfuração alguma interferência com os mamíferos e com as tartarugas, isso também foi mapeado e foi considerado no estudo de impacto ambiental.

Com relação aos peixes também pode haver algum tipo de interferência em função de ruídos, de vibrações, de luzes, então, pode ali haver alguma dinâmica alterada em função das unidades ali.

Além disso, pode haver uma alteração nas comunidades planctônicas e bentônicas em função de descarte de efluentes e cascalhos. O que isso significa? Quando falamos de comunidades planctônicas estamos nos referindo àqueles pequenos organismos que ficam no mar, que não são capazes de nadar, então, são carregados pelas correntes, pelas águas, pelas ondas. As comunidades bentônicas são aqueles organismos que se fixam, se aderem a algum tipo superfície, aí pode ser a superfície do fundo do mar, pode ser as próprias embarcações, então, pode haver

uma alteração nessas comunidades em função do descarte de efluentes e cascalhos. Isso foi mapeado no nosso estudo, lembrando sempre que esses impactos são temporários e reversíveis, justamente por causa dessa temporalidade curta em que a atividade é realizada.

Considerando todo esse conjunto de organismos e de grupos biológicos foi mapeado também o possível impacto de alteração na ecologia local, de uma mudança, uma interferência nessa ecologia local.

Por fim, ainda dentro do meio biótico a possibilidade de introdução de espécies exóticas. Isso foi também um impacto mapeado e avaliado no nosso estudo de impacto.

Com relação ao meio sócio-econômico, como a Mayara mostrou, o nosso bloco é realmente distante da Costa, então, estamos falando de um bloco, de um poço que estão localizados há mais de 160 km da Costa e uma profundidade bastante grande, então, isso foi considerado para avaliar os possíveis impactos no meio sócio-econômico. E o que foi identificado? Primeiramente a geração de expectativas, o que é a atividade, quando e por quê vai acontecer, então, a informação sobre a atividade acaba gerando expectativa e esse aqui, por exemplo, é um espaço em que vimos justamente para esclarecer essas perguntas. É uma forma de tratar dessa questão das expectativas.

Foi identificada também a possibilidade da interferência na atividade de perfuração com a atividade de pesca, tanto artesanal, quanto industrial. Depois veremos um pouco como isso fica no espaço.

Em função da presença da atividade, do uso das bases de apoio, tanto aéreo, quanto marítimo, foi identificado um impacto de pressão sobre o tráfego marítimo, o setor aéreo portuário e a infraestrutura de gerenciamento de resíduos. Isso também foi considerado no nosso estudo de impacto ambiental.

Por um lado, isso é uma pressão, mas também é um incremento dessas atividades, então, à medida em que a gente demanda enquanto empreendedor, enquanto alguém que está fazendo atividades de perfuração a gente contribui para esse incremento, ainda que temporário, no setor portuário, na arrecadação de tributos e até mesmo na economia local.

Por fim, vamos falar um pouco mais sobre isso; a própria atividade de perfuração em si, os dados que são obtidos das rochas, do que acontece no fundo do

mar e tudo que vamos desenvolver como projeto de mitigação e controle contribui para o aumento do conhecimento técnico e científico da região.

Então, isso também foi identificado, nesse caso, como impacto positivo que pode advir das nossas atividades.

E como é que esses impactos todos ocorrem ou podem ocorrer no espaço, porque aqui estamos falando dos nomes dos impactos, mas como isso se dá no espaço. Para isso construímos aquilo que chamamos de mapa da área de influência, que mostra as áreas que podem estar sob influência da atividade de perfuração, então, como podemos ver aqui temos saindo da região de Belém temos uma rota marítima que vai em direção ao bloco, essa é uma área oceânica que pode estar sujeita à influência da atividade porque é justamente a rota por onde as embarcações que dão apoio às nossas atividades vão transitar.

Chegando na área do bloco, próximo à área do poço, temos uma área que é uma espécie de área de aproximação em que podemos ter o trânsito das embarcações e mais especificamente da sonda para fazer descida de equipamentos. Isso também é uma área sujeita à influência da atividade e o próprio poço, que é o que pretendemos de fato fazer lá. Então, essa área oceânica é área sujeita à influência da nossa atividade, mas não só ela, temos também a área costeira. E como avaliamos isso? Primeiro, consideramos quais são os municípios das bases de apoio. Então, Oiapoque é um dos municípios, porque o aeroporto está localizado aqui e dará esse apoio à atividade e Belém, que é um outro município que também dará apoio à atividade por meio do seu porto.

Então, o porto está localizado em Belém, como a Mayara colocou, e o aeroporto em Oiapoque, como a Mayara aqui apresentou.

Esses municípios também são considerados municípios da área de influência.

Além disso, consideramos outros municípios que podem ter a sua atividade de pesca sujeita a alguma interferência da atividade.

Esse foi um dos impactos que comentei e trazemos para cá de forma visual.

Quais são esses municípios? São basicamente os municípios da Região do Salgado paraense do lado mais Oeste e municípios no entorno de Belém, ali na ilha do Marajó. Esses são os municípios que temos como municípios mapeados para a área de influência da atividade.



Aí destacamos um ponto importante que durante a realização das atividades é necessário estabelecer um raio de 500m de segurança, justamente para evitar que haja qualquer colisão entre embarcações e qualquer dano às embarcações que se aproximem.

Nesse caso é importante que a atividade pesqueira considere isso e é por isso que avaliamos então esse impacto de interferência na atividade de pesca.

Lembrando sempre que a nossa atividade de perfuração é temporária, nesse caso estamos estimando uma duração de cinco meses e concluídas essas atividades de perfuração, esses equipamentos serão desmobilizados e não terá mais nenhum tipo de área de restrição.

Mapeamos os impactos, identificamos os impactos, vimos aonde acontecem e como fazemos para mitigar, controlar e monitorar esses impactos? São desenvolvidos vários projetos ambientais justamente para isso. Todos esses projetos, lembrando mais uma vez que eles são submetidos ao órgão ambiental, que avalia, verifica, faz as suas considerações e contribuições, nós fazemos os ajustes necessários para que então possam ser executados.

Na unidade marítima, na sonda, temos alguns projetos que serão executados, entre eles temos o projeto de controle da poluição que está voltado para garantir o adequado gerenciamento de todos os resíduos que são gerados e toda a questão de destinação adequada, de garantir que nada fique perdido por aí. Então, fazemos todo esse controle para que isso aconteça.

Temos também o projeto de monitoramento de fluidos e cascalhos e o plano de gerenciamento de resíduos da atividade de perfuração que são projetos voltados para aqueles cascalhos que comentei, aquelas rochas trituradas que são retiradas durante a construção do poço. Isso também precisa ser gerenciado de forma adequada e destinado também de forma adequada.

Esses projetos são as nossas ferramentas para fazer isso.

Além disso, temos um projeto voltado para aves que chamamos de PMAVE, é um projeto que tem por objetivo dar o atendimento necessário para qualquer ave que apareça a bordo da sonda, então uma ave que fez um pouso por algum motivo e não pode voltar a voar, ela precisará de atendimento e faremos por meio do PMAVE.

Ainda pensando nas unidades marítimas temos o que é chamado de Projeto de Prevenção em Controle de Espécies Exóticas Invasoras, o PPCEX, que é

um projeto que tem por objetivo evitar que haja disseminação, espalhamento de espécies exóticas invasoras e a principal atividade relacionada a esse projeto é a limpeza do casco, é a garantia que essas embarcações que serão usadas, tanto a sonda, quanto as embarcações de apoio venham para a região com os cascos limpos, então, isso também é feito.

Além disso, temos um programa de educação ambiental voltado para os trabalhadores, quer tem por objetivo informar esses trabalhadores, garantir que eles estejam cientes de tudo que será feito, quais os projetos ambientais previstos e temos o projeto de comunicação social. Esse não é voltado apenas para os trabalhadores, é na verdade, um projeto voltado para toda aquela área de influência.

Esta reunião aqui hoje, reunião informativa é uma das ações previstas nesse projeto de comunicação social. Ele também prevê como um sub-projeto o monitoramento da atividade pesqueira, então, ali no entorno da sonda será feito esse monitoramento da atividade pesqueira até para evitar que haja qualquer tipo de colisão entre embarcações, enfim, para garantir a segurança de todos considerando aquele raio de segurança.

Além disso, temos o programa de monitoramento ambiental, que é um programa que vai além das unidades. Eu estava falando até agora basicamente de projetos que estão associados ou a sonda ou às embarcações e aqui temos um programa de monitoramento ambiental que vai além dessas unidades.

Primeiramente temos dois projetos que são voltados para monitoramento da biota, um é a bordo da unidade de perfuração que é o PM-UMP e o outro é o que chamamos de POMBA, que é um projeto de monitoramento da biota a partir de uma das embarcações de apoio.

Nesse caso, teremos um técnico embarcado que fará um monitoramento da biota marinha no entorno dessas unidades e fará todo o registro e depois fazemos uma avaliação desses dados.

Na área do bloco temos também um projeto que é chamado de monitoramento visual com ROV, ele é um robô que é operado remotamente, que vai ao fundo marinho, faz uma série de imagens para que possamos avaliar esse fundo marinho antes da perfuração, então, para esse poço específico que é o poço morpho já foi feito esse trabalho para verificar o que tem ali naquele fundo marinho e foi identificado que existem apenas sedimentos lamosos, ou seja, não existe nenhuma

formação biológica de interesse ali. Então, isso garante que não haja nenhum impacto da atividade de perfuração em formações biogênicas ali na área de interesse.

Além desses projetos temos mais três projetos que compõem esse programa de monitoramento ambiental que são de longa duração e de uma abrangência espacial maior. O primeiro deles é o PMID – Monitoramento Integrado Dedicado e ele tem por objetivo monitorar a biota também e fazer perfilagens acústicas, ou seja, avaliar como está a questão dos sons no oceano a partir de equipamentos que fazem a coleta desses sons. Então, depois disso é avaliado e verificado e feita correlação entre aquele som que foi ouvido e aquilo que foi avistado. Então, avistou uma baleia, ouviu o som da baleia, então, isso vai nos ajudando a construir um conhecimento cada vez maior dessa região.

Outro projeto que temos de mais longa duração é o Censo da Avifauna, esse projeto do censo está voltado para aves e aves migratórias e ele é executado nas unidades de conservação de proteção integral aqui do estado do Amapá, aqui em Oiapoque temos o Parque do Cabo Orange ele é uma das UCs contempladas por esse projeto.

Então, são campanhas trimestrais de observação e censo dessas aves, também com objetivo de um prazo maior, tem duração de dois anos para contribuir para o conhecimento da região no que diz respeito a aves costeiras e migratórias aqui do estado do Amapá.

Por último, o outro programa que temos de uma duração maior, que é o PMDTM, que é Monitoramento de Desova de Tartarugas Marinhas e esse projeto, como o próprio nome diz, está monitorando desovas de tartarugas em praias arenosas do Pará e do Amapá, então, também é um projeto que já está em execução, assim como o censo da AVIFAUNA e o PMID, e tem também por objetivo contribuir para o conhecimento das praias arenosas e dos hábitos de desova das tartarugas marinhas aqui da região.

Assim como mostrei o nosso mapa da área de influência, mostrarei o mapa dos projetos.

Como podemos ver temos projetos nos municípios da área de influência, toda aqui a região no entorno de Belém, ali na região do Salgado, como também ao longo da Costa desses estados.

Então, no município de Oiapoque por meio do censo da AVIFAUNA, por meio do projeto de comunicação social e também na região do Pará por meio do

monitoramento de desova de tartarugas marinhas, além, claro, de todos os projetos que acontecem na área do bloco e ao longo da rota das embarcações.

Então, assim como vimos aquele mapa da área de influência, vemos agora também o mapa da abrangência dos projetos e observa que essa área de influência está bem contemplada pelos nossos projetos ambientais.

Agora entrarei no que chamamos de impactos potenciais, que são aqueles associados a eventos acidentais, acidentes envolvendo vazamento de óleo. E o que precisamos considerar quando pensamos em impactos potenciais, em acidentes envolvendo vazamento de óleo. Precisamos considerar as características da nossa atividade, precisamos considerar onde ela acontece, e precisamos considerar também tudo aquilo que é feito para que esses eventos não ocorram.

Na história da Petrobrás nessas atividades, como a Mayara colocou, de perfuração, de investigação, dessa fase que chamamos de exploratória, não existe registro na história da Petrobrás de que tenha havido vazamento de grandes proporções, ainda assim a empresa está preparada para atuar em toda e qualquer situação de emergência e é um pouco sobre isso que falaremos agora.

Para que possamos avaliar esses impactos potenciais precisamos saber o que aconteceria se vazasse o óleo. Ok! Se vazar o óleo, para onde ele vai, como ele se comporta e isso conseguimos avaliar a partir dos estudos de modelagem, que são estudos matemáticos, computacionais, que são elaborados considerando as condições da região. Então, assim, não adianta fazer estudo de modelagem para cá usando dados de outro lugar. Isso não é feito. Fazemos estudos de modelagem para o nosso bloco usando as condições ambientais dessa região e consideramos também o que esperamos encontrar ali. Esperamos encontrar um óleo de que tipo, qual a característica dele e isso é considerado para que possamos fazer a modelagem de óleo e avaliar o que aconteceria se vazasse óleo, para onde ele iria, considerando essa região em que estamos localizados.

Tentando ser bem didática aqui e explicar como funciona isso. Fazemos uma série de simulações e vemos como esse óleo se comporta em cada uma delas. Então, se pegarmos aqui essa primeira simulação, o ponto preto é o que chamamos de ponto de risco, é de onde está vazando. Então, se a gente pega uma primeira simulação observamos que nessa simulação está indo mais para cima, quando pegamos a segunda observamos que está indo mais para o lado, quando pegamos a três observamos que está indo mais para baixo e fazemos isso muitas vezes e depois



de fazermos muitas vezes observamos aonde teve mais chance de ter óleo, onde aquele resultado passou com mais frequência, se olharmos o quadrado de cima do ponto preto vamos ter na simulação um, dois, quatro e cinco, então, isso significa que em caso de vazamento é muito provável que naquele quadradinho encontremos óleo.

Então, estamos falando de um estudo que dá probabilidades, onde tenho mais chance de encontrar óleo, caso haja um vazamento a partir daquele ponto.

Aí veremos, de modo geral, que quando nos afastamos do ponto de vazamento vai ficando uma chance menor, mais perto do ponto de vazamento é mais provável que eu tenha óleo, mais longe é mais difícil, essa probabilidade vai ficando menor.

Fizemos isso, fizemos considerando premissas conservadoras que são estabelecidas já no processo de licenciamento ambiental e que preveem que haja um vazamento por trinta dias sem considerar qualquer ação de emergência, o que é bastante conservador, porque, como comentei antes a Petrobrás está preparada para dar a resposta no primeiro momento, imediatamente. Mas, essas são considerações que precisamos fazer justamente para que tenhamos uma capacidade robusta, uma boa capacidade de resposta num tempo necessário.

Fizemos isso para esse estudo e o que obtivemos foi esse resultado.

Se observarmos, mais perto do ponto de risco que está ali naquele meio temos as maiores probabilidades e mais distante daquele ponto temos probabilidades menores e quando olhamos para essas áreas de maior probabilidade, que são as áreas mais vermelhas, estamos falando de resultados oceânicos, estamos falando de uma chance maior de encontrar óleo em área oceânica.

Por que esses mapas são diferentes? Por que têm dois? Porque consideramos as condições da região, então, num período mais chuvoso a tendência é aquela da esquerda, num período mais seco, de julho a novembro, de modo geral, temos essa tendência porque temos uma característica específica da região que é o que chamamos de retroflexão. Então, nesse cenário temos essa probabilidade que faz uma espécie de curva.

Esse mapa, que é o mapa de modelagem de óleo nos orienta no planejamento da resposta a eventos acidentais. Com base nesse mapa, o que preciso fazer? Quando olhamos para cá, pensamos: precisamos ter uma resposta bastante robusta no oceano, que é onde são as maiores probabilidades.

Se observarmos não temos probabilidade de toque aqui na região do Amapá, na região da Costa do Brasil.

Quais são os impactos caso ocorra um vazamento? O primeiro que temos aqui é a geração de expectativas, o que vai acontecer, o que aconteceu, como vai ser tratado. Então, temos um projeto de comunicação social para dar conta disso.

Além disso, podemos ter a interferência desse óleo com tudo aquilo que mapeamos, com os animais, com as comunidades planctônicas, bentônicas que comentei com vocês.

Uma pressão sobre a infraestrutura portuária em função do tráfego de embarcações e da infraestrutura de gerenciamento de resíduos em função da necessidade de destinação desse óleo e para isso temos os projetos, como comentei, do PCS, que é de comunicação social, o plano de emergência, e o que é muito importante para nós, como a Mayara destacou, o plano de gerenciamento de risco.

A missão da Petrobrás, como a Mayara colocou, a gente perfura para que possamos buscar novas acumulações e tudo o mais, mas só faz sentido fazer isso com segurança. E como a Mayara falou, temos demonstrado ao longo de todos esses anos esse histórico de operações seguras.

Então, o plano de gerenciamento de risco é justamente pensando na prevenção para que não ocorra o evento acidental. De todo modo, se ocorrer, existe o plano de emergência individual, que é um plano exigido legalmente no processo de licenciamento que considera tudo isso que comentei: as condições da região, que ambiente é esse, quais são os cenários possíveis. Estou numa sonda o que pode acontecer? Não pode acontecer qualquer coisa. Tenho cenários específicos associados à sonda, a modelagem de derrame de óleo, e a região onde estamos.

Com base nisso elaboramos, então, esse plano de emergência.

Como pensamos um plano de emergência, como a gente estrutura essa estratégia? A gente pensa em nível local. Então, aquilo que preciso ter para ser acionado imediatamente. Isso é o que chamamos de nível local.

Pensamos também em nível regional, uma resposta que considera aquilo que vou incrementar nesse plano, mas que já tenho em outras estruturas da Petrobrás.

Consideramos também o nível corporativo associado a recursos internacionais. O que precisarei trazer de outras regiões do mundo para ajudar a controlar esse evento acidental.

Isso é diretriz para pensarmos o plano de emergência, para verificarmos e definirmos quais são os recursos que teremos.

Para esse projeto específico temos uma série de estratégias pensadas que vão desdobrar em recursos locais, regionais e internacionais.

Temos como estratégia conter a fonte. Todo vazamento precisa ter contenção de fonte, não faz sentido fazer uma série de ações se não trabalhamos para conter a fonte. Então, esse é nossa estratégia prioritária. Conter a fonte!

Não em seguida exatamente, porque fazemos essas coisas de forma articulada, mas temos o monitoramento durante o evento para ver o que está acontecendo. Se houve algum tipo de interação com fauna, enfim.

Fazemos a contenção e recolhimento, que é fazer realmente a contenção e recolher esse óleo. Existem também outras ações voltadas para gerenciamento desse óleo com uma dispersão química.

Em casos de interação com a fauna, fazemos o atendimento a essa fauna oleada. Então, se a fauna for afetada pelo óleo esse animal pode ser atendido de acordo com as condições.

Temos também uma atuação em áreas internacionais, porque como vocês observaram nos mapas que mostramos esse bloco é próximo à fronteira e precisamos pensar nessa questão internacional.

Para o FZA-M-59 já temos alguns recursos previstos e em fase de mobilização que é a fase em que estamos agora, como a Mayara mostrou, temos equipes treinadas, equipes que conhecem o plano de emergência, que conhecem a região e sabem como tratar a questão em caso de evento acidental.

Temos quatro embarcações equipadas, mais uma embarcação reserva que pode fazer a contenção e o recolhimento. Essas embarcações estão equipadas com barreiras de alta eficiência, temos a bordo de todas elas essas barreiras de auto eficiência, também contamos com helicópteros para fazer monitoramento aéreo, bóias e balões que ajudam nesse monitoramento do óleo, temos também recursos para implementar em casos específicos e após avaliações queima controlada e dispersão química e temos base de atendimento à fauna oleada também para fazer qualquer atendimento que seja necessário para a fauna de acordo com as condições do cenário.

Em nível regional, temos toda uma estrutura na Petrobrás que envolve centros de defesa ambiental e bases avançadas em todo o país e isso nos ajuda a

incrementar essa nossa capacidade de resposta e podemos acionar esses recursos caso necessário. Existem operadores logísticos que fazem isso, transporte de equipamentos de um local para outro e temos também uma resposta internacional estruturada.

Então, o Plano Nacional de Contingência prevê o acionamento de um grupo de avaliação e acompanhamento que envolve Marinha do Brasil, ANP, IBAMA. E esse grupo dá suporte, avalia, acompanha todas as ações que serão implementadas e que envolvam outros países. Então, a partir da comunicação do evento acidental para esse grupo é desenvolvida uma série de ações voltadas para esses países vizinhos.

É claro que essa resposta internacional, caso necessária, ela não é interrompida porque o óleo cruzou a fronteira. Na verdade, existem regimentos que permitem que as ações de resposta continuem enquanto vamos conduzindo em paralelo todas essas articulações e comunicações que precisam ser feitas.

Então, isso é considerado na nossa resposta também, então, isso é considerado na nossa resposta também que os regimentos internacionais permitam essa atuação e temos também ações de articulação, tanto com esses outros países, quanto com instituições internacionais que trabalham justamente nessa articulação internacional para resposta em emergência. Nesse caso, estamos falando da OSRL e da ARPEL, que são instituições especializadas em eventos acidentais e são capacitadas e habilitadas para nos apoiar nesse tipo de evento e como comentei a articulação com esses países de diferentes formas.

Era isso tudo que tinha para falar.

Agradecemos a participação de vocês.

Teremos um momento de perguntas e respostas. Então, fiquem à vontade para colocar essas perguntas, essas questões.

Aqui estão os nossos canais de contato.

Temos um 0800.7289001. Essa ligação é gratuita. Vocês podem falar conosco por meio desse número.

Temos o [faleconosco@petrobras.com.br](mailto:faleconosco@petrobras.com.br), que também é uma forma de comunicação conosco.

O próprio site que traz informações relevantes sobre a atuação da Petrobrás e o número de whatsapp não recebe ligações, mas vocês podem também nos acessar e temos algumas informações lá que podem ser disponibilizadas, que é o (21)969402116.



Esses são os canais da Petrobrás.

Temos também os canais do IBAMA disponíveis, que é a linha verde: 0800.618080, que também pode ser utilizada para quaisquer informações.

O IBAMA pode esclarecer melhor, mas para qualquer situação que vocês queiram que o órgão ambiental conheça é uma forma de acessar e a Coordenação Geral que é responsável pelo licenciamento (21) 3077.4267.

Obrigada, pessoal !

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigada à Sra. Mayara e à Sra. Patrícia pela apresentação.

Agora passaremos para o momento de perguntas e respostas, que serão feitas a partir dos formulários escritos ou por meio de inscrição para perguntas de forma oral.

Quem quiser fazer perguntas por escrito pode fazê-lo por meio do formulário que será disponibilizado pelos nossos promotores, que estão identificados com os coletes verdes da Petrobras e já se encontram nos corredores para entregar o formulário e caneta àqueles que desejarem. Pedimos que escrevam o nome e a pergunta de forma legível e, após o preenchimento, entreguem o formulário aos promotores.

Aqueles que desejarem realizar perguntas orais, por gentileza, levanten a mão para fazer sua inscrição. Os promotores lhe entregarão um número que representará sua posição na sequência de perguntas. O participante que receber o número 1, será o 1º a realizar a pergunta e assim por diante.

Vamos agora aguardar 15 minutos para que entreguem os formulários ou levanten as mãos para inscrição caso desejem realizar perguntas de forma oral. Após esse período, serão consideradas encerradas as inscrições para realização de perguntas.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Vamos dar início à primeira pergunta oral.

Por favor, professora Cláudia, se identifique, faça sua pergunta, e na sequência a equipe estará aí ao seu lado com o microfone

**A SRA. CLÁUDIA NEVEU** – Boa noite comunidade do Oiapoque! Boa noite senhoras responsáveis e senhores!

Meu nome é Cláudia Neveu, sou professora aqui no município de Oiapoque, e gostaria de fazer uma pergunta que não quer calar, espero respostas concisas. Vamos lá: Qual a perspectiva da empresa no que se refere à capacitação da comunidade local?

Sabemos que vocês falaram que estão nessa primeira fase, sabemos que houve essa primeira fase, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde hoje podemos considerar que é uma dimensão, uma referência para outros municípios que também a empresa se instalou. Então, em relação a essa capacitação, gostaria de saber como vai se dar depois dessas fases preliminares.

Existe alguma medida governamental que o município possa implementar valorizando a sua comunidade ao acesso no mercado de trabalho, a exemplo de outros municípios brasileiros que receberam os investimentos da Petrobrás?

E a minha última pergunta: A título de contrapartida social, a empresa dispõe de algum planejamento para a área da educação? Isso me interessa! E se a empresa tiver essa contrapartida para a área da educação, desde já me coloco à disposição da empresa para somar convosco nesse processo.

Muito obrigada!

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Oi Cláudia muito prazer! Primeiro, parabéns pela profissão que você exerce, essa função é fundamental em nossa sociedade.

Sou Mayara, me apresentando novamente, são perguntas importantíssimas e de caráter de longo prazo e interessante. Como você mencionou, estamos nessa primeira fase, então para agora, de fato, usamos a expertise que já temos em mão-de-obra especializada, e aí vou passar à minha colega Priscila para que ela complemente um pouco da resposta e endereçar adequadamente seus questionamentos.

**A SRA. PRISCILA MOCZYDLOWER** – Boa noite Cláudia, obrigada mais uma vez pela sua pergunta, meu nome é Priscila, trabalho na área de responsabilidade social da Petrobrás.

Então, como a Mayara explicou, hoje aqui estamos discutindo atividades de perfuração como atividade temporária, dura cinco meses, e depois, se fizermos a descoberta do óleo, tiver a constatação da viabilidade técnica e econômica dessa

produção, e aí sim vamos fazer um plano mais estruturado de como podemos trabalhar com a comunidade em termos de capacitação ou projetos socioambientais de longo prazo, em um curto prazo estamos focados mesmo na operação de perfuração.

A sua segunda pergunta foi sobre a educação, e é a mesma resposta, nesse curto prazo o foco é essa atividade temporária, a depender dos resultados desse poço, como falei, vai ter um plano mais estruturado.

Tinha uma terceira pergunta?

**A SRA. CLÁUDIA NEVEU** – Perdão, a segunda pergunta foi em relação ao município, sabemos que existem fases, mas os municípios brasileiros que hoje têm a Petrobrás como seu carro-forte, como um investimento que alavancou a economia e todos os setores sociais que eu dei exemplo, como o Rio de Janeiro, as cidades do Rio de Janeiro em que a Petrobrás se instalou. Em relação ao Oiapoque, como poderia se preparar hoje para futuramente, quem sabe, o petróleo realmente ser descoberto, ter essa mão-de-obra já qualificada?

Sabemos que vai ter esse petróleo, mas não queremos que as pessoas se qualifiquem somente quando tiver. Então, como a Petrobrás também, em contrapartida, já iniciando os trabalhos, poderia nos ajudar? Isso é importante!

**A SRA. PRISCILA MOCZYDLOWER** – É bem pertinente a sua preocupação, obviamente capacitação não é uma coisa que feita do dia para a noite, entendemos isso, mas esse processo também não; como a Mayara explicou, mesmo que tenha sido descoberto agora, demora vários anos até termos efetivamente uma produção.

Então, imagine que durante esse tempo que já vamos ter mais informações técnicas e de viabilidade do projeto, vamos ter bastante tempo para discutir essa parte de projetos que poderíamos ter no futuro para desenvolver essa capacitação local.

**A SRA. CLÁUDIA NEVEU** – Apenas finalizando então, para eu entender: Hoje, a Petrobrás não me dá uma resposta? Seria isso?

**A SRA. DANIELE** - Cláudia, boa noite! Então, estamos chegando aqui para essa primeira etapa da perfuração, para vermos a viabilidade e desenvolver uma produção como no Rio de Janeiro; quando nós chegamos, começamos procurando a Secretaria de Educação, a Priscila esteve lá agora, temos vindo, não é a primeira vez,

temos procurado parceiros, estávamos até conversando aqui com o Sistema S, justamente para identificarmos as necessidades locais, compatibilizar essas necessidades com a nossa atividade de petróleo e gás, e aí poder fazer essas parcerias e esses projetos na área de capacitação e qualificação.

Não temos nada estruturado ainda, está começando a ser conversado, mas certamente vai acontecer, e aí quando chegar, temos perspectivas de potencial de produção de óleo e gás, e quando chegar nessa fase a população ser contemplada nas oportunidades, geração de emprego e renda, que ela traz junto consigo.

Então, assim, esse diálogo já começou, e é essa parceria, é isso que estamos buscando. Não tem nada estruturado, nem rodando ainda, mas esse trabalho está sendo fomentado agora, justamente isso que estávamos conversando aqui agora.

Obrigada!

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Muito obrigada professora Cláudia Neveu pela sua participação.

Agora, irei chamar o Senhor Francisco Charles, se identifique, por favor, faça a sua pergunta e na sequência devolva o microfone para a nossa equipe de apoio.

**O SR. FRANCISCO CHARLES DA SILVA** – Boa noite, meu nome é Francisco Charles da Silva, sou produtor de shows e eventos aqui na cidade.

Queria saber sobre a parte cultural da Petrobrás, sendo que nós vemos as grandes multinacionais investindo em cultura, em desenvolvimento, nos municípios por onde passa. Vamos supor, o Instituto Vale investe no Bumba meu Boi lá em São Luís do Maranhão, queríamos saber se desde já Petrobrás, como já vindo para o Oiapoque, vem com um plano de cultura para desenvolver a cultura do nosso município.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Francisco, obrigada pela sua pergunta! Como estamos falando, até um pequeno ajuste na fala da professora Cláudia, estamos justamente buscando petróleo, nós ainda não temos certeza se tem ali, então a partir disso vem toda a fala de Daniele, se tivermos descoberta aí partimos para aquela fase de avaliação.



Em termos de projetos socioculturais dentro da Petrobrás, temos alguns vínculos de apoio cultural, acho que isso é algo que também devemos procurar aqui em relação a nossa interação local, mas, de novo, essa é uma área de responsabilidade social, vou pedir o apoio da minha colega Priscila.

**A SRA. PRISCILA MOCZYDLOWER** – Obrigada mais uma vez pela pergunta!

Então, na linha que a Daniele já respondeu, estamos em um processo de diagnóstico social da cidade, como ela falou, temos vindo aqui, temos feito visitas, temos feito reuniões com várias secretarias no município, estamos planejando algumas interações para poder levantar esse contexto, para entender qual é a vocação da cidade, quais são os pontos fortes, quais são as potencialidades, para que possamos montar um plano de longo prazo para a cidade.

Mas, esse tema cultural é um tema que também consideramos.

**O SR. FRANCISCO CHARLES DA SILVA** – Gostaria de fazer mais uma última pergunta aqui para tirar dúvida.

Durante muito tempo, estamos acompanhando esse processo, desde 2011, os moradores do Oiapoque vêm conhecendo o que foi explorado, estavam fazendo pesquisa, desde 2011 vemos acompanhando, e tivemos uma dúvida sobre a questão dos royalties, por que vimos a bancada do Congresso Nacional puxando muito para Belém do Pará, sendo que os recursos estão sendo explorados aqui, no município do Oiapoque, na bacia da foz amazônica. Então, queríamos saber a contrapartida que a Petrobrás deixaria aqui em nosso município para poder desenvolver o nosso município, pois as outras empresas que já vieram para cá apenas exploraram e não devolveram nada em contrapartida ao nosso município, nem na área da educação, nem na área da saúde, a maioria dos empresários capta recursos aqui no Oiapoque e leva para fora, para investir em suas cidades natais.

Portanto, queríamos saber qual é a contrapartida que a Petrobrás deixa no município do Oiapoque, dos royalties, para que se desenvolva saúde, educação, melhoria da infraestrutura, no nosso município.

**A SRA. DANIELE** – Essa pergunta é bem importante, acho que é bem legal todo mundo ter em mente que não vamos ter agora produção de petróleo, nesse

momento, então não vai haver geração de royalties nesse momento, só vamos ter lá na frente quando de fato começar um projeto de produção de petróleo.

Mas, mesmo assim, a Petrobrás se preocupa em sim, deixar um legado à cidade, mesmo que estejamos em uma atividade temporária, e nós queremos construir uma boa relação com o município. Então, nós já implementamos algumas ações de responsabilidade social aqui, a primeira de curtíssimo prazo que foi com relação às atividades do aeródromo que foi adequado para receber as aeronaves como a Mayara explicou, então fizemos toda uma questão de mapeamento de riscos sociais, identificamos riscos como, por exemplo, a travessia comunitárias por meio do aeródromo, ou riscos de alguns acidentes como caminhões de carga naquela estrada do aeródromo, portanto, fizemos todo um trabalho de divulgação das atividades, distribuímos panfletos para as comunidades no entorno do aeródromo, bairro Infraero, Vila Vitória, Kulumbú do Patuazinho, fizemos uma articulação com a prefeitura, com a rádio, para dar ciência a todo mundo que estavam acontecendo aquelas atividades, que a população tinha que tomar cuidado com os tráfegos de caminhões, com criança brincando na rua.

Então, nossa preocupação imediata, de curtíssimo prazo, foi isso. Também já implementamos algumas ações um pouco mais abrangentes, no próprio aeródromo fizemos voluntariamente a interligação do aeródromo à rede elétrica da concessionária, para que o aeródromo possa funcionar com a energia elétrica da rede, não depender 100% do gerador. Portanto, essa foi uma atividade voluntária da Petrobrás, pois pensamos que não se pode ficar dependendo eternamente da Petrobrás para esse aeródromo ter essa energia elétrica; a interligação não estava boa, fizemos isso, fizemos treinamento com o pessoal que vai operar o aeródromo, funcionários da prefeitura também, de forma voluntária.

Também implementamos projeto de distribuição de vale-gás, que é um projeto que a Petrobrás tem no Brasil inteiro, mas identificamos a oportunidade de aumentar a atuação aqui na cidade do Oiapoque, então nós expandimos o vale-gás de 100 famílias para 300 famílias, já foram feitas duas entregas já pelo nosso parceiro que é a CUFA.

Também, voluntariamente, estamos fazendo um estudo para a instalação do aterro sanitário, que é de responsabilidade do município, mas que voluntariamente

estamos dando um suporte técnico, de viabilidade da localização desse aterro sanitário.

Além disso, temos dois projetos socioambientais que também já estamos expandindo para a cidade do Oiapoque; um é o Projeto Aves Migratórias que é um projeto que monitora as aves migratórias, toda aquela região do litoral norte do Brasil, inclusive agora no Oiapoque, além de monitorar as aves, eles vão ter algumas atividades também de educação ambiental, falar em palestras sobre a questão das aves, então é ambiental, mas também tem uma pegada de educação ambiental; fizemos um aditivo recente de um projeto com uma entidade chamada IACAS, o Projeto Mobilizar e Agir, e já temos projeto em Manaus e Coari, que é para fortalecimento à rede de proteção de crianças e adolescentes, com esse aditivo vai ter o projeto aqui durante um ano na cidade do Oiapoque, e esses projetos devem estar mobilizados a partir do início do ano que vem.

Isso é porque ainda nem perfuramos o poço, mas já temos essa preocupação que o senhor citou, e aí em se desenvolvendo o projeto, em se caracterizando todos os resultados que achamos que vamos achar, obviamente vamos evoluir com base em todo esse diagnóstico social profundo que estamos fazendo, para poder estruturar ações mais de longo prazo.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Antes de dar início à próxima pergunta, solicitamos, por gentileza, que as perguntas não se estendam, a fim de que todos possam participar sem prejuízo no tempo.

Gostaria de chamar o Senhor Pedro Ivo, por gentileza, se identifique e faça a sua pergunta.

**O SR. PEDRO IVO ARAÚJO** – Boa noite a todo oiapoqueense! Jamais deveria ficar fora de uma consulta dessa, porque venho desde 2014 nessa discussão, nós sabemos que está em fase de estudo

O meu nome é Pedro Ivo de Souza Araújo, sou Presidente do Sindicato Rural dos Produtores Rurais do Oiapoque, e um dos representantes da Federação e Pecuária do Amapá. Então, a minha pergunta é simples, na hora que entrei no evento, senti falta de um stand com os estudos para darmos uma analisada, uma olhadinha panorâmica, essa é a única chavinha que vou jogar.

Mas, vou começar pelo Ivan.

Ivan, seja bem-vindo ao Oiapoque, já nos vimos em outras discussões, o que quero dizer é que tem dois estudos que não consegui visualizar, o protocolo de consulta indígena e a consulta de impacto de vizinhança. Peço ao Ibama, se está gerando uma ata, que ponha isso em ata, esse estudo de impacto de vizinhança é essencial ao município. Por qual motivo Ivan?

Nós temos o maior berçário da região Norte que é o Rio Caciporé, onde está no entorno a comunidade de assentamento Vila Velha e um parque federal Cabo Orange, e onde nós mostramos o extrativismo acontecendo dentro, acho que alguns de vocês já visitaram a fábrica de cacau Caciporé que é de uma comunidade familiar lá de dentro, nós temos o açai, temos o pracaxi, temos a andiroba, e temos o essencial que é o alimento do pescado deles.

Então, Ivan, queria que olhássemos com mais atenção esses estudos, peço com certeza que analisem isso antes de fechar, porque estamos sabendo que é um estudo que está sendo apresentado.

As outras perguntas vão ao mesmo tempo para a Patrícia e para a Amanda. Chegamos às compensações, vamos começar pelos pescadores, a sismica passou quase sete meses, não teve compensação para esses pescadores porque a atividade afetou, eles pararam, não pararam todos, mas pararam; aí, digo uma coisa a Petrobrás: essa parte da perfuração, será que já tem algum plano para poder ressarcir esses pescadores que vão ficar parados, que um estudo desse vai de cinco a sete, oito meses, como o Governo Federal dá o defeso a eles, quando chega no período de piracema, o Governo Federal dá o defeso a eles por meio do sindicato, da cooperativa e da colônia de pescadores Z-3.

Outra coisa, muitos falam dessas compensações ambientais, direcionadas à Petrobrás, hoje temos cinco mil alunos no município, e o município não tem uma escola municipal, e a minha discussão nas audiências públicas era que se implantasse o núcleo educacional para cinco mil pessoas do tempo integral.

Essas são umas compensações que venho discutindo até hoje, desde 2014 as nossas crianças precisam de uma educação, de qualidade ela já tem, mas elas precisam de um espaço de qualidade que os comportem lá dentro.



Então, vejam que a expectativa...eles ainda não entenderam, a maioria, que está em um processo de estudo, vá que não dê certo, alguém pegou o prejuízo e parou todo esse movimento.

Portanto, para concluir as minhas palavras que são muito produtivas e em nome do setor primário, hoje somos responsáveis em colocar 65% do alimento na mesa do povo brasileiro, venho da agricultura familiar, um evento desse eu não poderia ficar de fora, larguei a minha produção lá com o meu parceiro, sou criador de frango, de peixe, produtor de ovos e hortaliças, e vim porque vocês têm que ouvir os segmentos. Então, estou falando aqui pelo setor primário.

Amanda e Patrícia, se tudo der certo, temos boa fé em Deus que vai dar certo, que olhem as compensações desse município, mas em primeiro momento pensem no impacto para a colônia de pescadores, porque eles estão na atividade, a economia que alavanca esses municípios vem desse peixe; fala-se em garimpo, mas no Oiapoque não tem garimpo, o Oiapoque simplesmente é uma passagem de pessoas para entrar nas Guianas e irem trabalhar ilegalmente, mas me mostrem um garimpo dentro do Oiapoque, temos que parar com essa discussão de garimpo dentro do Oiapoque, não tem garimpo no Oiapoque, o que o Oiapoque tem é um berçário suficiente para manter esse município. Falta organizar? Falta! Falta fazer um zoneamento bacana? Falta!

Então, as minhas considerações finais são: sejam bem-vindos a esse município, e o Sindicato dos Produtores Rurais só está para cooperar e ajudar, ele nunca atrapalha.

**O SR. IVAN BASSÈRES** – Muito prazer senhor Pedro Ivo, obrigado pela pergunta, anotei aqui algumas das suas considerações.

Quando nós licenciemos um empreendimento, pedimos sempre o estudo de impacto ambiental, foi o que eu apresentei e depois a Petrobrás também apresentou, e esse estudo sempre parte de uma área mais abrangente para depois definir exatamente quais as áreas que são diretamente impactadas, qual é a área de influência do empreendimento, então nesse caso, a área de estudo que a Petrobrás pôde apresentar é uma área que compreende o litoral, uma área bem abrangente, porque o Ibama, desde o início do processo em 2014, sentiu a falta desses dados primários, socioeconômicos, e também dados sobre as comunidades que vivem aqui. Na hora

da definição da área de influência, é que realmente temo o refinamento e aí como é uma atividade em alto-mar, acabamos não focando tanto no impacto do geral.

Uma coisa que lamento é não conseguirmos pensar no todo, como falei, temos o licenciamento federal que é o licenciamento da plataforma de petróleo, e aí tem o licenciamento estadual, municipal, que são das estruturas que dão esse suporte, o aeroporto, bases, e tudo que a cidade vai receber, então todo esse incremento de atividades em cidades como o Oiapoque pode vir a receber por conta de uma atividade como essa, até consideramos dentro do estudo de impacto ambiental da perfuração, mas infelizmente temos o escopo limitado, não é um escopo estratégico, para olhar o macro, para olhar todas as atividades que vão acontecer ali; um estudo de impacto de vizinhança seria muito aplicável a atividades e obras que ocorram dentro do município e que devem passar pelo rigor e pela avaliação dos órgãos competentes.

Mas, quando olhamos a perfuração de poços, acabamos focando mais nos impactos diretos e indiretos da atividade, porém limitados a essas características da atividade, a instalação da sonda, a rota de embarcações, a existência de bases de apoio, a interferência com a pesca. A Petrobrás realizou o estudo, ela pode falar melhor sobre isso.

O senhor também comentou sobre a sísmica, da nossa parte, do Ibama, e da COESP que licencia pesquisas sísmicas, já licenciamos aqui no passado, nós sempre prevemos, tanto nos estudos essa avaliação quanto a interferência com a pesca ou não, e aí isso pode derivar em um projeto de compensação da atividade pesqueira, prévia, ou muitas vezes se detectarmos que houve uma interferência que não foi verificada no início, podemos solicitar isso da empresa que executa depois, muitas vezes acabamos não prevendo o impacto que aconteceu antes, aí detectamos esse impacto durante a atividade, vamos lá e procuramos compensar também.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, obrigada pela pergunta!

Com relação então à questão da atividade pesqueira, que foi a questão que foi endereçada à Petrobrás; no estudo ambiental, identificamos sim o impacto da atividade pesqueira, pesca artesanal e mesmo a industrial. Para que possamos avaliar esse impacto, é preciso considerar as áreas de pesca, onde essas comunidades

pesqueiras, onde esses pescadores e pescadoras pescam, e a partir dessa informação, avaliar como isso interage, com a atividade em si.

Como nós apresentamos, a localização da perfuração está bastante distante, está a 160 quilômetros da costa, e do ponto de vista de trânsito de embarcações, temos como base de apoio o município de Belém. Então, nesse sentido, não identificamos no estudo de impacto ambiental interferência das atividades da perfuração marítima, incluindo as suas atividades de apoio, nas áreas de pesca do município de Oiapoque. É claro que durante a atividade de perfuração, como comentei na apresentação, temos um técnico que fica embarcado na sonda e ele acompanha essa atividade pesqueira, portanto, à medida que haja algum tipo de interação, é feito um registro.

Então, nós fazemos esse monitoramento da atividade pesqueira ali no entorno da sonda para avaliar se há algum tipo de interferência, algum tipo de interação.

Para concluir essa questão, caso haja, por algum motivo, algum entendimento dos pescadores e das pescadoras de que a atividade causou alguma interferência com os petrechos de pesca, alguma embarcação atropelou algum petrecho e precisa de alguma forma esclarecer essa questão, podemos ser acionados pelos nossos canais, então o nosso 0800 está ativo para receber esse tipo de consideração, aí é claro que para que possamos fazer avaliação, vamos precisar de informações, portanto, precisamos saber o que aconteceu, onde aconteceu, quando aconteceu, como aconteceu, para que possamos avaliar e se for julgado pertinente, aí existe um processo de indenização pela perda que houve ali do petrecho, mas do ponto de vista do impacto ambiental da atividade de perfuração, não foi identificado a partir dos dados do diagnóstico e do que foi feito no estudo de impacto ambiental, interferência com a atividade de pesca aqui do município de Oiapoque.

Acho que tinha um terceiro ponto a respeito da questão da escola, da compensação por meio de apoio à educação.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Bom, Senhor Pedro Ivo, importante esse seu questionamento, é importante demais para vermos a preocupação da comunidade em relação a essa questão da escolaridade, e como dever do município e do Estado, e aí vou reforçar o que as nossas colegas Daniele e Priscila falaram, que existem

aproximações, existem conversas com o poder público, e um diagnóstico social, justamente observando esse aspecto social.

Então, para o caso das fases futuras, vou contar com a boa-fé do senhor, deve-se seguir, já estamos com isso no radar.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Próxima pergunta quem irá fazer é o senhor Jean Fonseca, por favor, senhor, se identifique e faça sua pergunta.

**O SR. JEAN FONSECA** – Olá, boa noite! Meu nome é Jean Fonseca, sou professor de geografia e coordenador do curso de bacharelado em geografia da UNIFAP no campus Marco Zero.

Queria parabenizar a todos pela reunião informativa, e inicialmente gostaria de relacionar a minha pergunta retroagindo a 2017 quando da audiência pública lá no Sebrae em Macapá, onde questionamos sobre a confiabilidade e sobre esses dados dessa mancha e desses estudos de corrente, e aí a pergunta vai tanto para o Ibama quanto para a Petrobrás, se eles foram com base em estudos secundários feitos em outras áreas ou se eles corresponderiam a uma pesquisa aqui na nossa costa, uma vez que temos essa preocupação na nossa costa, temos aí o Parque do Cabo Orange, temos a Rebio do Lago Piratuba, a Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, temos a Reserva Biológica do Parazinho – que não está citada aqui no documento, fica ali no Bailique – e temos o próprio Marajó, que todo o Marajó é uma área de proteção ambiental.

Então, a nossa preocupação era se... tudo bem, sabemos que essa corrente vai em direção a norte, mas aqui todos sabemos também, na região, e pescadores e pesquisadores, que o vento que é constante de nordeste e a maré aqui possui o fenômeno da pororoca, a maré enche muito rápido e, por exemplo, muitos resíduos que são jogados no alto oceano, vêm parar na costa amapaense, tambores, vêm vários equipamentos que navios que transitam aí na nossa costa saem jogando no oceano e acabam parando aqui na costa do Amapá, isso já foi detectado em várias ocasiões em reportagens.

Portanto, a minha pergunta é: Os estudos foram melhorados de 2017 para cá? O Ibama já aceitou essa mancha? Então, vai impactar mesmo mais ao norte? São os países vizinhos? Vai em direção ao Caribe, América Central?



REUNIÃO INFORMATIVA (Oiapoque-Ap) – ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA BLOCO FZA-M-59  
PROJETO AMAPÁ ÁGUAS PROFUNDAS – Proc. Nº 02022.000336/2014-53 - NOV/22

38

A segunda pergunta é com relação...não é nem uma pergunta, é uma angústia, porque o Estado do Amapá se desmembrou do Pará em 1943, mas parece que até hoje o Pará ainda continua sendo o dono disso daqui, e aí a angústia é: Por que? Por que utilizar o porto de Belém? Sim, eu sei, têm algumas razões, a Petrobrás já está lá instalada há alguns anos, já tem uma infraestrutura, mas poxa, o petróleo está na costa amapaense, por que não utilizar o porto de Santana? Nós temos um porto, um calado muito mais profundo, aqui é muito mais perto para as embarcações chegarem aqui na área de perfuração; só com isso, se vocês mudassem o porto de Belém para o porto de Santana, vocês eliminariam todo esse impacto de influência nesses municípios pesqueiros do Marajó, eu contei aqui, dá mais de 13 municípios impactados com a rota dos três navios que vão dar apoio semanalmente; se vocês trouxessem essa infraestrutura de apoio à perfuração, que aí vai desde o tomate, o alface do rancho, que vai ser oferecido à tripulação a bordo do navio-sonda, desde as perfuratrizes o material é importado, isso iria gerar ICMS, ISS, isso ia gerar dividendos ao nosso Estado do Amapá.

O nosso Estado do Amapá tem um aeroporto internacional, vocês estão melhorando o aeródromo aqui do Oiapoque, parabéns, nós temos uma rede hoteleira, tudo bem, não temos um cinco estrelas que Belém tem, mas em Belém também nem tem isso tudo, quem conhece Belém como nós sabemos que Belém também não é lá essa Coca-Cola toda. Então, a minha reivindicação é: Por que não considerar isso? Sabemos que uma exploração dessa começa aqui no bloco 59, mas tem o 58, tem o 56, talvez a Petrobrás possa ficar aqui por dezenas de anos, tragam a infraestrutura aqui para o Amapá. Será que foi compensação, isenção de ICMS? Será que o Governo do Pará ofertou mais?

Sei que essa é uma discussão que não está sob o domínio de vocês aqui, isso foge da governança de vocês, mas espero que com o novo governo, tanto o Governo do Amapá, que inclusive foi até meu aluno lá na UNIFAP, espero que o Governador possa, junto com a Bancada Federal, sensibilizar a Petrobrás e o governo brasileiro, que essa infraestrutura tem que vir para o Amapá, Belém já tem muito, e o Amapá tem um histórico da mineração mais antiga da Amazônia que foi a Mineração ICOMI que chegou aqui na década de 50, e que explorou durante 47 anos o minério do manganês, e nós sabemos o que ficou para nós, nós sabemos.

Então, o petróleo está aí, ele tem que ser explorado, sou a favor que se explore o petróleo, agora, peço que vocês transmitam isso à diretoria, ao pessoal de alta governança da Petrobrás, que tragam essa infraestrutura porque vai ficar aí, vocês vão ficar seis meses, talvez seis ou sete meses nesse processo de perfuração para ver se parte ao outro processo, mas uma vez feito isso, depois já estão acostumados, o pessoal já está morando naqueles apartamentos de um ou dois por andar lá na Doca no Umarizal, aí os diretores, os engenheiros, não querem mais sair de lá, mas temos Macapá que é uma cidade preparada, temos o nosso aeroporto internacional. Levem isso, o Amapá precisa da Petrobrás, o petróleo está aí, estamos de portas abertas, só queremos tratamentos iguais.

Muito obrigado!

**O SR. IVAN BASSÈRES** – Obrigado Jean pelas suas duas perguntas, aliás, a pergunta sobre a infraestrutura é ótima, mas vou deixar para elas responderem!

Você tem razão, como tentei indicar no início, a Petrobrás e uma outra empresa também têm outros dois processos de licenciamento ambiental abertos com o Ibama, estão em estágio mais inicial, mas sim, estamos sempre falando da fase exploratória, não tem certeza ainda se vai ter óleo, mas é isso, esse não é o único empreendimento que estamos lidando e outros virão ou não a reboque desse primeiro, vamos aguardar.

Em relação a sua pergunta sobre a mancha de óleo, como eu e a Petrobrás mostramos nas nossas apresentações, esse processo vem já lá de 2014, estudo elaborado em 2015, e foi apresentado na época pela BP uma modelagem de dispersão de óleo que analisamos, mas já desde aquela época o consórcio de empresas que tinham blocos de exploração, não só aqui na foz do Amazonas como em toda a margem equatorial, iniciaram um processo de elaboração de uma nova base, uma base hidrodinâmica que desse maior robustez aos dados que se conhece de correntes, de ventos, de marés, para trazer uma robustez maior aos futuros processos.

Enquanto essa base foi se desenvolvendo em paralelo, fomos licenciando os processos que estavam conosco com as informações disponíveis à época, e essa base ainda não foi concluída, mas já há bastante dado, já foram coletados bastantes dados primários, então na nossa última manifestação técnica, embora a modelagem

já tivesse sido aprovada há algum tempo, solicitamos da empresa uma atualização com base nos novos dados, eu não sei, até a Petrobrás pode dizer se já foi protocolado ou não, qual é a expectativa também com relação a essa atualização dos dados.

Mas, é isso, houve uma aprovação em 2019, 2018, e agora estamos aguardando uma atualização com base nesses dados que estamos obtendo agora.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, com relação à atualização da modelagem, ela está em andamento, está com previsão de protocolo agora nos próximos dias e enfim, os resultados que já temos preliminares corroboram a modelagem anterior em termos de comportamento do óleo, então o que comentou da força da corrente norte do Brasil de fato ela se faz presente, e para essa atualização foram considerados dados meteoceanográficos recentes coletados aqui na região.

Obrigada!

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Professor Jean, sobre a sua pergunta do porto, vou pedir ajuda do meu colega Marcelo para endereçar essa questão.

**O SR. MARCELO CARVALHO** – Boa noite professor Jean, tudo bem? Me chamo Marcelo Carvalho, sou gerente de implantação de projeto de portos da Petrobrás, muito prazer em recebê-los.

Para esse projeto, especificamente, foi feito um estudo e o porto de Belém foi identificado como porto adequado para essa operação do FZA-M-59 nesse momento, é um porto onde os barcos farão de fato o carregamento da água, do diesel, necessário à operação, é um porto onde teremos o abastecimento de diesel que também é necessário à operação. Então, tem toda uma comunicação entre Macaé e Belém, que para esse projeto específico, depois das análises, esse porto foi tido como o porto que reduz e mitiga risco operacional.

Vamos para uma segunda etapa, havendo sucesso exploratório, e todo esse processo é reanalisado, é reestudado, os portos são mais uma vez verificados, qual é aquele que possui as melhores características para atender ao projeto, e certamente, havendo outras oportunidades, havendo essas possibilidades, esse plano vai ser apresentado com essa nova visão, após essa descoberta que com certeza estamos

trabalhando muito duro para conseguir, e esperamos voltar aqui com essas atualizações.

Obrigado!

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Agora vamos para a próxima pergunta, quem irá fazer é o senhor Genival Campos, por favor, se identifique e faça a sua pergunta.

**O SR. GENIVAL CAMPOS** – Boa noite a todos! Sou Genival Campos, sou professor de francês, mas atualmente trabalho na área do turismo, sou filho de Oiapoque.

Queria fazer minha pergunta à Patrícia, porque a Patrícia falou muito sobre a questão de um possível vazamento de óleo, uma vez encontrado o petróleo. Sabemos que a Petrobrás está aqui, isso é fato, Petrobrás não dá murro em ponta de faca, sabemos disso, então com certeza tem óleo aqui, com certeza isso vai ser explorado.

Tenho duas perguntas, a primeira é: Quando for feita a perfuração, ela mostrou no vídeo a forma como vai ser feita, temos exemplos de outros Estados em que foram feitas as suas perfurações e o pescado hoje não se encontra lá, por que não se encontra? Porque barco do Piauí, do Pará, e até mesmo de mais longe, de outros Estados, vêm pescar na costa do Oiapoque, então se esses peixes não fossem afugentados com esses ruídos, esses barcos pesqueiros não viriam para cá para a nossa costa. Essa é uma pergunta: Como vocês podem nos assegurar que esses pescadores que hoje vivem no município do Oiapoque, que muito bem foi colocado ainda há pouco pelo Ivo, que não temos mais garimpos aqui, temos aqui o funcionalismo público, o turismo e o comércio que faz girar a cidade, e o pescado que é muito forte na cidade, então como esses pescadores, uma vez não tendo esse pescado para se pescar, mesmo que sejam seis, sete meses, como bem foi colocado, como é que eles vão trazer o sustento para a casa deles? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu queria fazer é: Como vocês podem combater, uma vez achado o petróleo, se houver um vazamento, porque você tirar o óleo de uma praia é uma coisa, agora, você tirar o óleo do manguezal que nem o que nós temos, diga-se de passagem que é o único no litoral do Brasil, como é que vocês pretendem trabalhar se já tem um trabalho feito disso, porque o pescador que está aqui sabe o



que é o manguezal, não se você já teve a oportunidade de entrar no manguezal para ver onde tem os caranguejos, onde tem todas aquelas vidas lá, e se esse óleo vaziar, como é que vocês pretendem trabalhar isso?

São essas as minhas perguntas, obrigado!

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigada Genival pelas perguntas!

Vou começar na ordem em que você fez as perguntas, a primeira diz respeito à interferência com a pesca. Com relação à nossa atividade específica, como pontuei durante a apresentação, de fato estamos falando de uma atividade bastante distante da costa, a 160 quilômetros da costa aqui do Amapá, e de acordo com os estudos, com o mapeamento que foi realizado, não se espera uma pesca intensiva nessa região artesanal, então assim, não há a expectativa de que haja impactos diretos nessa atividade pesqueira da região aqui do Amapá, mais especificamente do Oiapoque.

De todo modo, como respondi em uma pergunta anterior, caso vocês tenham alguma reclamação que diga respeito a petrecho de pesca ou a alguma interferência com alguma das nossas estruturas, das nossas embarcações, estamos disponíveis pelos nossos canais de relacionamento para dar tratamento à questão.

Com relação ao vazamento de óleo, precisamos nos basear em alguns estudos para avaliar como vamos tratar o evento caso ele ocorra, e o nosso principal instrumento para isso é de fato a modelagem de óleo, e a modelagem que temos, tanto a que já consta no processo quanto essa atualização que vemos fazendo, elas indicam que esse óleo de fato tende àquela direção mais ao Caribe, especificamente considerando o nosso período de perfuração, não sei se vocês lembram que mostrei dois mapas, tinha um que fazia uma curva e tinha um que ia mais na diagonal, a nossa previsão de perfuração está ali associada àquele mapa que vai mais em direção à região noroeste.

Então, nesse sentido, não há expectativa de que esse óleo alcance os manguezais brasileiros, portanto, temos como estratégia prioritária de resposta a contenção e o recolhimento ali na região *off shore*, é por isso inclusive que estamos falando de quatro embarcações, mais uma reserva apenas para essa atividade de perfuração, esse número é muito considerável, estamos falando realmente de cinco

barcos exclusivos para essa perfuração, que podem dar esse atendimento na ação de contenção e recolhimento, caso haja algum vazamento de óleo.

Portanto, essa é a nossa estratégia prioritária em função realmente do comportamento esperado desse óleo, considerando a localização do bloco que é de fato um bloco o qual chamamos *off shore*, um bloco em alto-mar, como esse que temos aqui.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – A próxima pergunta quem irá fazer é o senhor Júlio Garcia, por favor, se apresente e faça sua pergunta.

**O SR. JÚLIO GARCIA** – Boa noite a todos e a todas! Me chamo Júlio Garcia, sou Presidente da Colônia dos Pescadores Z-3 do Oiapoque.

Todo esse movimento de todas essas comunidades que estão aqui, nós pescadores somos o alvo porque sobrevivemos do mar. Quero agradecer aqui meus amigos, o Ivo, o Genival, que já citaram sobre a pesca.

Então, a pesca nesse município se desenvolveu e hoje fazemos parte da economia dele, quero não apenas me expressar aqui, de uma maneira rápida, porque estava preocupado com os amigos que estavam tirando alguns minutinhos meus, pois fui o segundo a me inscrever, fui o primeiro a levantar o braço e o segundo a me inscrever, e eu estava vendo que ia ter que pedir a palavra quando encerrasse.

Portanto, vejam bem, para aproveitar a minha oportunidade, quero perguntar que fizeram todo esse estudo, está muito bonito, muito legal, o Ibama fez o trabalho dele, ótimo, mas o resíduo que vai sair do poço que vão furar, é como cavar um poço amazônico, vão tratar e o resto vão jogar, as pedras, os sedimentos, isso o peixe não come, apesar de os doutores estarem falando que não há pesca nessa região, 175 quilômetros, que se formos jogar em milhas não são muitas milhas, e o Ibama com uma portaria anterior eliminou a pescaria de tubarão porque senão eu ia provar que na época em que se pescava tubarão eu pescava nessa área a 200 milhas da costa, e depois que cai do platô, da margem que chamamos, desce lá no taludo e lá nas palavras técnicas que não sei chamar porque sou pescador, lá sim tem um recife, lá sim tem os corais, posso provar porque vem na linha que era de anzol, espinhel, pois trabalhávamos pescando tubarão, os de Bragança pegando camarão e lagosta lá, que

tínhamos um conflito entre os pescadores de camarão e os pescadores de tubarão aqui do Amapá.

Mas, não é esse o assunto; quando fizeram o estudo sísmico, não detectamos em um primeiro momento nenhum problema, achávamos que não tinha dado problema, mas hoje podemos provar porque os pesquisadores, me desculpem, mas os pesquisadores da empresa Petrobrás, ninguém gera prova contra si mesmo, por isso quando estive agora em Santos semana retrasada, no movimento da década do oceano, estamos nos estruturando para que tenhamos pesquisadores não governamentais para poder dar contraprova no estudo dos pesquisadores da Petrobrás, porque no estudo sísmico endoidou os peixes, endoidou as tartarugas de couro, que elas atravessam e passam no Parque Nacional do Cabo Orange e vão para a Guiana Francesa desovar, elas que vieram desnorteadas para a beira, para a margem, para cima do barranco como dissemos.

Senhores e senhoras, outra pergunta: Quero saber se já está alocado o recurso, se algo der errado, para manter na parte econômica dos pescadores artesanais, porque dos industriais eles já descontam, já guardam, alguma coisa sobre isso, mas nós artesanais não temos capacidade nem condições de guardar para eventuais acidentes, porque infelizmente vocês dizem que o óleo vai para lá para os nossos amigos das ilhas, mas o nosso peixe, o sedimento que sai do Rio Amazonas, que vem e se aloja no Parque Nacional do Cabo Orange, e as correntes de água levam até as guianas francesas, as holandesas, nas ilhas, Trinidad e Tobago em diante, muitos dos cardumes de peixes dão a volta e voltam para o nosso Brasil. Podemos provar, nós pescadores, os pesquisadores dizem que não.

No Brasil, há encontro de duas correntes de água, ela forma a terceira corrente, e essa terceira corrente não foi estudada, mas nós pescadores da região, que moramos no mar, pesquisadores no máximo em cinco anos por etapa e pesquisa, se não estou enganado, se eu estiver errado que me corrijam. Mas, nós passamos cinco, quatro dias, em terra, e quinze, vinte dias no mar, dentro de 40 anos, quantos anos passamos em terra? Posso provar!

Então, por isso que hoje, queremos saber a nossa garantia, porque quando fizeram o estudo sísmico não deram nada para a parte pesqueira, não quero entrar nesse detalhe porque não sei se alguém pegou. O nosso amigo ali já é um dos meus,

o professor, porque o Pará mesmo, eu tenho sangue paraense e coração amapaense, vim para esse lugar, cresci aqui, com 12 anos em diante como pescador, já pescador. Então, vejam bem, nós pescadores do Amapá não tivemos sequer um relato dizendo: Olha, o estudo sísmico deixou para a prefeitura, deixou para o governo, fazerem qualquer coisa na educação, na saúde, no esporte e no lazer. Não soube disso!

Mas, quero deixar aqui um recado, para que possam, quando forem explorar – “ah, não tem ainda, ainda vamos fazer dinheiro” – não quero saber se vão fazer, já vão utilizar uma parte que é nossa, já vão estar no nosso ambiente, no nosso lugar que tem os cardumes, os pescados de onde vem a pescada amarela, a gurijuba, a corvina, a cambucu, elas vêm do mar, desovam na margem, e voltam; nessa passagem, podemos provar que não sabemos para onde o cardume vai pegar, se for para o lado francês o pescador vai atrás, é preso, tomado o barco, mas ele vai porque consideramos que o peixe é nosso, que veio daqui.

Então, vejam bem, temos que pensar, porque agora vamos lutar pelo nosso direito, já que na época sísmica ficamos dormindo, peixe no alto-mar veio para a margem, nenhum pesquisador foi lá, peguei os peixes, levei para o IEPA do Amapá, pesquisaram, me deram a resposta, mas isso ficou entre o Estado, e temos muita coisa para discutir sobre esse petróleo, não podemos mais fazer quase nada, já está decidido, mas queremos os nossos direitos, queremos as nossas compensações, pois se o cardume desviar porque tem que colocar, eu exijo hoje que a Petrobrás coloque seus pesquisadores para fazer a pesquisa socioeconômica dos pesquisadores do Oiapoque, como eles estão vivendo, nós estamos trocando, compramos óleo, compramos rancho, vamos para fora, vendemos peixe, pagamos, não sobra nada para o pescador, alguém faz uma conta, mas não coloca o rancho que ele gasta, só faz a conta do que ele ganha.

Mas, nós fazemos isso porque o comércio e o posto de combustível estão se dando muito bem, mas nós quase não estamos mais nos sustentando, por isso que estou preocupado, não sou a favor, mas agora não posso ser contra, porém o que eu posso fazer? Não remar contra a maré, e sim esperar que não aconteça como aconteceu no Nordeste, não foi o estudo, não foi a perfuração, o óleo encostou lá, as barras de óleo, o pescador foi dificultado porque a vigilância sanitária que tem emprego, que tem salário, foi lá e proibiu de comer os peixes, o pescador não podia



vender, o governo não deu nada aos pescadores porque não descobriu quem foi que derramou.

Portanto, nós estamos no perigo, mas vamos assegurar que o Oiapoque dormiu tanto tempo, mas hoje a pesca dá o seu grito e vamos lutar pelo nosso ambiente, é ou não é pescador?

Então, amigos, senhores e senhoras, me desculpem, mas sou sindicalista e é esse o meu trabalho em defesa dos pescadores, e quero saber se já está alocado o dinheiro, se algo der errado nesse mesmo estudo, porque tem que estudar lá fora, tem que estudar aqui se os pescadores estão pegando peixe ou não, porque prejudica lá fora os cardumes encostarem, aí o pescador não pega peixe, já temos muitos problemas, já temos conflito entre a indústria paraense e os pescadores amapaenses artesanais, e hoje o que escutamos? O porto é lá no Maguari, quantos quilômetros? Tudo bem, isso não vem ao caso, esse não é o meu papel aqui! Apenas quero saber: Deu problema aos pescadores, não queremos ser trocados por cesta básica, nós somos trabalhadores que queremos nos utilizar do nosso suor, não sou contra auxílio, mas também não sou a favor, sou a favor do trabalhador, do homem trabalhar para poder se sustentar, isso sim. Mas, o governo do Estado está preparado para quando der algo errado? Não! O Governo Federal pode até estar, mas chega para quem? Para dois, quatro, para o resto não chega, e é problema.

Portanto, já está alocado porque deve ter um seguro ali, pois está alocado para cuidar de vazamento, de ata, já te, já vimos, e aquele sedimento que vai sair, pode até não aceitar, mas que traga para a terra a fim de fazer tijolo, aterro, o que for, não joguem no mar porque o peixe não come.

Obrigado e desculpem!

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigado pela pergunta!

Bom, em caso de vazamento de óleo, existe sim a previsão de indenização e ressarcimento, então dentro do nosso planejamento de resposta a eventos acidentais, temos sim toda uma estratégia para tratar a questão de impacto do óleo ou da interrupção da pesca no local onde há o vazamento, aí temos os mecanismos para fazer isso, portanto, dentro do plano de emergência tem sim e essa questão é sim considerada.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Agora, irei chamar o senhor Leno Farias, por favor, se apresente e faça sua pergunta.

**O SR. LENO FARIAS** – Boa noite a todos, me chamo Leno Farias, sou Diretor da Defesa Civil aqui do município de Oiapoque.

A minha pergunta é ao setor social da Petrobrás, haja vista que eu sempre vejo nas mídias a Petrobrás investindo no social, e nós da Defesa Civil temos dois projetos sociais que foram idealizados pelo prefeito do município e coordenado por nós da Defesa Civil, um dos projetos atende crianças de seis a treze anos, são 60 crianças inicialmente que temos, esse projeto vai fazer um ano em dezembro, estamos em plena atividade com ele, todo sábado temos atividades aqui na praça; e temos o segundo projeto social que é o Jovem Cidadão, o qual vai fazer dois meses que está também já em evidência, esse segundo projeto atende jovem de 13 a 17 anos, as atividades são inúmeras, incluindo educação ambiental, educação no trânsito, prática de proteção e defesa civil, civismo e o inventivo à escola e também conscientizar essas crianças e jovens sobre a criminalidade e as drogas também.

A Petrobrás, lógico, já está de fato e de direito instalada aqui, não se sabe se vai permanecer a perfuração aqui por 5, 10, 15, 20 anos, mas o importante é que já tem uma marca aqui no Oiapoque da Petrobrás; e com certeza, com a implantação da presença da Petrobrás aqui no Oiapoque, o índice populacional vai crescer muito, aí vem trazendo a reboque a criminalidade, têm as pessoas que vêm de fora para trabalhar, e outras vêm para cometer certos tipos de delitos.

Então, esse projeto visa conscientizar essas crianças a se auto ser suficiente, a dizer não às drogas, a dizer não ao abuso sexual. Portanto, queria saber se a Petrobrás tem um investimento próprio para que possa investir nesses projetos sociais, é um projeto público, é do município, iniciativa do município, não é privado, e a nossa dificuldade hoje é esse tipo de parceria; hoje, a prefeitura e apenas uma empresa privada que nos apoia, não temos hoje a iniciativa por meio do Estado que possa englobar e também ajudar e fomentar esse projeto que são projetos que a meu ver são de suma importância na formação do caráter de crianças e jovens do nosso município, e também erradicar uma parte, vamos dizer assim, conscientizar essas crianças para que não se enveredem para o lado da criminalidade, tão pouco das drogas.

O que eu queria saber é se a Petrobrás, e seria uma honra para mim como coordenador do projeto, carregar a logomarca da BR Petrobrás em um dos uniformes dos nossos projetos sociais que são o Amiguinhos da Defesa e o Jovem Cidadão. Era essa a minha pergunta.

Muito obrigado!

**A SRA. DANIELE** – Muito obrigada pela sua pergunta, e parabéns pelo trabalho que vocês já estão conduzindo, sabemos a importância de trabalhar com crianças, com projetos sociais.

Como já respondi aqui antes, já estamos nesse momento tendo conversas, fazendo levantamento de diagnóstico social, entendendo o contexto da comunidade, do município, as suas potencialidades, que bom que o senhor trouxe essas duas iniciativas que vão entrar aqui, estamos montando um grande quebra-cabeça, então essa é uma informação bem importante para podermos montar o nosso planejamento.

Em algum momento, a Petrobrás deve ter um processo de seleção pública de projetos socioambientais, que aí as instituições sem fins lucrativos não governamentais podem se voluntariar de participar e concorrer a esse processo, e outras possibilidades nós também não descartamos nesse momento de futuras parcerias de acordo com a evolução também das atividades da Petrobrás no município.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Agora, iremos dar início às perguntas escritas, às 20 horas teremos um intervalo para um coffe-break, em seguida retornaremos com o restante das perguntas.

Tivemos uma série de perguntadas relacionada ao tema emprego, vamos reuni-las para uma resposta única.

As perguntas foram feitas por: Luiz, Gerenice, Lucas Lima, Adonias Silva, Marcivane, Alexandre, Gina, Silvana Freitas, Valando e Raimundo.

Gostaríamos que a Petrobrás comentasse sobre a oportunidade gerada pela atividade, contratação de mão-de-obra local e qualificação requerida.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Bom, agradeço a essas pessoas pelas perguntas, elas são complementadas pelas perguntas orais que o pessoal já fez, são

importantes perguntas para a comunidade como um todo, a Petrobrás entende a relevância desse tema para a comunidade.

Nessa fase, vou repetir aqui, da nossa atuação, em que estamos nos preparando e nos empenhando para essa perfuração, demandamos muita mão-de-obra qualificada, especializada, então para agora não prevemos a geração e criação de empregos para essa fase, para esse curtíssimo prazo. Naturalmente, precisamos fazer adequações no aeródromo, parte da mão-de-obra local foi utilizada, e é uma relação de ganho a ganho para todas as partes quando nós conseguimos absorver a mão-de-obra local.

Então, para agora, não há geração de empregos diretos, já um movimento da economia local como um todo por conta por conta de toda essa mobilização, por conta da movimentação, mas geração de emprego direta não vem nessa etapa.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Iremos agora para a próxima pergunta: A administração do município irá receber royalties de exploração? Sabe-se que no Brasil a corrupção é evidente. Pergunta-se: Qual a forma de controle desses recursos?

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Olha, essa pergunta vem em alguns diálogos que vemos promovendo, ela é bem curiosa, bem importante de ser feita.

A etapa de pagamento de royalties vem então quando começamos a produzir, quando começamos efetivamente a extrair o petróleo, retirar o petróleo, e no caso de nós descobrirmos, declarando comercialidade, em havendo isso para o futuro, aí começamos o pagamento de royalties para a Secretaria do Tesouro Nacional, a Petrobrás paga diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional.

De novo, estamos empenhados em descobrir o petróleo, isso que estamos fazendo aqui agora, vou contar com a boa-fé do seu Pedro Ivo para avançarmos com esse processo e dar certo.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Agora, vem a pergunta do Bruno: Existe uma estimativa de royalties para o Amapá? Pois segundo a audiência pública que teve em 2016, somente o município de Macapá arrecadaria parte do que hoje seria a receita estadual.



**A SRA. MAYARA MARTINS** – Bom, de novo em relação aos royalties, a Petrobrás paga direto, o que falei na resposta anterior, à Secretaria Nacional do Tesouro, e aí os regramentos para a distribuição dos royalties são definidos pela agência regulatória.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Iremos agora para o outro bloco de perguntas que é sobre educação.

São as perguntas de Clemer Abraão, Velma, Cássio: Peço a Petrobrás para comentar sobre a capacitação e formação para jovens e adultos.

**A SRA. DANIELE** – Bom, pessoal, essa pergunta sobre educação já surgiu, mas vou repetir aqui então.

Estamos nesse momento construindo diálogo, fazendo diagnóstico, conversando com pessoas chaves, com Secretaria da Educação, outros membros de órgão público, para podermos montar um plano de longo prazo que vai incluir, obviamente, alguma ação também na linha da capacitação, de educação, de jovens.

Hoje, com essa fase aqui, não temos nada em carteira, mas é uma coisa que estamos trabalhando, aprendendo com vocês também, entendendo o contexto, para poder em longo prazo termos uma ação mais estruturada de longo prazo.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – A próxima pergunta é da Gina Feitosa: Por que a colônia de pescadores Z-3 de Oiapoque e o município de Oiapoque ficaram de fora das interferências com a pesca artesanal, haja vista que pode interferir no comportamento dos peixes?

Entendeu ou repito?

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Entendi! Obrigada pela pergunta!

Bom, precisamos considerar alguns critérios para definir o que entra e o que não entra na área de influência; quando estamos falando da atividade de pesca, estamos falando de uma área de pesca associada a essa atividade, e de como ela se relaciona com as atividades que vão acontecer; como nós comentamos, o bloco está localizado a mais de 160 quilômetros da costa, e não há, de acordo com os resultados dos nossos estudos, previsão de interferência com a pesca artesanal nessa região.

Então, por isso que o município de Oiapoque não foi considerado como área de influência da atividade em função da interferência da pesca artesanal; ele foi considerado como área de influência principalmente por sediar a base de apoio aéreo que é o aeródromo de Oiapoque.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Têm três perguntas aqui sobre o mesmo assunto, e creio que vocês darão uma única resposta.

Qual impacto vai ocasionar aos pescadores?

Se ocorrer vazamento e contaminação da água, como ficam os pescadores?

Quais são os benefícios às áreas pesqueiras e se são permanentes se forem prejudicados?

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Primeiramente, obrigada pela pergunta!

Bom, como eu tive a oportunidade de esclarecer um pouquinho antes, em caso de vazamento de evento acidental envolvendo vazamento de óleo, e em decorrência disso haja alguma interferência com a atividade de pesca, há sim a previsão de indenização dessa atividade nesse cenário, então quanto a isso há sim essa previsão.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Em relação ao combustível em Oiapoque, haverá uma diminuição de preço?

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Obrigada pela pergunta, ela é bem importante e curiosa também.

Poxa vida, estou ficando chata aqui de repetir a vocês, vamos tentar descobrir petróleo, e em conseguindo descobrir, tem toda uma cadeia até seguirmos para a produção.

Então, nesse momento, não conseguimos endereçar e responder esse questionamento, o preço, o valor do combustível, é calculado com base em uma série de fatores que extrapolam essa atividade atual, e aí fica para uma etapa posterior, não conseguimos garantir essa resposta adequada nesse momento.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Sobre a descoberta dos corais na foz do Amazonas que se estendem no litoral do Amapá, existe algum tipo de projeto ou ação para preservação dos mesmos por parte da Petrobrás?

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigada pela pergunta!

Com relação a essas estruturas de fundo que podem ser corais ou transformações biogênicas, o que temos previsto no processo de licenciamento ambiental é o projeto de inspeção do fundo oceânico, então antes do início da atividade, deslocamos um ROV, como comentei durante a apresentação, que é um robô operado remotamente. É claro que já temos informações prévias lá do diagnóstico que comentei, mas esse projeto vai bem perto do início da atividade para verificar como é que estão as condições ali. Já fizemos isso para esse poço, já fizemos esse mapeamento que chamamos de pré perfuração e o que já obtivemos de resultado é que realmente nesse fundo marinho ali no entorno do poço só temos sedimentos lamosos, ou seja, não tem nenhum grupo biológico, nenhuma formação biogênica de interesse.

Além disso, temos outros três projetos que são bem interessantes porque têm uma abrangência espacial e uma abrangência temporal bem maiores. Estamos falando agora de projetos que vão além agora da duração da atividade, estamos falando de projetos que têm duração estimada de dois anos. O primeiro deles é o PMID, que é o Projeto de Monitoramento Integrado Dedicado, que tem por objetivo fazer a observação da biota e fazer também o monitoramento da paisagem acústica, dos sons do oceano. Esse é um projeto que já foi iniciado, porque a ideia é que ele tenha dados antes da perfuração e está em andamento, a próxima campanha está prevista para agora novembro de 2022.

Além do PMID temos um projeto que é voltado para aves, esse projeto é executado em unidades de conservação de proteção integral do estado do Amapá, estamos falando de um projeto que também compreende ciclos sazonais, campanhas trimestrais e uma duração também de dois anos.

Esse projeto já foi iniciado também, já foram executadas duas campanhas justamente para que tenhamos o máximo possível de dados antes da atividade de perfuração.

Por último, temos o projeto de monitoramento de desova de tartarugas marinhas, que é um projeto que talvez alguns já tenham de alguma forma percebido,

estamos desenvolvendo esse projeto em algumas praias arenosas do estado do Pará e o objetivo dele é de fato contribuir para esse conhecimento sobre desova de tartarugas marinhas aqui na região Norte do país. Então, são projetos de uma duração mais longa que contribuem de forma bastante interessante para o conhecimento do meio ambiente aqui na região.

Como esses projetos estão distribuídos no espaço? Vimos aquele outro mapa da área de influência e agora vamos ver esse mapa de abrangência dos projetos e como vemos esses projetos compreendem toda essa área de influência, então, estamos falando de projetos que se dão nos municípios de Oiapoque, de Belém, de projetos que se dão ao longo da região costeira, na região oceânica, na área do bloco, então, são projetos que de fato compreendem toda essa área de influência da nossa atividade.

Agora vamos falar um pouco sobre impactos potenciais, que são aqueles que estão associados a possíveis eventos acidentais que envolvam vazamento de óleo e aí é importante ressaltarmos, como a Mayara comentou na apresentação dela, que o nosso principal objetivo é fazer essa perfuração de forma segura, então, temos uma série de medidas e ações que contribuem para que façamos essa perfuração de forma segura e assim evitarmos eventos acidentais.

Na história da Petrobrás, nesses quase 70 anos, não temos registro de nenhum evento de vazamento de grandes proporções nessa atividade de perfuração exploratória, que é essa fase de investigação, de busca por essas novas reservas.

Isso, associado ao nosso conhecimento técnico mostra como estamos preparados para atuar nessas águas profundas e ultra profundas seja na região do Amapá.

Como fazemos para analisar os impactos potenciais, com base em quê? Fazemos o que chamamos de estudo de modelagem de óleo, que é um estudo baseado em modelos matemáticos que consideram alguns dados de entrada, primeiro: informações sobre a região. Quais são as ondas, as correntes, as marés, como o mar se comporta, como são os ventos aqui? Isso é considerado.

Outro dado de entrada muito importante também é que tipo de óleo é esperado para essa região onde se pretende perfurar, então, quando juntamos tudo isso conseguimos avaliar como esse óleo se comportaria, caso houvesse um vazamento de óleo.



E claro, mais uma vez estamos falando nesse cenário de grandes proporções de um cenário remoto, mas ainda assim consideramos e fazemos essa avaliação justamente para balizar como vamos estar preparados para responder a qualquer evento acidental que aconteça. Fizemos isso para esse projeto FZA-M-59 e obtivemos os seguintes resultados: Esses são o que chamamos de mapas de probabilidade de presença de óleo, ou seja, caso ocorra um evento de grandes proporções o que se pode esperar em termos de comportamento de óleo. Então, quando pensamos nesses mapas pensamos em condições muito conservadoras na forma como eles foram gerados, então, estamos falando de um cenário acidental que não é provável de acontecer e para que fizéssemos a simulação consideramos que ele aconteceu e que não houve nenhuma ação de contenção por 30 dias, ou seja, condições de fato conservadoras para que possamos estar com um planejamento robusto para enfrentar a situação.

Quando olhamos aqui, esse mapa significa o quê? Nessa área azul maior, bem escura, estamos falando das menores probabilidades, então, estamos falando de probabilidades menores do que 5% de presença de óleo e nas áreas mais vermelhas estamos falando das maiores probabilidades, então, estamos mostrando aqui que essas maiores probabilidades são oceânicas, o que significa que nosso planejamento de emergência vamos precisar pensar em como prover uma resposta, principalmente oceânica. Então, como vemos, não temos probabilidade de presença de óleo na Costa do Brasil e isso será importante para planejarmos essa nossa resposta emergencial no caso desse bloco específico.

Ali naquele outro mapa temos uma condição específica e consideramos isso nos estudos que é um período que chamamos de retroflexão, por isso que os resultados são diferentes e consideramos tudo isso no nosso planejamento.

Quais são os impactos potenciais identificados para um cenário em que isso ocorra? Geração de expectativas, o que aconteceu, por que aconteceu e o que será feito em relação a isso.

Interferência desse óleo com os fatores ambientais ali da região, enfim, a água, sedimentos, grupos biológicos. E o que temos para evitar ou mitigar esses impactos? O primeiro, temos um plano de gerenciamento de riscos. Como comentamos nosso principal objetivo é fazer essa perfuração com segurança, então, trabalhamos gerenciando qualquer risco da atividade com todo aquele conjunto de ações que a Mayara apresentou.

Temos também o que chamamos de Plano de Emergência Individual, que comentei com vocês quando falei do Estudo de Impacto. Nesse plano temos todas as ações que serão realizadas caso aconteça algum evento.

O projeto de comunicação social para garantir a correta e adequada comunicação sobre o evento.

Quando a gente pensa nesse plano de emergência, pensamos em uma estratégia para ver como vamos atuar caso ocorra esse evento que, ainda que raro, estejamos preparados para enfrentar. Pensamos, então, em diferentes níveis de resposta.

Um nível que é local, ou seja, aquela resposta imediata, inicial que vamos prover. É o que consideramos aqui nesse primeiro nível.

Num segundo nível pensamos em recursos regionais. O que posso trazer de outros projetos da Petrobrás para que seja incorporado nessa estratégia de resposta.

Por último, um nível que é corporativo em que tenhamos a possibilidade de acionar recursos em nível internacional para ampliar ainda mais essa capacidade de resposta. Tudo isso é considerado quando pensamos nesse planejamento.

Pensamos também num conjunto de estratégias, ou seja, já pensamos sobre níveis de atuação, o que terei localmente, regionalmente, o que terei de forma ampliada.

Pensamos também que estratégias podemos implementar nessa região para que seja dada uma resposta adequada?

Temos a contenção da fonte - todo vazamento precisa ter a sua fonte contida – o monitoramento do óleo, existem algumas estratégias para fazer o monitoramento, contenção e recolhimento, que é literalmente conter e recolher esse óleo. Dispersão química, que é uma ferramenta para você tratar esse óleo. Atendimento à fauna oleada, caso haja alguma interação dessa fauna com o óleo e atuação em águas internacionais. Isso aqui em função da localização do nosso bloco.

Considerando, então, aqueles níveis que comentamos, e essas estratégias, o que temos de recursos já para o FZA-M-59? Equipes treinadas, temos um grupo enorme que está capacitado para atuar em emergências, quatro embarcações equipadas, e mais uma reserva, ou seja, existem cinco embarcações capazes de desenvolver estratégia de contenção e recolhimento. Barreiras de alta eficiência a bordo de cada uma das unidades, então, estamos falando das cinco

embarcações equipadas para fazer isso. Helicópteros, boias e balões para monitoramento. Então, é uma estratégia importante durante um evento e temos esses recursos disponíveis já para o FZA-M-59.

Recursos para queima controlada e dispersão química. São estratégias previstas e para sua execução é feita uma série de análises para garantir que sejam adequadamente realizadas e a base de atendimento à fauna oleada que aí tem um olhar voltado para a fauna. Isso em nível local, para aquela resposta inicial; em nível regional já estamos falando de todo um conjunto de estruturas que a Petrobrás dispõe em todo o país, para complementar essa resposta, estamos falando do nosso sistema de defesa ambiental, que tem o Centro de Defesa ambiental espalhados pela Costa brasileira, bases e postos avançados que contribuem com recursos em caso de algum evento e quando seja necessário.

Lembrando sempre, pessoal, que estamos falando de um evento raro quando falamos em eventos de grandes proporções. Esse é um ponto importante de se considerar, independentemente disso, a empresa está preparada para atuar.

Temos também a previsão de resposta internacional. O nosso bloco é fronteiro, então, precisamos prever essas estratégias de resposta internacional no nosso plano de emergência.

É importante destacar que existem regimentos que permitem que ações em andamento sejam continuadas, existem ainda instituições internacionais às quais a Petrobrás é filiada e que promovem e contribuem para que haja articulação necessária para essa resposta internacional e também ações de articulação institucional com outros países para garantir que eles sejam adequadamente envolvidos em qualquer evento que ultrapasse a fronteira brasileira.

Bom, era isso que tínhamos para apresentar. Espero que vocês tenham gostado. Estamos à disposição por meio desses nossos canais: 0800.728.9001 é o nosso 0800. Em caso de dúvidas adicionais, comentários, sugestões, vocês podem entrar em contato conosco por esse número. Existe também o Fale Conosco, que é o [faleconosco@petrobras.com.br](mailto:faleconosco@petrobras.com.br), o nosso site [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) e também o número de WhatsApp, que não recebe ligações, mas receber as mensagens escritas e também pode auxiliar para tirar dúvidas, que é o 21 969402116.

Temos também aqui informados para vocês os canais do IBAMA.. A linha verde 0800.618080 e também o telefone da CEJEMAC, que é a Coordenação na qual

REUNIÃO INFORMATIVA (Oiapoque-Ap) – ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA BLOCO FZA-M-59  
PROJETO AMAPÁ ÁGUAS PROFUNDAS – Proc. Nº 02022.000336/2014-53 - NOV/22

57

o Ivan trabalha e que está responsável por esse processo de licenciamento, que é o 21 3077.4267.

Teremos na sequência um período de perguntas e respostas e seguimos à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Esse será o nosso momento.

Obrigada.

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Neste momento, encerramos o nosso evento, agradecendo a presença de todos e reforçando os canais de comunicação com a Petrobrás, caso tenham dúvidas, sugestões ou críticas, entrem em contato, ali estão todos os contatos.

Agradecer mais uma vez a participação de todos, e convidamos para brindar os presentes com um café de encerramento que está servido no hall deste auditório. Para aqueles que utilizarão o transporte oferecido pela organização do evento, por favor, apresente-se à coordenação do evento e sigam as orientações das organizadoras na saída do salão.

Que todos tenham uma boa-noite, que Deus os acompanhe, muito obrigado a todos vocês, e vamos ao café!

#### ENCERRAMENTO !



### VIII.3.11 - Reunião Informativa Belém

#### **ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA BLOCO FZA-M-59**

#### **PROJETO AMAPÁ ÁGUAS PROFUNDAS**

**Proc. Nº 02022.000336/2014-53 - NOV/22**

#### **REUNIÃO INFORMATIVA (Belém-Pa)**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Senhoras e Senhores, boa tarde!

Pedimos que tomem seus lugares para darmos início ao evento.

Sejam todos e todas bem-vindos à Reunião Informativa da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, localizado na região Amapá Águas Profundas e operado pela Petrobras. A presente reunião é uma exigência do processo de licenciamento ambiental e está estabelecida no Projeto de Comunicação Social da atividade. Este é um evento de caráter informativo, com o objetivo de apresentar informações e prestar esclarecimentos sobre a atividade de perfuração marítima do bloco FZA-M-59.

Antes de darmos prosseguimento à composição do palco, gostaria de chamar o Sr. Marcelo Silva, Gerente de Hospedagem para apresentar as instruções de segurança do espaço do evento do Hotel Grand Mercure.

**O SR. MARCELO SILVA** – Boa tarde a todos. É sempre um prazer receber a equipe da Petrobrás em nosso hotel, já trabalhamos juntos há tantos anos.

Primeiramente, gostaria de informar que o hotel dispõe das saídas de emergência sinalizadas, caso ocorra alguma necessidade é só se dirigir ao final do corredor e a descida já fica pela escadaria principal do hotel ou, no caso de uma saída alternativa, dobrando à esquerda já tem uma escada de emergência que sai diretamente na recepção, já está sinalizada a faixa de saída e também já chega no subsolo onde sinaliza para os senhores a saída de emergência do hotel.

Todas as áreas do hotel possuem detectores de fumaça, que são acionados, em caso de queda de energia, no máximo em um minuto nossos geradores já serão acionados aqui no hotel. Portanto, não ficarão no escuro durante este período.

Nossa Brigada de incêndio está à disposição e nossa equipe está também com extintores e demais itens de segurança, caso sejam necessários para todos os senhores. Uma UTI móvel também está disponível aqui na frente caso alguém passe por algum imprevisto ou infortúnio, é só procurar a coordenação do evento que fará as medidas necessárias para chegarem aos médicos disponíveis.

Agradeço a vinda dos senhores aqui. Estamos à disposição sempre.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Dando continuidade a nosso evento, gostaria de convidar os apresentadores para subirem ao palco. Primeiramente, chamamos Mayara Martins, representante do Ativo Exploratório da Gerência Executiva de Exploração da Petrobras.

Gostaria de chamar agora Patrícia Rosa, representante da área de licenciamento ambiental da Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras.

Por fim, convido Ivan Bassères, Coordenador de Exploração da Diretoria de Licenciamento do IBAMA.

Antes de iniciar as apresentações, vou passar algumas informações importantes para o decorrer do evento.

O evento começa com as apresentações dos representantes do IBAMA e da Petrobras. Após as apresentações, faremos um momento para inscrição das pessoas que quiserem encaminhar perguntas orais ou escritas, que devem ser feitas de maneira identificada. Ao fim das inscrições iniciaremos a sessão de perguntas e respostas.

Neste momento, para dar início às apresentações, convidamos o Sr. Ivan Basseres, Coordenador de Exploração da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, para falar sobre o processo de licenciamento ambiental.

**O SR. IVAN BASSERES** – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Ivan Basseres, obrigada pela apresentação, sou Analista Ambiental do IBAMA desde 2013 e desde o ano passado estou à frente da Coordenação de Petróleo e Gás, que é responsável pela condução do licenciamento ambiental desse empreendimento, que fica sediada no Rio de Janeiro.

Aqui um breve sumário da apresentação, dizer porque estamos aqui hoje, qual o papel do IBAMA nesse processo, o que é o processo de licenciamento ambiental e em seguida um pouco dos marcos temporais principais desse processo que estamos discutindo agora.

Será uma fala breve, a Petrobrás fará uma apresentação mais completa sobre o estudo, o projeto em si e em alguns pontos vamos até abordar os mesmos assuntos, e não tem problema, é mais para reforçar alguns pontos que consideramos importantes para trazer informação a todos vocês.

Desde já agradeço a presença e o interesse de vocês no assunto.

Muito obrigado.

É um privilégio estar aqui hoje.

Falando um pouco do papel do IBAMA: É uma autarquia federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem a missão de proteger o meio ambiente e executar ações da política ambiental nacional.

Essas ações vão desde a fiscalização à atuação de emergências ambientais, controle de qualidade ambiental, enfim, madeira e outros tipos de produtos de origem natural e entre outras atuações.

Temos cinco diretorias. Coloquei em primeiro a Diretoria de Licenciamento Ambiental, que é a responsável por conduzir o processo de licenciamento e avaliação dos projetos de empreendimentos e atividades considerados de relevância nacional, seja por serem desenvolvidos em mais de um estado, seja por serem desenvolvidos no mar territorial, como é o caso aqui da perfuração marítima.

Passando pela estrutura dessa Diretoria de Licenciamento Ambiental, enfim, não entrarei em muitos detalhes, mas só para mostrar isso para vocês. Temos coordenações que prestam assessoria à Diretoria e temos três coordenações gerais finalísticas, uma que é responsável por empreendimentos fluviais e pontuais terrestres, então, já tem aí uma carga de empreendimentos de grande porte, como hidrelétricas e outros tipos. Temos a Coordenação Geral de Empreendimentos Marinhos e Costeiros, que a coordenação que eu represento faz parte e ela licencia tanto petróleo, quanto portos e estruturas marítimas, tudo que ocorre no mar territorial e na plataforma continental.

Por fim, temos a Coordenação responsável por empreendimentos lineares, justamente o que falei, empreendimentos que às vezes cruzam o país, cruzam mais de um estado e por isso também são de competência do IBAMA.

Todas essas coordenações ficam em Brasília com exceção da Coordenação de Exploração e de produção de petróleo e gás. As duas coordenações vinculadas à atividade de petróleo e gás ficam sediadas no Rio de Janeiro por uma questão de proximidade com Petrobrás e outras empresas do setor, com a própria ANP que é quem leiloa blocos de petróleo na Costa brasileira.

Como falei, são duas coordenações porque são duas tipologias associadas à petróleo e gás, na verdade, três, mas são duas fases da cadeia de petróleo que vamos explicar um pouco agora e a Petrobrás também na sua fala.

Temos aí a etapa de exploração e hoje estamos aqui tratando exatamente de exploração que tem o caráter de descobrir potencial petrolífero antes de uma efetiva entrada em produção.

Essas atividades de pesquisa têm um caráter diferente, uma temporalidade diferente, em geral são mais curtas e visam justamente avaliar se há um potencial de produção ou não. Aí sim, quando entra em produção é que se fala em atividades que podem durar décadas.

Nesse momento a bacia da foz do Amazonas, que é o objeto da nossa reunião hoje, já houve pesquisas sísmicas, no passado também já houve perfuração, mas estamos voltando a discutir perfuração de poços, que é uma etapa seguinte do processo de pesquisa de petróleo e cada poço gira em torno de cinco meses de duração e é sobre isso que viemos conversar hoje aqui com vocês.

Para explicar esse slide é isso, temos duas coordenações, são processos de licenciamento ambiental diferentes e nesse momento ainda estamos nessa etapa de descoberta, que é foto ali do meio.

O licenciamento ambiental é um processo que tem previsão legal e respaldo constitucional, é um processo conduzido não só pelo IBAMA, como por órgãos de meio ambiente estaduais e municipais também, no caso do IBAMA, empreendimentos de grande porte. Ele depende da elaboração de um estudo de impacto ambiental, com esse estudo é que vamos avaliar as características do empreendimento e traçar medidas para reduzir, para controlar, monitorar impactos e avaliar também a viabilidade ou não de um empreendimento.

Então, detalhando um pouco mais o processo de licenciamento, o estudo de impacto ambiental é o que nos traz justamente informações sobre o meio ambiente, tanto a biologia, quanto o aspecto físico e o sócio-econômico da região em que o empreendedor deseja instalar o seu empreendimento e além disso também traz uma previsão tanto de impactos, que chamamos de operacionais; quanto os de riscos, que são os impactos potenciais que podem ou não acontecer, dependendo dos cenários ocidentais. E todos esses impactos e riscos temos também no estudo de impacto ambiental propostas de medidas e projetos visando o seu monitoramento, a sua redução e em alguns casos também a sua compensação.

O processo de licenciamento ambiental também tem etapas de participação social e contribuição das partes interessadas e isso inclui tanto a sociedade civil quanto órgãos do governo e terceiro setor, e por aí vai.



Então, o IBAMA e outros entes também quando licenciam nos pautamos justamente por esse conjunto de informações trazidos tanto pelos estudos ambientais quanto por outras partes para avaliar a viabilidade ambiental de um empreendimento. Então, em se concluindo pela viabilidade o IBAMA emite aqui no caso da perfuração uma licença de operação e é nesse ponto do processo que estamos.

O estudo já foi submetido há bastante tempo, estamos num processo de avaliação da viabilidade e da concessão ou não de uma licença para operação para início da perfuração de poços no bloco FZA-M-59.

Agora, como falei, a Petrobrás também tem slide para tratar do marco temporal.

Só para ressaltar alguns pontos desse processo que viemos discutir hoje, já estivemos em Belém em outras ocasiões, não eu pessoalmente, mas o IBAMA e com certeza a Petrobrás, porque é um processo que já vem de muito tempo. No IBAMA ele começou em 2014, mas já vem desde 2013, quando a ANP fez uma rodada de leilões de blocos aqui na bacia da foz do Amazonas, mas também Pará e Maranhão, mas hoje estamos tratando especificamente sobre a foz do Amazonas.

Esse processo foi iniciado em 2014 pela BP e esse é um dos motivos pelos quais estamos aqui hoje, tanto pelo tempo decorrido desse processo, quanto pela transferência de titularidade que tratarei nos blocos seguintes.

Esse processo foi aberto pela BP, que foi quem protocolou o Estudo de Impacto Ambiental e em 2016 estivemos pela primeira vez aqui em Belém e em vários outros municípios da região da área de estudo para fazer preparatórias para as audiências públicas que estávamos propondo e que foram realizadas no ano seguinte em 2017, em novembro, então, está fazendo exatamente cinco anos que essas audiências públicas ocorreram em Belém, em Oiapoque, onde estivemos há dois dias, e ocorreram também em Macapá.

Paralelo a essas audiências, só para ressaltar, um dos fatores pelos quais vimos à Belém com frequência porque Belém faz parte da área de estudos e também da área de influência do empreendimento, principalmente pela questão do porto de Belém, mas também por outras questões envolvendo o diagnóstico sócio-ambiental e outros tipos de impactos que a atividade pode trazer para a cidade.

Tudo isso consta do Estudo de Impacto Ambiental que foi analisado pelo IBAMA ente 2017 e 2020, até que em 2020 a Petrobrás solicitou a transferência de titularidade, só que neste momento estávamos numa pandemia, então, o processo

ficou, além dessa longa tramitação, ficou um tempo, enfim... A tramitação dele foi longa, e só agora em 2022 o IBAMA pôde se debruçar sobre o pedido de transferência de titularidade da Petrobrás com as atualizações de projeto que a empresa trouxe e isso será detalhado na apresentação da empresa, mas não é apenas uma mudança de CNPJ, estamos validando também todas as informações que foram prestadas lá no estudo de 2015 e que já foram sujeitas a vários estudos.

Dentre as solicitações que fizemos, quando analisamos as atualizações de informações da Petrobrás veio essa necessidade, que o IBAMA sentiu, de uma devolutiva, de estarmos de novo promovendo reuniões informativas para tratar dessa mudança de titularidade, para informar as pessoas que em 2017 participaram de uma audiência conduzida pela BP sobre essa mudança de titularidade e tudo o que isso traz para o projeto de perfuração aqui da foz do Amazonas.

Outros pontos também que trouxemos nessa análise, nesse parecer técnico de 2022 envolvem projetos de mitigação e monitoramento de impactos, pedimos ajustes em determinados projetos também no plano de emergência e na modelagem hidrodinâmica que a Petrobrás vai tratar também na sua apresentação, que é, enfim, a nossa análise de risco, que é quando recebemos um estudo recebemos também toda uma análise dos cenários ocidentais, de um possível vazamento de óleo e esse cenário já tinha sido apresentado pela BP e solicitamos uma atualização da empresa e tudo isso estamos analisando novamente.

Então, essa reunião faz parte do processo de licenciamento ambiental do bloco FZA-M-59 e vai alimentar o nosso processo de licenciamento e em breve seguiremos com as nossas análises.

Hoje o escopo aqui é fazer uma reunião informativa, trazer essas informações sobre esse projeto de novo para a comunidade e nos colocar à disposição também.

Já deixo aqui os contatos, a Petrobrás também vai projetar esses contatos.

O IBAMA está à disposição. Esse processo de licenciamento ambiental é público, qualquer cidadão ou cidadã pode acessá-lo mediante requerimento ao IBAMA.

Fico por aqui.

Depois teremos rodada de perguntas.

Muito obrigado pela atenção.

Boa tarde!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigado pela apresentação.

Gostaríamos agora de convidar a Sra. Mayara Martins e a Sra. Patrícia Rosa para realizar a apresentação da Petrobras sobre a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Boa tarde a todos e todas.

Sou Mayara, sou Geofísica da Petrobrás e estou muito feliz com essa oportunidade de estar aqui falando com vocês hoje.

Mostrarei um pouco da atividade de perfuração marítima e posteriormente a Patrícia segue falando principalmente do licenciamento ambiental seguindo esse roteiro aqui.

Primeiro começamos falando quem somos nós, quem é a Petrobrás, seguimos por esse processo de exploração e produção que o Ivan já mencionou para nós, então, perpassamos um pouco por todo o processo. Em seguida, vimos falando onde e quando será a perfuração, onde de fato será de fato essa atividade que viemos falar aqui, que é a perfuração do poço, falamos a atividade de perfuração em si e depois vem a Patrícia com a parte do licenciamento ambiental, tudo que o Ivan explanou, todo o processo como ele se dá, o Estudo de Impacto Ambiental, que é parte desse processo, os impactos ambientais operacionais e os projetos ambientais e os impactos ambientais potenciais e o Plano de Emergência Individual que conhecemos como PEI.

Quem somos nós? Somos a Petrobrás, uma empresa brasileira de quase setenta anos e que atuamos com foco em óleo e gás.

Reconhecemos que somos uma empresa em constante transformação, mas uma coisa que não muda é o nosso respeito às pessoas e ao meio ambiente e o nosso valor mor que é a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Colocamos esse respeito em prática usando muita tecnologia avançada, tecnologia de ponta. Temos também como valor a exigência e a qualidade em todos os processos que desenvolvemos.

Somos focados em exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultra profundas.

Para mostrar um pouco dessa região em que vamos atuar e focar logo mais são as bacias da margem equatorial e estamos aqui nesse cantinho bem à Norte que é a bacia da foz do Amazonas, no estado do Amapá, o nosso bloco está ali nas águas ultra profundas do Amapá.

Vamos contar um pouco de quem somos com a experiência que temos, a Petrobrás, como falei, quase setenta anos de experiência, começamos o nosso trabalho de exploração e produção em terra e fomos avançando por águas rasas até chegar a ultra profundas e trouxemos um pouco dos exemplos da Bacia de Campos, em Santos, no Sudeste do Brasil, principalmente dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

Podemos mostrar aqui o nosso avanço começando pelo Campo de Garoupa, na Bacia de Campos, vamos avançando para o Campo de Marlim, seguindo por águas mais profundas, cada vez mais profundas, lâminas d'água maiores e projetos de poços mais profundos. Vamos avançando ainda na Bacia de Campos, ali para Marlim Sul, no Campo de Roncador, e vocês vão observando e os dois últimos exemplos são os campos do pré-sal que temos na Bacia de Santos, que temos os dois conhecidos Campos de Tupi e Iracema Sul que são campos do pré-sal da Bacia de Santos. Um contexto geológico um pouco diferente daqui, mas mostramos esse avanço e esse ganho e aplicação da experiência que vimos a cada operação aplicando como lições aprendidas.

Isso nos torna reconhecidamente líderes mundiais de operação em exploração e produção em águas profundas e ultra profundas.

Esse processo de exploração e produção que vimos falando, que o Ivan já colocou para nós aqui. O que é ele? Ele começa com a oferta de blocos exploratório via ANP, que é a nossa agência reguladora da indústria de óleo e gás, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ela oferta blocos à leilão e aí já começa uma primeira interação com o IBAMA, com contribuições técnicas para essas licitações e as empresas ou conjuntos de empresas, consórcios, adquirem os blocos.

A partir dessa fase começa uma pesquisa da bacia mais focada na região dos blocos e aí podemos ter o que chamamos de pesquisa sísmica, que o Ivan também mencionou, e eu como Geofísica, podemos aproximar a sísmica de uma fotografia ou ultrassom de subsuperfície. Usamos isso justamente para fazer essa pesquisa e verificar o potencial do bloco e aprofundar os estudos na busca de petróleo e em outra etapa específica precisamos de uma licença operacional para pesquisa sísmica, então, uma pesquisa específica para essa atividade.

De posse desse estudo, tendo feita essa análise, podemos partir para a perfuração de poços, então vamos coletar informações, dados geológicos geofísicos em um ponto da terra, perfurando, e aí precisamos de novo de uma licença específica



para essa atividade, essa licença operacional que o Ivan mencionou para nós e que estamos repetindo um pouco exatamente neste momento em que nos encontramos agora.

Mas aí, em descobrindo, falamos exploração é descobrir, investigar, uma fase que tem justamente como base essa busca e essa análise dos dados. A partir dela, constatando petróleo, uma acumulação, partimos para o número quatro, que é um plano de avaliação. Preciso continuar os meus estudos para saber até onde vai essa acumulação de petróleo, até onde ela se estende em área, quanto de petróleo que tem ali.

Se verificamos, por meio desses estudos que ela é comercial, que é rentável economicamente poderemos declarar a comercialidade e aí ela vai para uma outra etapa que efetivamente extraímos o petróleo lá debaixo e falamos em um campo produtor de petróleo e aí também é uma etapa específica que necessita da sua licença operacional específica. Tem toda uma infraestrutura que é demandada para esse tipo de etapa.

Estamos aqui na etapa de perfuração. Estamos na iminência de começar essa etapa de perfuração.

Então, por que perfurar? Por que a Petrobrás está buscando perfurar? Esse é o negócio dela, ela quer buscar novas acumulações comerciais de óleo e gás. Falamos aqui que o nosso foco é encontrar petróleo. E para quê? Porque o nosso negócio é suprir a demanda energética da sociedade brasileira enquanto uma empresa brasileira de energia. E por que a margem equatorial? Por que estamos aqui? Porque fizemos estudos e enxergamos um potencial importante e se torna, então, uma fronteira exploratória para nós, que é importante, com potencial expressivo para incrementar o desenvolvimento sócio-econômico regional. Então, precisamos descobrir, precisamos verificar esses estudos que já fizemos perfurando esse poço.

Onde e quando será a perfuração do poço?

Falamos ali, o poço está previsto para aquele quadradinho branco que chamamos de FZA-M-59, que é essa concessão que dista ali do ponto mais próximo na Costa do Amapá em torno de 160km, em linha reta é como se fosse de Belém para Salinópolis. Chamamos o poço de Poço Morpho. Ele fica a uma lâmina d'água entre a superfície e o fundo do mar quase 3 km de profundidade. É muita água.

Ainda nesse processo temos previstos três poços contingentes, mas para lançarmos mão desses poços precisamos descobrir petróleo nesse poço Morpho que

estamos querendo perfurar. E aí vamos precisar lançar mão da estrutura, do apoio aéreo lá em Oiapoque, estávamos lá essa semana, e do porto de Belém, que é uma infraestrutura robusta e que vamos precisar utilizar. Já estava no processo de licenciamento da BP. Estamos dando continuidade. São previstos aí por volta de três viagens semanais nessa rota, nessa operação logística durante a atividade de perfuração, em média.

Como é essa atividade de perfuração? Podemos ilustrar em três macro processos maiores, que são: mobilização, operação e desmobilização. Estamos agora na etapa de mobilização, que é a identificação do local do poço, a Patrícia mostrará umas figuras da inspeção do ponto do poço, a sonda vai sair na Baía de Guanabara e vai navegar até aqui as águas ultra profundas do Amapá e nós estamos nessa etapa de preparação dos recursos de apoio. É um empenho tremendo, uma equipe multidisciplinar em ultra capacidade para conseguir fazer com que esteja tudo pronto para uma importantíssima etapa do processo ambiental, que é essa avaliação pré-operacional, que é um exercício de simulado de emergência em caso de vazamento que é colocado pelo órgão ambiental e precisamos simular o nosso plano de emergência. Então, fazemos todo esse simulado e só sendo validado pelo órgão ambiental é que poderemos obter a licença operacional e daí vamos para a operação, vamos perfurar o poço, coletar os dados de rochas, os dados de líquidos, fluidos que viermos a encontrar. Encerrado isso, tampona o poço, fecha o poço, deixando-o íntegro e seguro, certo de que nada ocorrerá naquele ponto e a sonda começa a sua desmobilização para a próxima locação.

Vamos estudar todos os dados que coletamos, são dados extremamente ricos em termos de informação para continuarmos avaliando a área e essa etapa seguimos por meio da nossa equipe especializada.

Quando isso está previsto para acontecer? Já estamos em novembro, já na etapa de mobilização. Isso já está acontecendo. Prevemos que todos os recursos estejam prontos, tudo mobilizado para a nossa avaliação pré-operacional em dezembro. Em seguida, em obtendo a licença operacional partimos para a etapa de perfuração. Estimativa para essa etapa é em torno de cinco meses, em seguida, seria a desmobilização.

Falamos um pouco desse processo de transferência de operação do bloco para a Petrobrás, então, o grupo de empresas que adquiriu o bloco anterior tinha a ABP como operadora e como tal ela tinha a responsabilidade principal perante a

concessão, então, ela que deu início ao processo de licenciamento enquanto operadora, enquanto responsável pela concessão, pelo bloco.

Fizemos esse processo de transferência que foi mencionado pelo Ivan, ali em torno de 2020, 2021 e nós, enquanto operadora, enquanto responsável pelo bloco agora, damos continuidade a todos os compromissos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental.

O que é a atividade de perfuração em si? A atividade de perfuração é extremamente empolgante. Esse aqui, à esquerda, é o navio sonda que mencionei que sairá da baía de Guanabara e vai até as águas ultra profundas do Amapá, é o navio sonda 42.

Aqui no meio temos, se vocês lembrarem que falei sobre primar pela segurança operacional, temos um exemplo disso, esse é um equipamento que chama BOP - Blowout Preventer, para vocês verem a magnitude e a robustez desse equipamento, ele é um equipamento que contém diversas válvulas e gavetas que se fecham automaticamente no caso de algum evento de anormalidade, se identificarmos se está subindo um fluido de maneira que não seria controlada, então, fecha o poço, para tudo. Esse equipamento é responsável por isso.

Vocês podem ver ali a equipe que demanda uma mão de obra extremamente capacitada e especializada para conseguir operacionalizar isso e são realizadas inspeções rotineiras, simulados nele para garantir que esteja em pleno funcionamento para o caso de um acidente. Isso é muito importante. É corriqueiro dentro da operação de perfuração da sonda.

À direita, é a foto da broca que efetivamente é o que vai abrir o buraco na terra e vai até as profundidades que precisamos para investigar se tem petróleo.

Vamos assistir um vídeo que será mais didático do que me ouvir falando aqui.

#### (APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

Bom pessoal, nessa sonda que vimos nós temos diversos sistemas operacionais que garantem a nossa segurança e o correto tratamento do meio ambiente.

Para citar só alguns: Temos alguns sistemas de detecção de fogo e gás, temos sistemas de paradas de emergência que podem ser acionados tanto manualmente, quanto automaticamente e esses são os mais de segurança operacional mesmo, passando pela segurança do meio ambiente temos sistemas de

tratamento do esgoto sanitário e temos sistemas de separação de água e óleo, aquele óleo que a gente buscar puxar de lá se amostrarmos precisamos que ele seja corretamente separado pelas suas propriedades.

Os resíduos gerados durante a operação precisam ser adequadamente descartados, então eles são armazenados na unidade e depois descartados conforme as suas características específicas.

Reforçando o ponto de segurança operacional: todas as operações da Petrobrás são monitoradas 24 horas por dia. Isso é algo que de fato levamos muito a sério. É uma informação e um valor principal na empresa.

Usamos uma sonda de última geração, muito robusta justamente para promover essa segurança para nós.

Com falei, temos os programas e a correta manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e inspeções periódicas que tínhamos mencionado também, que precisam ser realizadas e uma capacitação técnica específica. Não é à toa que mostramos aquele slide de liderança operacional, é por meio de muito investimento em capacitação técnica, em treinamento contínuo da nossa força de trabalho.

Realizamos também vistorias e auditorias internas e externas justamente para comprovar que estamos prevenindo de forma adequada e dar essa segurança para nós em termos de prevenção e no caso de quaisquer acidentes ou incidentes vamos tomar as medidas corretivas e isso vira imediatamente uma lição aprendida para implementarmos nas nossas operações de maneira a sempre ter uma curva de conhecimento sendo aplicada nos nossos projetos.

Passo agora a palavra para a Patrícia para falar a parte do licenciamento ambiental.

Muito obrigada pela atenção.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Boa tarde.

Obrigada Mayara.

Meu nome é Patrícia, sou Engenheira Ambiental na Petrobrás e trabalho na equipe que vem conduzindo processos de licenciamento ambiental.

Vamos falar um pouco sobre esse processo, sobre o estudo ambiental que foi elaborado e também sobre os impactos operacionais mapeados para a atividade, os projetos ambientais de mitigação, controle e monitoramento e os impactos potenciais que podem decorrer de um evento acidental também.



Vamos falar um pouco sobre isso e sobre o plano de emergência que temos previsto para a atividade.

Falando um pouco sobre o processo. O licenciamento ambiental dessa atividade específica começou lá em 2014 quando foi feito o enquadramento da atividade em classe 1, que é a classe mais restritiva do licenciamento ambiental. Após esse enquadramento foi emitido então um termo de referência para elaboração de um estudo de impacto ambiental. Esse estudo foi elaborado e apresentado ao IBAMA e submetido à etapa de consulta pública quando foram realizadas as audiências públicas que o Ivan até comentou aqui durante a apresentação dele. Isso ocorreu em 2017.

Entre 2017 e 2019 foi feita uma série de discussões sobre esse estudo ambiental a partir de considerações que foram feitas pelo próprio IBAMA, pelas contribuições que vieram das audiências públicas e essas considerações foram endereçadas ao longo do processo.

Em 2020 a Petrobrás então assume a operação do bloco e consequentemente a titularidade desse processo de licenciamento.

Com isso, damos continuidade ao que havia sido estabelecido e definido como requisito no âmbito do processo e atualiza o processo agora com os dados da Petrobrás, alterando então esses dados da operadora e atualizando então o processo de licenciamento ambiental.

Desde então a Petrobrás vem trabalhando nessa próxima etapa que é o que chamamos de avaliação pré-operacional, que é um exercício simulado de emergência em que precisamos comprovar que temos capacidade de responder a um evento acidental de forma efetiva e eficaz e com isso temos após a aprovação do IBAMA a emissão da licença ambiental.

Nessa etapa que estamos e é isso que temos feito, trabalhado para que possamos, então, executar essa avaliação pré-operacional.

Agora vamos falar um pouco sobre o que foi feito de estudo de impacto ambiental para esse projeto.

Considerando esse enquadramento em classe 1 foi definido um termo de referência que estabeleceu uma série de requisitos e nesses requisitos tínhamos aquilo que precisava ser apresentado nesse estudo de impacto ambiental. Então, o estudo contemplou um diagnóstico ambiental que significa que precisamos apresentar quais são as condições ambientais dessa área aonde pretendemos executar a

atividade, foi apresentada também uma descrição detalhada da atividade, ou seja, o que será feito, quando será feito, como será feito. Foi apresentada também uma modelagem de derrame de óleo no mar para subsidiar as análises posteriores e com esses dados iniciais foi feita então a avaliação dos impactos e dos riscos ambientais da atividade. Após essa avaliação temos então a apresentação das medidas de mitigação e controle dos impactos e dos riscos ambientais e, por fim, a elaboração do plano de emergência individual.

Tudo isso contemplado dentro desse estudo de impacto. Esse estudo foi submetido à análise técnica do IBAMA e também à etapa de consulta pública, como comentamos no slide anterior.

O que foi então considerado para que esse estudo fosse feito? Que área foi estudada?

Aqui nesse mapa podemos ver que esse estudo contemplou uma área bastante extensa, pegando municípios da região do Salgado paraense, aqui no estado do Pará, da região ali do entorno de Belém, onde estamos localizados hoje e da ilha de Marajó. Isso aqui também no estado do Pará.

Além disso, foram considerados municípios do estado Amapá como parte dessa área de estudo que foi analisada no estudo de impacto ambiental, isso falando dessa região costeira. Além dessa região costeira, terrestre, também fizemos a avaliação da região oceânica. Então, aonde esse bloco está localizado, como são as condições do mar nessa região. Isso também foi considerado como área de estudo do estudo de impacto ambiental.

E nessa abrangência do estudo o que foi considerado como componente ambiental analisado? Uma série de componentes na verdade que são divididos em três meios distintos: físico, biótico e sócio-econômico.

No meio físico foram analisados os ventos, o clima, as correntes, as marés, as ondas, como é o fundo marinho dessa região onde pretendemos perfurar, qual a qualidade da água, a qualidade do sedimento, tudo isso foi analisado dentro desse item que chamamos meio físico.

Além disso, foram analisados os componentes que compõem o que chamamos de meio biótico, ou seja, os animais que existem nessa região, quais são os recursos pesqueiros existentes ali, quais são os ecossistemas que existem ali, as áreas sensíveis, as unidades de conservação, tudo isso foi considerado dentro desse diagnóstico do meio biótico.

Com relação ao meio sócio-econômico consideramos uma série de fatores que estão relacionados às populações, quem são esses grupos, aonde habitam, o que fazem, que atividades econômicas são desenvolvidas.

Isso foi analisado nesse estudo de impacto ambiental, e o que significa? Que foram estudadas a organização social e econômica dessas populações, quais são as comunidades tradicionais que habitam esse território, como se dá a pesca, o extrativismo, o lazer, o turismo, a aquicultura, tudo isso foi analisado dentro desse estudo de impacto ambiental compondo esse diagnóstico que chamamos do meio sócio-econômico.

Todos esses meios integrados e analisados foram abordados nesse estudo de impacto.

Considerando o que vimos hoje com a Mayara do que é essa atividade de perfuração e que região é essa aonde pretendemos perfurar foi feita a análise dos impactos ambientais possíveis, que podem acontecer e isso considera, então, essa atividade e esse local aonde pretendemos fazer essa atividade.

E quais são esses impactos? Temos dois tipos diferentes: um, que se chama impacto operacional, que é aquele que está relacionado com as operações normais da atividade, aquelas operações rotineiras que serão feitas de forma operacional mesmo durante a perfuração.

Com relação a esses impactos operacionais a gente também teve uma análise considerando cada um dos meios, o físico, o biótico e o sócio-econômico.

Para o meio físico, o que houve de identificação? O que foi identificado como possibilidade de impacto? A alteração da água e do sedimento em função do descarte de efluentes e cascalhos. Quando faz a perfuração, aquela trituração das rochas gera cascalhos, então, isso foi considerado como uma possibilidade de impacto.

Além disso, uma possibilidade de alteração na qualidade do ar e contribuição para o efeito estufa também em função da emissão de gases, de emissões atmosféricas durante a atividade, isso considerando esse meio físico. E com relação ao meio biótico estamos olhando mais especificamente para os animais, para os grupos biológicos que acontecem ali, os ecossistemas. Então, nesse sentido foram identificados alguns impactos também. Há possibilidade, por exemplo, da interferência com as aves, em função da presença da unidade de perfuração, do navio sonda, a interferência com mamíferos e tartarugas em função do trânsito das embarcações e

também da unidade de perfuração marítima ali no local onde se pretende perfurar, alteração no comportamento dos peixes, em função de ruídos, vibrações, luzes, alterações nas comunidades planctônicas e bentônicas em função do descarte de efluentes e cascalhos e aqui quando falamos em planctônicas e bentônicas estamos falando do bentos, que são esses organismos que ficam ou no fundo do mar ou aderidos a alguma superfície e do plâncton que são pequenos organismos marinhos que flutuam nas águas, que não tem capacidade de natação, então, esses organismos ainda que pequenos foram considerados no estudo ambiental.

Outro impacto que foi identificado como possível foi a alteração na ecologia local, isso também foi analisado em função desse conjunto de fatores e por último a introdução de espécies exóticas também como uma possibilidade de impacto durante as atividades para o meio biótico.

Com relação ao meio sócio-econômico um primeiro impacto que foi identificado foi a geração de expectativas. Que atividade é essa, por que vai ser executada, quando vai ser executada. Isso foi mapeado como possibilidade de impacto.

Além disso, uma outra possibilidade mapeada foi a interferência na atividade pesqueira, tanto artesanal, quanto industrial, e é importante pontuar de modo geral com relação aos impactos identificados, que assim como a Mayara falou, a duração desse poço é estimada em cinco meses, então, estamos falando de uma atividade temporária e bastante localizada.

Estamos falando de um poço localizado a mais de 160 km da costa do estado do Amapá e a uma profundidade 2.800m, quase 3 km. Então, esses aspectos são importantes para considerarmos quando fazemos avaliação de impactos.

Outro impacto que foi identificado como possível foi a pressão sobre o tráfego marítimo, setor aeroportuário e a infraestrutura de gerenciamento de resíduos. Essa questão é interessante porque ao mesmo tempo em que existe essa possibilidade de pressão existe também o que consideramos como incremento desses serviços, da utilização dessas estruturas, ou seja, uma dinamização da economia local, ainda que estejamos falando de uma temporalidade curta.

Por fim, fazendo essa perfuração, conhecendo esse subsolo marinho, conhecendo também essa região cada vez melhor, desenvolvendo projetos ambientais teremos também uma contribuição importante para o conhecimento técnico e científico da região.



Esses foram então os impactos identificados como possíveis de ocorrer durante a operação rotineira da atividade.

Como esses impactos se distribuem no espaço? Já vimos que do ponto de vista temporal essa duração é bem curta, porque estamos falando de uma perfuração de cinco meses de duração, mas, e do ponto de vista do espaço, como isso se coloca?

Quando fazemos essa análise espacial enxergamos esse mapa aqui, ele está no boletim informativo, depois vocês podem dar uma olhadinha também.

Aqui podemos ver, saindo aqui de Belém, bem no meio do mapa na parte debaixo, temos o município de Belém como cidade que sedia a base de apoio marítimo, ou seja, o perto de Belém que vai dar esse atendimento às atividades no bloco FZA-M-59. Então, saindo aqui do porto de Belém e indo até a direção lá em cima do bloco temos que chamamos de rota e navegação das embarcações de apoio. Então, essa área que vai desde o porto de Belém até a área do bloco é uma área que consideramos que está sujeita a uma possível influência da atividade porque temos ali o trânsito das embarcações e lembramos também que esse trânsito considera três viagens em médias semanais por uma rota pré-estabelecida que parte de um porto que já está ativo, operacional e já tem a sua dinâmica portuária.

Chegando na área do bloco temos uma área que chamamos de área de aproximação, que é aquela área amarelada ali, tracejada em amarelo, que é uma área em que podemos ter algum deslocamento da unidade de perfuração para descida de equipamentos e, por fim, a área do próprio bloco aonde temos a nossa coordenada do poço.

Essa é a área que consideramos como área de influência oceânica da nossa atividade e qual seria então a área de influência terrestre? Quando olhamos para a área costeira, para os municípios costeiros, o que seria então essa área de influência? Consideramos, então, os municípios que sediam as bases de apoio, então, o município de Oiapoque, porque sedia o aeroporto de Oiapoque e o município de Belém por ser a base do porto de Belém, que é a nossa base de apoio marítimo.

Além disso, consideramos mais outros 15 municípios que estão localizados na região do Salgado, Marajó e aqui no entorno de Belém como municípios que podem ter a sua atividade pesqueira de alguma forma interferida sim em função da rota das embarcações. De uma forma que consideramos esse tempo, esse trânsito de embarcações, essa periodicidade e também essas áreas de pesca, identificamos

como áreas possíveis de influência da nossa atividade em função da interação com a pesca esses municípios que estão colocados ali no estado do Pará.

Falando sobre a pesca é importante destacar que lá no entorno da unidade marítima temos o que chamamos de raio de segurança, que é um raio de 500m no entorno do poço que precisa ser considerado como área de segurança, ou seja, não pode haver o acesso por outras embarcações para evitar que haja algum dano a essas embarcações e também à própria unidade de perfuração. Então, realmente é um raio de segurança que precisa ser considerado durante as atividades.

Vários impactos identificados, toda essa região, e como estamos prevendo mitigar, controlar e monitorar, mesmo sendo uma atividade tão temporária, temos uma série de projetos que visam tratar desses impactos e impedir que aconteçam, minimizá-los ao máximo.

Os primeiros que apresentarei aqui estão relacionados à unidade de perfuração marítima e às unidades marítimas, ou seja, o que vamos fazer a bordo das unidades para garantir para que haja uma minimização de qualquer impacto que porventura possa acontecer.

Estamos falando, então, de projetos que são voltados para o correto gerenciamento dos resíduos gerados durante a atividade, o projeto de controle da poluição, o projeto de monitoramento de fluidos e cascalhos e o plano de gerenciamento de resíduos da atividade de perfuração. Todos esses projetos são voltados para garantir que haja esse correto gerenciamento de resíduos e haja também a destinação adequada para cada um deles de acordo com as suas tipologias.

Além desses projetos de gerenciamento de resíduos temos outros dois voltados para a fauna associados às unidades marítimas. O primeiro é o PMAVE, que é um projeto voltado para aves, que tem por objetivo dar qualquer tratamento que seja necessário para as aves que apareçam na unidade de perfuração e precisem de alguma assistência. Então, a ave aparece lá, pousou e está com algum problema na asa, por exemplo, aí encaminhamos essa ave para atendimento para que ela possa ser reabilitada.

Temos também o projeto de prevenção e controle de espécies exóticas invasoras que chamamos de PPCEX, esse projeto envolve a limpeza do casco de todas as embarcações envolvidas no projeto para que não haja disseminação de espécies exóticas invasoras.

Além desses projetos temos um outro conjunto, uma outra dupla, que um é o projeto de educação ambiental dos trabalhadores, que é voltado para os trabalhadores envolvidos nas atividades, que tem objetivo informa-los e capacitá-los para atuar de forma ambientalmente segura durante as operações. E o projeto de comunicação social, esse já não voltado só para os trabalhadores, mas sim para todas as partes interessadas na atividade.

Essa reunião de hoje é prevista no projeto de comunicação social, que é esse projeto que visa informar todas as partes interessadas e estabelecer canais de comunicação. Então, estamos aqui abrindo mais um instrumento, mais um momento de diálogo para que possamos discutir sobre a atividade no sentido de informar o que será feito, esclarecer dúvidas que se tenha sobre a atividade e esse é um espaço para que possamos fazer isso no âmbito do projeto de comunicação social.

Além desses projetos que comentei, também temos um outro grupo de projeto que chamamos de programa de monitoramento ambiental.

Esse grupo vai além das unidades marítimas de perfuração e de apoio e abrange diferentes tempo e espaços.

Aqui estamos falando de seis projetos diferentes que se complementam tentando promover todas essas ações de mitigação, controle e monitoramento daquilo que foi mapeado como possível impacto. Então, temos dois projetos que são voltados para o monitoramento da biota, a partir das unidades marítimas, então, teremos um profissional embarcado na sonda e um profissional embarcado em uma das embarcações de apoio para fazer o acompanhamento da biota.

Esses projetos preveem também o monitoramento da atividade pesqueira no entorno das unidades.

Isso também está previsto dentro desses projetos.

Além disso, temos o que chamamos de projeto de monitoramento visual com RUV. Esse projeto tem por objetivo inspecionar o fundo oceânico com o que chamamos de ROV, que é um robô operado remotamente, que vai até o fundo do mar e tira uma série de fotografias e faz algumas filmagens para que possamos saber o que tem no fundo daquele mar antes de iniciar a perfuração. É claro que já temos informações prévias lá do diagnóstico que comentei, mas esse projeto vai bem perto do início da atividade para verificar como é que estão as condições ali. Já fizemos isso para esse poço, já fizemos esse mapeamento que chamamos de pré perfuração e o que já obtivemos de resultado é que realmente nesse fundo marinho ali no entorno do

poço só temos sedimentos lamosos, ou seja, não tem nenhum grupo biológico, nenhuma formação biogênica de interesse.

Além disso, temos outros três projetos que são bem interessantes porque têm uma abrangência espacial e uma abrangência temporal bem maiores. Estamos falando agora de projetos que vão além agora da duração da atividade, estamos falando de projetos que têm duração estimada de dois anos. O primeiro deles é o PMID, que é o Projeto de Monitoramento Integrado Dedicado, que tem por objetivo fazer a observação da biota e fazer também o monitoramento da paisagem acústica, dos sons do oceano. Esse é um projeto que já foi iniciado, porque a ideia é que ele tenha dados antes da perfuração e está em andamento, a próxima campanha está prevista para agora novembro de 2022.

Além do PMID temos um projeto que é voltado para aves, esse projeto é executado em unidades de conservação de proteção integral do estado do Amapá, estamos falando de um projeto que também compreende ciclos sazonais, campanhas trimestrais e uma duração também de dois anos.

Esse projeto já foi iniciado também, já foram executadas duas campanhas justamente para que tenhamos o máximo possível de dados antes da atividade de perfuração.

Por último, temos o projeto de monitoramento de desova de tartarugas marinhas, que é um projeto que talvez alguns já tenham de alguma forma percebido, estamos desenvolvendo esse projeto em algumas praias arenosas do estado do Pará e o objetivo dele é de fato contribuir para esse conhecimento sobre desova de tartarugas marinhas aqui na região Norte do país. Então, são projetos de uma duração mais longa que contribuem de forma bastante interessante para o conhecimento do meio ambiente aqui na região.

Como esses projetos estão distribuídos no espaço? Vimos aquele outro mapa da área de influência e agora vamos ver esse mapa de abrangência dos projetos e como vemos esses projetos compreendem toda essa área de influência, então, estamos falando de projetos que se dão nos municípios de Oiapoque, de Belém, de projetos que se dão ao longo da região costeira, na região oceânica, na área do bloco, então, são projetos que de fato compreendem toda essa área de influência da nossa atividade.

Agora vamos falar um pouco sobre impactos potenciais, que são aqueles que estão associados a possíveis eventos acidentais que envolvam vazamento de



óleo e aí é importante ressaltarmos, como a Mayara comentou na apresentação dela, que o nosso principal objetivo é fazer essa perfuração de forma segura, então, temos uma série de medidas e ações que contribuem para que façamos essa perfuração de forma segura e assim evitarmos eventos acidentais.

Na história da Petrobrás, nesses quase 70 anos, não temos registro de nenhum evento de vazamento de grandes proporções nessa atividade de perfuração exploratória, que é essa fase de investigação, de busca por essas novas reservas.

Isso, associado ao nosso conhecimento técnico mostra como estamos preparados para atuar nessas águas profundas e ultra profundas seja na região do Amapá.

Como fazemos para analisar os impactos potenciais, com base em quê? Fazemos o que chamamos de estudo de modelagem de óleo, que é um estudo baseado em modelos matemáticos que consideram alguns dados de entrada, primeiro: informações sobre a região. Quais são as ondas, as correntes, as marés, como o mar se comporta, como são os ventos aqui? Isso é considerado.

Outro dado de entrada muito importante também é que tipo de óleo é esperado para essa região onde se pretende perfurar, então, quando juntamos tudo isso conseguimos avaliar como esse óleo se comportaria, caso houvesse um vazamento de óleo.

E claro, mais uma vez estamos falando nesse cenário de grandes proporções de um cenário remoto, mas ainda assim consideramos e fazemos essa avaliação justamente para balizar como vamos estar preparados para responder a qualquer evento acidental que aconteça. Fizemos isso para esse projeto FZA-M-59 e obtivemos os seguintes resultados: Esses são o que chamamos de mapas de probabilidade de presença de óleo, ou seja, caso ocorra um evento de grandes proporções o que se pode esperar em termos de comportamento de óleo. Então, quando pensamos nesses mapas pensamos em condições muito conservadoras na forma como eles foram gerados, então, estamos falando de um cenário acidental que não é provável de acontecer e para que fizéssemos a simulação consideramos que ele aconteceu e que não houve nenhuma ação de contenção por 30 dias, ou seja, condições de fato conservadoras para que possamos estar com um planejamento robusto para enfrentar a situação.

Quando olhamos aqui, esse mapa significa o quê? Nessa área azul maior, bem escura, estamos falando das menores probabilidades, então, estamos falando

de probabilidades menores do que 5% de presença de óleo e nas áreas mais vermelhas estamos falando das maiores probabilidades, então, estamos mostrando aqui que essas maiores probabilidades são oceânicas, o que significa que nosso planejamento de emergência vamos precisar pensar em como prover uma resposta, principalmente oceânica. Então, como vemos, não temos probabilidade de presença de óleo na Costa do Brasil e isso será importante para planejarmos essa nossa resposta emergencial no caso desse bloco específico.

Ali naquele outro mapa temos uma condição específica e consideramos isso nos estudos que é um período que chamamos de retroflexão, por isso que os resultados são diferentes e consideramos tudo isso no nosso planejamento.

Quais são os impactos potenciais identificados para um cenário em que isso ocorra? Geração de expectativas, o que aconteceu, por que aconteceu e o que será feito em relação a isso.

Interferência desse óleo com os fatores ambientais ali da região, enfim, a água, sedimentos, grupos biológicos. E o que temos para evitar ou mitigar esses impactos? O primeiro, temos um plano de gerenciamento de riscos. Como comentamos nosso principal objetivo é fazer essa perfuração com segurança, então, trabalhamos gerenciando qualquer risco da atividade com todo aquele conjunto de ações que a Mayara apresentou.

Temos também o que chamamos de Plano de Emergência Individual, que comentei com vocês quando falei do Estudo de Impacto. Nesse plano temos todas as ações que serão realizadas caso aconteça algum evento.

O projeto de comunicação social para garantir a correta e adequada comunicação sobre o evento.

Quando a gente pensa nesse plano de emergência, pensamos em uma estratégia para ver como vamos atuar caso ocorra esse evento que, ainda que raro, estejamos preparados para enfrentar. Pensamos, então, em diferentes níveis de resposta.

Um nível que é local, ou seja, aquela resposta imediata, inicial que vamos prover. É o que consideramos aqui nesse primeiro nível.

Num segundo nível pensamos em recursos regionais. O que posso trazer de outros projetos da Petrobrás para que seja incorporado nessa estratégia de resposta.

Por último, um nível que é corporativo em que tenhamos a possibilidade de acionar recursos em nível internacional para ampliar ainda mais essa capacidade de resposta. Tudo isso é considerado quando pensamos nesse planejamento.

Pensamos também num conjunto de estratégias, ou seja, já pensamos sobre níveis de atuação, o que terei localmente, regionalmente, o que terei de forma ampliada.

Pensamos também que estratégias podemos implementar nessa região para que seja dada uma resposta adequada?

Temos a contenção da fonte - todo vazamento precisa ter a sua fonte contida – o monitoramento do óleo, existem algumas estratégias para fazer o monitoramento, contenção e recolhimento, que é literalmente conter e recolher esse óleo. Dispersão química, que é uma ferramenta para você tratar esse óleo. Atendimento à fauna oleada, caso haja alguma interação dessa fauna com o óleo e atuação em águas internacionais. Isso aqui em função da localização do nosso bloco.

Considerando, então, aqueles níveis que comentamos, e essas estratégias, o que temos de recursos já para o FZA-M-59? Equipes treinadas, temos um grupo enorme que está capacitado para atuar em emergências, quatro embarcações equipadas, e mais uma reserva, ou seja, existem cinco embarcações capazes de desenvolver estratégia de contenção e recolhimento. Barreiras de alta eficiência a bordo de cada uma das unidades, então, estamos falando das cinco embarcações equipadas para fazer isso. Helicópteros, boias e balões para monitoramento. Então, é uma estratégia importante durante um evento e temos esses recursos disponíveis já para o FZA-M-59.

Recursos para queima controlada e dispersão química. São estratégias previstas e para sua execução é feita uma série de análises para garantir que sejam adequadamente realizadas e a base de atendimento à fauna oleada que aí tem um olhar voltado para a fauna. Isso em nível local, para aquela resposta inicial; em nível regional já estamos falando de todo um conjunto de estruturas que a Petrobrás dispõe em todo o país, para complementar essa resposta, estamos falando do nosso sistema de defesa ambiental, que tem o Centro de Defesa ambiental espalhados pela Costa brasileira, bases e postos avançados que contribuem com recursos em caso de algum evento e quando seja necessário.

Lembrando sempre, pessoal, que estamos falando de um evento raro quando falamos em eventos de grandes proporções. Esse é um ponto importante de se considerar, independentemente disso, a empresa está preparada para atuar.

Temos também a previsão de resposta internacional. O nosso bloco é fronteiro, então, precisamos prever essas estratégias de resposta internacional no nosso plano de emergência.

É importante destacar que existem regramentos que permitem que ações em andamento sejam continuadas, existem ainda instituições internacionais às quais a Petrobrás é filiada e que promovem e contribuem para que haja articulação necessária para essa resposta internacional e também ações de articulação institucional com outros países para garantir que eles sejam adequadamente envolvidos em qualquer evento que ultrapasse a fronteira brasileira.

Bom, era isso que tínhamos para apresentar. Espero que vocês tenham gostado. Estamos à disposição por meio desses nossos canais: 0800.728.9001 é o nosso 0800. Em caso de dúvidas adicionais, comentários, sugestões, vocês podem entrar em contato conosco por esse número. Existe também o Fale Conosco, que é o [faleconosco@petrobras.com.br](mailto:faleconosco@petrobras.com.br), o nosso site [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) e também o número de WhatsApp, que não recebe ligações, mas recebe as mensagens escritas e também pode auxiliar para tirar dúvidas, que é o 21 969402116.

Temos também aqui informados para vocês os canais do IBAMA.. A linha verde 0800.618080 e também o telefone da CEJEMAC, que é a Coordenação na qual o Ivan trabalha e que está responsável por esse processo de licenciamento, que é o 21 3077.4267.

Teremos na sequência um período de perguntas e respostas e seguimos à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Esse será o nosso momento.

Obrigada.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigado à Sra. Mayara e à Sra. Patrícia pela apresentação.

Agora passaremos para o momento de perguntas e respostas, que serão feitas a partir dos formulários escritos ou por meio de inscrição para perguntas de forma oral.

Quem quiser fazer perguntas por escrito pode fazê-lo por meio do formulário que será disponibilizado pelos nossos promotores, que estão identificados



com os coletes verdes da Petrobras e já se encontram nos corredores para entregar o formulário e caneta àqueles que desejarem. Pedimos que escrevam o nome e a pergunta de forma legível e, após o preenchimento, entreguem o formulário aos promotores.

Aqueles que desejarem realizar perguntas orais, por gentileza, levistem a mão para fazer sua inscrição. Os promotores lhe entregarão um número que representará sua posição na sequência de perguntas. O participante que receber o número 1, será o 1º a realizar a pergunta e assim por diante.

Vamos agora aguardar 10 minutos para que entreguem os formulários ou levistem as mãos para inscrição caso desejem realizar perguntas de forma oral. Após esse período, serão consideradas encerradas as inscrições para realização de perguntas.

Ainda tem alguém que gostaria de fazer perguntas escritas ou orais, por favor?

Neste momento encerramos as inscrições de perguntas. Agradecemos a participação e daremos início agora à sessão de perguntas e respostas em 5 minutos.

Pedimos que retomem seus lugares para darmos início à sessão de perguntas e respostas. Serão realizadas alternadamente perguntas orais e escritas.

Para as perguntas orais, eu falarei o número e a pessoa de posse do número deve se levantar, apresentar sua inscrição, se identificar e realizar a pergunta.

As perguntas realizadas de forma oral estão limitadas ao tempo máximo de 3 minutos. Dessa forma será garantido que todos os interessados possam se manifestar ao longo do evento. Uma contagem regressiva será colocada em tela para auxiliar o controle do tempo.

Para as perguntas escritas, lerei o nome da pessoa que realizou a pergunta e peço que levante a mão para podermos identificá-la. Somente após a identificação, será dada sequência à leitura da respectiva pergunta.

Para a sessão de perguntas neste momento convidamos ao palco também a Sra. Priscila Moczydlower.

Vamos agora iniciar a sessão de perguntas pelo participante que se inscreveu para realizar pergunta oralmente e está com o número 1 na mão. Favor se

levantar e apresentar o número para que o microfone seja levado até você. De posse do microfone, pode se apresentar e realizar sua pergunta em até 3 minutos e devolver o microfone para nossa equipe. Seguiremos essa dinâmica para as próximas perguntas também.

**A SRA. VOYNER** – Muito obrigada.

Sou Voyner, sou Professora do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará e, primeiro, quero dizer que fico muito feliz de ver como a Petrobrás está tratando ali. Estive na audiência pública de 2017 e a BP, como diz o pessoal lá de Mosqueiro, a bem dizer quase bateu 'na gente', de verdade, não é mentira.

Interessante também ver o conjunto de jovens aí na frente, é bacana isso, a BP era só gente da minha idade para cima. Isso mostra que 'a gente' deve estar trabalhando com gente sensível.

Achei muito bacana as apresentações, mas, assim, nas apresentações um conjunto... Quero lembrar que esse encontro de informação é resultado dessa audiência de novembro de 2017 para a qual fiquei até as 2hs da manhã com o Professor Gustavo, da qual nós compusemos a ata que foi lavrada e uma das indicações nessa reunião era justamente essas informações aqui.

Então, essa é uma reunião de informação e as pessoas tem que ser informadas são particularmente essas pessoas que estão aqui. Eles têm que ser informados do que vai acontecer. Então, gostei muito das apresentações, mas algumas coisas ficaram por serem esclarecidas e imagino que eles gostariam muito desse esclarecimento.

Primeiro de tudo, vocês disseram que fizeram um estudo de impacto do meio biótico, ambiental, falaram da fauna bentônica, da pesca, mas queria entender que dados vocês usaram e qual foi o resultado desse estudo de impacto. Por que pergunto isso? Porque não sabemos o quanto de peixe temos aí, não temos dados suficientes sobre a Costa brasileira, 'a gente' não tem dados de pesca nenhum na realidade no Brasil.

A segunda coisa, quais seriam esses impactos porque vocês disseram que fizeram o estudo do impacto, mas alguém viu alguma coisa do que vai acontecer se der algum tipo de problema? Não!

Uma coisa me chamou muita atenção, vocês disseram que num cenário horrível de vazamento de óleo. Já pensou vazamento de óleo e chegar lá na sua casa e a senhora não tirar o seu siri, o seu mexilhão, a senhora não conseguir pescar. Está certo que esse é um cenário muito extremo. Mas, vamos pensar que esse cenário aconteça. Vocês disseram que é muito distante, não é? Há 160 km do Oiapoque em linha reta para cá, nem chega para cá, mas estamos falando de pesca e pesca é uma atividade de captura, pesca não é uma coisa estática, ela na realidade se move, está se falando em peixe, é um animal que está se movendo, ele está andando de lado para o outro, o peixe que está ali no Oiapoque, que vocês dizem que é tão distante.... De onde é que vem a gurijuba que o senhor come? A piaba está aqui na Baía do Sol, então a pescada amarela, a gurijuba, a serra, e um conjunto de peixes que são adultos, que são lá pescados, vem se reproduzir aqui, aqui na Baía do Sol, ali em São Caetano de Odivelas, em Colares, e assim sucessivamente.

Tudo bem, é um cenário extremo? É um cenário extremo, mas veja, quem vai pagar com o seu modo de vida é a piaba que a senhora come, não é não? Quem vai pagar com seu modo de vida é o banho que o senhor toma lá na Baía do Sol, não é? Quem vai pagar com isso daí é a senhora poder amanhecer ali e olhar aquela vista bonita que não vai estar comprometida.

Então, realmente aquilo que eu gostaria muito de saber e que acho que é importante e de lisura desse processo, porque esse é um processo de informação, é quais os resultados desses estudos e que dados vocês utilizaram para chegar a esses resultados que, enfim, efetivamente não foram apresentados de impactos que iriam acontecer do ponto de vista socioeconômico.

Como última pergunta, as duas últimas em verdade. Vocês não fazem nenhum tipo de projeto sobre a valorização e a reprodução do modo de vida local? Porque se tem peixe aí é porque há milhares de anos a geração da mãe dela, da avó dela, dele, eles usaram esse ambiente, na troca com esse ambiente, esse ambiente é do jeito que nós o vemos agora, ele não é resultado apenas de bicho não, ele é resultado de gente também, não é verdade? É ou, não é? Ele é resultado de gente. Então, existe algum projeto que valorize o modo de vida dessas pessoas?

Por último, qual o valor desses projetos? Vocês colocaram os estudos de impacto, fica a pergunta: Qual o impacto? E vocês colocaram um conjunto de projetos

de estudo da fauna, da flora, das aves, qual o valor disso? Porque é verdade, a Petrobrás é uma empresa brasileira, mas de capital misto e aberto, então não estamos atendendo exclusivamente ao estado brasileiro, não é? E vamos lembrar sempre: quem vai pagar com a sua vida e o seu modo de vida, o risco corrido, são eles, sou eu, porque a minha vida não vai mais ser a mesma aqui em Belém.

Então, acho que são respostas importantes a serem dadas a eles, muito importante, e a mim também, como cidadã.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigada pela pergunta!

Bom, com relação aos estudos ambientais, eles foram realizados com base em dados primários, houve campanha de coleta de dados primários e com base nesses dados foram definidas áreas de pesca, então essas áreas foram analisadas considerando a área de atuação da nossa atividade, portanto, com isso, chegamos ao que estabelecemos como área de influência da atividade.

**A SRA. VOYNER** – Dado primário significa campanha, amostragem, e se não temos sequer na universidade um escopo intelectual capaz de fazer isso porque não tem dinheiro, eu não consigo ver a Petrobrás fazendo isso porque esses dados não existem.

Porque veja, você dizer a eles: “Vai melhorar tal coisa”, eu tenho que dizer: “Olha, era assim, teve o impacto, nós vamos fazer alguma coisa para voltar minimamente a ser dessa forma”. E vocês não têm os dados para dizer como é que é agora, vamos ser sinceros, isso tem que ser dito, isso vai acontecer, ou quem sabe não, a probabilidade de acontecer é imensa, vocês falam em cinco meses, isso aqui está na BP desde a década de 90, pessoalmente vi isso.

Hoje, só está fazendo buraco porque tem, e depois disso, vai ser petróleo o tempo inteiro saindo daí, então vamos ser sinceros porque quem vai pagar com o modo de vida sou eu, são essas pessoas. Você mora aqui em Belém? Você não vai pagar com o seu modo de vida, mas eu vou. Mas, querendo ou não, em algum momento vai chegar na tua vida também, pode estar certa disso, e se nós nos calarmos, não dissermos nada, é complicado. É o ribeirinho que paga com isso, é o modo de vida dele, e aí eu lhe pergunto: O senhor gosta de viver aqui? O senhor gosta de viver no seu modo de vida? Se ele mudar, vai ser bacana para o senhor? Não!



Para mim também não vai ser. Agora, para acionista da Petrobrás, da BP, estive em todos esses lugares, para eles vai ser ótimo. Agora, quem paga aquilo que chamamos de externalidade, quem paga o resultado desse processo que não estava previsto nisso daí, não é você, não são os acionistas, somos nós, isso tem que ser dito a eles. Talvez, vocês não possam fazer nada. Nada! E muito provavelmente não podem, mas pelo menos tem que ser dito sinceramente a eles.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, o impacto de interferência com a atividade pesqueira está estabelecido no licenciamento ambiental, então isso está previsto no nosso estudo, no estudo que foi apresentado e foi considerado, então essa atividade está contemplada pelo diagnóstico ambiental e foi tratado no âmbito da avaliação de impactos.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima questão?

Bem, agora vou ler as escritas, o bloco que me chegou tem quase o mesmo objetivo da resposta, é por isso que essa aqui vou fazer em bloco, está bom? As demais escritas irei ler de uma por uma.

Nelson Bastos: Quais as medidas compensatórias para as comunidades pesqueiras em caso de acidente e um período prolongado de interrupção da pesca artesanal?

Roberto das Graças: Se acontecer algum vazamento de óleo o pescador tem algum benefício?

Raimundo G. Oliveira: Se a safra do peixe falhar, a Petrobrás vai se responsabilizar?

Raimundo de Oliveira: Que benefícios, que garantias, diante dos problemas que surgirão, os pescadores terão?

Yasmim Rocha: De que forma haverá contrapartida da empresa para com as atividades pesqueiras que não poderão ter acesso ao raio de 500 metros da base da Petrobrás?

**O SR. IVAN BASSÈRES** – Desculpa, vou retornar à pergunta anterior porque acho que a pergunta anterior tocou em um assunto que não foi respondido

pela Petrobrás que é o impacto não previsto, o impacto de um potencial vazamento de óleo, um cenário acidental que não está previsto, acho que isso não foi tocado pela Petrobrás, não sei se a professora quer complementar alguma coisa, mas eu e minha equipe aqui tivemos a avaliação de que a resposta não foi completa por parte da empresa.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, com relação aos impactos decorrentes de um vazamento de óleo, eles foram previstos no estudo ambiental, como passei aqui de forma breve, mas eles estão previstos e detalhados no estudo; e no que tange à pesca, em caso de interação com a pesca, há previsão dentro do plano de emergência de ações de indenização da atividade pesqueira.

**A SRA. VOYNER** – Desculpa, o petróleo vazou não se sabe de onde, vazou o óleo não sabemos onde foi, ali no litoral Nordeste, o pescador ficou sem pescar, sem comer, sem trabalhar, quer dizer, uma resposta como essa sendo que eu vivo da pesca, convidaria vocês para irem passar um mês em São Caetano de Odivelas, na Baía do Sol, que você almoça com aquilo que você mariscou ali, e você não vai ter para mariscar, percebe? Pensa, você não tem supermercado para fazer compra para tua casa. Vai ser bacana? Vai ser bacana, não é? Só que sabe como nós pagamos? Com a força de trabalho. Então, nós vamos lá e mariscamos, e isso não é bucólico, nem é romântico.

É assim mesmo! O que o senhor almoçou hoje de manhã? Peixe no açaí! Olhem, nós nem falamos do açaí! Então, imagina, esse modo de vida vai ser comprometido, sei que essa reunião aqui é só porque lá em 2017 nós ficamos até de madrugada enchendo a paciência da BP e eles tiveram que cumprir isso, porque o Ministério Público disse: “Não, tem que cumprir”. Por isso estamos aqui, senão, nem aqui estávamos, vocês não iam saber que isso ia estar acontecendo na vida de vocês.

Não é sua culpa, por favor, não leve isso para o lado pessoal, mas esse é o fórum, é aqui que tem que se falar, essa é a minha responsabilidade na condição de cidadã, meu interesse, meu direito, na condição de cidadã.

Na fala dela, é uma pessoa cheia de inquietude sobre o conhecimento, é lindo, mas essa atividade é exercida por pessoas de carne e osso, e aí Patrícia, desculpa, sou professora do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca, sei do que estou

falando, é meu lugar de fala, mas vocês não têm dados, meu lugar de fala é de quem sabe que não tem dados. Não tem!

Então, qualquer dado, qualquer resultado que vocês apresentem aqui, é um resultado fictício, porque não temos.... Eu participei das campanhas de levantamento de estoque pesqueiro, aliás, nem no levantamento de estoque pesqueiro porque não conseguimos, mas de levantamento da pesca, do tipo de pesca, estoque, espécie, de toda a costa do Pará; isso há mais de dez anos, nunca mais aconteceu isso, não temos esses dados, esses dados não existem.

Então, veja, aquilo que vocês dizem que vão fazer, vocês não sabem como vão fazer porque vocês não têm esses dados para dizer aquilo que vocês vão fazer. Portanto, é importante dizer a vocês que eles podem estar muito bem-intencionados, cada um deles, a Patrícia, a Tamires, eles podem estar muito bem-intencionados, mas a Petrobrás não tem como resolver a vida de vocês, talvez não possamos fazer nada saindo daqui, muito provavelmente, mas vocês informados podem saber o que vão fazer quando saírem daqui, e isso tem que ser dito.

Então, para além de não ter os dados, de não responder, queria apenas chamar atenção que o vazamento não é o único tipo de impacto que tem, sabemos disso, tem água de lastro, tem as embarcações, aquela área do Amapá... é o que eu digo, se vocês andarem lá naquela área do Amapá, à noite, ela parece uma cidade, não é verdade? É uma cidade, a quantidade de barcos que sai daqui para lá, porque o recurso pesqueiro aqui já acabou, o recurso pesqueiro que tem agora é o recurso pesqueiro de resto, você não vai pegar mais uma pescada amarela enorme aqui, para pegar uma pescada amarela aqui você come lá em São Paulo, Rio de Janeiro, sei lá onde é que vocês moram, essa pescada amarela vai ser pescada lá, o pargo que lá nos Estados Unidos eles comem é pescado lá.

Portanto, essas pessoas se alimentam agora do resto dessa pesca, e até esse resto está em risco, porque não é apenas o vazamento que cria isso, água de lastro cria, ecossistema é uma coisa integrada, é uma coisa completamente integrada, você alterou uma coisa na cadeia trófica, mudou tudo, e o peixe se move; isso para não falar de outras questões.

Então, lamento gente, mexam-se, desculpa, mas mexam-se porque realmente vai chegar, e a vida de vocês não vai mais ser do jeito que era, e muito provavelmente não vai ser melhor, porque quem vai ganhar não vão ser vocês.

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Professora, obrigada por representar a sociedade, a senhora traz preocupações que são extremamente pertinentes, estamos aqui para isso mesmo, para conversar e dialogar, esse que é o propósito dessa reunião.

Vou puxar apenas uma das falas importantíssimas que a senhora trouxe naquele vazamento nas praias do Nordeste, que se a senhora lembrar foi justamente a Petrobrás que foi acionada pela Marinha para ajudar ali nos planos de contenção e de recolhimento; só queria trazer esse exemplo que a senhora trouxe que foi excelente justamente porque temos uma robustez de resposta e emergência que é fundamental, e a Patrícia mostrou as rotas específicas, o estudo de impacto ambiental que é robusto, se formos fazer uma apresentação apenas sobre o estudo de impacto ambiental vai ser longa, vai levar mais do que as duas horas da manhã que a senhora mencionou ali.

O Ivan havia mencionado também que o estudo pode ser solicitado via requerimento ao Ibama, as informações podem ser solicitadas via requerimento ao Ibama, correto? Entendi corretamente?

**O SR. IVAN BASSÈRES** – Você fala do estudo do diagnóstico ambiental?

**A SRA. MAYARA MARTINS** – É, do estudo de impacto ambiental.

**O SR. IVAN BASSÈRES** – Em 2014, quando o Ibama recebeu solicitações de licenciamento na época da BP, da Total e da Queiroz Galvão, atual Enauta, e agora parte desses blocos foram transferidos para a Petrobrás, solicitamos um diagnóstico ambiental de caráter unificado dessas três empresas, que pegasse essa região aqui, tanto da costa do Amapá, quanto da costa do Pará, e pouco mais além, justamente pela falta de dados que tínhamos,

Lembrando que o escopo do licenciamento ambiental é realmente particular, buscamos a maior quantidade de dados possíveis para avaliar os impactos que as atividades submetidas a nós possuem, e esse estudo, enfim, ele foi, como a Mayara falou, desenvolvido em 2015, está disponível no site do Ibama, como falei, ele



pode ser consultado, depois posso até passar o número, enfim, para discutirmos também sobre o que esse estudo tem ou o que ele não tem, quais os pontos que precisam ser complementados, por exemplo, não é?

Mas, acho que essa fala diz respeito tanto então aos impactos potenciais, aos vazamentos, como a própria operação da atividade, a questão do trânsito de embarcações, sabemos que o bloco está muito lá no Norte, mas como foi tocado aqui na apresentação, existe o trânsito de embarcações de apoio e de emergência, aqui desde o Porto de Belém até a área do bloco, e é por isso que é a região do salgado paraense, então tudo isso faz parte da área de influência, aí acho que a Petrobrás poderia falar um pouco melhor sobre as medidas que são propostas para mitigar os impactos dessa área de influência pelo componente pesqueiro, e estamos falando não apenas do potencial, que como a Patrícia falou, é passível de indenização, porque aí realmente é uma coisa que não tem como reduzir, é um dano, uma externalidade, mas tem também a questão dos impactos da operação regular da atividade, que acho que podemos abordar isso aqui.

Vou passar a palavra ao Gabriel Carvalho que trabalha conosco aqui no Ibama, é da equipe de análise desse processo, ele vai falar também.

**O SR. GABRIEL CARVALHO** – Boa tarde a todos, queria agradecer muito a presença de vocês.

Bom, primeiro, agradecer muito as contribuições da Professora Voyner, ela esteve muito atuante também em 2017, e mais uma vez aqui trazendo contribuições muito relevantes, pertinentes e enriquecendo muito o debate.

Quero fazer uma pontuação sobre um ponto que a professora trouxe em relação a esse momento aqui que estamos participando. Normalmente, no processo de licenciamento ambiental temos o momento dos estudos e tal, da audiência pública, e depois o Ibama acaba decidindo ou não pela emissão da licença, muito, muito, muito resumidamente seria isso, não é?

Desde quando começou esse processo, temos uma preocupação muito grande com a participação social, com a consulta pública, com o acesso à informação, então o Ivan trouxe um pouco na apresentação dele as reuniões preparatórias da audiência pública, ou seja, para as pessoas conseguirem, principalmente as partes

interessadas, no nosso caso aqui, como estamos falando do mar, muito ligado aos pescadores, mas não apenas aos pescadores, também pesquisadores, órgãos ambientais, ONGs, enfim, todas as partes que identificamos como interessadas, para se fazer reuniões antes da audiência pública.

Fizemos as audiências públicas, e no caso desse processo, acabou por uma série de questões, estendeu-se muito o tempo de decisão, se ia ter licença ou não, porque, enfim, teve a pandemia, teve uma mudança de operadora, e tivemos o entendimento de que era preciso, mais uma vez, nos colocarmos publicamente, pessoalmente, nas comunidades, especialmente nos locais onde os impactos são mais diretos, no caso, fomos ao Oiapoque e agora estamos aqui em Belém.

Então, quer dizer, essas reuniões já eram previstas no licenciamento ambiental, elas são reuniões do PCS, estão acontecendo em todos os municípios da área de influência, e fizemos questão de que existisse um momento mais ampliado, um diálogo mais aprofundado, especialmente aí nesses locais, principalmente para tentar melhorar sempre a participação, e reforço que temos os contatos, podemos passar de novo, para que contribuições possam ser feitas inclusive depois desse momento, e que o diálogo seja sempre aberto com toda a sociedade.

Obrigado!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima questão? Até porque são inúmeras questões escritas e verbais, está bom?

Vou pedir permissão para ler novamente aquele bloco, o único que é em bloco, para que vocês possam responder.

Nelson Bastos: Quais as medidas compensatórias para as comunidades pesqueiras em caso de acidente e um período prolongado de interrupção da pesca artesanal?

Roberto das Graças: Se acontecer algum vazamento de óleo, o pescador tem algum benefício?

Raimundo G. Oliveira: Se a safra do peixe falhar, a Petrobrás vai se responsabilizar?

Raimundo de Oliveira: Que benefícios, que garantias, diante dos problemas que surgirão, os pescadores terão?

Yasmim Rocha: De que forma haverá contrapartida da empresa para com as atividades pesqueiras que não poderão ter acesso ao raio de 500 metros da base da Petrobrás?

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigada a todos e todas pelo conjunto de perguntas.

Bom, de acordo com o nosso estudo de impacto ambiental, em caso de algum evento acidental envolvendo vazamento de óleo e, conseqüentemente, alguma interrupção da atividade pesqueira, esses pescadores e pescadoras serão indenizados, e aí de acordo com os tempos e regramentos aplicáveis à situação.

Com relação aos possíveis demais impactos associados à atividade rotineira, em que não estamos falando de evento acidental, é importante pontuar que, primeiramente temos toda uma logística operacional para sempre buscar otimizar o número de deslocamentos das nossas embarcações, de modo que possamos ter sempre de fato o menor número de embarcações fazendo esse trânsito. Hoje, temos a previsão de três viagens semanais de embarcações que utilizarão as rotas preferenciais já existentes a partir do porto de Belém, que já é um porto operacional e intensivo na sua utilização.

Então, essa é uma ação mitigadora das nossas atividades.

Com relação à área do bloco, não há previsão, de acordo com os estudos ambientais, de restrição da atividade de pesca ali na região, existe o raio de fato de segurança, mas não foi identificada interação com atividade de pesca ali, de acordo com todo o mapeamento que foi realizado.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima pergunta?

Diga apenas seu nome, por favor.

**A SRA. RAIMUNDA DE OLIVEIRA** – Meu nome é Raimunda de Oliveira, faço parte da Federação dos Pescadores do Pará, sou Presidente da Colônia de

Pescadores Z-10 de Icoaraci, aqui tem a Z-9 e acredito que tenham outras colônias aqui, e é isso que quero colocar aqui.

Em 2017, professora, também fizemos parte, entramos pela madrugada, nós estamos lá, assinamos aquela ata, é só procurar verificar que nós assinamos.

Mas, o que observo aqui é que faltou mais articulação da empresa, não sei de quem, para mobilizar, porque o número de municípios que vi lá, que vão ser afetados, esses municípios não estão aqui, e aí como é que vamos ficar? Fora, sem saber do assunto, da discussão?

Então, acredito que faltou mobilização por parte da empresa para que esses municípios.... Lá em 2017 deu plenária cheia, eles estavam a par, estavam participando, e não estamos vendo esse público aqui.

Então, era isso que queria colocar, orientar essa parte, sobre esses outros municípios que também serão afetados, porque não estão aqui presentes?

Portanto, faltou mobilização por parte da empresa que articulou aqui a reunião, a audiência pública.

Obrigada!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Bem, nós temos uma ordem de inscrição, temos uma numeração, temos aqui as inscrições escritas, eu teria que dar continuidade, então pode responder.

Então, vamos seguir a nossa reta, o nosso caminho, vamos seguir a nossa numeração, mas pode responder, por favor, Patrícia.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Obrigada! Obrigada Senhora Raimunda!

Bom, com relação à mobilização, o que estamos fazendo? Como apresentamos no início desse encontro, estamos realizando reuniões informativas nos municípios da área de influência da atividade, então são 18 municípios colocados nessa área de influência, portanto, estamos realizando 18 reuniões, uma em cada município.

Então, desde o dia 31 de outubro estamos em uma espécie de caravana de realizações de reuniões, por isso que hoje esse público está mais reduzido. Por



que? Porque ele está focado no município de Belém; ontem, por exemplo, estivemos em Curuçá, amanhã estaremos em Ananindeua, já passamos por Colares, Santo Antônio do Tauá, outros municípios ali da região do Marajó, então Soure, Salvaterra, já passamos por esses municípios.

Portanto, é por isso que a estratégia agora, no âmbito do projeto de comunicação social é um pouco diferente dessa que foi feita para a audiência pública, a senhora está correta em observar isso.

Obrigada!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – A próxima pergunta será pelo participante que está com o número 02, por favor, levantar a mão e apresentar o número, para que o microfone seja levado até você. De posse do microfone, pode se apresentar e realizar sua pergunta em três minutos.

**O SR. LUCAS** – Olá, boa tarde! Sou o Lucas, oceanógrafo da UFPA, trabalho lá com pesquisa junto com dois professores, e tenho algumas questões na verdade.

Uma delas a professora Voyner já trouxe que é com relação aos dados, quais dados que a Petrobrás está utilizando para embasar todos os estudos que ela está apresentando, e falar, particularmente de dois dados.

Um é o hidrodinâmico, falando enquanto oceanógrafo, porque esses dados que compuseram o estudo de impacto ambiental, como o representante do Ibama disse, foi apresentado em 2015, e foram utilizados dados de 2013, e que já estão completando 10 anos; e aí, lembrando da fala da professora Voyner, as coisas nos ecossistemas marinhos e nos terrestres, principalmente nos marinhos, em que não temos barreiras geográficas tão bem estabelecidas, não são estáticas, elas são extremamente fluidas, e totalmente mutáveis; e falando em uma defasagem de dados de quase 10 anos, tenho certeza que provavelmente, quando fizermos esse estudo de novo, teremos resultados diferentes, pode ser que os resultados que sejam entregues não sejam tão discrepantes daqueles, mas com certeza serão diferentes.

Outra questão é que aquele modelo que foi apresentado o foi para dois períodos, levamos em consideração *El Niño* e *La Niña* ou não levamos em consideração eventos meteorológicos que afetam também essa dinâmica oceânica?

Além disso, trazer algumas outras questões, a Patrícia falou que foram demarcadas áreas de pesca, é isso, não é? Essas áreas de pesca, na verdade, eles fogem do termo, mas o termo que deveria ser utilizado seria territórios. E por que eles fogem do termo território? Porque isso enquadraria na OIT, na Convenção nº 169, e aí eles precisam fazer consulta prévia, que não é o que está sendo feito antes da perfuração dos blocos.

Estamos aqui com uma reunião informativa, não com consulta prévia, que inclusive foi solicitado já pelo MPF e ainda não foi atendido, então além disso, além dos dados defasados, e aí pergunto: Por que não estamos fazendo consulta prévia? Por que não estamos atendendo ao que o MPF solicitou?

Aí, aproveitando esses 15 segundos, apenas para dizer que as coisas realmente não são estáticas e os problemas da pesca não vão afetar apenas aquelas cidades da passagem do navio, os peixes migram; e aproveitando para falar de migração, um dos problemas que não estão previstos lá e a professora Voyner falou rapidamente, é em relação à água de lastro.

Então, gostaria de perguntar como é que a Petrobrás está lidando com esse problema – que é um problema – para trazer espécies invasoras que vão afetar diretamente a cadeia produtiva deles, como vimos no caso do camarão da Malásia que também não está sendo previsto lá.

Era isso! Obrigado!

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, com relação aos estudos de modelagem hidrodinâmica e de óleo, vou convidar o representante da empresa Prooceano, para que possa endereçar a questão.

**O SR. GABRIEL** – Olá a todos, meu nome é Gabriel, sou oceanógrafo, trabalho na empresa Prooceano, e fomos responsáveis pelos estudos de modelagem hidrodinâmica e de óleo para esse empreendimento.

Lucas, obrigado pela pergunta. Bom, para podermos explicar um pouco sobre esse estudo, modelagem de dispersão de óleo que é uma das ferramentas para diagnosticar o impacto de um potencial vazamento, utiliza como base, como a Patrícia introduziu brevemente, os dados de corrente, informações de corrente de vento, então as informações de corrente vêm de modelos hidrodinâmicos que são basicamente

software, programas de computador, que simulam as correntes em uma determinada região.

Você fez duas perguntas sobre esse modelo, não é? Uma que você perguntou sobre os dados para embasar essa modelagem hidrodinâmica, lembrando que foi um estudo feito em 2015, referente ao ano de 2013; dessa época até hoje, tivemos duas atualizações nesses estudos, a primeira atualização é referente à avaliação desse modelo, desde essa época até hoje, como você falou, são mais ou menos seis anos, desde a primeira elaboração, tiveram já alguns outros projetos de coleta de dado, que são a principal fonte de avaliação do modelo hidrodinâmico.

Um desses projetos chama-se Projeto Costa Norte, ele foi feito entre 2016 e 2020, realizado em parceria com a Universidade Federal do Pará, e teve como um dos enfoques a coleta de dados oceanográficos na região Pará-Maranhão e foz do Amazonas; um dos dados coletados nesse projeto foram dados de derivadores, que são equipamentos que são como boias, feitas para simular a dispersão do óleo ou seja, você vai ao local, em pontos específicos onde você quer estudar, lança esse equipamento no mar, ele tem uma transmissão por satélite, coleta dados também de temperatura, e ele vai derivando, com essa deriva temos uma indicação de onde, se o óleo fosse vazado ali naquele ponto, seria a tendência de deriva desse objeto.

Com isso, podemos comparar com os dados tanto do modelo hidrodinâmico, que pela diferença de deslocamento desse objeto, temos informação de corrente de velocidade, quanto também avaliar os resultados de óleo, isso foi feito para esses dados de 2013, nesse modelo de 2013, foram feitas campanhas mensais, ou seja, todo mês uma equipe aqui da UFPA saiu lançando em seis pontos diferentes da bacia da foz do Amazonas, sendo um deles na região do bloco em questão, FZA-M-59.

Então, foram campanhas mensais, foram campanhas em uma extensão inédita para cá, e esses resultados foram muito usados para avaliar os resultados de modelagem de dispersão de óleo, foram apresentados tanto ao Ibama quanto ao Ministério Público, uma vez que o estudo foi questionado, e esses dados corroboram os resultados apresentados nesse primeiro estudo, no que se refere às tendências de probabilidade, todos os resultados, todos os dados de derivadores, estão dentro

daquela mancha de probabilidade que a Patrícia apresentou, isso reforça a validade desse estudo.

Aproveitando, queria falar um pouquinho sobre esse estudo de dispersão de óleo, aqueles mapas de probabilidade, o que eles representam. Aquele estudo ali, embaixo tinha assim: 300 simulações para um período, 300 simulações para o outro. Isso quer dizer que ao longo de cinco anos de dados que nós usamos, sendo um ano de modelagem hidrodinâmica e cinco anos de dados de vento, simulamos 600 vezes aquele evento acidental, ou seja, para um dia específico, nós simulamos, se o óleo vazou no dia, vamos dizer, 03 de março de 2013, o que vai acontecer? As condições meteoceanográficas, as condições de corrente de vento naquele dia vão conduzir o óleo para determinado local, vão fazer uma deriva específica; dois dias depois, faz outra simulação com outra combinação de corrente de vento, para onde vai essa simulação? Aí, é um outro resultado. Depois de 600 simulações, que é um número bem grande, que consideramos suficiente para representar bem a variabilidade, ou seja, as diferentes combinações de correntes de vento, de maré, temos regiões que em havendo o acidente, o vazamento, onde tem mais chance, onde tem mais probabilidade de ir.

Ou seja, o objetivo desse estudo é indicar áreas de mais probabilidade, de maior chance, ou menor chance, da ocorrência de presença de óleo, e isso dá uma robustez grande e tivemos esses dados do Projeto Costa Norte para reavaliar esse modelo, dados mais recentes, derivadores lançados entre 2018 e 2019.

Fora esse dado de derivadores, tivemos também um novo dado de corrente, teve um fundeio, que é basicamente uma âncora lá no fundo com um cabo de aço e uma boia em superfície, com equipamentos ao longo de toda a coluna d'água para coletar dados de corrente, temperatura e salinidade, desde o fundo até a superfície; esses dados foram coletados entre setembro de 2016 e setembro de 2017, lá no ponto do FZA-M-59, em uma região com uma lâmina d'água próximo a três mil metros.

Esses dados também foram usados para avaliar essa modelagem que foi feita em 2015, ou seja, avaliar a representação da corrente ao longo de toda a coluna d'água, e essa avaliação foi feita agora há pouco, e esses dados também corroboram a validade, a representatividade desse modelo.



REUNIÃO INFORMATIVA (Belém-Pa) – ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA BLOCO FZA-M-59  
PROJETO AMAPÁ ÁGUAS PROFUNDAS – Proc. Nº 02022.000336/2014-53 - NOV/22

Uma última informação é que esse estudo também foi solicitado para ser refeito, e ainda que esse primeiro estudo seja válido para esse propósito desse diagnóstico de potencial impacto, fomos solicitados e refizemos esse estudo com a atualização de informações de vento, de batimetria, enfim, uma atualização do estado da arte de modelagem hidrodinâmica de óleo e já foi entregue também para apreciação do corpo técnico do Ibama, que está entrando também nesse processo de licenciamento.

Quanto à representação da variabilidade interanual, que você falou do *El Niño* e *La Niña*, como falei rapidamente aqui, para compormos essas 600 simulações que são usadas para compor esses mapas de probabilidade, usamos uma combinação de cinco anos de dados de vento, então consideramos que além da variabilidade sazonal, infrasazonal, diurna, também consideramos uma variabilidade interanual, e contempla períodos de *El Niño*, *La Niña*, e períodos neutros;

Lucas, espero ter respondido às suas perguntas, se quiser continuar a conversa é só falar.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – A Senhora Priscila Moczydlower vai também dar um aparte a essa resposta, por favor.

**A SRA. PRISCILA MOCZYDLOWER** – Boa noite Lucas, o meu nome é Priscila, eu trabalho na área de responsabilidade social da Petrobrás, queria te agradecer por você ter trazido aqui a pergunta sobre a consulta prévia aos povos tradicionais, temos aí a oportunidade de darmos mais detalhes a vocês.

Então, queria primeiro lembrar que a consulta prévia foi feita nesse processo de licenciamento na etapa de consulta pública que ocorreu nos anos de 2016 e 2017, portanto, foram feitas mais de 40 reuniões setoriais com diferentes comunidades e povos, inclusive os povos indígenas do Oiapoque que são citados especificamente nesse ofício do Ministério Público Federal que você citou.

A Petrobrás assumiu esse processo de licenciamento em 2020, e não há exigência no processo de licenciamento de nova consulta aos povos tradicionais, é importante lembrar também que se fala da questão de protocolo de consulta aos povos indígenas, mas lá atrás esse protocolo não existia, ele foi criado em 2019, o que

acontece é que apesar de não haver essa exigência, a Petrobrás valoriza, respeita e acha extremamente importante mantermos o diálogo com os povos tradicionais.

Por isso, vamos sim fazer uma nova reunião com os povos indígenas do Oiapoque, essa reunião já está sendo agendada em articulação com a coordenação da CCPIO que é o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque, e deve estar sendo marcada para as próximas semanas.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Podemos passar para a próxima questão?

Lucas, sua pergunta foi respondida?

Um minuto para a réplica.

**O SR. LUCAS** – Na verdade, essa solicitação existe e foi feita pelo MPF, não estou encontrando agora aqui o documento para eu ler, mas ela foi feita ao Ibama, e aí gostaria de direcionar a pergunta ao representante do Ibama que é: Se o MPF está cobrando e a Petrobrás está dizendo que não está sendo cobrada, em que par estamos disso?

Vou ler, achei aqui o documento, e aí peço mais do que um minuto para isso, por favor.

O documento é endereçado ao Ibama, faz aquelas considerações iniciais, e diz:

**LÊ:**

**“Que não executem avaliação pré-operacional, bem como em relação ao Ibama, que não conceda a licença de operação para a Petrobrás no bojo do processo de licenciamento ambiental da perfuração do bloco, da bacia da foz do Amazonas, enquanto...”**

Aí, tem o item 2:

LÊ:

**“O disposto na Convenção nº 169 da OIT, artigo 6º, não foi devidamente cumprido através da realização de consulta prévia, livre, informada e com boa fé aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessadas, devendo ser estritamente observados, inclusive ao respectivo protocolo de consulta e consentimento, elaborado pelas próprias comunidades impactadas”.**

Aí, faço um adendo dizendo que comunidade tradicional não é apenas os indígenas lá do Oiapoque ou os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos, os caiçaras, todos são inclusos dentro de comunidades tradicionais, e por que não estamos fazendo essa consulta para eles? Ou será que estamos? Não sei! Estão fazendo consulta com vocês? Marcaram alguma reunião de consulta onde teve uma ata que vocês assinassem ou coisas do tipo? Pois é, mas o MPF solicitou, e aqui está endereçado até 02 de setembro de 2022.

**O SR. IVAN BÄSSERES** – Oi Lucas, boa noite! Boa noite a todos novamente.

Bom, esse ofício chegou até o Ibama, este já respondeu, nós já até incorporamos elementos desse ofício no nosso último parecer de análise, justamente das atualizações da Petrobrás nesse processo, e um dos pontos inclusive tocou justamente na modelagem que já foi aqui contemplada, mas de fato, com dados novos que sabemos que foram coletados de modelagem, solicitamos que a Petrobrás rodasse uma atualização dessa modelagem, e aí em breve devemos analisar esse relatório dessas atualizações.

Com relação à Convenção nº 169 da OIT, de fato, temos o rito do licenciamento ambiental que prevê justamente esse momento de consulta pública, que foi o que tentei colocar na minha apresentação, por meio de audiências públicas, fizemos até um pouco diferente lá em 2016 com as reuniões setoriais, por entender que é uma área de nova fronteira, e que precisa de uma relação diferente com a comunidade, e de, enfim, uma informação maior, uma abertura maior de canais de consulta e de articulação mesmo.

Então, esse processo já vem com esse diferencial, vamos dizer assim, não só esse, o outro processo também que já analisamos da foz do Amazonas, ele veio com esse diferencial das reuniões setoriais.

Temos enfrentado diversos questionamentos sobre a aplicação da Convenção nº 169 da OIT dentro do licenciamento ambiental, e nesse momento, de fato, a posição institucional do Ibama, a partir de uma consulta feita à Procuradoria Federal junto ao Ibama, é de que o processo ainda carece de alguma regulamentação pelo governo brasileiro, e que até o momento ele ainda não é da alçada do licenciamento ambiental.

É sempre bom lembrar que assim, o licenciamento ambiental é uma ferramenta muito importante, mas ele também tem as suas limitações, como falei na minha apresentação, desde antes já temos um processo aí de leilão de blocos pela ANP, então quer dizer, são vários processos que culminam, do governo que eu digo, com essa perfuração ou não, por exemplo, que estamos tratando aqui, mas que culminam com esse projeto, e é preciso regulamentar essa consulta para entendermos qual o momento, qual a forma adequada de fazer.

O entendimento acabou sendo esse, de que não se aplica, mas que ele é, vamos dizer assim, próximo da audiência pública que nós realizamos, quer dizer, a audiência pública não tem o escopo fechado em uma comunidade, mas ele é o mais ampliado possível, tanto é que quando realizamos audiência pública, realizamos em três localidades para o caso dos 59 em outras três localidades, para o caso dos blocos 57 e etc. dá o total.

Enfim, sabemos que a audiência pública tem um escopo mais ampliado, e por isso também às vezes acaba não sendo tão direcionado, mas é um instrumento que temos hoje à disposição do licenciamento ambiental. Em paralelo, nessa ida ao Oiapoque já recebemos também consultas semelhantes pelos povos do Oiapoque a respeito de uma consulta.

É isso, estamos tentando abrir esses canais, mas esse momento aqui hoje é uma reunião informativa, já tivemos esse momento de consulta lá em 2017.



Não sei se respondi a sua pergunta da melhor maneira possível, mas é de fato algo que já enfrentamos e essa foi a resposta que o Ibama deu ao Ministério Público.

Ficou faltando também a questão da água de lastro, que acho...

**O SR. LUCAS** – Queria falar, prometo que vou tentar não monopolizar muito aqui, mas é porque.... Então, essa consulta não vai ser feita? Essa consulta prévia? O que mudou de setembro, quando o Ministério Público solicita essa consulta para agora, novembro, quando ela aparenta não ser mais necessária?

Entendi que “Ah, não vai ser consulta prévia, mas estamos fazendo reunião informativa”, mas é importante dizer que existe uma coisa extremamente distante entre reunião informativa e uma consulta prévia, e a principal diferença que existe entre uma e outra é porque assim, aqui agora nós podemos falar e tudo, e estamos falando, mas falarmos aqui dentro de uma reunião informativa não garante nada, que tudo que viemos falar será levado em consideração, precisamos de uma consulta prévia justamente pelo poder deliberativo que ela tem. E aí, como é que não vai ser feito? O que mudou de setembro para agora para que a solicitação do MPF não seja atendida?

**O SR. GABRIEL CARVALHO** – Boa tarde Lucas e toda a plenária, não é uma questão...se o Ivan concordar, enfim, não é uma questão de mudança de entendimento ou não, existe um entendimento do MPF de que a consulta, seguindo os padrões da Convenção nº 169 da OIT, deveria ser seguida e o Ibama-Brasília, a diretoria de licenciamento, tem o entendimento de que não cabe ao Ibama fazer a consulta da Convenção nº 169 da OIT.

Então, esse momento aqui não está relacionado à solicitação do Ministério Público, está relacionado ao entendimento da nossa coordenação de que é extremamente importante fazer com que o acesso à informação chegue às comunidades, mas não temos, vamos dizer assim, a nossa coordenação, o poder de decidir: “Não, vamos seguir esse padrão”.

Portanto, temos esse entendimento de que a Convenção nº 169 da OIT não deve ser cumprida pelo Ibama, esse é um entendimento da diretoria de licenciamento

ambiental, e existem esforços da nossa coordenação de aumentar a participação social e o acesso à informação às comunidades.

Apenas para deixar claro, não tem uma relação direta entre a solicitação do Ministério Público com esse momento ou com as consultas que já aconteceram antes. E aí, só em relação àquilo que a representante da Petrobrás falou, aquelas consultas que aconteceram, as reuniões preparatórias de audiência pública e a própria audiência pública também não têm relação com a Convenção nº 169 da OIT, elas têm relação ou com obrigações legais, no caso da audiência pública, ou com essa iniciativa da nossa coordenação de tentar otimizar esse processo.

Então, as reuniões preparatórias não foram um processo de consulta, seguindo os padrões da Convenção nº 169 da OIT, não tiveram esse propósito porque não podemos ter, segundo o ordenamento que temos do Ibama-Brasília, da diretoria, enfim.

Espero ter respondido.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima pergunta?

**O SR. LUCAS** – Ainda não!

Queria concordar, realmente não cabe ao Ibama seguir os protocolos de fazer a consulta prévia, segundo a Convenção nº 169 da OIT, isso – fazer a consulta prévia – quem deve fazer isso é a Petrobrás, o que o Ibama deve fazer é exigir que isso seja cumprido, que isso seja feito, conforme o Ministério Público já solicitou, e não é dizer que existe um protocolo para que a consulta prévia seja feita.

Existe um mecanismo que diz que as comunidades elaborem um protocolo de como elas gostariam de ser consultadas, mas não é sobre isso a minha pergunta, não é sobre o porquê de não estarmos seguindo esse protocolo que as comunidades elaboraram porque é lógico que muitas dessas comunidades ainda não têm protocolos, a pergunta é: Por que não estamos fazendo consulta prévia?

**O SR. IVAN BÀSSERES** – Bom, enfim, como eu disse, o Ibama já recebeu esse ofício do Ministério Público, acredito que a Petrobrás também tenha recebido, não sei qual foi o teor da resposta que a Petrobrás apresentou, como o Gabriel colocou, realmente o teor da resposta do Ibama ao Ministério Público foi esse, de que

não há uma convergência de entendimentos entre o Ministério Público e o Ibama, de que não cabe ao Ibama fazer.

Não sei se a Petrobrás quer comentar.

Ainda ficou pendente a questão da água de lastro, de bioinvasão.

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, com relação à água de lastro, a informação que tenho aqui no momento é que vamos seguir as regulamentações, os requisitos, que existem para gerenciamento da água de lastro.

Então, isso vai ser adequadamente seguido, e caso haja alguma dúvida adicional, vocês podem nos acessar e aí podemos esclarecer com mais detalhes posteriormente.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Não, nós temos o próximo aqui, está inscrito e com a plaqueta na mão, amigo, me desculpe, eu apenas sigo uma orientação, me perdoe meu amigo. Foi dado um tempo para inscrição, escrita, verbal.

Posso dar continuidade com a próxima pergunta?

Bem, a próxima pergunta é a escrita, de número 02, depois é a sua, verbal de número 03, está bem?

Vamos para a próxima pergunta, agora escrita.

Raimunda Moraes de Mosqueiro, está presente? Porque se não estiver presente, não vou ler a pergunta. Está presente, ok.

A Raimunda Moraes de Mosqueiro pergunta: Porque o nosso combustível é tão caro?

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Raimunda, obrigada pela pergunta, é uma curiosidade de muita gente, não é?

O preço do combustível leva em consideração vários fatores, aí imagina se der certo esse projeto, vamos tirar o petróleo lá de baixo e isso tem um custo elevado, além disso, incidem diversos impostos e, enfim, ele é multifatorial.

Então, o preço da bomba, podemos verificar, tem um site que mostra isso bem, [www.precos.petrobras.com.br](http://www.precos.petrobras.com.br), e ali tem várias informações bem visuais, fazem com que tenhamos um panorama desse preço da forma que ele sai da Petrobrás e aí

vai passar por todos os outros processos, os postos de gasolina que vão vender, e tem outras coisas associadas ao preço.

Portanto, aí nesse site conseguimos ver o preço médio que sai, então a Petrobrás tem uma política de preço que é razoável para o investimento que ela faz, e para se manter uma empresa sustentável, e aí a senhora, enfim, todo mundo, tem acesso a esse tipo de informação: [www.precos.petrobras.com.br](http://www.precos.petrobras.com.br).

Obrigada pela pergunta!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima pergunta? A pergunta foi respondida?

Agora, vamos para a pergunta oral de número 03, chegou a sua vez. Bem, por favor, apresente-se e realizar sua pergunta, conforme a dinâmica estabelecida, já quebrou algumas coisas, mas vamos colocar o nosso cronometro de três minutos e agradeço a sua compreensão e colaboração.

**O SR. ANTÔNIO RIBEIRO** – Boa noite a todos!

Primeiro, que desde 2013 acompanho esse processo da foz do Amazonas, e quando a Total lapidou e ganhou esse campo, estive presente na apresentação do presidente da Total e do cronograma, estava previsto para 2018 o primeiro óleo; quatro anos se passaram e não conseguimos tirar uma gota de óleo; quatro colocando aí, se tivéssemos uma expectativa pessimista de 180 mil barris de petróleo por dia, que é a produção de uma plataforma em média, o Pará e o Amapá deixaram de receber seis bilhões de reais de royalties, e outras participações especiais; seis bilhões.

É urgente a necessidade de trazermos essa atividade econômica, porque essa região precisa. Quantas escolas, quantos postos de saúde, quantos outros benefícios sociais, essa região poderia ter tido nos últimos quatro anos com o dinheiro dessa atividade que conheço muito bem.

Primeiro, moro em Belém, sou professor universitário da UEPA em Belém, vivo os meus últimos 20 anos acompanhando a atividade de óleo e gás, não tem ecossistema mais sensível do que a região de Mangaratiba, Angra dos Reis, onde a atividade é na frente, nunca se registrou nenhum tipo de impacto para qualquer que seja as atividades econômicas, principalmente dos pescadores; pelo contrário, se tem



uma série de compensações que ajudam na renda dessas famílias, nas famílias dos pescadores, pois acompanhei vários projetos com a Shell, desenvolvendo atividade diretamente de renda para as famílias dos pescadores, na época de defeso, entre outras.

Segundo, destacar que hoje nessa região aqui amazônica, trafegam mais de 30 mil pequenas embarcações, essas embarcações consomem diesel e esse diesel é despejado in natura em água de motor, em lavagem de descarga. Então, já temos naturalmente uma contaminação que não é contabilizada; quando vemos a atividade de petróleo, vamos ter uma atividade regulamentada, acompanhado o monitoramento sistematicamente, que hoje não tem.

Hoje, ninguém vai fazer pesquisa porque é caro, e a atividade de óleo e gás permite você fazer diariamente, pois quem vai cobrar é a Agência Nacional do Petróleo, quem vai cobrar são os órgãos ambientais. Então, você tem ali monitoramento, inclusive hoje está tudo transparente, basta ir até a ANP que você tem o monitoramento de tudo que acontece com a atividade de petróleo.

Portanto, gostaria apenas de saber porque isso nos interessa, aqui na região, é: Como previsto em lei, as atividades de exploração contemplam o conteúdo local, então gostaria de saber se a Petrobrás está prevista atender os índices de conteúdos locais na contratação de todas as atividades necessárias para a campanha exploratória aqui na região da foz do Amazonas.

Obrigado!

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Oi professor, obrigada pela sua colocação!

Sim, a Petrobrás atende a todos os itens e percentuais de conteúdo local, que são exigidos pela agência reguladora.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Professor Antônio Oliveira, a sua pergunta foi respondida?

Então, vamos agora para a pergunta escrita.

Luiz Otávio da Belemtur, está presente?

Luiz Otávio da Belemtur: Belém foi escolhida como base de apoio ao processo e cidade para onde serão trazidos os resíduos gerados na operação. Já há

empresas identificadas facilmente para efetuar esse descarte? Ou estas serão ainda desenvolvidas e homologadas com essa finalidade?

**O SR. GABRIEL CARVALHO** – Apenas um pequeno esclarecimento que gostaria que a empresa tivesse feito, mas, enfim, para responder ao professor em relação a esse cálculo que ele fez, de 2018 para cá, é muito importante entendermos que a primeira coisa, vamos dizer que a Total tivesse conseguido responder por todos os problemas do processo de licenciamento delas e tivesse conseguido de fato a licença para perfurar; primeiro, que é preciso descobrir o óleo, e sabemos que o percentual de acerto é relativamente pequeno, mas vamos considerar que ela teve sucesso exploratório, ela descobriu o óleo e que ele esteja em condições comerciais, acho que valeria até a empresa fazer aqui um esclarecimento em relação ao percentual de sucesso exploratório que se prevê para essa atividade ou genericamente para outras atividades, enfim, como ela achar melhor de esclarecer. Mas, vamos dizer que ainda assim, controle o comercial, quanto tempo você tem para iniciar a produção?

Então, precisamos ter esclarecimento em relação a isso porque isso gera expectativa nas pessoas, portanto, esse cálculo de quantos milhões, bilhões, chegariam aos Estados precisa ser relativizado e precisamos dosar isso porque estamos falando em geração de expectativa. Por que isso? Porque isso gera migração, crescimento desordenado das cidades, especulação imobiliária, uma série de impactos negativos relacionados à geração de expectativas, fora os impactos decorrentes do cenário de produção que são outros impactos, inclusive para se fazer a produção tem um outro processo de licenciamento ambiental, por que? Porque temos impactos decorrentes desse que é muito diferente do cenário de exploração.

Então, aqui nós discutimos os impactos relacionados à perfuração, portanto, para se fazer na produção, você tem uma série de impactos relacionados à produção que precisam ser discutidos com a sociedade. Na minha opinião, inclusive, a política energética deveria ser discutida com a sociedade, mas aí é outra questão.

**O SR. IVAN BÄSSERES** – Obrigado Gabriel!

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Vou apenas endereçar então o questionamento do Gabriel.

Gabriel, muito obrigada, você fez bem em consolidar o que havia no nosso slide que apresentamos, as interações com o IBAMA, os processos específicos. Então, assim, enquanto fronteira exploratória, temos os índices de sucesso como são a média geral.

Portanto, estamos falando que precisamos descobrir petróleo e isso foi bem imposto no Oiapoque também, ficou bem consolidado por lá, essa é uma atividade temporária, em que estamos buscando descobrir petróleo e temos uma chance de sucesso associada, da ordem de 15 a 20%, conforme a literatura que versa sobre essas oportunidades.

Obrigada!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Luiz Otávio, vou repetir sua pergunta da Belemtur.

Luiz Otávio da Belemtur: Belém foi escolhida como base de apoio ao processo e cidade para onde serão trazidos os resíduos gerados na operação. Já há empresas identificadas facilmente para efetuar esse descarte? Ou estas serão ainda desenvolvidas e homologadas com essa finalidade?

**A SRA. MAYARA MARTINS** – Muito obrigada Senhor Luiz Otávio!

Vou endereçar então essa pergunta ao meu colega Marcelo que é gerente dessa parte operacional.

**O SR. MARCELO** – Boa noite Luiz Otávio, tudo bem? É um prazer estar aqui com vocês!

De forma bem objetiva, as empresas estão sim selecionadas, e elas farão parte de todo o nosso processo de cadeia logística e de cadeia de gestão de resíduos do projeto.

Então, estamos falando dos resíduos que serão trazidos aqui para Belém, passarão por toda a separação, alguns deles serão incinerados, e essas empresas já estão sim sinalizadas para que consigamos iniciar essa operação o mais rápido possível.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Gostaria de saber o seguinte, essas empresas já existem? Já estão homologadas? Já estão devidamente definidas ou ainda serão

homologadas? Ainda estão em análise, se elas atendem satisfatoriamente a tudo que a Petrobrás vai necessitar para que esse descarte seja feito de forma correta?

**O SR. MARCELO** – Elas já estão definidas, e o no nosso entendimento são empresas que atendem aos nossos requisitos.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos passar para a próxima questão?

Luiz Otávio, sua pergunta foi respondida com sucesso?

Vamos agora à pergunta oral de número 04, quem estiver com a plaqueta de número 04, por favor, se identifique com seu nome, e o relógio está na tela.

**O SR. PEDRO RIBEIRO** – Boa noite a todos, sou Pedro Ribeiro lá de Cachoeira do Arari, não sou professor e nem aluno, sou pescador, hoje estou no Conselho Pastoral dos Pescadores, e convivo diretamente com os pescadores.

Hoje, é lamentável que aqui nessa reunião tenha mais técnicos do que pescadores, isso é muito lamentável, acho que essa estratégia, o fundamento dela é direcionado aos técnicos e pescadores também porque os pescadores na verdade para nós ultimamente foram colocados umas situações direcionadas, que uma vez coloquei um desafio a um técnico: Quer discutir situações do pescado? De maré? Eu proponho que pegue um barco em Icoaraci, faça toda uma despesa e vamos embora discutir colocando a rede lá fora, colocando a rede para malhar, para fazer essas coisas. Aí sim, vamos tirar uma conclusão cientificamente na realidade, para depois passar para o papel.

Mas, o que eu queria trazer aqui é o seguinte, já foi falado sobre a questão da água de lastro, e dizer que no nosso corredor, para a empresa, não tem hora, tem minutos marcados, para os pescadores não tem hora, é 24 horas lá no mar; quando vem um, já tem o outro lá ocupando o mesmo espaço. Ultimamente, tem tido muito acidente, e dentre esses acidentes, ninguém é culpado, as empresas não são culpadas, é um monte de protocolo criado, que aquele pescador que levou anos trabalhando para construir um barquinho de pesca para poder operar por ali, o seu apetrecho de pesca, e vem um navio, um barco maior, detona, e depois fica por isso mesmo. Não tem segurança!



Quando se fala em perfuração do poço de petróleo na foz do Rio Amazonas, quem manda é o capital, nós só estamos aqui para cumprir tabela, infelizmente tenho que dizer isso. Só estamos aqui para cumprir tabela! E os pescadores lá de Cachoeira do Arari para estarem aqui, para eu estar aqui hoje, gastei quase 300 reais, e vim na missão porque faço parte da Pastoral dos Pescadores, senão não teria vindo.

É lamentável que dizer que vamos receber seis bilhões por ano, e o que o pescador vai levar desses seis bilhões? Dessa produção? Eu moro em Cachoeira do Arari e aí a SEMA deu o licenciamento junto com o Ibama para a produção de arroz, em uma área que é alagada, que a empresa joga agrotóxico o dia todo, e esse agrotóxico vai pelos rios, onde os pescadores estão operando, que não é a mesma coisa que estamos fazendo aqui, mas é idêntico, aí os pescadores não têm mais peixe para pescar, e o arrozeiro lá produz milhões de toneladas por ano.

É o tal do desenvolvimento econômico e social que o capitalismo manda, então a nossa preocupação aqui hoje...sejam bem-vindos os bilhões, os trilhões, mas qual é a cota-parte destinada a pescadores artesanais, aquelas comunidades tradicionais, aqueles territórios da pesca que serão afetados?

Coloco um desafio: as primeiras comunidades afetadas serão as da costa do Marajó, se houver um acidente. Estou dizendo isso porque sou pescador, tenho 64 anos, tive cinco naufrágios e graças a Deus não morri.

Mas, dessas questões de correntes marinhas entendemos um pouco porque vamos para lá sem bússola, sem navegador, sem GPS, e voltamos, fronteira, vamos lá para o Oiapoque.

Infelizmente, temos que dizer isso, o mais fraco é o lascado, e vocês estão certos, vocês estão na defesa da empresa, vocês estudaram para fazer isso, vocês estão sendo pagos para fazer isso, vocês não estão aqui porque vocês querem, é porque vocês estão sendo pagos para vir aqui; e aí é um enrolação dizer que não sei o quê, e deixa e tal, o Ibama joga para a Petrobrás, a Petrobrás joga para a Total, a Total joga para outro, mas na verdade a nossa Petrobrás hoje está cheia de acionista internacional, é por isso que o petróleo está caro, é por isso que nós pescadores não conseguimos ainda o subsídio do combustível; nós não temos dados para conferir as

coisas, mas somos produtores de alimentos desse Estado, já comprovado, mais de 50% da população, somos o segundo produtores de alimentos.

Por isso não gosto muito de vir para essas reuniões, porque nos cortam logo quando mexe na ferida. Muito obrigado!

**A SRA. SOCORRO AGUIAR** – Nas leis brasileiras nós queremos direitos iguais, quando é para o lado do pobre, dependendo do negócio, quando é para falar muito, logo é cortado, você não pode falar muito, você tem que calar, enquanto bem sabemos, por exemplo, a quantidade de brasileiros...

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Eu não cortei, eu apenas disse que o cronômetro virou três vezes, são três minutos e ele teve quase dez.

**A SRA. SOCORRO AGUIAR** – São apenas esses que serão afetados? Não minha gente, é a comunidade inteira e até mesmo vocês, porque vocês...quando o professor fala em bilhões, tenho certeza que ele com os bilhões que ele tem, sem peixe, sem comida, mesmo assim ele ainda morre porque não é dinheiro que ele come, ele come o que os pescadores produzem, o que os agricultores produzem, é por isso que nós lutamos com todas as forças que temos, para ver se pelo menos vocês deitam a cabeça de vocês no travesseiro e pensem nisso, que não é só dinheiro que vale nessa vida não, vocês precisam comer, e tenho certeza que aqui, talvez vocês não plantem um pé de chicória, ou talvez vocês nem saibam que existe chicória.

Então, precisamos pensar realmente que não é apenas o dinheiro que vai falar, agora, é o que o Pedro está dizendo, nós estamos aqui falando igual abestado, porque nada que falarmos aqui vai ser levado em consideração, o capital vai falar mais alto, vai acontecer a abertura do petróleo e nós vamos ficar...talvez rindo da nossa cara após saírem daqui. Agora, dizer que o pescador não vai ser afetado minha gente é até vergonha falar isso; e talvez, até a título de informação, escrevam o que estamos falando aqui porque se Deus o livre acontecer um negócio desse, aí quero saber como é que vocês vão selecionar os pescadores, porque até o direito que eles já conseguiram vão perder.

Vai lá onde derramou o óleo perguntar se aqueles pescadores têm algum direito garantido. Não têm! Vai em Altamira ali, que foi um pedacinho do rio, vai perguntar a necessidade que aquele povo está passando, a miséria que aquele povo

está passando lá. E o Ibama precisa pensar muito bem quando for dar uma licença a qualquer empreendimento de grande porte.

Nós acreditamos fielmente que vocês precisam sim levar em consideração a fala dos bobos, dos patetas, que estão aqui, que vêm aqui para bater palma, não é? Para bater palma e sacudir cabeça igual taracanga, talvez vocês não saibam nem o que é taracanga, mas aí vocês precisam pensar que depois de vocês vêm os filhos de vocês, os netos de vocês, e que vão precisar disso aqui, vão precisar da água, pois vocês já viram alguém sobreviver sem água? Vão precisar da sua alimentação para viver, minha gente.

Pensem nisso, para que vocês possam, no mínimo deitar a cabeça de vocês no travesseiro e dizer que vocês não contribuíram para a grande desgraça de uma grande população brasileira, que são os mais pobres, esse povo pode não ter a mesma competência para falar tecnicamente como vocês falam, que é tanta coisa, tanta coisa, que não sabemos nem o que significa, o que sabemos é que vamos ser prejudicados, isso nós sabemos, infelizmente não temos poder, porque aqui você pode ter certeza que se um de nós sair daqui com a perna da calça enrolada e falar sobre isso, que vai prejudicar o pescador, e se vier um de 1,70, óculos escuros ali, todo emperquitado, nós já nem existimos, se perguntar quem passou aqui: Passou aqui um homem de perna da calça dobrada? Só vai saber se passar um todo emperquitado ali.

Então, pensem nisso quando vocês forem fazer essas grandes defesas de grandes projetos que só visam dinheiro, e vocês e nem nós comemos dinheiro.

**A SRA. GISELE** – Boa noite! Sou Gisele da Petrobrás, e queria esclarecer ao Seu Pedro de Cachoeira do Arari que estava programada uma reunião informativa como essa, especificamente ao município de Cachoeira do Arari, como a Patrícia explicou, porque estamos fazendo uma reunião em cada município da área de influência, convidando todas as partes interessadas, principalmente os pescadores, e aí fizemos toda uma mobilização para realizar essa reunião no dia três de novembro, mas tivemos um imprevisto com a balsa que levaria a equipe da Petrobrás e da Veritas até a comunidade, a balsa não funcionou naquele dia, e não tivemos como fazer a reunião.

Mas, já estamos fazendo toda uma articulação para irmos à comunidade e de fato fazemos essa reunião informativa, sem a necessidade de deslocamento do pessoal da comunidade para Belém, a nossa equipe que vai até a comunidade para fazermos toda essa dinâmica aqui, todo esse processo de respostas, de esclarecimentos de dúvidas, e de diálogo com a comunidade.

Obrigada!

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Podemos? Vamos para próxima pergunta escrita.

Senhor Pedro, tudo tranquilo? Foi respondida a sua pergunta? Ok.

Pergunta escrita do Senhor Nelson Bastos, está presente? Ok.

Nelson Bastos: Sendo um grande empreendimento, com grande poder de devastação, por que não foi feita consulta prévia e informada?

**A SRA. PRISCILA MOCZYDLOWER** – Oi Seu Nelson!

Como já respondi anteriormente ao Lucas, a etapa de consultas desse procedimento de licenciamento foi lá atrás em 2016, 2017, quando foram ouvidas diversas comunidades, feitas diversas reuniões e audiências públicas, essa etapa andou, o processo migrou de uma operadora para a Petrobrás, e não há exigência nesse processo de licenciamento de que se faça nova consulta tudo de novo. É um processo que segue os trâmites do licenciamento ambiental.

É importante também enfatizarmos que estamos falando aqui do processo de licenciamento e perfuração de um poço, ninguém está discutindo agora a produção de petróleo, instalação de plataforma, porque como a Mayara explicou, esse é um processo que tem várias etapas, primeiro temos que perfurar um poço, temos que constatar a presença de óleo, tem uma chance de isso acontecer, daí vai se desenvolver um projeto, isso demora de cinco a dez anos, lá na frente, se tudo der certo, se for constatada a viabilidade técnica e econômica de produção, vai ter um novo projeto, vamos solicitar um novo licenciamento ao Ibama, quanto a isso não tenha dúvida que vai ser feito todo o protocolo de consulta a todos os povos tradicionais impactados por esse grande empreendimento, mas no momento estamos falando da perfuração de um único poço, e que a etapa de consulta pública já foi concluída.



**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Ok? Posso passar para a próxima pergunta? Respondido?

Bem, vamos agora para a pergunta verbal de número 05, que por sinal, é a última verbal, e depois é a última escrita, é o que tenho aqui. Estamos dentro do nosso horário.

Então, vamos agora para a pergunta verbal de número 05, onde está a plaqueta? Quem recebeu? Por favor, amigo, o seu nome e qual é o órgão ao qual você pertence?

**O SR. GUSTAVO** – Meu nome é Gustavo, sou professor do curso de Oceanografia da UFPA.

Tenho várias perguntas, vou tentar ser objetivo, mas lembrando aí que foi falado novamente que foram feitas as consultas livres, prévias e informadas, mas o MPF está dizendo ao contrário.

Aí, queria começar fazendo uma pergunta ao Ibama. Primeiro, queria na verdade dizer o seguinte, o professor para falar na verdade sobre pesca, precisa trabalhar com pesca, e aí uma pessoa vir falar aqui, que é professor de universidade, que pescadores artesanais não são afetados por empreendimentos de extração de petróleo, no mínimo não fez um google e quanto menos estuda o assunto, porque se fizer um google vai ver que têm vários acidentes que acontecem, quanto mais quem estuda o assunto. Essa é a questão 1.

A questão 2, queria perguntar ao Ibama o seguinte: Por que está se deixando entrar esse processo no caso de excepcionalidade, com sete anos de processo de licenciamento, sendo que o normal são cinco, sabendo-se, inclusive pelo parecer que vocês fizeram recentemente e que eles já responderam, mas que não foi respondido tudo, tanto que eles ainda vão fazer outras simulações, sabendo-se que existem vários problemas nesse processo de licenciamento, por que vocês estão deixando entrar em um caso de excepcionalidade? Por que está se chegando a esse caso?

Segunda pergunta: Quando é que vai se incorporar a esse estudo, não apenas a questão da OIT, em que a consulta livre, prévia e informada é uma das situações, mas tem o Decreto nº 6040/2007, e também algo que foi aprovado em

2020, que é o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que não foi incorporado porque o estudo de vocês é antigo, que inclusive incorpora também as recomendações do Decreto nº 6040/2007 de proteção ao modo de vida ribeirinho, que não é apenas a questão da consulta livre, prévia e informada, mas a proteção de território tradicional que não é apenas feito com a questão do consentimento livre, prévio e informado, mas é feito por meio inclusive de previsão de impacto nesses territórios a partir do projeto de empreendimento.

Vocês fizeram os impactos de alguns desses territórios de pesca com relação ao trânsito de embarcações, mas por que não fizeram em relação ao impacto sinérgico, já que existem outros trânsitos de outras embarcações? Vocês não fizeram impacto sinérgico, sendo que vocês cortam ao meio vários territórios de pesca no trânsito com essas embarcações. Não fizeram também o impacto desses territórios com relação ao impacto de recursos pesqueiros, caso aconteça um derramamento perto da região dos recifes, se lá for afetado, vai afetar recursos pesqueiros como a piramutaba que muitos pescam, que é bicho de recife; e provavelmente vai afetar também recursos pesqueiros e consequentemente território tradicional das comunidades de pesca, e isso não tem no EIA/RIMA de vocês. Quero saber quando é que vocês vão incorporar isso? Porque olhei o EIA/RIMA de vocês e isso não tem.

Outra questão: Em 2017, estava no processo de licenciamento, o Ibama ainda não havia chegado a um ponto pacífico com relação ao uso de dispersantes químicos, e vi que isso na apresentação está, o uso de dispersantes químicos está aqui, quero saber se já chegaram a um ponto pacífico com relação a isso. Vai usar dispersante químico, inclusive quando chegar derramamento perto das regiões ao redor do arrecife que não é tão longe lá da região da extração?

Inclusive, esse processo de excepcionalidade, vocês sabem tanto quanto eu que gera um conjunto de problemas, entre eles a não incorporação de um conjunto de coisas, entre eles ficar defasado com os dados do IBGE inclusive, que ano que vem sai mais, inclusive essa questão de não ter incorporado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, mas também a inclusão do tamanho real dos arrecifes no estudo, que está seis vezes menor do que os dados mais recentes publicados, isso também não está. E quero saber quando é que vocês vão incorporar isso também nesse estudo.

Outra questão que gostaria de dizer, a última questão: Vocês fizeram mapeamento de território de pesca por cidade, no estudo de impacto ambiental de vocês, e aí é uma pena que o Ibama não estava lá em Santo Antônio do Tauá, eu estava lá e os pescadores lá indicaram várias áreas de pesca que não estão contempladas na circunscrição que eles fizeram das áreas de pesca, eles tratam como área de pesca, mas é território, eles não quiseram tratar como território porque entra no Decreto nº 6040/2007, na OIT e também no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro aqui, e esses dados também, pelo jeito, estão subestimados com relação à delimitação de território tradicional. Infelizmente, vocês não estavam lá e não viram eles falarem desses lugares que eles vão pescar que não estão na delimitação deles. Aí, quero saber quando é que vocês vão atualizar, inclusive os dados. Primeiro, quais são esses dados? Porque nós da Academia não temos acesso a esses dados de delimitação de território tradicional, que somos doidos inclusive para ter esses dados, para fazer os trabalhos com as comunidades de pesca, que inclusive por reconhecimento de território tradicional.

Queria saber primeiro que dados são esses que nós não temos? E segundo, quando é que vão atualizar, sendo que pelo jeito, pelas consultas que estão sendo feitas, não contempla o território real dessas comunidades?

Obrigado!

**O SR. IVAN BÀSSERES** – Obrigado Gustavo! Foram várias perguntas, direcionadas a vários de nós.

Vou começar comentando a questão da excepcionalidade do processo que tardou muito tempo, desde a sua abertura, ainda está tardando, ainda não chegamos a uma conclusão, ele se iniciou, como falei, em 2014, e é um tempo muito mais estendido do que costuma de ser, de fato, primeiro, pelo fato de ser de uma área de nova fronteira, então é um tempo que não comparamos com o tempo de licenciamento de uma área mais consolidada como o Sudeste, mas de fato uma das razões por estarmos aqui é justamente essa, o tempo levado desde o início do processo, uma necessidade de checagem dos dados, desse processo todo de participação, como comentamos, a Petrobrás também, esse processo de transferência da titularidade envolveu em algum momento uma pausa, uma paralisação desse processo, e aí logo

depois também veio a pandemia; aí, de fato, durante a pandemia, o Ibama até suspendeu os prazos processuais e tal.

Então, tudo ficou parado por um ano, mas sim, de qualquer maneira é um tempo maior do que o normal, e o que se justifica pelo fato de ser em uma nova fronteira, mas de qualquer maneira isso nos preocupa e por isso é que solicitamos algumas atualizações, e validação de algumas informações que já haviam sido apresentadas. Isso foi posto no nosso último parecer, a empresa já respondeu, ainda não tivemos a oportunidade de analisar esse novo documento, até porque estamos aqui e queremos trazer as contribuições desse processo, dessas reuniões que estamos podendo acompanhar, trazer para essa análise que vamos fazer.

Têm algumas que não sei se foram direcionadas ao Ibama, mas não sei se a Luiza está aí, de repente ela pode falar um pouco melhor, salvo engano, quem regula o uso de dispersantes químicos é o Conama, então acho que depois de 2017 é que saiu uma nova regulamentação sobre o uso de dispersantes. Vocês querem falar sobre isso?

**A SRA. PATRÍCIA ROSA** – Bom, vou dar continuidade à questão da dispersão química, acho que é importante que lembremos que o nosso plano de emergência é pensado para atender todo e qualquer cenário acidental, e nesse bloco em específico, estamos falando de um bloco fronteiriço, então precisamos considerar no nosso planejamento todas as estratégias possíveis de serem adotadas, considerando essas possíveis diferentes abrangências. Portanto, existem regulações que precisam ser aplicadas, cada país tem a sua forma de conduzir a questão e nesse sentido, o nosso plano de emergência precisa sim prever todas as estratégias possíveis.

Com relação à dispersão química, para que essa decisão seja tomada, primeiro, seguíamos pela resolução Conama que trata do assunto, então a dispersão química não é de modo geral a estratégia no prioritária, a estratégia prioritária é contenção e recolhimento, para isso que temos os quatro barcos mais um barco reserva com barreiras de alta eficiência, que dão conta desse cenário típico aqui da região; essa é a nossa estratégia prioritária. Então, esse conjunto de estratégias precisa ser considerado no plano de emergência, e é por isso que tratamos sim de todas elas no plano.



Com relação às estruturas de fundo, às formações biogênicas, o grande sistema recifal amazônico, temos sim considerado todas as publicações que vêm saindo para as nossas análises de risco, e até para o nosso planejamento de emergência, então isso está considerado sim no estudo de impacto ambiental, não digo necessariamente no estudo original, mas à medida em que fomos respondendo pareceres técnicos, fomos fazendo novas análises, essas publicações estão contempladas, e acho que um ponto que é importante ressaltarmos, como a Mayara colocou e já colocamos em algumas oportunidades, estamos nessa fase que ainda é a fase que chamamos de investigação exploratória, em que pretendemos perfurar esse poço, à medida em que avancemos, em caso de sucesso, nesse processo de AIP, de exploração e produção, avançamos também nos projetos ambientais, vamos complexificando e diversificando esses projetos ambientais, porque como o Gabriel do Ibama colocou, os possíveis impactos vão se alterando.

Então, isso também é considerado ao longo do processo de licenciamento, também vamos modificando os projetos à medida em que as fases vão modificando do processo de exploração e produção. Portanto, considerando essa questão temporária, esse engajamento, essa preocupação da Petrobrás com a prevenção de eventos acidentais, temos o conjunto de eventos esperados, então temos um plano de emergência robusto, temos dentro do nosso projeto de comunicação social, como coloquei nesse processo específico, temos um técnico embarcado na unidade de perfuração, e temos um técnico embarcado em uma das embarcações de apoio, justamente para fazer um monitoramento da atividade pesqueira.

Portanto, são ações que vamos desenvolvendo considerando essa fase específica do projeto, que é essa temporalidade de curta duração. No caso, por exemplo, de uma produção, que é o que já fazemos ali na Bacia de Santos, na Bacia de Campos, ou mesmo já fez ali na Bacia Potiguar, temos um projeto de monitoramento do desembarque pesqueiro. Por que? Porque aí já estamos falando de uma atividade permanente de produção, então mudamos também o tipo de projeto que vai ser desenvolvido, então nós passamos a ter projetos de mais longa duração, que vão dar conta desses impactos que são de mais longa duração.

Então, isso também é importante ponderarmos, que esses projetos também vão se modificando ao longo do tempo, os estudos também vão se atualizando ao longo do tempo, portanto, esse ponto é bem reforçarmos e lembrarmos, trazer para a

nossa memória aqui que realmente estamos falando dessa primeira etapa, e só para fechar, a Petrobrás também vem considerando no seu planejamento, estamos dispostos a fazer esse investimento, estamos trabalhando para isso, está em nosso planejamento estratégico, e estamos começando com essa etapa de perfuração exploratória, mas estamos olhando para a frente. Em caso de sucesso, como é que vamos fazer isso sempre da melhor forma possível?

Portanto, já estamos pensando no que podemos ter de PID, como é que podemos organizar essa logística, para que possamos sempre contribuir para uma nova geração de projetos, que pense essa atividade de exploração e produção considerando todos esses aspectos que estão sendo trazidos aqui hoje, por exemplo.

Então, é importante termos isso em mente, a Mayara comentou que a Petrobrás é uma empresa em constante transformação, estamos acompanhando as discussões que estão acontecendo no mundo, estamos acompanhando as discussões que são trazidas a partir de diálogos que temos estabelecido, de encontros como esse, de audiências públicas que temos feito ao longo do país inteiro, e temos buscado incorporar essas concepções, essas considerações, contribuições, no desenvolvimento dos nossos projetos de modo que possamos pensar de uma forma sempre ambientalmente mais adequada e de forma sustentável para os nossos projetos.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Respondida a pergunta, professor Gustavo?

**A SRA. LUIZA** – Boa noite Gustavo! Sou a Luiza do Ibama, tudo bem?

O senhor questionou sobre o uso de dispersantes na área de coral, apenas retificando, a Conama sobre uso de dispersantes é a 472 de 2015, de pronto falei errado, então peço desculpas.

A Conama proíbe o uso de dispersantes em área de coral, então assim, por mais que a empresa tenha a possibilidade de uso, primeiro, não é a primeira resposta da empresa, a primeira resposta sempre é a contenção e recolhimento, falo isso porque é o que está dentro do plano de emergência então o que está sendo avaliado é isso; e segundo, a possibilidade de uso de dispersante tem que seguir a Conama,

então de acordo com a Conama, ela teria que fazer uma árvore de avaliação, e não poderia de maneira nenhuma utilizar em área de coral porque é proibido. Respondido?

**O SR. GUSTAVO** – Então, em parte sim! E nessa resolução que a senhora falou, diz que não pode ser usado a dois quilômetros, não é, dos recifes de corais a questão dos dispersantes, só que como no estudo de impacto ambiental está previsto um tamanho de recife menor do que aquele registrado já cientificamente agora, e há de se convir que é necessária uma atualização em relação a isso porque senão vai prejudicar as ações que estão previstas pela empresa no PEI, não é isso?

**A SRA. LUIZA** – A princípio sim, mas nos baseamos nas informações que temos atualmente, então assim, a princípio o que se tem atualmente são essas informações, e coloco muito claramente, caso o senhor tenha essas informações, tenha como comprovar, o senhor pode a qualquer instante protocolar essas informações no Ibama, e isso vai entrar sim no processo de avaliação do licenciamento. Esse processo ainda está correndo.

**O SR. GUSTAVO** – Eu tenho dúvida, agora me foge até porque não é muito a minha área, mas acho que essa nova atualização dos corais é de qual ano? Porque acho que tiveram dois momentos em que eles entraram no processo, inclusive a segunda publicação que mostrava ele com uma área maior, também foi considerada, mas reafirmo, não é a minha área, então tenho dúvida. Apenas gostaria de saber o ano dessa publicação para conseguirmos localizar e registrar para ver se está sendo considerada ou não.

**O SR. GABRIEL CARVALHO** – Em 2021 tem publicação e eles entraram com um processo, inclusive com denúncia no MPF, eles mesmos inclusive que publicaram, que fizeram essa publicação, fazendo essa denúncia de que está seis vezes menor o tamanho do que está previsto e registrado cientificamente.

Então, na própria denúncia eles fazem a denúncia e ainda citam os trabalhos que eles são publicados, eu posso inclusive, se vocês quiserem, reencaminhar esse trabalho para vocês.

Agora, é isso, o estudo que está há sete anos, que está enterrando no caso de excepcionalidade, não incorpora o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, não está de acordo com o Decreto nº 6040/2007, não está atualizado com a questão do

tamanho dos recifes de corais, e não está atualizado com os dados mais recentes que virão do IBGE ano que vem. Dá nisso, dá em um estudo que está cheio de problemas.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ok? Podemos continuar?**

Bem, nós encerramos aqui as cinco perguntas verbais, e agora vou fazer a última escrita, caso esteja presente, eu leio, foi a orientação que me deram.

Yasmim Rocha, está presente? Bem, ela não está presente, então não vou ler a pergunta.

Neste momento, encerramos o nosso evento, agradecendo a presença de todos e reforçando os canais de comunicação com a Petrobrás, caso tenham dúvidas, sugestões ou críticas, entrem em contato conosco, ali estão todos os contatos.

Agradecer mais uma vez a participação de todos, e convidamos para brindar os presentes com um café de encerramento que está servido no hall deste auditório. Para aqueles que utilizarão o transporte oferecido pela organização do evento, por favor, apresente-se à coordenação do evento e sigam as orientações das organizadoras na saída do salão.

Que todos tenham uma boa-noite, que Deus os acompanhe, muito obrigado a todos vocês, e vamos ao café!

**ENCERRAMENTO ÀS 20 HORAS E 14 MINUTOS.**



### *VIII.3.12 - Reunião Informativa Marapanim*

Local: Auditório do Marapanim Futebol Clube

Data: sexta-feira, 11/11/2022

A reunião foi iniciada às 9 horas e 52 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentando o Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59 e o objetivo da realização do evento, destacando o interesse na participação de todos, com dúvidas e questionamentos relacionados à apresentação da atividade a ser realizada pela Petrobras.

Repassando à Elisa Vieira, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, contemplando exposição acerca do projeto, que prevê a perfuração de poço para investigar a ocorrência de óleo e/ou gás natural, bem como o planejamento das atividades, traçado a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) constantes no processo de licenciamento ambiental. Elisa Vieira iniciou explicando quem é a Petrobras e como se inicia o processo de exploração e produção, primeiramente com a aquisição do bloco em leilão; e posteriormente com as etapas de pesquisa sísmica e perfuração – perfuração esta que é a etapa em que se encontra a atividade apresentada na Reunião Informativa.

Na exposição da Petrobras, foram apresentados os resultados do estudo de impacto ambiental da atividade sob aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando as dimensões relacionadas à atividade, com seus respectivos projetos de mitigação, monitoramento e controle aos impactos operacionais previstos, tal como de pagamento de indenização em caso de danos a petrechos de pesca, bem como dos planos e projetos da empresa para ação em caso de vazamento de óleo no mar, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Além disso, Elisa Vieira apresentou os canais de comunicação da empresa com as comunidades para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da Reserva Extrativista (Resex) Mestre Lucindo, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Marapanim.

Durante a apresentação da estrutura das embarcações envolvidas na atividade, o Sr. Cleisson Teixeira, conselheiro pelo ICMBio na Resex Mestre Lucindo, em Marudá, perguntou se a sonda apresentada é a plataforma (por desconhecer como é o processo, não sabendo que a sonda referida na reunião em verdade é um navio-sonda e não simplesmente um aparelho de sonda). Pela Petrobras, Elisa Vieira informou tratar-se de um navio-sonda, que será retirado da área após o encerramento da atividade de perfuração e o fechamento do poço. Pelo Conselho da Resex Mestre Lucindo, Sr. Arlem Sandro da Silva perguntou se existem estudos de impacto de vazamento de óleo nesta atividade de perfuração, ao que Elisa Vieira informou que iriam apresentar em seguida os estudos e programas de prevenção relacionados.

Após apresentação em vídeo do funcionamento do *Blowout preventer*, equipamento adjacente à estrutura de perfuração utilizado para o controle do poço e prevenção de vazamentos, Sr. Silva lembrou de quando trabalhou na Petrobras em meados dos anos 2000 no apoio à Plataforma de Urucu, em Icoaraci, lembrando aspectos de materiais utilizados na perfuração de poços. Elisa Vieira informou que parte da estrutura da Petrobras no Porto de Icoaraci foi desmobilizada, utilizando-se para a presente atividade de perfuração o Porto de Belém.

Sr. Silva questionou quantas outras perfurações se encontram previstas para a Bacia da Foz do Amazonas e onde se encontram situadas, com o propósito de dimensionar a distância dos poços previstos das áreas de reservas extrativistas, questionando também se a multinacional francesa Total permanece na atividade, ao que a Elisa Vieira informou que a Total não possui mais concessões na bacia de Foz do Amazonas e apresentou outros blocos previstos nas bacias de Foz do Amazonas, Pará-Maranhão e Barreirinhas, alguns com a concessão pela Petrobras.

Sr. Silva perguntou se houve levantamento dos recursos pesqueiros no estudo da atividade, ao que Elisa Vieira afirma que houve um diagnóstico regional, disponível no sítio eletrônico do IBAMA.

Durante a apresentação dos impactos operacionais do projeto, Sr. Silva perguntou quanto de poluição deve ser gerado na operação desta atividade, ao que Elisa Vieira informou não dispor deste número, mas que o estudo contém esse quantitativo estimado de resíduos e emissões a serem gerados na atividade, além de programas de mitigação, monitoramento e controle de impactos.

Sr. Silva questionou se o estudo prevê algum tipo de entrada de espécie exótica na região, proveniente da água de lastro das embarcações em trânsito da região da Guiana ou do Suriname. Elisa Vieira informou que as embarcações passam por uma limpeza do casco para que nelas não sejam trazidas espécies exóticas para a região, além de serem utilizadas as rotas de embarcação mais correntemente utilizadas para a navegação comercial, do porto de Belém até a área de perfuração.

À solicitação feita pelo Sr. Silva, Patricia Golodne, pela Petrobras, em complemento, informou ter obtido o mapa das perfurações previstas nas Bacias costeiras da Região Norte em que a Petrobras possui participação com outras operadoras para compartilhar com o Sr. Sandro em seu questionamento, informando também ter levantado o nome da empresa licenciada para o manejo dos resíduos de cascalho da atividade, a saber, a Transcabral, cuja sede se situa em Belém.

Justificando sua chegada durante a apresentação em função de atividades de acompanhamento de alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA), Jean Teixeira, pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Marapanim (SEMMA), questionou como ocorre o processo de perfuração e o manejo dos resíduos gerados na atividade. Elisa Vieira retomou a explicação do processo, dispondo-se à reapresentação do vídeo explicativo da perfuração e dando maiores detalhes sobre o processo. Sr. Teixeira questionou se há algum risco de contaminação envolvido na atividade, informando Elisa Vieira a observância pela empresa dos cuidados e programas de prevenção aplicados no projeto para controle de impactos operacionais e potenciais elencados no

processo de licenciamento da atividade. Em solicitação do participante, foram ainda retomados outros aspectos precedentes do processo de investigação de reserva de óleo e gás, como a pesquisa sísmica, dentre outros.

Sr. Silva questionou se há um levantamento sobre impactos potenciais sobre a atividade pesqueira. Patricia Golodne e Elisa Vieira informaram ter havido estudos *in loco* sobre as atividades de pesca, não tendo havido estudos em profundidade sobre a economia pesqueira em específico, face à avaliação de baixos impactos sobre a pesca na região.

Cidadão de Marapanim, Sr. Jorge Oliveira Pinto se apresentou como agente ambiental voluntário certificado pela Petrobras em capacitação realizada há alguns anos na cidade, durante a apresentação pela Elisa Vieira do Plano de Emergência Individual (PEI) em caso de vazamento de óleo. Nesta oportunidade, Sr. Oliveira Pinto perguntou se há previsão de toque de óleo na área de mangue, ao que Elisa Vieira afirmou que o ponto de perfuração se situa em águas oceânicas profundas – distantes, portanto, das áreas de mangue, e que a modelagem de vazamento de óleo mostrou não haver toque em manguezais brasileiros em caso de vazamento.

Durante a apresentação das ações na contenção de vazamento, o Sr. Oliveira Pinto questionou se, em uma situação de emergência, a Elisa Vieira estaria presente na contenção do vazamento, ao que a apresentadora disse que estaria na ação, mas que possivelmente na base terrestre de coordenação e mobilização de recursos de apoio à fauna oleada.

Ao cabo da apresentação, Sr. Teixeira requereu informações acerca do processo de licenciamento ambiental ao qual a atividade vem sendo submetida, que foram supridas pela Elisa Vieira em detalhamentos sobre o processo de obtenção da licença de operação da atividade, e seus requisitos de estudo e programas, além da realização de uma Avaliação Pré-Operacional - APO, dentre outros. Sr. Silva, em complementação, explicou o funcionamento da dinâmica pesqueira local em águas profundas, destacando que a região de perfuração e a rota das embarcações empregadas na atividade efetivamente são rotas de pesca.

Em caso de conclusão favorável à exploração comercial de reserva de óleo e gás na área da atividade, Sr. Teixeira perguntou como a Petrobras tem



trabalhado junto aos municípios da região sudeste do país nos locais onde se encontram as atividades de produção de petróleo, com referência à mobilização de apoio do poder público local às atividades. Elisa Vieira explicou que há uma articulação com os municípios, que há um projeto de comunicação social mais permanente, havendo projetos de voltados para a atividade pesqueira; além dos *royalties* para a etapa de produção. Elisa Vieira mencionou ainda a realização de simulados de eventuais situações de emergência que mobilizam a participação das prefeituras em periodicidade anual. Em complemento, Sr. Teixeira destacou o pequeno porte do município e suas vulnerabilidades, ressaltando a expectativa de mobilização de apoio da Petrobras para o suporte às atividades que possam fortalecer a comunidade e o poder público local em termos de prevenção e proteção contra eventuais acidentes decorrentes da atividade.

Acerca do desenvolvimento de projetos na região, Sr. Brito perguntou sobre a criação do porto do Espadarte, se irá ou não ser realizado o empreendimento e se o mesmo ajudaria na logística da atividade em foco, ao que a Elisa Vieira informou não saber sobre o andamento de outros projetos na região não relacionados à atividade, uma vez que o suporte logístico da atividade já se encontra mobilizado para o porto de Belém.

Tomando por paralelo a cadeia de produção do minério, Sr. Silva disse considerar que, se fosse da decisão da população da região amazônica, esse poço não seria perfurado na região, considerando seus riscos à região, o baixo retorno de *royalties* e a baixa participação do país – e, em particular, da economia regional – na cadeia de beneficiamento do petróleo, cuja produção é em sua maioria exportada para o beneficiamento em outros países, sem que permaneçam divisas para a cobertura de eventuais custos sociais e ambientais relacionados à atividade da produção.

Com preocupação a eventuais impactos da atividade à pesca local, o Sr. Brito questionou como seriam reparadas as comunidades em caso de acidentes de vazamento. Elisa Vieira informou estar previsto junto aos pescadores processo de indenização em caso de danos a petrechos de pesca e na eventualidade de impactos por vazamento de óleo. Em questionamento do Sr. Brito acerca da abrangência da cobertura indenizatória de danos a toda a

comunidade de pesca local, a Elisa Vieira se prontificou de avaliar junto ao setor jurídico da empresa como são indenizados pescadores sem habilitação ou cadastro prévio.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 12 horas e 04 minutos.

## 2ª Reunião informativa do Município de Marapanim

Local: Associação Esportiva Bom Intento

Data: 06/12/2022

A reunião foi iniciada às 15 horas e 45 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentação do Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59.

Kamel Kanafani, engenheiro agrônomo e biólogo da Petrobras, se apresentou e explanou a estrutura da reunião. Apresentou o objetivo da reunião e as etapas do projeto, que ainda se encontra em processo de pesquisa. Apresentou ainda a expertise da Petrobras em exploração de petróleo.

Como nas demais reuniões, a apresentação da Petrobras foi dividida em oito pontos. “Quem somos?”; “O processo de exploração e produção”; “A atividade de perfuração”; “Onde e quando será a perfuração do poço?”; “O licenciamento ambiental”; “Estudo de impacto ambiental”; “Impactos ambientais operacionais e projetos ambientais” e “Impactos ambientais potenciais e plano de emergência individual”.

Estiveram presentes na reunião dois participantes: Sr. Cleber Barata, titular do Comitê de Bacias do rio Curuçá, e Sr. Francisco Laércio, da Emater do município.

Durante a apresentação da Petrobras, Sr. Cleber, geólogo de formação, fez interlocuções e ponderações técnicas referentes ao cenário geológico da atividade foco do licenciamento.

Após comentários e explicações acerca das questões levantadas pelo Sr. Cleber, o representante da Petrobras encerrou a apresentação resumindo que a

atividade se encontra na etapa de pesquisa e não há certeza ainda sobre a ocorrência de óleo e/ou gás natural a nível comercial no bloco.

Sr. Cleber solicitou a palavra para perguntar sobre a rota operacional de Belém até o Oiapoque. Outro questionamento realizado pelo participante foi se navio sonda tem sistema próprio de dessalinização ou se será feita a captação ou compra de água potável. Sr. Cleber expôs a preocupação que muitos navios utilizam água potável obtida ilegalmente através de trocas comerciais com residentes que habitam nas margens da rota de navegação. Em resposta, Juliana Peroba, da Petrobras, disse que o navio utiliza o sistema próprio de dessalinização.

Em seguida, este mesmo participante perguntou qual empresa realizará o tratamento ao destino e tratamento sobre os resíduos da atividade. Juliana Peroba, pela Petrobras, explicou que não se recordava o nome da empresa, mas que todas as empresas que realizarão trabalhos terceirizados devem estar devidamente licenciadas.

Sr. Cleber questionou em seguida sobre as ações de controle em caso de vazamento de óleo no mar visto que as correntes marinhas são modificadas de acordo com o tempo.

Kamel, pela Petrobras, retomou o slide que explicava sobre a modelagem de óleo e explicou que esta foi refeita pela Petrobras e reapresentada ao órgão ambiental. Em complementação, Juliana Peroba informou que houve reuniões no Marajó tanto na época em que a atividade estava sob titularidade da BP como durante o mês de novembro de 2022.

Sr. Cleber então ponderou sobre a importância de a academia estar incluída de forma que possa acessar as informações e dados produzidos pela Petrobras a partir da atividade de perfuração. Manifestou-se ainda sobre a possibilidade do estabelecimento de parcerias entre o empreendedor e o meio acadêmico para ocorra um aumento da produção científica nas universidades locais. Kamel concordou com a relevância do crescimento da produção científica, porém, ressaltou que há questões referentes à confidencialidade de alguns dos dados produzidos (principalmente aqueles acerca da geologia do reservatório a ser investigado), de forma que seria necessário um maior diálogo entre as partes para verificar quais dados poderiam ser disponibilizados.

Sr. Cléber novamente expressou sua inquietude com a necessidade de haver retorno não só para a região, mas para o Brasil. Tendo já atuado na indústria de óleo e gás, manifestou ainda seu entendimento sobre a necessidade de haver desenvolvimento desta indústria. Ambos os representantes da Petrobras concordaram com a necessidade de crescimento da indústria.

Não havendo mais questionamentos, a reunião foi encerrada às 17 horas, sendo então oferecido lanche aos participantes.

### *VIII.3.13 - Reunião Informativa Ananindeua*

Local: Miniauditório da ESMAC – Ananindeua

Data: sexta-feira, 11/11/2022

A reunião ocorreu no dia 11 de novembro de 2022, com início às 09h15, na presença da comunidade do Abacatal e representantes da colônia de pescadores Z-93, com um total de 16 participantes, sendo 06 do Abacatal, 02 da colônia de pescadores, 01 da Universidade Federal do Pará, 4 da Veritas e 3 da Petrobras. A reunião se iniciou com a apresentação da equipe da Petrobras, Patrícia Rosa, Francisco Borges e Priscila Moczydlower. Francisco falou sobre o fundamento da reunião, e por seguinte Marcelo fez uma pequena fala pedindo autorização sobre a gravação de áudio e registro de imagem da reunião, sendo que apenas uma participante, Vivia da Conceição, não autorizou o uso da sua imagem. Assim se deu início à reunião com a apresentação do projeto pelo Francisco.

No decorrer da apresentação, Vivia da Conceição fez uma interposição sobre a explicação dos impactos ambientais, perguntando “se pode ter ou tem impactos ambientais sobre a região da atividade de perfuração”. Em seguida Francisco respondeu que “Pode ter” e que iria explicar mais à frente sobre as medidas e projetos para evitar que os impactos ocorram: “No estudo ambiental, primeiro fazemos a identificação dos impactos como se não houvesse nenhuma atuação da empresa para minimizá-los, e depois são propostos projetos que vão minimizá-los, a depender do tipo de impacto.”



Às 10 horas e 11 minutos foi encerrada a apresentação, abrindo o espaço para as questões do público presente: Vanuza Cardoso iniciou sua fala pontuando que: “há todas as dúvidas, todas as reclamações, todas as violações conforme a convenção OIT nº 169”. Posteriormente, se apresentando como liderança espiritual do Território Quilombola de Abacatal, arguiu falando: “Nós soubemos desse projeto em 2016 para 2017, já com violações, porque naquele momento nós estávamos na construção desse documento, que eu lhe entreguei que é o protocolo de consulta. A convenção nº 169 afirma que todos os povos sofrem impactos diretos, não tem indiretamente, é só diretamente através de qualquer empreendimento, seja ele nacional ou internacional, estadual ou municipal, obrigatoriamente temos o direito a consulta, então, já foi violado esse direito, não houve a consulta prévia para falar do possível empreendimento e as coisas foram se atropelando, passando por cima. Houve um avanço, durante os dois anos da pandemia, de 2020 a 2021, do projeto e não parou. Assim, nós estamos aqui, porque vamos ser impactados diretamente, porque pelo contrário não estaríamos, seria só Belém a capital.”

Assim, deu continuidade a sua fala fazendo duas perguntas: “onde serão depositados os rejeitos dessa perfuração? Os funcionários da Petrobras são funcionários de carreira, contratados, são funcionários concursados? essa pergunta já foi respondida. A segunda é de que forma vocês veem, porque o aterro sanitário, que é o lixão de Marituba, está a menos de 1km da comunidade e o rejeito será depositado nesse aterro sanitário? Para além disso foi um licenciamento liberado pela Palmares, que não vem na comunidade, que não tem poder e nem tutela para licenciar empreendimento algum sem o conhecimento e as consultas às comunidades, mas, essa é uma briga que é nossa e a gente vai continuar brigando, porque nem Palmares, nem qualquer outra instituição tem tutela sobre os nossos, sobre as nossas comunidades. Pois bem, o projeto está avançado e nas fases finais. Todo esse processo atual no qual ele explicou já passou, já está bem avançado para a conclusão. Ai a pergunta é: a consulta ela vai ser prévia? A obrigatoriedade dela é ser prévia, mas não houve dentro desse processo. A audiência pública não se constituiu legalmente como consulta, reuniões informativas também não, e hoje não têm mais gente aqui do território, porque a gente tem outras atividades na

comunidade, mas enfim... estamos aqui para representar os nossos, a nossa ancestralidade e para dizer que a gente quer a consulta. Ela é obrigatoriamente antes, porque ela é prévia, mas pode ser durante e pode ser depois. Porque pensaram por nós nos projetos de mitigação e pensaram por nós. Todos os planejamentos dos projetos mitigatórios foram pensados pela empresa antes de passar para vocês, no qual ele explicou no começo, assim sendo para nós sem nós. Mas o que a gente quer de verdade, agora e ainda, é ser consultado, porque do contrário a gente vai entrar no ministério, via MPF. Além disso, a gente quer que vocês observem a informação do nosso protocolo, respeitem nosso protocolo e assim a gente continue conversando. Que o diálogo perpassa a partir do aceite e da escuta do protocolo. Essa é uma reunião informativa, que apenas ontem eu tive conhecimento, foi difícil mobilizar a comunidade, porque já tem as nossas agendas, porque apesar de ser muito importante não poderíamos aliviar tudo que já estava programado, mas estamos aqui, é direito nosso discutir isso, é dever do Estado Brasileiro respeitar o nosso protocolo. Aí eu vi muitos municípios do Estado do Pará e a gente tem uma rede de apoio que a gente vai balançar e que vamos trazer outras pessoas para serem informadas e somar.”

Priscila respondeu às colocações de Vanuza Cardoso dizendo que agradecia o fato de a comunidade estar presente na reunião, parando suas atividades para estarem ali. E aproveitou para dizer que não irão depositar resíduo no lixão que fica próximo à comunidade quilombola. Dizendo que o resíduo retirado será tratado em Belém, sendo incinerados, afirmando que não será descartado no aterro sanitário de Marituba. Agradecendo a entrega do protocolo, Priscila ressaltou a necessidade de a comunidade ser ouvida, estando eles no direito de exigir isso. Aproveitou para pontuar que nesse processo de licenciamento pelo Ibama a comunidade quilombola do Abacatal não será atingida, porque a área de apoio que será utilizada é o porto de Belém, onde já terá uma empresa contratada responsável pelo recolhimento do resíduo.

Patricia, representante da Petrobras, afirmou que a empresa responsável pelo gerenciamento dos resíduos é a Transcabral. Em tempo aproveitou para responder sobre uma colocação de Vanuza Cardoso, ao afirmar, no final da sua fala, como uma perfuração lá no Oiapoque irá afetar sua vida e sua comunidade. Patricia respondeu que a Petrobras tem uma análise muito conservadora e que

se faz um estudo de impacto abrangendo o máximo possível dos locais geográficos sujeitos a possíveis impactos, buscando olhar para essas atividades tentando minimizar esses impactos, assim, escolhendo bases de apoio já existentes, como o porto de Belém e o aeroporto de Oiapoque. Patricia reforçou que nenhum resíduo gerado pela perfuração poderá ser descartado em aterros sanitários que não tenham licença ambiental válida, pois a atividade não é só perfurar o poço, é fazer todo o processo com segurança e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Edinalva Seabra, do território quilombola de Abacatal, foi a próxima a se apresentar e a fazer seu questionamento. Sua fala fez menção ao mapa que está no material informativo, apontando para as áreas que estão em cor cinza, que serão áreas que receberão resíduos, e assim afirma: “Aqui mostra Belém como base de apoio marítimo, mas Ananindeua e Marituba não aparece aqui e eu não entendo, e mesmo o resíduo vindo para essa região onde esse lixo será incinerado, como fica o resto desse lixo? Porque quando pega fogo sobra o resto da incineração e esse resto vai para onde? os resíduos, as cinzas? vai ser destinado para onde?”

Patricia, da equipe da Petrobras, buscou responder as dúvidas de Edinalva Seabra, dizendo que Ananindeua estava a priori como ponto de recebimento de resíduos e que a Petrobras ainda a considera como uma possibilidade, mas no processo atual os resíduos serão encaminhados para Belém. Ainda em tempo, retificou que, com relação aos resíduos o que será feito não é incineração desse material, mas o coprocessamento, a mistura desses cascalhos e cinzas no material utilizado para a produção de cimento. E os demais resíduos, como plásticos e madeiras, serão encaminhados para locais de reciclagem, sendo armazenado de forma segregada e destinado de forma segregada. Patricia afirmou que no projeto da atividade de perfuração existe uma preocupação com esses resíduos, e o IBAMA tem exigido o controle dos resíduos e acompanhado por meio de várias planilhas anuais a quantidade de resíduos e a rota de destinação, no âmbito do Projeto de Controle da Poluição - PCP.

Ari Modesto, Presidente dos Pescadores de Ananindeua, foi o próximo a se apresentar para fazer seus questionamentos, perguntando o que determina a escolha de um bloco, o que determinou a escolha deste local, e como essa

perfuração e esse cascalho vai atingir essa região que é a maior produtora de gurijuba, sendo que esse cascalho pode trazer substâncias tóxicas.

Priscila respondeu aos questionamentos de Ari Macedo informando que os poços são avaliados para identificar se no local tem petróleo. Francisco complementou a resposta de Priscila informando que a princípio os cascalhos produzidos durante a perfuração não serão descartados no mar, mas que, em caso de descarte, ele é tratado e se fazem análises para garantir que esteja de acordo com a legislação, procurando reduzir os impactos e fazendo o monitoramento do mesmo. Patricia complementou a fala de Francisco dizendo que existem várias fases da perfuração, uma delas é a perfuração das rochas onde geralmente o petróleo pode ser encontrado, afirmando que, para o cascalho que é retirado dessa fase em que pode existir petróleo, é aplicado todo o cuidado na destinação desse resíduo para evitar qualquer lançamento dele no oceano.

Vivia da Conceição, da Terra Quilombola do Abacatal, foi a próxima a se apresentar e a fazer suas perguntas. A pergunta dela enfatiza os descartes de resíduos e quantas consultas foram feitas nos territórios conforme a OIT 169: “minha pergunta é muito ampla, já sabemos que tem interesse em descartar resíduos no aterro sanitário de Marituba (também conhecido como lixão de Marituba ou do Aurá), que é licenciado, porém, irregular, mas minha pergunta é, de 2013 até 2022, quantos territórios tradicionais vocês fizeram a consulta baseada na lei OIT 169? Porque vocês são uma empresa nacional, com âmbito internacional, quantas consultas de fato e de direito, não audiência pública ou reunião informativa foram realizadas?”

Priscila respondeu que foram realizadas várias consultas em forma de reunião que não eram só informativas, enfatizando que foram 47 reuniões setoriais, salientando que elas foram realizadas pela operadora anterior, além das audiências públicas. Priscila destacou que esse foi o momento com as comunidades, para que pudessem se manifestar sobre o empreendimento e com os povos tradicionais de interesse que podem ser impactados pela atividade. Falou, por exemplo, que teve a identificação dos povos indígenas do Oiapoque, sendo inclusive uma exigência do MPF, salientando que o protocolo de consulta dos povos inexistia quando a BP fez as audiências públicas e reuniões setoriais.



Porém, Priscila reforçou que, desde que a Petrobras assumiu a responsabilidade pela perfuração, não houve, pelo órgão licenciador, a exigência de que fosse feita uma nova consulta, mas mesmo assim, como a Petrobras é uma empresa que valoriza os povos tradicionais, sempre primando pelo diálogo, haverá novas reuniões com órgão de proteção desses povos indígenas.

Vivia da Conceição reiterou sua pergunta dizendo: “que nesse caso, são os povos indígenas, eu sou afroindígena, mas, e os ribeirinhos são povos tradicionais, eles foram consultados? Porque eles vivem diretamente da pesca, seja em mar aberto, ou como no nosso caso, fazendo pesca nos igarapés.”

Priscila respondeu que na época dos estudos ocorreram diversas consultas públicas. Assim Vivia da Conceição se interpôs dizendo que, as consultas são feitas antes do processo, mas que não impedia de serem realizadas no decorrer do processo, dizendo: “antes a gente já imagina o que pode vir a acontecer... no decorrer a gente já tem alguns impactos visíveis, porque não existe impacto indireto. Todos os impactos são diretos, seja no nosso modo de vida, seja no nosso relacionamento com a natureza, com a flora em si, mas tem impacto direto.”

Priscila retomou sua explicação dizendo que não há exigências para que a Petrobras retome as consultas e afirmou que o licenciamento que está em voga é referente a uma atividade que durará 5 meses, sendo necessário depois dessa etapa um novo pedido de licenciamento e um novo levantamento de estudos sobre a atividade.

Vivia da Conceição complementou sua pergunta afirmando: “você estudam anos para fazer uma perfuração de 5 meses, se caso essa perfuração causar dano nesses 5 meses, quanto tempo vai demorar para que esse dano seja superado? vai ser 5 meses depois?”.

Patricia respondeu que a maior parte dos impactos são temporários, pois a atividade é de curta duração. Destacou ainda que é diferente de atividade de produção, como por exemplo o pré-Sal na bacia de Santos, na região Sudeste, pontuando que a atividade que ocorrerá no bloco FZA-M-59 é temporária. Francisco reiterou a resposta dizendo que se houver a identificação de alguma interferência da atividade na região é possível entrar em contato com a Petrobras por meio dos canais de comunicação disponibilizados pelo Projeto de

Comunicação Social, que foram informados na apresentação e no verso dos folhetos que foram entregues aos participantes. Nesse caso, a Petrobras poderá avaliar o impacto relatado e, se necessário, fazer compensações.

Vanuza Cardoso pediu a palavra dizendo: “Quando se fala em impactos não significa que não tenha, pois ainda continua os riscos. Sendo que dentro dessas circulações dos navios existe a interferência na vida das pessoas, porque a escassez do peixe vai acontecer, porque existem locais de reprodução, mesmo na pesca artesanal, e a escassez vai acontecer onde deixaremos de comprar o pescado, que é uma comida natural do Estado do Pará, e consequentemente ficará mais caro para os moradores. Então é um impacto econômico que vai acontecer nas nossas vidas, querendo ou não, porque a passagem de embarcação ela vai interferir na circulação de cardumes, então redução de impactos ou impacto direto não vai resolver. Uma outra coisa, quando a gente foi convocado para essa reunião já havia se pensado no aterro sanitário de Marituba, sendo que tem todos esses processos que a engenharia ambiental já explicou e, assim, já que não há necessidade dentro do licenciamento de sermos consultados, não tendo interferência na visão de vocês com a comunidade, então eu pergunto: por que o convite? Se já estava tudo resolvido? Se já estava tudo organizado? Desde os projetos de mitigação e compensação. Então, da forma como vocês explicaram... se não há necessidade da consulta, da obrigatoriedade da consulta, ainda assim fomos chamados aqui?”

Patricia respondeu que o ponto importante é reafirmar como compromisso a transparência e o diálogo, e ainda que não haja previsão de impactos em função das etapas de gerenciamento de resíduos em Ananindeua, cabia à Petrobras voltar ao município e informar sobre a situação atual do projeto. Priscila reiterou a resposta dizendo que esse projeto de comunicação social é uma maneira também de combater as *Fakes News*, de forma que por meio da reunião as comunidades estarão com a informação correta.

Voyner Ravena Cañete, professora da UFPA, se apresentou e colocou suas questões com objetivo de renovar algumas questões que foram colocadas anteriormente: “a pergunta dela (*Vanuza*) é muito pertinente e objeto de discussão, porque tem um documento que o MPF encaminhou exigência dessa reunião e bem na verdade eu não retiro a transparência da Petrobras, mas

certamente essa transparência foi exigida, mas ela fez um comentário de que o alimento vai ser encarecido, que o peixe vai ser encarecido e tem aqui a pesca do camarão, que é uma pesca bem impactante que se arrasta no fundo e que é cheia de complicação, mas ela emprega um setor importante em Belém, é uma prática que vem desde a década de 70 e 80 no nordeste e sudeste, e chegada na década de 90 aqui, que é uma prática importantíssima e que vai ser facilmente impactada, e como disse Vivia da Conceição, isso vai ter impacto direto e chegará aqui, e vai chegar pra eles inclusive. Assim, quero chamar atenção sobre Ananindeua, e se você olhar no mapa, verá que Ananindeua tem 14 ilhas que ficam de frente para a Baía do Guajará, sendo as ilhas impactadas diretamente, então essas comunidades deveriam estar nessa reunião. Então por conta do petróleo a maior faixa de ecossistema da Amazônia pode ser impactada, se vocês forem pensar em valoração ambiental, vocês podem pensar que a valoração ambiental é maior que um barril de petróleo, então, diga-se de passagem, que estamos em transição de modelos energéticos, então essas pessoas podem ter suas vidas impactadas, é ela que vai mudar o modo de vida delas. A quantidade de embarcações que percorrem por aqui e a quantidade de açaí que se consome na cidade, então imagine essas ilhas com seu processo de produção de açaí comprometido, por conta de um conjunto de atividades. Então essas reuniões acontecem porque o Ministério Público colocou como uma condicionante.”

E assim, Voyner salientou como a população de Barcarena foi atingida pelas atividades da empresa “Hydro”. Enfatizou que essas reuniões estão acontecendo porque o MPF condicionou a Petrobras a fazê-las, e apontou como os demais presentes e seu modo de vida que serão afetados. Vanuza aproveitou para enfatizar e questionar que a outra empresa antes da Petrobras, no caso a BP, não pensou no processo de mitigação juntamente com a sociedade, não fazendo a consulta com a comunidade. Voyner concluiu sua fala dizendo que a escassez do peixe e do camarão irá aumentar e serão eles que sentirão no bolso. Ainda em tempo, pontuou que caso ocorra algum vazamento todos serão impactados, por mais que seja uma atividade de 5 meses.

Vanuza Cardoso pediu a palavra novamente: “como eu ressaltai no começo é uma outra empresa, antes da Petrobras, que pensou por nós todo o processo

de mitigação, sem consultar, sem perguntar, então pensaram para nós sem nós. Então quando eles chegam dizendo que era a BP a administradora, a Petrobras está tirando a responsabilidade de si. Então, enquanto Cientista Social eu vejo que agora a responsabilidade é da Petrobras, então é nossa realidade que será impactada. Não tem mitigação que resolva as perdas causadas pela atividade. Então esses projetos podem ter 5 meses, mas podem deixar um rastro de anos na vida das pessoas”.

Ari Modesto fez novamente uma fala dizendo que prestou atenção na fala de Patricia sobre a atividade ser viável ou não. Patricia respondeu explicando o processo de investimento da atividade de perfuração da indústria de óleo e gás. Diz que em 70 anos de história nunca houve um caso de vazamento nesse tipo de atividade da Petrobras, pois existe uma alta tecnologia utilizada. Voyner enfatizou que o impacto se dará do mesmo jeito pelo processo de perfuração, não somente no caso de vazamento de grandes proporções. Patricia respondeu que o estudo de impacto precisa refletir a atividade que está sendo licenciada, ou seja, a atividade de perfuração de um poço exploratório no bloco FZA-M-59. Depois de perfurado esse poço e dada a comprovação da reserva e sua comercialidade, se iniciará um novo licenciamento ambiental da etapa de desenvolvimento da produção com um novo estudo de impacto ambiental a ser avaliado pelo IBAMA.

Vivia da Conceição pediu a fala novamente dizendo que existe um impacto e que não fizeram essas perspectivas de impacto mesmo nesse processo de atividade de 5 meses, salientando que a Petrobras não mostrou nada sobre os possíveis impactos mesmo nessa atividade de perfuração de 5 meses. Edinalva Seabra pediu a palavra dizendo que a geotecnologia tem acesso às localidades via Google Maps® e nesse estudo não houve trabalho de campo nas localidades. Priscila respondeu dizendo que foram feitos estudos e trabalhos de campo e que foi discutido com a sociedade, mas que estaria à disposição, pois os estudos podem ser melhorados através de trabalhos e artigos realizados pela sociedade, trazendo para o processo fatos novos. Voyner pediu a palavra dizendo que dados sobre estoque pesqueiro não foram considerados nos estudos da atividade, enfatizando que a pesca é uma das atividades mais importante para o estado.



Vanuza pediu a palavra dizendo que já eram mais de 11 horas e pediu para o seu povo se retirar, e mais uma vez levantou a questão sobre o quanto a Petrobras precisa respeitar as consultas prévias, às reuniões e para respeitar os povos e o fator econômico dessas populações, dizendo que quem perde são eles, quando essas questões são violadas. A reunião informativa foi dada então por encerrada.

#### *VIII.3.14 - Reunião Informativa São João de Pirabas*

Local: Escola de Música de São João de Pirabas

Data: quarta-feira, 16/11/2022

A reunião foi iniciada às 9 horas e 11 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e situando a realização do evento no histórico de licenciamento ambiental da atividade em foco e suas normativas pertinentes, requerendo autorização para registro de áudio e imagem para qualificação da relatoria do evento e suas discussões, obtendo anuência das pessoas participantes no início da reunião.

Repassando a Gabriel Arendt, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, cujo propósito é buscar identificar novas reservas de óleo e gás natural na área delimitada pelo Bloco FZA-M-59. A apresentação contemplou exposição acerca do projeto, bem como do cronograma de atividades. Gabriel Arendt mencionou também o histórico de realização de três audiências públicas em 2017, após a elaboração dos estudos ambientais, em processos de consulta pública a comunidades, quando tratava-se ainda de um projeto da empresa BP.

Subsequentemente, na exposição da Petrobras, foram apresentados os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando os projetos de mitigação, monitoramento e controle dos impactos previstos, bem como dos planos e projetos da empresa para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como

um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Acerca da apresentação dos impactos potenciais, Gabriel Arendt ressaltou se tratar de impactos hipotéticos, que podem não se concretizar, pois estão relacionados à ocorrência de incidentes ou acidentes, cuja previsão está relacionada principalmente a vazamento de óleo. Para a mensuração de tais impactos potenciais, o Gabriel Arendt apresentou imagem do resultado da modelagem de óleo, cujo modelo computacional foi baseado em dados reais de comportamento em alto mar que levou em consideração fatores ambientais variados como: corrente marítima, características meteorológicas e registros temporais. Valendo-se de uma perspectiva conservadora para o desenvolvimento de estratégias robustas de combate aos impactos de um eventual incidente de vazamento de óleo, foi apresentado o aparato de recursos em níveis de mobilização local, nacional e internacional para a atuação de resposta a emergência.

A apresentação foi finalizada com a disponibilização dos canais de comunicação da empresa com as comunidades para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões relacionadas.

Durante a apresentação sobre o aparato de perfuração do chamado poço Morpho – designação do poço específico a ser perfurado no bloco FZA-M-59, Gabriel Arendt, representante Petrobras, indagou aos presentes se alguém arriscaria estimar o diâmetro do poço na superfície do fundo do oceano. A Sra. Allyne Araújo, engenheira ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, disse esperar algo não muito grande, considerando que a tecnologia envolvida, quanto mais sofisticada, deve obter uma perfuração de diâmetros menores e, conseqüentemente, menores os impactos envolvidos na atividade. Gabriel Arendt confirmou a hipótese da Sra. Araújo, informando que o poço tem a dimensão de uma pizza tamanho família em sua base e afunilando até a área mais profunda do poço, cujo diâmetro é ainda menor que o da superfície.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da Assessoria Jurídica da Associação de Canoeiros de São João de Pirabas; da Câmara Municipal; da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente (SEMMA); da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), dentre outros presentes.

Sr. Cássio Tiago Dias, pela SEMMA, informou que no Salgado Paraense há muitos pescadores que atuam na região da área da atividade apresentada, pela dos municípios de Calçoene e do Oiapoque (AP) para pesca da pescada amarela e do gurijuba, questionando se os ruídos da atividade de perfuração no fundo do mar não teriam um impacto sobre os recursos pesqueiros da região. Gabriel Arendt informou que a mensuração do impacto do ruído é restrita à área de exclusão de 500 metros da atividade, e que, em função disso, não impactariam de forma abrangente a pesca na região. Em complemento, Cristiano Silveira, pela Petrobras, também ressaltou que a atividade é de dimensões restritas em espaço e duração (5 meses), não havendo expectativas de impacto sobre os recursos pesqueiros na região. Gabriel Arendt complementou ainda que a atividade em foco é, no momento, de investigação sobre a presença de reservas de interesse comercial de óleo e gás, e que apenas em havendo tais reservas, segue-se até a etapa de produção onde se mobilizaria uma estrutura maior, mediante um novo processo de licenciamento, cujo estudo poderá indicar outros impactos.

Subsequentemente, Sr. Antônio Crispim de Almeida questionou acerca de como se dará o processo de manejo dos resíduos da atividade. Gabriel Arendt e Cláudia Araújo informaram, pela Petrobras, que os efluentes gerados na atividade serão tratados na própria unidade de perfuração, como esgoto sanitário, água oleosa e resíduos de cascalho com óleo antes de retornar ao oceano. Para o tratamento dos resíduos sólidos, os mesmos serão desembarcados no Porto de Belém e seguirão para o tratamento em empresas licenciadas conforme a legislação ambiental pertinente.

Vereador com mandato em exercício na Câmara Municipal de São João de Pirabas, Sr. Robson de Paula Costa questionou se o estudo avaliou o comportamento do pescado após a desmobilização dos recursos da atividade de perfuração, considerando a caracterização da região como berçário de peixes de importante valor de sobrevivência à comunidade pesqueira da localidade. Gabriel Arendt informou que não haverá impactos permanentes aos recursos pesqueiros locais, uma vez que haverá um processo de tamponamento do poço,

e que os recursos pesqueiros deverão ser retomados após a desmobilização da estrutura da atividade de prospecção. Gabriel Arendt informou que a licença de operação, se concedida, permite a realização, em caso de necessidade, de até três outros poços contingentes, mas que isso será ponderado durante atividade. De todo o modo, a região não será prejudicada. Acrescentando, Cristiano Silveira, pela Petrobras, destacou que a atividade de perfuração é prevista em águas profundas, e, por isso, fora da área de reprodução de peixes e da perpetuação de corais, dada a grande profundidade que não permite a entrada de luz, e que a área da perfuração é previamente mapeada por imagem para a devida caracterização da área apropriada para a perfuração, cujo requisito é a ausência de identificação de biota aquática de fundo na área de perfuração, requerendo o deslocamento da área de perfuração em metros e mesmo quilômetros em caso de identificação de vida aquática na área pretendida.

Pela EMATER, Sr. José Jorge Raposo, destacando que a comunidade pesqueira local pesca na região da atividade, perguntou que resposta a Petrobras está dando às comunidades pesqueiras das localidades e a suas Colônia de Pescadores, acrescentando que, tal como Vigia e Pirabas, Bragança não está incluída dentre as comunidades de pesca artesanal atuantes na região da atividade, embora também devesse estar destacada no mapa. Gabriel Arendt informou que vai registrar a observação para que seja analisada a orientação para adição de Bragança no mapa da área de influência, ressaltando, porém, que a ausência da localidade no mapa pode ter ocorrido por efetivamente não haver sobreposição entre a área do bloco e a área de pesca da localidade. Informou ainda que, pela mensuração dos impactos durante o estudo e com a discussão técnica com o IBAMA, não se encontram resultados de impactos significativos sobre a comunidade pesqueira para a presente atividade. Em complemento, Cristiano Silveira destacou que a atividade não irá inviabilizar a pesca artesanal durante o período da atividade, salvo na zona de exclusão, cujo trecho é de apenas 500 metros no entorno da unidade de perfuração durante a atividade no bloco, por questões relacionadas à segurança dos pescadores e da tripulação embarcada na estrutura da atividade. Claudia Araújo destacou ainda que, em caso de danos e colisões com as embarcações da empresa, a Petrobras prevê indenização individual aos danos a petrechos de pesca, desde que



evidenciados com foto do material danificado, horário do ocorrido, identificação da embarcação e localização.

Acerca de sua experiência de atuação com a extensão rural, Sr. Raposo complementou que as questões acerca de compensações financeiras a danos e impactos às atividades são questões recorrentes para as comunidades, sobretudo em função dos 14 blocos de perfuração em curso. Restringindo-se às informações relativas ao projeto da atividade do Bloco FZA-M-59, Claudia Araújo, pela Petrobras, resumiu as informações da atividade, ressaltando que está prevista a perfuração de um poço no bloco FZA-M-59 e a depender dos resultados do primeiro poço, poderão ser perfurados mais 3 poços contingentes. Fez referência ainda à influência restrita da atividade, a exemplo do pequeno incremento no fluxo de embarcações em função das embarcações da Petrobras que se deslocarão até 3 viagens por semana de modo a apoiar o navio sonda na atividade de perfuração marítima.

Pela SEMMA, Sra. Araújo novamente contribuiu endossando a preocupação do Sr. Raposo com a ausência de projetos dedicados na atividade voltados aos recursos pesqueiros e às comunidades pesqueiras, recomendando em registro em Ata para que a Petrobras analise a possibilidade de projetos voltados ao segmento na região. Em questionamentos, a Sra. Araújo questionou o que é feito em casos mínimos de vazamento de óleo, requerendo como são obtidos os dados do Estudo de Impacto Ambiental relativos à atividade pesqueira na região.

Gabriel Arendt se prontificou em repassar a recomendação ao IBAMA e à Petrobras, com relação à abrangência dos projetos da empresa para os pescadores, ressaltando, entretanto, que não há projetos para os pescadores porque não há indicação de impactos significativos sobre o segmento. Porém, foi informado que a Petrobras irá divulgar em sua página na internet edital para seleção pública de projetos socioambientais e que os interessados podem se inscrever.

Sobre as estratégias de controle de vazamento de óleo a serem desenvolvidas pela empresa no dia a dia da atividade, o Cristiano Silveira, pela Petrobras, informou haver tecnologia disponível de controle contínuo por sensoriamento remoto de grande abrangência e capacidade de detecção de manchas de óleo que reduz quase que integralmente os riscos de um vazamento

de óleo na atividade ser subnotificado. Nesta oportunidade, a Sra. Bethânia Araújo, pelo Gabinete da Prefeitura de São João de Pirabas, pergunta se nunca aconteceu vazamento de óleo pela Petrobras, ao que o Cristiano Silveira respondeu que nunca houve vazamento de óleo de grande proporção durante a perfuração marítima.

Com mandato eletivo pela Câmara dos Vereadores da localidade, o Sr. Welington da Silva Cunha convidou a Equipe Técnica da Petrobras à realização de uma nova Reunião no espaço da Câmara Municipal, mobilizando a participação de donos de embarcação para que sejam informados, com o propósito de oferecer segurança à tripulação e evitar tragédias e danos de petrechos de pesca relacionados à atividade, acrescentando que Sr. Presidente da Câmara, dono de embarcação, terá interesse em auxiliar na organização e mobilização de interessados para a realização dessa nova reunião, questionando se haveria possibilidade da Equipe Técnica da Petrobras participar dessa nova agenda. Gabriel Arendt agradeceu o convite e informou que não há previsão de uma segunda reunião na localidade, mas que há outras estratégias de comunicação, dentre os quais os boletins informativos, que poderão auxiliar na ampliação do alcance da comunidade com informações, mas se comprometeu a realizar o registro da solicitação do Sr. Vereador, com a eventualidade de mobilização de uma equipe técnica.

Sr. Marques, pela Veritas, ressaltou a presente reunião tratar-se de um primeiro momento de aproximação com as Comunidades para que o Projeto de Comunicação Social da atividade possa firmar uma ponte com os atores locais e partes interessadas no esclarecimento de dúvidas, no repasse de sugestões e na difusão de orientações, que serão mediadas por variadas frentes de comunicação.

Sr. Vereador Robson Costa destacou como um dos aspectos críticos para a difusão das orientações relativas à atividade a ausência de importantes partes interessadas na reunião, cuja manifestação comumente ocorre depois que problemas efetivamente ocorrem, com reclamações e questionamentos posteriores à participação nos debates e espaços de orientação voltados à prevenção de intercorrências e prejuízos a potenciais afetados. Também mencionou problemas e dificuldades técnicas comuns de acesso aos canais de

comunicação e sistemas de cadastro como os apresentados pela Petrobras no telefone “0800”. Em complemento às estratégias de comunicação já traçadas, sugeriu o recurso aos meios de rádio locais e às audiências públicas da Câmara com a transmissão ao vivo pela internet, reforçando o convite para a realização de uma nova reunião no espaço da Câmara, com divulgação no rádio à tarde e a Audiência Pública à noite, com o propósito de agregar ao diálogo os donos de embarcação. Sra. Bethânia Araújo, pela Prefeitura, em seu relato endossou o empenho na mobilização de atores da pesca local para a reunião, porém sem que tivesse obtido a participação desejada para a importância conferida à presente reunião.

José Marinho, advogado da Associação dos Canoeiros, juntando as ponderações, avaliou que as audiências públicas também poderão ter um quórum baixo, sugerindo a confecção de um pequeno panfleto com linguagem simplificada em orientações de perguntas e respostas constituídas com base nas experiências das reuniões informativas realizadas com as localidades, destacando que muitos deles estão preocupados com compensações financeiras e o que fazer em caso de acidentes com petrechos de pesca, a quem recorrer, dentre outras perguntas. Pela Petrobras, Gabriel Arendt destacou que há veículos de informação (sites, folhetos, cartilhas) já constituídos pela empresa, mas que compreende que um folheto simplificado pode ajudar comprometendo-se a remeter a proposição para avaliar a possibilidade de confecção do material em favor da difusão de orientações relativas à atividade. Sr. Marinho complementou que, em empreendimentos como o apresentado na presente reunião pela Petrobras, os comunitários da pesca da localidade comumente se sentem prejudicados por serem os únicos na região que não acessam o seguro defeso, e que, em função disso, quando tem notícias de uma atividade da Petrobras sem orientações ou compensações previstas tendem a se sentir mais prejudicados ainda.

Em complemento, o Sr. Vereador Wellington Cunha mencionou que há outros projetos e empreendimentos (fábrica de cimento) cujas informações geraram boatos e repercussões negativas entre a comunidade e seus vilarejos, argumentando por um bom empenho na comunicação da atividade da Petrobras

para evitar que algo semelhante possa ocorrer com referência à atividade em foco.

Pela Petrobras, Cristiano Silveira perguntou se há estrutura disponível para comunicação remota da Petrobras em conferência na Câmara, caso este fosse um recurso necessário, ao que o Sr. Vereador Wellington Cunha informou que sim, que era possível tentar.

Ao cabo da reunião, Sr. Wellington Cunha solicitou um retorno das sugestões feitas na Reunião Informativa, comprometendo-se João Vinicius pela Veritas a repassar o relato da reunião informativa em ata à Petrobras para encaminhamento das sugestões e aos presentes da Reunião de Pirabas para conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 11 horas e 28 minutos.

#### *VIII.3.15 - Reunião Informativa Salinópolis*

Local: Auditório do Centro Cultural Fonte Caranã – Campus UFPA Salinópolis

Data: quinta-feira, 17/11/2022

A reunião foi iniciada às 8 horas e 54 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e situando a realização do evento no histórico de licenciamento ambiental da atividade em foco e suas normativas pertinentes, requerendo autorização para registro de áudio e imagem para qualificação da relatoria do evento e suas discussões, obtendo anuência das pessoas participantes no início da reunião.

Repassando a Gabriel Arendt, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, cujo propósito é buscar identificar novas reservas de óleo e gás natural na área delimitada pelo Bloco FZA-M-59. A apresentação contemplou exposição acerca do projeto, bem como do cronograma de atividades. Gabriel Arendt mencionou também o histórico de realização de três



audiências públicas em 2017, após a elaboração dos estudos ambientais, em processos de consulta pública a comunidades, quando tratava-se ainda de um projeto da empresa BP.

Subsequentemente, na exposição da Petrobras, foram apresentados os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando os projetos de mitigação, monitoramento e controle dos impactos previstos, bem como dos planos e projetos da empresa para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Acerca da apresentação dos impactos potenciais, Gabriel Arendt ressaltou se tratar de impactos hipotéticos, que podem não se concretizar, pois estão relacionados à ocorrência de incidentes ou acidentes, cuja previsão está relacionada principalmente a vazamento de óleo. Para a mensuração de tais impactos potenciais, o Gabriel Arendt apresentou imagem do resultado da modelagem de óleo, cujo modelo computacional foi baseado em dados reais de comportamento em alto mar que levou em consideração fatores ambientais variados como: corrente marítima, características meteorológicas e registros temporais. Valendo-se de uma perspectiva conservadora para o desenvolvimento de estratégias robustas de combate aos impactos de um eventual incidente de vazamento de óleo, foi apresentando o aparato de recursos em níveis de mobilização local, nacional e internacional para a atuação de resposta a emergência.

A apresentação foi finalizada com a disponibilização dos canais de comunicação da empresa com as comunidades para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões relacionadas.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais da Universidade Federal do Pará (UFPA) do Campus Salinópolis; da Colônia de Pescadores Z-29 de Salinópolis; da Comunidade Cuiarana; da Empresa Mineral; da Rede de Empreendimentos do Setor de Turismo de Salinópolis (REDESTUR) e do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) da localidade; da Associação dos Canoeiros da Praça dos Pescadores (ACPT), dentre outros presentes.

Durante a apresentação de Gabriel Arendt do aparato do navio sonda utilizado pela Petrobras para a atividade de perfuração no bloco, o Sr. Marwan Salman, Presidente da REDESTUR e do COMTUR, perguntou se a identificação da presença de reserva de óleo e gás durante a etapa de pesquisa sísmica não seria evidência conclusiva e suficiente. Gabriel Arendt informou que os geólogos e geofísicos conseguem apenas estimar as áreas com a possibilidade de presença de reservas com base na pesquisa sísmica e na qualidade das rochas, entretanto, não são precisas, sendo concluída a parte de investigação apenas com a atividade de perfuração exploratória. Acrescentou ainda que muitas assinalações de reservas na etapa de pesquisa sísmica se mostram sem reservas de óleo e gás na etapa de perfuração, sendo esta imprescindível para uma investigação conclusiva.

Após a apresentação, Sr. Lindonjohson da Silva, da comunidade Cuiarana, solicitou informações acerca do pré-sal e sobre evidências de que haja reservas de gás e óleo desse tipo na Bacia oceânica da região amazônica. Agradecendo à pergunta, Gabriel Arendt informou que as características geológicas da região amazônica são diferentes dos conhecidos poços do pré-sal; a expectativa é de que, caso se confirmem, as reservas de óleo e gás da região amazônica seriam no pós-sal, isto é, acima da camada de sal, e não abaixo, embora as projeções da Petrobras estimem um poço de profundidade tão grande como os do pré-sal existentes na região sudeste do país. Acerca de evidências, foi informado que a conclusão da existência dessas reservas só será obtida após a etapa de análises das informações resultantes da perfuração marítima apresentada.

Sr. Salman perguntou se há alguma previsão da camada geológica e de reservas de gás e óleo com outras perfurações que sejam em frente ao litoral de Salinópolis. Gabriel Arendt informou que há a perspectiva de 14 atividades de perfuração na região da margem equatorial com participação da Petrobras, para as quais cada uma delas demanda um processo de licenciamento ambiental específico, nenhuma delas localizada em frente à localidade, sendo algumas situadas na Bacia do Pará-Maranhão.

Sr. Salman perguntou quais seriam os eventuais efeitos socioeconômicos positivos no caso de serem encontradas reservas de óleo e gás na atividade em foco, para o município de Salinópolis ou para as comunidades da cidade. Gabriel

Arendt informou que não há a previsão de *royalties* nesta atividade de perfuração exploratória para as localidades. Esclareceu que os *royalties* estão previstos apenas na atividade de produção, caso as reservas de óleo e gás sejam identificadas no bloco, o que pode levar de 5 a 10 anos, após novo processo de licenciamento.

Sr. Salman questionou se, a curto prazo, há alguma perspectiva para utilização pela Petrobras de alguma estrutura do município, a exemplo do aeroporto de Salinópolis, questionando se há algo que possa ser antecipado pela localidade no sentido de oferecer suporte às atividades da empresa, ao que o Gabriel Arendt informou para o momento da presente atividade que não, uma vez que a estrutura prevista de suporte logístico à perfuração marítima já se encontra desenhada para a região de Belém (PA) e do Oiapoque (AP), aguardando outros possíveis desdobramento de planejamento e gestão de logística para o caso de haver uma etapa de produção.

Pela ACPT, Sr. Everaldo Ponte, que informou atuar no turismo local e também na limpeza das praias locais, relatou ter participado das audiências públicas precedentes à presente reunião, manifestando sua preocupação com a necessidade de apoio às cooperativas que auxiliam na limpeza e reciclagem de resíduos sólidos da localidade, demandando também orientações acerca do tratamento de alguns resíduos sólidos que são trazidos pelo mar ao litoral de Salinópolis, estimados em 150 quilos, relatando também a importância de ações de educação ambiental e conservação de pontos importantes do litoral local, a exemplo do ponto de desova de tartarugas de Pedra Canoa. Gabriel Arendt informou não haver para a atual atividade a previsão de contrapartidas de projetos locais, havendo, entretanto, um edital de patrocínio da Petrobras, possivelmente com lançamento no mês de dezembro do presente ano, destacando a importância do projeto local. Afirmou ainda que, na hipótese da localização de reservas de interesse comercial no bloco, poderá ser avaliado apoio a projetos locais na etapa de produção. Sobre o resíduo relatado pelo Sr. Ponte, o Gabriel Arendt informou que não poderia contribuir para a identificação da origem por falta de maiores informações a respeito, mas que os canais de comunicação da Petrobras presentes no verso do livreto distribuído na reunião

poderiam ajudar a caracterizar o resíduo e orientar o seu manejo e destinação apropriada.

Sr. Ponte questionou ainda acerca da presença de plataformas de perfuração por ele vistas situadas nas proximidades da localidade, a que a equipe técnica da Petrobras descartou tratar-se de uma atividade perfuração, por não haver no momento nenhuma atividade atualmente licenciada, podendo tratar-se de uma embarcação para a realização de pesquisa sísmica ou aparato de outra atividade ou empreendimento.

Professora da UFPA, a Sra. Inaiê Malheiros questionou à Petrobras sobre a possibilidade de participação dos estudantes de graduação em Engenharia Oceânica em estágio nas embarcações e navio sonda mobilizados para a atividade apresentada. Gabriel Arendt informa supor que não, uma vez que a tripulação do navio sonda é gerida através de outra empresa responsável pelo processo, cuja gerência para contratação não é da Petrobras, e que, em função disso, não poderiam decidir a respeito.

Em contribuição à solicitação da Sra. Malheiros, pela empresa Mineral, a Sra. Josie Figueiredo Barbosa sugeriu à Sra. Malheiros que a UFPA encaminhe uma solicitação formal à Mineral, empresa responsável pela execução do Projeto de Monitoramento Integrado Dedicado (PMID), para realização de estágio embarcado de estudantes na embarcação da Mineral cujo nome é Urano. Gabriel Arendt endossou ser uma alternativa viável, a depender de espaço na embarcação e da observância de cumprimento de requisitos curriculares prévios para os estagiários, dispendo-se a levar adiante a questão, com a área de engenharia da empresa responsável.

Em continuidade a sua fala, Sra. Malheiros questionou, acerca da modelagem de óleo presente no Estudo de Impacto Ambiental da atividade, se existe no projeto um plano para validação empírica dos dados utilizados para a modelagem oceânica que embasou o estudo de comportamento de vazamento de óleo; como foi feita a modelagem hidrodinâmica; e qual foi a empresa que realizou essa modelagem. Gabriel Arendt informou que foi a empresa Prooceano a responsável pela modelagem, no ano de 2015, com recente atualização no processo de licenciamento, chegando a resultados bem semelhantes à anteriormente realizada. Sra. Malheiros perguntou ainda se há perspectivas para



a qualificação da mão de obra local para futura atuação nas atividades de petróleo e gás da empresa. Gabriel Arendt informou que para o momento da atual da atividade não, podendo ser avaliada a possibilidade em caso de etapa de produção.

Professor da UFPA, o Sr. Eduardo Queiroz, relatou atuar no curso de graduação em Engenharia Costeira, acrescentando ter visto a apresentação da modelagem de óleo da Prooceano, cujo modelo matemático é perfeito, mas pode apresentar resultados divergentes em função dos dados primários utilizados para a modelagem, com referência à batimetria da área estudada da plataforma continental, cuja falta de precisão poderia alterar os resultados da modelagem. Em função disso, questionou se há previsão de uma nova medição com referência à obtenção desses dados primários. Gabriel Arendt relatou não dispor de informações nesse nível de especificidade técnica para responder às questões formuladas, mas que se comprometeu a repassar as questões à área técnica competente para tanto. Em complemento, o Sr. Queiroz acrescentou ainda avaliar as características das manchas da modelagem de óleo apresentada em determinado ponto como sinais de efeitos dispersores internos às massas de água no oceano, que poderiam indicar o transporte de óleo em contexto de vazamento para outras áreas não previstas na modelagem.

Com referência a aspectos logísticos e operacionais, o Sr. Queiroz perguntou ainda acerca da estrutura logística de apoio em terra às atividades da Petrobras na região amazônica, considerando que na região a grande maioria das áreas nos arredores são de unidades de conservação, perguntando o que a Petrobras pretende fazer em face dessas complexidades específicas da região. Gabriel Arendt informou que para o momento não dispõe de uma resposta a respeito, uma vez que o planejamento se encontra restrito aos aspectos relacionados à atividade de prospecção no bloco FZA-M-59, mas que certamente a empresa tem em andamento um plano de mais longo prazo relacionado às especificidades e regulações ambientais na região, também condicionado aos resultados das atividades de investigação de reservas na região.

Estudante de graduação em engenharia de petróleo na UFPA, o Sr. Henrique Kennedy ressaltou a necessidade de integração entre a comunidade

acadêmica, a universidade e a indústria, ressaltando a qualificação do corpo docente e discente local, e convidando a conhecer o campus da UFPA na localidade. Subsequentemente, com referência a uma controvérsia existente entre pesquisadores sobre a existência ou não de corais na região e os impactos da junção da pluma fluvial (provenientes da floresta amazônica) com o óleo em um eventual cenário de vazamento, Sr. Kennedy perguntou se essas controvérsias contribuíram para a ausência de atividades da BP Energy e da Total na localidade, e se isso vem ou não sendo um impeditivo para a exploração petrolífera na região.

Gabriel Arendt agradeceu as contribuições, ressaltou a possibilidade de que sejam firmadas parcerias com as universidades como o que já foi feito em experiências anteriores da Petrobras com Universidades, favorecendo a presença do corpo técnico de engenharia de petróleo na região. Acerca das motivações para a ausência de atividades de exploração nos arredores da localidade, o Gabriel Arendt informou que o principal motivo foram as condições exigidas pelo IBAMA no licenciamento ambiental não observadas pelas propostas sob licenciamento, considerando a complexidade das especificidades logísticas da região e o preparo técnico das proponentes para atuação em contexto de emergência, pesando também a oposição de algumas partes interessadas à aprovação das propostas. Sobre a presença dos corais, Gabriel Arendt ressaltou que as imagens por ROV confirmaram não haver corais na área da atividade, e que, em função disso não se trata de um caso de impacto impeditivo da atividade. Em complemento, pela Equipe Técnica da Petrobras, Cristiano Silveira informou estar em curso o mapeamento de laboratórios, pesquisadores e instituições de pesquisa para articulações institucionais relacionadas à pesquisa e às atividades da Petrobras. A Petrobras já iniciou um mapeamento das instituições de pesquisa que atuam na região. Já foram realizados dois workshops e nos próximos meses deverão ser feitas visitas a Universidades e laboratórios com atuação nas áreas de interesse do projeto.

Também Professor da UFPA, o Sr. Camilo Guerreiro perguntou sobre eventuais doações de aparatos residuais pós-mobilização da empresa à universidade (como doação de brocas tricônicas e outros aparatos); e se haveria também contrapartidas para o apoio a formações e incorporação de mão-de-

obra qualificada, saídas de campo, programa de trainee, estágios, a exemplo do que já foi feito em outras experiências da Petrobras em outras perfurações e em outros países, a exemplo da Colômbia e da região do Caribe, com o fito de ações mais afirmativas de benefícios às comunidades e universidades no âmbito local em que são desenvolvidas as atividades de exploração de óleo e gás.

Gabriel Arendt informou que a presente atividade vem buscando recrutamento e apoio à incorporação de mão-de-obra e parcerias com instituições nacionais, mas que o presente contrato não prevê incorporações em contrapartidas locais, considerando, entretanto, ser uma ótima sugestão para os próximos contratos a incorporação de contrapartidas em âmbito local. Acerca de possíveis doações às universidades após a atividade de perfuração, Gabriel Arendt disse que não haverá o que ser doado porque todo aparato pós-descomissionamento é móvel, sendo integralmente retirado com o término da atividade. À última questão do Sr. Guerreiro, informou que não dispõe, para a atual atividade, de recursos previstos de apoio para a participação de universidades e pesquisadores, mas avaliando ser mais uma boa sugestão para apoio a ser inserida em relações contratuais posteriores.

Pela Colônia de Pescadores Z-29, o Sr. Júlio Cesar D'Alves, elogiou o corpo de atuação local do Projeto de Monitoramento de Desovas de Tartarugas Marinhas (PMDTM) na pessoa da Sra. Josi Figueiredo Barbosa, relatando sua atuação em apoio ao projeto, requerendo também à Petrobras o apoio na retirada de resíduos situados em grandes faixas de extensão de areia, solicitando também a ajuda da empresa em projetos de educação ambiental e monitoramento de resíduos sólidos. Gabriel Arendt agradeceu o interesse e a colaboração com os programas da Petrobras. Claudia Araújo complementou que o edital público de patrocínio a projetos da Petrobras poderia receber as propostas fundamentadas nas iniciativas relatadas pelo Sr. D'Alves.

Em continuidade, Sr. D'Alves ressaltou que a Sra. Presidenta da Colônia de Pesca esteve presente na Reunião Informativa, mas que precisou se ausentar antes do final do evento. Em complemento aos relatos do Sr. Cesar sobre os empenhos comunitários na limpeza da praia dos resíduos que são trazidos pelas correntes marinhas para a costa, o Sr. Edmilson Reis, pela Comunidade Cuiarana e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura da localidade,

relatou pela sua atuação em associação agroecológica que o problema é do depósito do lixo nos arredores da região que gera o depósito de resíduos sólidos nas praias. Posteriormente, os participantes passaram à avaliação da conjuntura e das estratégias para o manejo de resíduos sólidos na Praia de Marieta. Em face disso, o Sr. Reis requereu a participação no evento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Ministério Público para a discussão dos temas considerados de grande relevância local. Ao que o Sr. Marques, pelo Grupo Veritas, informou ter sido feito o convite à participação dos órgãos citados e que todas as partes interessadas na atividade possuem importância na difusão de informações, orientações e no fortalecimento do canal de diálogo da Petrobras com as comunidades acerca da atividade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por concluída às 11 horas e 39 minutos.

#### *VIII.3.16 - Reunião Informativa Maracanã*

Local: Espaço RT Eventos – Maracanã

Data: sexta-feira, 18/11/2022

A reunião foi iniciada às 8 horas e 33 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa por João Vinicius Marques, pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentação da equipe, contextualizando a Reunião Informativa no contexto do Projeto de Comunicação Social da Atividade e seus propósitos de articulação a outras ações de diálogo com as comunidades e com outras partes interessadas na atividade em foco, requerendo autorização para registro de áudio e imagem para qualificação da relatoria do evento e suas discussões, obtendo anuência das pessoas participantes no início da reunião.

Antes do início da apresentação, o Sr. Laércio de Sousa, Presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Maracanã (AUREMAR), apresentou sua organização, seu histórico de atuação local, relatando também ter participado da audiência pública da atividade em Salinópolis em 2017 e ter mobilizado ampla participação dos usuários da Resex na oportunidade, tal como



fizeram para a Reunião Informativa de hoje. Solicitando registro em ata, o Sr. Presidente requereu a realização de ata do presente evento e o repasse dela e dos demais registros anuários pelos presentes a sua associação, ao que o Sr. Marques, pela Veritas, assegurou a partilha.

Repassando a Gabriel Arendt, pela Equipe Técnica da Petrobras, seguiu-se à apresentação da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, cujo propósito é buscar identificar novas reservas de óleo e gás natural na área delimitada pelo Bloco FZA-M-59. A apresentação contemplou exposição acerca do projeto, bem como do cronograma de atividades. Gabriel Arendt mencionou também o histórico de realização de três audiências públicas em 2017, após a elaboração dos estudos ambientais, em processos de consulta pública a comunidades, quando tratava-se ainda de um projeto da empresa BP.

Subsequentemente, na exposição da Petrobras, foram apresentados os resultados do Estudo de Impacto Ambiental da atividade relativos aos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, contemplando os projetos de mitigação, monitoramento e controle dos impactos previstos, bem como dos planos e projetos da empresa para ação em caso vazamento de óleo, caracterizado como um dos principais eventos de risco a serem gerenciados na condução da atividade.

Acerca da apresentação dos impactos potenciais, Gabriel Arendt ressaltou se tratar de impactos hipotéticos, que podem não se concretizar, pois estão relacionados à ocorrência de incidentes ou acidentes, cuja previsão está relacionada principalmente a vazamento de óleo. Para a mensuração de tais impactos potenciais, o Gabriel Arendt apresentou imagem do resultado da modelagem de óleo, cujo modelo computacional foi baseado em dados reais de comportamento em alto mar que levou em consideração fatores ambientais variados como: corrente marítima, características meteorológicas e registros temporais. Valendo-se de uma perspectiva conservadora para o desenvolvimento de estratégias robustas de combate aos impactos de um eventual incidente de vazamento de óleo, foi apresentando o aparato de recursos em níveis de mobilização local, nacional e internacional para a atuação de resposta a emergência.

A apresentação foi finalizada com a disponibilização dos canais de comunicação da empresa com as comunidades para manifestação de dúvidas, reclamações e sugestões relacionadas.

O evento seguiu com a manifestação de dúvidas e sugestões de representantes locais Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Maracanã (AUREMAR); da Universidade Federal do Pará (UFPA); da Prefeitura e Secretarias do Município de Maracanã (PA); do Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Pará (SINPESCA); de Secretarias do Município de Ponta de Pedras (PA), dentre outros presentes.

Após a apresentação da Equipe Técnica da Petrobras, o Sr. Prefeito Reginaldo Carrera ressaltou a pesca e a agricultura serem as principais atividades da localidade ressaltando a preocupação com a eventualidade de desastres e eventuais prejuízos ao setor, mas afirmou que a apresentação passou segurança na explanação de seus projetos.

Subsequentemente, o Sr. Afonso Ferro, pelo Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Pará (SINPESCA), elogiou a apresentação e suas contribuições ao desenvolvimento, ressaltando, entretanto, preocupações na condição de cidadão com referência à sustentabilidade das ações e seus impactos ao meio ambiente, pontuando algumas questões, a seguir. Com referência ao estudo de impacto ambiental desenvolvido pela Total, Sr. Ferro retomou discussão acerca de corais identificados na costa brasileira que motivaram a paralisação do estudo, questionando qual o desdobramento a respeito dessa discussão e suas eventuais implicações para a atividade. A respeito, Gabriel Arendt, pela Petrobras, ressaltou a presente atividade tratar-se de outro projeto que, embora na mesma região, se situa em zona de profundidade onde não se encontra esse tipo de formação de formação de corais, o que foi atestado no Projeto de Monitoramento Visual com ROV (PMV-ROV), em que o fundo do mar da área da perfuração foi fotografado, sem localização de corais nas proximidades. Em complementação, pela Equipe Técnica da Petrobras, Cristiano Silveira explicou que os corais citados pelo Sr. Ferro se referem a recifes mesofóticos, ou seja, que ocorrem à meia-luz, diferentes, portanto, dos corais que ocorrem em águas mais rasas onde há muita luz. Destacou que esses organismos não estão presentes na área da atividade,

situada a mais de 2.800 metros de profundidade, sem luz solar. Por estarem mais próximas à costa, essas formações também não seriam atingidas pelo óleo em caso de acidentes, como ficou demonstrado pela modelagem.

Em novo questionamento, face aos posicionamentos emitidos pelo Ministério Público Federal acerca do Plano de Emergência Individual (PEI) da atividade, o Sr. Ferro perguntou se há alguma eficácia comprovada do PEI antes de apresentação ao IBAMA. Em resposta, Gabriel Arendt respondeu que o PEI passou por discussões e análises técnicas com o órgão licenciador e o IBAMA realizará ainda com a Petrobras uma Avaliação Pré-operacional (APO) do PEI, prevista para o início de dezembro, com o propósito de testar na prática o plano, devendo ser repetido ou readequado caso o IBAMA avalie insatisfatório o desempenho da empresa na avaliação. Gabriel Arendt acrescentou ainda que a empresa apresentou um PEI ainda mais robusto em função das especificidades locais quando comparado a outras regiões do país onde a Petrobras tradicionalmente atua.

O Sr. Ferro questionou ainda, caso exista uma reserva de qualidade para exploração e rentável, se os municípios da área de abrangência teriam investimentos da Petrobras para auxiliar na exploração, questionando se todas as localidades seriam beneficiadas em caso de exploração no que se refere a *royalties*. Gabriel Arendt respondeu que haverá outras áreas de perfuração por toda a Margem Equatorial, cada uma delas com suas características e processos específicos de licenciamento ambiental, ressaltando que, ao fim da atividade de perfuração, o poço é completamente fechado. Em havendo reservas de óleo na área de perfuração, um novo processo de licenciamento ambiental entra em curso, levando de 5 a 10 anos para que a produção possa ser iniciada, mediante nova licença obtida, e que tal etapa certamente mobilizaria a realização de melhorias na estrutura logística de portos e na infraestrutura em geral de que a região já dispõe. Acerca dos benefícios em caso de reservas, Gabriel Arendt informou que, na atual etapa de prospecção que caracteriza a atividade apresentada, não há previsão de pagamento de *royalties* às localidades, apenas na etapa de produção, não dispondo de maiores detalhamentos acerca dos critérios, salvo de que são estabelecidos por regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Sobre um eventual incidente de vazamento, Sr. Ferro perguntou em quanto tempo e qual a logística para a mobilização das estruturas para ação em uma área de vazamento. A respeito, Gabriel Arendt ressaltou antes nunca haver ocorrido acidentes das proporções estimadas na modelagem durante a perfuração marítima que instrui a realização do PEI, ressaltando que todos os incidentes de vazamento de óleo são controlados com os recursos disponíveis em âmbito local. Para a pergunta do Sr. Ferro, foi ainda apresentada a logística de mobilização dos Centros de Defesa Ambiental como equipamentos móveis em terra disponíveis para ação em caso de vazamentos, ressaltando também que as embarcações de apoio se encontram estrategicamente dispostas em rota no mar para que a mais próxima não esteja a mais de 2 horas de distância do navio sonda para a eventualidade de uma intervenção sobre mancha de óleo, ressaltando disporem de material apropriado em todas as embarcações.

Acerca das atividades pesqueiras, Sr. Ferro perguntou quais as atividades compensatórias para a atividade pesqueira em caso de impactos potenciais e operacionais, e quais as probabilidades envolvidas. A respeito, Gabriel Arendt respondeu não haver previsão de compensações às comunidades, considerando que os impactos atribuídos para a presente atividade são de curta duração e de baixa intensidade, estando previstas apenas indenizações a danos de petrechos de pesca causados por embarcações, podendo ser previstas compensações à comunidade pesqueira face a impactos da etapa subsequente, uma vez constatada a presença de reservas de interesse comercial.

Por fim, o Sr. Ferro questionou se existe a probabilidade de algum impacto de vazamento de óleo sobre a localidade de Maracanã e Região em função das correntes marinhas, ao que o Sr. Arendt rediscutiu os resultados apresentados na modelagem de óleo, ressaltando o comportamento da mancha de óleo deslocar-se para longe da costa da região norte, e do estudo de comportamento da mancha envolver pressupostos incompatíveis com os recursos preventivos e de controle local de vazamentos.

Representante de Sindicato de Pescadores Artesanais e Secretário de Meio Ambiente de Ponta de Pedras, Sr. Manoel Justino de Jesus Júnior, perguntou onde é possível encontrar o EIA/RIMA da atividade, solicitando também uma explicação mais aprofundada sobre a inteligência da lavra, querendo saber como



esse petróleo, em caso de vazamento, sobe para o oceano na vazante contra a maré, sendo que os caboclos pescadores que, conhecem e sabem acerca das marés por meio de sua experiência, supõem um comportamento diverso do descrito na modelagem de óleo, pedindo as evidências científicas que ratificam esse resultado da modelagem, e requerendo as estratégias de apoio à comunidade de pesca em caso de incidentes. Em resposta, Gabriel Arendt informou que o EIA/RIMA se encontra disponível em formato digital no site do IBAMA. Informa que essas características das correntes e marés são sim consideradas na modelagem, levando em consideração o comportamento do óleo em função das correntes oceânicas, envolvendo a influência da maré em regiões mais próximas da costa, mas que o comportamento descrito pelo mapa possui por referência as correntes de águas mais profundas.

Cidadão da localidade, Sr. Duylyo Aleixo avaliou como pouca a mobilização para a participação da comunidade mais ampla, do povo, identificando muitas menções aos impactos ambientais, ressaltando, entretanto, a necessidade de se discutir os impactos sociais que, segundo o mesmo, já estão colocados em função das expectativas geradas para o projeto. Questionou, por isso, o que está previsto pela empresa para o apoio às comunidades com referência aos impactos sociais relatados. Gabriel Arendt respondeu que o momento de participação foi articulado na oportunidade das audiências públicas, sendo a reunião informativa mais uma das ações dentre outras que se encontram previstas pelo Projeto de Comunicação Social da atividade. Pela Veritas, o Sr. Marques manifestou-se, informando as ações de mobilização realizadas e o enquadramento das ações no propósito mais amplo do Projeto de Comunicação Social, ressaltando a importância do presente espaço para a qualificação do debate interno das comunidades e suas organizações. Com referência a projetos posteriores, Gabriel Arendt, pela Petrobras, relatou a existência de uma Coordenação de Equipe de Responsabilidade Social na Margem Equatorial, designada ao planejamento de projetos com referência aos impactos sociais gerados pelas atividades, respondendo que sim, a Petrobras possui projetos para incidência sobre impactos socioambientais, mas que para esta atividade não há um projeto em curso, considerando sua duração e repercussão localizada.

Em nova contribuição, Sr. Presidente Laércio de Sousa, ressaltou a necessidade de que as pesquisas se articulem à prática e ao conhecimento obtido da experiência dos pescadores. O Sr. Sousa relatou que, das 12 reservas marinhas, Maracanã é uma dentre poucas RESEX que dispõe de plano de manejo, do cadastro de usuários e de associação e conselho atuantes, em gestão compartilhada. Em função disso, o Sr. Presidente ressaltou buscar a ampliação da participação comunitária para além do que se encontra apresentado e decidido pela empresa nos espaços definidos como o da presente reunião, faltando uma efetiva escuta das comunidades, avaliando estar faltando aos municípios, mediante uma reunião mais ampla, com o acompanhamento da gestão, a construção de um documento de garantia em caso de eventuais incidentes. Em atenção às proposições do Sr. Sousa, o Gabriel Arendt se comprometeu a levar à Petrobras para desenvolver algo que ofereça mais garantias às comunidades e maior proximidades destas nos espaços de tomada de decisão referentes à atividade.

Técnica em gestão e auditora ambiental, a Sra. Elisangela Garcia pediu mais detalhes sobre medidas de contingência de impactos ambientais referente a eventuais acidentes, para que sejam sanadas pelos presentes as dúvidas sobre o que será feito se um imprevisto acontecer. Grato pela pergunta, Gabriel Arendt detalhou haver todas as atividades preventivas e auditorias de controle para que vazamentos e incidentes não ocorram; para o caso de incidentes, reapresentou tudo o que é disponibilizado em termos de recursos para resposta a vazamentos, complementando que tudo o que é desenvolvido no PEI é planejado para preparar-se para desde eventos mais pontuais e simples, até a cena de incidente mais extremo, e nunca ocorrido durante a perfuração exploratória, de vazamento de grandes proporções, detalhando todas as ações emergenciais anteriormente apresentadas.

Secretário Municipal de Administração de Maracanã, o Sr. Djohnny Raiol agradeceu a participação de todos, questionando também de que forma a localidade Maracanã atua como um ator com poder de veto na obtenção da licença da atividade junto ao IBAMA, questionando se a participação é efetivamente substancial ou algo meramente formal; o Sr. Raiol perguntou ainda acerca dos Centros de Defesa Ambiental e equipamentos mobilizados para

contenção de óleo em caso de incidente, perguntando quanto tempo pode levar para chegar até o ponto de vazamento de óleo. À primeira questão, Gabriel Arendt ressaltou que foram realizadas audiências públicas no âmbito desse processo de licenciamento, além das reuniões setoriais, na época em que a titularidade era da empresa BP. Informou também que os registros de todas as reuniões informativas em seus relatos e falas serão protocoladas no IBAMA, de modo que as considerações registradas em ata efetivamente serão apreciadas pelo órgão ambiental, sem necessariamente pesarem na decisão acerca da obtenção da licença. À pergunta sobre o PEI e os tempos de deslocamento, informou que todas as barreiras de contenção de óleo são mobilizadas dentro do tempo interposto em discussões e análises técnicas com o IBAMA para a garantia da disponibilização dos recursos no tempo estipulado, considerando sempre avaliações preventivas, mobilizando recursos de áreas mais distantes.

Engenheira ambiental pesquisadora do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPa), Sra. Márcia Santos avaliou que as compensações da atividade apresentadas não demonstram preocupação com eventuais impactos à reprodução social e histórica das comunidades da região que é o maior corredor ecológico de manguezais do planeta, considerando a importância desse ecossistema. Em face disso, a Sra. Santos recomendou o aprofundamento nas ações sobre os aspectos históricos e sociais desse povo, questionando posteriormente qual o recurso de transparência no acesso aos dados primários e de monitoramento da pesquisa desenvolvida pela empresa com referência à socioeconomia local, e por fim, qual o protagonismo das populações tradicionais locais na obtenção dessa licença, caso não concordem – como fica a relação das comunidades com a Petrobras a respeito.

Agradecendo às questões, Gabriel Arendt informou que os estudos se encontram no EIA, disponível para a pesquisa no site do IBAMA já citado, destacando sua robustez, considerando aspectos locais da socioeconomia, e ressaltando a preocupação com o entendimento da dinâmica local e seus diversos aspectos. Sobre a incorporação dos projetos propostos, ressaltou que os programas propostos têm uma relação direta com os impactos identificados, com atenção ao que é caracterizado como impacto relacionado à atividade, observando que em outras atividades de maior influência sobre aspectos

econômicos e sociais, há projetos sociais mais amplos, mas, para a presente atividade, as exigências em função dos impactos estimados são os programas apresentados. Acerca dos recursos de transparência, Gabriel Arendt informou que o melhor é acompanhar o andamento das atividades e monitoramento de dados através dos canais de comunicação da empresa ou do IBAMA, nos contatos do verso do livreto, ou no sítio da Petrobras na internet.

Professor de geografia da UFPA, vinculado ao Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA) do NUMA/UFPA, Sr. Glauco de Araújo expressou que sua avaliação é de que as posições apresentadas pela empresa se encaminham para uma avaliação isolada dos impactos da atividade, considerando a necessidade de uma compreensão sistêmica da cadeia de petróleo, que, a exemplo da ampla infringência de impactos de atividades de praticagem em Marapanim sobre a pesca tradicional, demonstram o quadro em que as comunidades tradicionais costumam sempre correr atrás de direitos que elas já perderam. Nesse sentido, o Sr. Araújo propôs que outras tentativas de compensação possam ocorrer antes das atividades, oferecendo, por exemplo, aos municípios suporte técnico para a qualificação em serviços e infraestrutura, logística e turismo, uma vez que, em sua avaliação, são demasiado restritas as compensações sociais em projetos de comunicação e de educação ambiental. Em já havendo projetos nesse sentido, o Sr. Araújo solicitou à Equipe Técnica da Petrobras que informasse a respeito.

Gabriel Arendt agradeceu as contribuições, ressaltando que a reunião e as apresentações eram efetivamente conduzidas em função desta atividade de perfuração em específico, ao que o Sr. Araújo criticou, sustentando que a separação da atividade de um contexto mais amplo tem um viés proposital, repercutindo sobre a falta de contrapartidas sociais e sobre a falta de compreensão dos impactos sistêmicos de tais atividades por parte dos municípios e de suas administrações locais e organizações. Gabriel Arendt agradeceu, ponderando a oportunidade de que se pudesse apresentar uma visualização mais ampla, embora sendo necessário atentar às especificidades, com observância às exigências que são feitas pelo IBAMA para que as atividades sob licenciamento sejam informadas e submetidas em cada processo de licenciamento ambiental, embora reconheça que possa haver sobreposições



dessas atividades em suas atuações em escala regional. Por fim, ressaltou importante a proposição de que fossem antecipadas as discussões para compensações com referência ao aspecto social, comprometendo-se a levar a proposição adiante ao IBAMA e à Petrobras.

Advogado, o Sr. Hugo Santos ponderou sobre a necessidade de uma estimação prévia dos impactos sociais incidentes sobre o estado do Pará para além dos *royalties* em função dos impactos gerados sobre as localidades vizinhas ao empreendimento, cujo maior número estaria, na avaliação do Sr. Santos, no estado do Pará, e não do Amapá. Em diálogo com as observações do Sr. Santos, Gabriel Arendt, pela Equipe Técnica da Petrobras, detalhou que há uma série de critérios disponíveis no site da ANP, dentre eles a localização de bases de apoio, dentre outros critérios, como municípios que recebam resíduos da atividade. Reforçou que os *royalties* só poderiam ser estipulados durante a etapa de produção, não havendo previsão de contrapartidas às localidades durante a atual atividade da fase de investigação.

Sr. Elton Júnior, Secretário de Meio Ambiente de Maracanã, avaliou que a licença ambiental deveria ser concedida após a voz das comunidades ser melhor ouvida, sugerindo no processo mais mecanismos de garantia de participação das prefeituras nos processos de estipulação das compensações financeiras às localidades para mensurar os impactos sobre as comunidades no contexto das atividades a serem licenciadas. O Sr. Secretário destacou também a necessidade da presença do IBAMA nesta reunião. Agradecendo à participação do Sr. Secretário, Gabriel Arendt informou que iria repassar as sugestões e proposições acerca do processo de licenciamento tanto internamente como para o IBAMA, ressaltando, que a empresa atendeu, e está comprometida em continuar atendendo, a todas exigências e ritos previstos no processo de licenciamento.

Em face das demandas por maior participação, o Sr. Ferro sugeriu a criação de um Comitê de Representantes dos Municípios com o propósito de estabelecer uma relação de transparência com a sociedade antes e pós-licenciamento das atividades, considerando que a licença concedida à operação não prevê a participação e oitiva posterior da comunidade, citando a experiência dos impactos sociais negativos de Belo Monte. Gabriel Arendt se comprometeu em

levar a proposição ao conhecimento da Petrobras para uma devolutiva a respeito.

Da Comunidade de São José e da Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Maracanã (AUREMAR), Sra. Tomázia dos Santos perguntou se haverá devolutiva da empresa em uma nova reunião com a comunidade em face das proposições analisadas. Gabriel Arendt reiterou o compromisso no repasse de todas as proposições encaminhadas pelas pessoas presentes na reunião, mas observou que não havia uma previsão de nova reunião na localidade a respeito.

Agradecendo a participação de todas e de todos, o Sr. Marques, pelo Grupo Veritas, concluiu a atividade às 11 horas e 51 minutos.

#### *VIII.3.17 - Reunião Informativa de Magalhães Barata*

Local: Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor

Data: 07/12/2022

A reunião foi iniciada às 09 horas e 35 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentação do Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59.

Fez-se uma breve apresentação dos participantes da reunião, majoritariamente da comunidade de prainha, agricultores, marisqueiras e pescadores.

Kamel Kanafani, engenheiro agrônomo e biólogo da Petrobras, se apresentou e explanou a estrutura da reunião. Apresentou o objetivo da reunião e as etapas do projeto, que ainda se encontra em processo de pesquisa. Apresentou ainda a expertise da Petrobras em exploração de petróleo.

Como nas demais reuniões, a apresentação da Petrobras foi dividida em oito pontos. “Quem somos?”; “O processo de exploração e produção”; “A atividade de perfuração”; “Onde e quando será a perfuração do poço?”; “O licenciamento ambiental”; “Estudo de impacto ambiental”; “Impactos ambientais operacionais e

projetos ambientais” e “Impactos ambientais potenciais e plano de emergência individual”.

Em meio à apresentação referente ao estudo de impacto ambiental, Sr. Ivan Costa, da SEMMA, pediu que o apresentador retornasse aos slides que tratavam sobre os impactos operacionais da atividade. Ele fez uma ponderação que, segundo seus próprios cálculos, caso houvesse vazamento, entre quatro e cinco dias ocorreria a chegada do óleo bruto na costa paraense. O representante da Petrobras, Kamel, passou então para a parte da apresentação que tratava dos impactos para explicá-los melhor, informando que haveria uma parte na apresentação específica sobre a modelagem de óleo e as ações que seriam tomadas pela Petrobras em caso de vazamento. Em seguida, retomou a sequência padrão da apresentação.

Sr. Luís Otávio, pescador, interrompeu a apresentação para perguntar quantas milhas os ruídos emitidos durante a perfuração do poço pela sonda teriam de raio. Kamel respondeu que haverá uma área de exclusão no raio de 500 m no entorno do navio-sonda, na qual não será permitida a aproximação de embarcações.

Sr. Ivan Costa chamou a atenção para a água de lastro, visto que apesar de resguardado por lei de proibição, a prática ilegal de despejo de água de lastro na costa ocorre de forma usual. Os representantes da Petrobras garantiram atendem à legislação e exigem de suas prestadoras de serviço as devidas evidências de atendimento à legislação.

Sr. Ivan Costa questionou ainda sobre os impactos em cardumes de peixes. Pela Petrobras, Kamel respondeu que, por ser uma atividade de curto prazo, os possíveis impactos não serão permanentes. Reforçou ainda que na distância de 170 km da costa não há indicação de pesca artesanal.

Kamel seguiu com a apresentação referente aos impactos operacionais da atividade sobre o meio socioeconômico. Ele encerrou a apresentação abordando os canais de comunicação da Petrobras e do Ibama e abriu para as perguntas do público presente.

Sr. Luís Otávio perguntou se a plataforma que ficava instalada nas proximidades de Salinópolis foi desativada. Kamel afirmou não conhecer esta estrutura, informando sobre a possibilidade que esta não seja referente a

atividades da Petrobras. Mencionou ainda exemplos de medidas compensatórias como o Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira, que poderiam ser implementadas, caso haja sucesso na prospecção da área de forma que se evolua para a etapa de produção. O representante da Petrobras informou também que esta compensação é definida de forma consultiva com a comunidade impactada, ou seja, em articulação com a sociedade

Não havendo mais questionamentos, a reunião foi encerrada às 11 horas e 35 minutos, sendo então oferecido lanche aos participantes.

#### *VIII.3.18 - Reunião Informativa Cachoeira do Arari*

Local: Comunidade Aranaí - Sede da Colônia de Pescadores.

Data: 08/12/2022

A reunião foi iniciada às 09 horas e 50 minutos com abertura dos trabalhos da Reunião Informativa pela equipe de apoio da Veritas, com agradecimento às pessoas presentes e apresentação do Projeto de Comunicação Social (PCS) da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59.

O quantitativo presente na reunião foi de 48 pessoas, sendo 38 pescadores, entre homens e mulheres, dois representantes da Secretaria do Meio Ambiente (Sec. Juliete Miranda e Hamilton Barbosa) – SEMMA, um representante da Secretaria de Pesca (Sec. Claudionor Silva), dois representantes da Veritas (Layza Bandeira e Eduardo Pantoja) e dois representantes da Petrobrás (Patrícia Rosa e Humberto).

Após a fala inicial por parte da Veritas, iniciou-se a apresentação sobre a atividade, realizada pela representante da Petrobras, Patricia Rosa. O quantitativo presente na reunião foi de 48 pessoas. Sendo 38 pescadores, entre homens e mulheres, dois representantes da Secretaria do Meio Ambiente (Sec. Juliete Miranda e Hamilton Barbosa) – SEMMA, um representante da Secretaria de Pesca (Sec. Claudionor Silva), dois representantes da Veritas (Layza Bandeira e Eduardo Pantoja) e dois representantes da Petrobras (Patrícia Rosa e Humberto).



Patricia fez sua apresentação sobre a atividade de perfuração do poço e explanou sobre a segurança operacional, abordando o processo de exploração e produção de óleo e gás. Ressaltou que a atividade de perfuração ainda está em fase de liberação do licenciamento ambiental. Fez a apresentação dos possíveis impactos ambientais operacionais e potenciais da atividade e apresentou os projetos elaborados com o objetivo de mitigar qualquer tipo de vazamento de óleo, bem como os projetos relacionados aos impactos operacionais sobre os meios físico, biótico e socioeconômico. Assim, deu-se início às perguntas às 11h10.

Juliete Miranda, Sec. Do Meio Ambiente, iniciou perguntando se desde 2015, quando se iniciou o licenciamento do projeto, o estudo ambiental sofreu alguma atualização. Além disso, questionou se o descarte dos resíduos produzidos pela perfuração será passível de acompanhamento tanto pela população quanto pelos órgãos públicos. Por fim, indagou a quem os pescadores podem recorrer ou solicitar soluções se acontecer algum incidente com as embarcações.

Patricia Rosa respondeu dizendo que houve audiências e reuniões com a sociedade para manter as informações atualizadas. Ressaltou ainda a existência do projeto de monitoramento realizado durante a atividade de perfuração com o objetivo de monitorar a atividade pesqueira no entorno do navio-sonda, sendo as informações coletadas incorporadas ao processo. Já com relação à pesca e aos danos eventualmente causados às embarcações em decorrência da atividade de perfuração, Patricia destacou que a forma de informar alguma eventualidade a Petrobras é através do 0800 ou através dos canais de comunicação relatados durante a apresentação. Quanto aos resíduos, Patricia respondeu que o Projeto de Controle de Poluição faz todo o acompanhamento dos resíduos, garantindo o correto gerenciamento do material. Reforçou ainda que o processo de descarte de resíduos é feito com empresas que possuem o licenciamento para fazer o processamento do resíduo.

Sr. Manelis Silva, presidente da colônia, fez uma fala à comunidade, agradecendo o convite e a presença das comunidades. Aproveitou para arguir se o município de Cachoeira Arari irá ser beneficiado com algum *royalty*, caso o processo venha a acontecer mesmo. Patrícia respondeu que quem decide quais

os municípios irão ser beneficiados com os *royalties* é a ANP – Agência Nacional do Petróleo, que regula as atividades de óleo e gás.

Juliete Miranda questionou se haverá outra visita da Petrobras a Cachoeira do Arari, caso seja identificado petróleo na região em que está prevista a perfuração. Patricia respondeu que está prevista no Projeto de Comunicação Social a realização de uma nova caravana de reuniões, informando sobre os resultados da atividade, com o objetivo de fazer uma devolutiva às comunidades. Além disso, informou que, por meio de um comunicado digital, as partes interessadas serão informadas tanto sobre o início da atividade de perfuração quanto de sua conclusão.

Sr. Pedro Ribeiro, representante da pastoral dos pescadores, iniciou sua pergunta enfatizando que os pescadores fazem a rota marítima onde ficará a atividade de perfuração. Então a preocupação dele é que aparentemente Cachoeira do Arari pode não ser afetada, porém, na realidade, caso ocorra um incidente, a sustentabilidade dos pescadores será diretamente afetada, porque eles dependem do pescado. Manifestou ainda outra preocupação, relacionada com os rios, porque os barcos estão da Costa para fora, e ainda falta muita coisa para se estudar. Afirmou, assim, que sua preocupação é com os pescadores e com as grandes embarcações que podem até atingir as embarcações dos pescadores artesanais. Enfatizou também que o processo de descarte traz uma preocupação. Dessa forma, fez um pedido para que a equipe da Petrobras tenha um olhar de preocupação mais atento em relação à comunidade, e, em nome da pastoral dos pescadores, propôs que exista uma diversidade de ação para com os pescadores que serão atingidos e enfatizou a necessidade de um canal de comunicação que atenda aos chamados.

Patricia reafirmou o compromisso da equipe de retornar à região e reforçou que os canais de comunicação da Petrobras foram criados para viabilizar a comunicação da empresa com as partes interessadas. Ressaltou que todo o processo de atividade de perfuração tem um esforço e um cuidado para com os procedimentos que serão realizados durante a atividade.

Sr. Claudionor Silva, Secretária de Pesca, iniciou sua pergunta agradecendo a presença da equipe, e disse que o que está sendo explanado não é novidade. Enfatizou que outras empresas antes da Petrobras já tinham falado sobre os

estudos e, depois que a Petrobras ficou como responsável pelo processo, retornou com a mesma informação que há anos eles já tinham conhecimento. Assim, ele enfatizou que todo esse investimento aplicado a essa primeira etapa da atividade já condiz com a existência do petróleo na região. Sua preocupação é que no Ibama tem projeto para tudo, para a fauna e a flora, porém, não tem para cuidar das pessoas que vivem diretamente do bioma, e por isso eles criaram a Resex. Assim, ele perguntou quais serão os projetos realizados, não só de comunicação social, em relação aos pescadores artesanais. Salientou que a preocupação com meio ambiente tem que haver, porém não só com a fauna e a flora, mas também com o social.

Patricia explicou que o processo de licenciamento dos poços foi iniciado com as empresas Total e BP e que hoje é a Petrobras que opera o controle desses blocos. Afirmou que quando a Petrobras recebeu o bloco FZA-M-59, ela deu continuidade ao processo da BP. Em relação aos projetos ambientais, reforçou que, no momento, o Projeto de Comunicação Social é o projeto previsto no licenciamento, porém, ressaltou que a Petrobras financia projetos sociais, por meio de editais de patrocínio, que não estão diretamente ligados à atividade da perfuração.

Juliete Miranda fez um apelo para que a base de Belém tenha um canal físico para atender as dúvidas e demandas da comunidade de Cachoeira do Arari, pois assim a comunicação ficará mais resolutiva para com as demandas da comunidade. Patricia respondeu que tudo que está sendo falado na reunião está sendo registrado para ser encaminhado ao Ibama e que a equipe tem a responsabilidade de ter um olhar sensível aos questionamentos, dúvidas e apelos que as comunidades estão levando para as reuniões.

Claudionor Silva fez mais uma consideração a respeito de como a Petrobras pode melhorar em relação à comunicação social. Ana Rita, Comunidade do Chipaiá, aproveitou a colocação de Claudionor para externalizar que sua preocupação é com os pescadores artesanais da ilha do Marajó: “Minha preocupação é na elaboração de um projeto para o social, para as pessoas, para os todos os habitantes da ilha”. Patricia respondeu que todas as preocupações serão levadas para a equipe da Petrobras.

Josuel Rodrigues, Comunidade Alto Anuerá, afirmou que de 2018 para cá o tráfego dos navios vem ocupando o espaço de trabalho dos pescadores e influenciando na dinâmica do pescado. Afirmou que as grandes embarcações vêm danificando as redes de pesca dos pescadores. Assim, sua pergunta foi se a equipe presente tem alguma informação se a Petrobras já indenizou algum pescador que foi prejudicado por causa das consequências que as grandes embarcações trazem para a região, bem como se há alguma informação de que os pescadores foram remunerados por causa dos danos.

Patricia respondeu ao questionamento, que ainda não existem reclamações relacionada à atividade de perfuração no bloco FZA-M-59, tendo em vista que a atividade ainda não se iniciou. Com relação aos outros projetos, informou que não dispunham de informações. Humberto Prates, pela Petrobras, aproveitou para falar que pelo que ele percebe, o canal de comunicação é enfatizado pelos pescadores como uma ferramenta fria, mas, que essa ferramenta tem sido renovada para que sejam aprimorados os canais de comunicação. Ressaltou que existem casos no Nordeste em que a ferramenta de comunicação do 0800 tem sido usada como um canal viável. Reforçou ainda as considerações e colocações do público presente estavam sendo registradas e seriam levadas em consideração pela equipe da Petrobras.

Sr. Manelis Silva fez mais uma consideração falando das necessidades da comunidade e reforçando o quanto é necessário que a equipe da Petrobras leve as considerações propostas na reunião adiante.

Não havendo mais questionamentos ou considerações, a reunião foi dada por encerrada às 11 horas e 50 minutos.



#### **VIII.4 - BOLETIM INFORMATIVO**

O arquivo com a evidência do Boletim informativo está em pdf disponível na pasta de Anexos.

#### **VIII.5 - APRESENTAÇÃO REALIZADA NAS REUNIÕES**

O arquivo com a evidência da Apresentação Realizada nas Reuniões está em pdf disponível na pasta de Anexos.